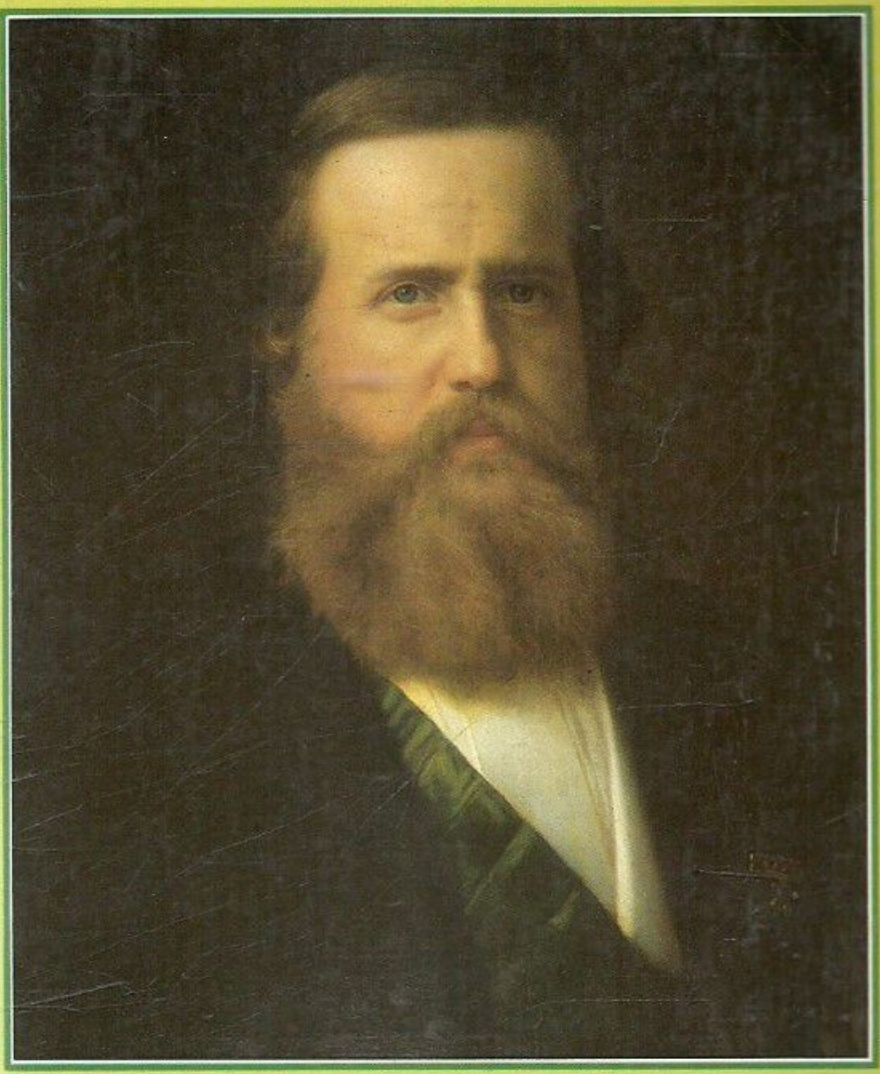
Leopoldo Bibiano Xavier



Revivendo o Brasil-Império

Leopoldo Bibiano Xavier

REVIVENDO O BRASIL IMPÉRIO

AO LEITOR

No dia em que D. Pedro I abdicou, e os brasileiros proclamaram Dom Pedro II Imperador com a idade de 5 anos, o seu preceptor foi encontrá-lo em local distante alguns quilômetros do Rio de Janeiro. Anunciou-lhe solenemente que horas antes ele se transformara em Majestade, e o conduziu de volta ao Rio.

No caminho, começou a chover. Dom Pedro correu até o casebre mais próximo, e bateu à porta com ansiedade, como faria qualquer monarca sem guarda-chuva. A voz trêmula de uma velhinha perguntou lá de dentro:

— Quem é?

Ofegante, devido à corrida, o Imperador estreante proclamou compassadamente, um a um, os seus 15 nomes:

— Abra logo, vovó! Eu sou Pedro, João, Carlos, **Leopoldo**, Salvador, **Bibiano**, Francisco, **Xavier**, de Paula, Leocádio, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, de Alcântara.

— Minha Nossa Senhora! Como é que eu vou arranjar lugar aqui para tanta gente?!

Este episódio pitoresco, adaptado de uma narrativa do famoso romancista francês Honoré de Balzac, publicada em junho de 1831, pode não ser verídico em todos os seus detalhes. Os romancistas têm lá os seus direitos de usar a imaginação... Nada me impede, no entanto, de transcrevê-lo neste início de introdução a um livro com tantos episódios da vida do nosso Imperador, para explicar uma dificuldade semelhante à da boa velhinha, que me ocorreu enquanto preparava este texto: como colocar o Brasil-Império dentro de um simples livro?

Não era minha intenção, desde o início, fazer uma história completa e metódica do Império brasileiro. Para isso seriam necessários numerosos e grossos volumes. Fadados, por isso mesmo, a serem lidos apenas pelos especialistas, se tanto. Meu objetivo era coletar fatos pequenos, grandes, e até imensos, narrados em linguagem simples e acessível. Fatos pitorescos, fatos comoventes, fatos dramáticos, formando um conjunto que ajude a desfazer a imagem distorcida e negativa que em geral se tem do período imperial.

Mas queria também que o livro fosse pequeno. E aí se apresentou a dificuldade. São tantos os fatos nos 66 anos de vida de D. Pedro II, dos quais 49 como Imperador, que o texto se tornaria necessariamente longo. Tanto mais que o plano da obra incluía também fatos relativos a outros personagens do Império, especialmente os demais membros da Família Imperial. Onde arranjar lugar para tantos fatos? Não houve recurso senão limitar-me aos mais significativos. Já que não cabem todos, muitos ficaram de fora. E daí resultou o presente livro.

É possível, caro leitor, que alguns dos fatos aqui narrados lhe sejam familiares. É pouco provável que os conheça todos. Para muitos, tudo aqui será novidade. Até pensei em dar a esta coletânea o título "novidades do passado brasileiro".

Todos os textos foram transcritos das fontes bibliográficas relacionadas ao final do livro. Em alguns casos fiz pequenas adaptações, necessárias para atualização de linguagem ou para situar o leitor no contexto histórico em que a ação se passa. No mais, tudo está como nos originais. O número entre parênteses, ao final de cada relato, corresponde ao número da fonte, conforme a relação que consta nas últimas páginas. Em muitos casos o episódio narrado se encontra em mais de um autor, por isso menciono mais de uma fonte. Por vezes, os dados apresentados por um autor foram completados com os de outro.

Preferi não usar a ordem cronológica, por ser mais abundante o material referente ao extenso reinado de D. Pedro II, que aparece em primeiro lugar.

Como se trata de uma coletânea, com textos compilados de mais de cem autores, não é possível conseguir-se homogeneidade de estilo. Pelo mesmo motivo, alguns princípios, ideias ou apreciações enunciados a propósito de determinados fatos não correspondem necessariamente aos que o autor deste livro incluiria com redação própria. Também não se confundem necessariamente com posições ou programas de pessoas ou grupos monarquistas.

A História do Brasil, do modo como quase todos nós a estudamos, acaba sendo desinteressante, pesadona, desvinculada da realidade. E até falsa, muitas vezes. Por isso mesmo, facilmente esquecida.

Para muitos, por exemplo, só terá ficado na memória, sobre D. Pedro II, que um golpe militar o depôs, que ele morreu no exílio, e que foi sepultado junto a um pouco de terra do Brasil. E mais aquela imagem de velhinho bondoso, inevitável nos livros didáticos que todos conhecemos.

Poucos sabem, e quase ninguém se pergunta, o que fez esse homem antes de ser um velhinho. Ninguém afirma, mas fica um tanto subentendido, que ele sempre foi mais ou menos um velhinho, sem qualquer influência nos destinos do País. No entanto, ao longo de 66 anos, quantas decisões importantes, quanta dedicação infatigável, quantos benefícios enormes. A ponto de se poder afirmar que sem ele o Brasil não existiria, e em seu lugar as ambições políticas teriam produzido um mosaico de países, à moda da América espanhola. Bastaria essa impressionante unidade nacional para imortalizar um soberano e um reinado.

Nesta coletânea os fatos falam por si. E os comentários sobre o Imperador, emitidos por seus contemporâneos ou por historiadores idôneos, não deixam a menor

dúvida sobre os grandes benefícios que a Nação hauriu durante os 49 anos do seu reinado.

Nesta compilação os fatos e comentários se sucedem, sobre um fundo de quadro em que transparece e brilha, como constatação indiscutível, a superioridade do regime monárquico sobre o democrático como ele hoje se apresenta. É inegável também que não prevalecem hoje as bases doutrinárias e o substrato moral necessários para uma restauração monárquica. Mas é sempre útil lançar luz sobre a verdade histórica, melhor ainda quando ela contém potenciais inesgotáveis para iluminar e orientar os passos futuros de uma nação.

Minha esperança é que, se os nossos governantes atuais tiverem esta coletânea como uma espécie de "livro de cabeceira", e pautarem suas atitudes e decisões segundo os admiráveis exemplos que ela fornece, conseguiremos mudar para um nível bem mais elevado as atuais perspectivas desanimadoras. Talvez isso dependa também do proveito pessoal que dela faça o prezado leitor, e da divulgação insistente com que a apresente no seu círculo de relações.

Leopoldo Bibiano Xavier
Pró Monarquia
Rua Itápolis, 873
01245-000 – São Paulo-SP
Tel.: (11) 2368-1028

I

A MINHA FAMÍLIA BRASILEIRA

OUVINDO A TODOS SEM ENGANAR A NINGUÉM

A Família Imperial, modelo e apoio das famílias brasileiras

Se investigarmos bem a fundo as razões da popularidade que a Família Imperial conservou, mesmo depois da República, veremos que reside, em boa parte, no êxito de sua tarefa social. O velho Imperador, com a grande respeitabilidade de sua figura, seu porte grave, sua longa barba precocemente encanecida, sua afabilidade, representava bem o tipo ideal do excelente pai de família brasileiro daquela época, coluna do lar, protetor suave e varonil dos seus. O Imperador representava o tipo exemplar, concentrando em si as virtudes que cada brasileiro estimava em seu próprio pai.

O mesmo se poderia dizer da Imperatriz, Dona Teresa Cristina. Era italiana, e adaptou-se ao nosso ambiente com a naturalidade com que o fazem os de sua terra. Feia, bondosa, acolhedora, era ela mesma o protótipo da dama brasileira, naquele tempo algum tanto desinteressada dos encargos de representação, mas exímia em tudo quanto dissesse respeito aos deveres do lar. Consciente ou inconscientemente, todos se sentiam um pouco parentes daquela família-tipo.[129]

Chamou a atenção do jornalista norte-americano James O'Kelly, do "New York Herald", o cunho familiar da Monarquia brasileira e a enorme popularidade do Imperador: "Os brasileiros comportam-se para com seu Imperador como uma grande e feliz família para com seu bem-amado pai".[28] Ao relatar o embarque do Imperador para os Estados Unidos, observou: "Não era um chefe despedindo-se cerimoniosamente da nação que governa, era antes um casal adorado despedindo-se da família".[18,95]

Na Universidade Lehigh, por ocasião da viagem do Imperador aos Estados Unidos, havia alguns estudantes brasileiros, que ficaram encantados em vê-lo. A propósito do encontro com esses estudantes, o jornal "North American" comentou: "Os jovens se aglomeraram em torno dele, como filhos em torno de um pai, e ele parecia um pai tratando com seus filhos".[95]

O dia do seu regresso foi um dia de gala nacional. A emoção com que o acolheram assumia antes o tom carinhoso de uma família que revê o chefe estremecido do que o de uma nação que recebe o seu soberano.[75]

O Conde Alexandre Hübner, diplomata austríaco, publicou no "Le Figaro" em 18/10/1882, após sua viagem ao Brasil, um artigo sob forma de carta ao povo brasileiro:

"Oriunda de duas das mais ilustres e mais antigas famílias reinantes, a dinastia que vejo à vossa frente identifica-se convosco nos bons e nos maus dias. **Aliando a simplicidade à dignidade, pode servir de modelo ao mais suntuoso como ao mais humilde lar**.

"Um fato, sobretudo, me impressionou. A 15 de agosto, a festa da Virgem foi celebrada com a pompa tradicional, na antiga igreja de Nossa Senhora da Glória. Quando cheguei, o templo já estava cheio de fiéis. As poltronas reservadas para a Corte eram as únicas ainda desocupadas. Diante da igreja, na plataforma de onde se domina a vista do golfo, amontoava-se uma multidão de diversas cores. Do branco mais puro ao negro mais escuro, todas as tonalidades da pele humana ali se achavam representadas.

"O sol poente doura com seus últimos raios esse vasto lençol de rochedos fantásticos, todo esse conjunto de céu e de mar, de granito e de vegetação, que faz da baía do Rio uma das maravilhas do mundo. Os sinos todos dobram, soltam-se foguetes, e os petardos se juntam com seu barulho ensurdecedor. É a Corte que se aproxima.

"Guiado pelo acaso, penetro por uma porta entreaberta num pequeno jardim dando para a plataforma, onde o proprietário e sua família recebem o desconhecido com hospitalidade verdadeiramente brasileira. Foi dali que pude lançar o olhar em profundidade e ver o Imperador dando o braço à Imperatriz, acompanhado da Princesa Imperial e do Conde d'Eu, subir a pé a rampa muito inclinada que conduz à igreja. Uma multidão compacta de povo o cerca. Nenhuma ala militar, nenhum policial. **Dom Pedro encontra-se no seio de sua grande família, e ali se sente bem**. Espetáculo admirável que me impressionou vivamente, porque recordava-me cenas semelhantes do meu país".[135]

O Imperador, um pai respeitado e amado, que conhece todos os seus filhos brasileiros

Seria erro acreditar que os brasileiros prezavam no Imperador somente a suprema autoridade do Estado. Eles amaram antes de tudo nele o homem, e do homem as suas virtudes. Esta afeição tinha um cunho de ternura filial. E a virtude do Imperador que mais cativou o povo foi a bondade.[75]

O historiógrafo João Ribeiro fez a seguinte apreciação sobre D. Pedro II: “Simples e modesto, mas sem perda da distinção pessoal. Generoso e desinteressado. Sábio, mas sem afetação. Exemplo de todas as virtudes domésticas. **Melhor que a popularidade, granjeou a simpatia respeitosa da multidão**. A opinião unânime a respeito do Soberano o fez protótipo das virtudes sociais”.[13,101]

Ele não via no povo apenas a massa amorfa, em que as parcelas se confundem e se anulam na soma total. Ia além, buscava enxergar no todo o detalhe das fisionomias e a vida dos indivíduos. Sabia a história do País e a história de muitos de seus súditos.[74,75]

Durante uma audiência pública, um ex-oficial de voluntários entregava um memorial ao Imperador. O Conde d’Eu, que estava presente, aproximou-se e perguntou ao oficial:

— O senhor não é o tenente tal, que serviu em tal batalhão?

O oficial confirmou, trocaram algumas palavras, e a audiência prosseguiu. Depois que ele se retirou, o Conde d’Eu comentou com D. Pedro:

— Tenho o orgulho de conhecer todos os oficiais que serviram sob minhas ordens.

— Isto é uma grande coisa. E eu tenho procurado conhecer todos os brasileiros.[44]

Numa viagem ao interior de Minas, o Imperador observou, no meio de uma multidão compacta, uma negra que fazia grande esforço para se aproximar dele, mas as pessoas à sua volta procuravam impedi-la. Compadecido, ele ordenou que a deixassem aproximar-se, e ela relatou:

— Meu senhor, eu sou Eva, uma escrava fugida, e venho pedir a Vossa Majestade a minha liberdade.

O Imperador mandou tomar as notas necessárias, e prometeu dar-lhe a liberdade quando regressasse. E efetivamente entregou à cativa o documento de alforria.

Algum tempo depois, indo a uma das janelas do Palácio de São Cristóvão, viu um guarda tentando impedir que uma preta velha entrasse. Sua memória prodigiosa reconheceu imediatamente a ex-escrava de Minas, e ele ordenou:

— Entre aqui, Eva!

A preta precipitou-se porta adentro, e entregou ao seu protetor um saco de abacaxis, colhidos na roça que plantara depois de liberta.[63]

A 7 de dezembro de 1889, a Família Imperial exilada chegava a Lisboa. Antes de ir para terra, o Imperador quis despedir-se de toda a oficialidade de bordo, entregando uma lembrança pessoal aos três oficiais mais graduados. Para a tripulação, reservou uma determinada quantia em dinheiro, tendo tido o cuidado de mandar organizar, para esse fim, uma lista com os nomes de todos os marinheiros e empregados de bordo. Como de costume, nenhum detalhe lhe escapou:

— Falta o homem que trata dos bois. Não o esqueça.[52]

No gabinete de D. Pedro II havia um busto de Alexandre, o Grande. À vista dessa imagem, alguém lembrou-lhe as palavras de César ao contemplar outra semelhante:

— Ele não tinha ainda a minha idade, e já conquistara toda a terra.

— **E eu conquistei o meu povo!** – exclamou o Imperador.[26]

O Palácio do Imperador está aberto a todos

Todas as pessoas, sem exceção, podiam ser facilmente admitidas à presença do Monarca, não se precisando para isso nem de vestuário apropriado, nem de bilhete especial, nem de qualquer declaração ou outra formalidade, e muito menos de empenhos de políticos ou de gente do Paço. Bastava apresentar-se em palácio e declinar o nome, que era lançado num grande livro, e penetrar naquelas salas abertas a todos. Benjamim Mossé afirma: "Cada um pode apresentar-se como quiser, de casaca, de uniforme, de blusa, de roupa de trabalho; nem por isso deixa de ser recebido por Sua Majestade. O mais humilde negro, em chinelos ou pés descalços, pode falar ao Soberano".[52]

Escragnolle Dória, conhecido historiador e escritor, confirma:

"Era só chegar e esperar a sua vez, certo de ser atendido. Cada qual trazia o seu interesse e dava o seu recado sem vexame, na sua gramática. O Imperador costumava referir-se a essas audiências públicas como **receber a minha família brasileira**.

"Certa vez, falava ao Imperador uma mulher de cor, já idosa, cabeça nua, mãos trêmulas, xale aos ombros, vestido de chita, sapatos e meias usados. Aproximou-se acanhada, dirigiu-se ao Soberano, e no perturbado da exposição deixou cair papéis, sem dúvida de apoio à modestíssima pretensão. Apanhou-os o Imperador, restituiu-os, continuou a ouvir por muito tempo, despedindo a suplicante com um sorriso de bondade e gesto de encorajamento, ficando a segurar os documentos que ela lhe confiara".[45,52,66]

O romancista Gustavo Aimard, que visitou o Brasil três vezes, escreveu sobre nosso País o livro "*Brésil Nouveau*". Estava no Rio havia oito dias, em 1881, quando seu amigo Sohier lhe sugeriu que fosse ao Palácio da Boa Vista visitar o Imperador. Perguntou então qual seria a etiqueta. O amigo riu-se, e lhe deu a explicação:

— Nos sábados as audiências imperiais são públicas, e duram de duas às cinco da tarde. Os candidatos a um encontro com o Soberano entram no Palácio, sobem ao segundo andar, atravessam uma longa galeria e entram na sala das audiências, sem ninguém para lhes embargar os passos.

— Então não há soldados, funcionários e guardas?

— Haverá uns vinte guardinhas,. Mas nenhum se ocupa de quem entra ou sai.

Aimard narrou desta forma a entrevista:

"Entrei no Palácio, subi uma larga escadaria atapetada, no alto da qual encontrei uma pessoa que imaginei ser um porteiro, mas que era um camarista. Perguntei-lhe onde estava o Imperador: 'Em frente, na segunda porta à esquerda', respondeu-me sorrindo esse desconhecido. Atravessei um imenso salão, que parecia estreito por causa de seu extenso comprimento. Estava deserto, completamente sem móveis, não tendo nem mesmo um banco. Em compensação, as paredes se achavam cobertas de quadros, dos quais quase todos me pareceram de bons mestres e de várias escolas. Alguns deles chamaram minha atenção, parecendo-me de grande valor. Fiquei de tal modo absorvido por essas telas, que esqueci por muito tempo o que tinha ido fazer ali. Duas pessoas que saíam, conversando em voz alta, chamaram-me à realidade. Abri a porta que o desconhecido me tinha indicado, e achei-me noutro salão, este muito bem mobiliado, no qual se via uma meia dúzia de capuchinhos comodamente sentados, todos cochichando uns com os outros. Atravessei uma galeria bastante estreita, mas muito longa, cheia de gente. O Imperador se encontrava no fim da galeria. Reconheci-o logo pela sua elevada estatura, pela barba loura entremeada de fios de prata, e pela fisionomia sorridente".[52]

O Conde d'Ursel, secretário da legação belga no Brasil, aqui desembarcou em 9 de dezembro de 1873. Narra a visita a D. Pedro II:

"Estava o Palácio Imperial aberto a todo o mundo, e os veadores do Soberano acolhiam os visitantes com a maior cordialidade. Ao limiar daquele Paço, sentia-se que o dono da casa a todos recebia benévola e bondosamente.

"Era sábado, dia de audiência pública, por assim dizer, pois toda e qualquer pessoa era admitida a falar a D. Pedro II. Na extremidade da longa galeria avistei o Imperador vestido de preto, parando em frente a pessoa por pessoa, estendendo frequentemente a mão e ouvindo o interlocutor, sempre com visível atenção.

"Nada mais impressionante do que o espetáculo, ao mesmo tempo simples e comovedor, que eu tinha diante dos olhos. Havia pessoas de modesta posição, vestidas pobremente, esperando a vez para, sem intermediário algum, submeter ao Soberano a sua petição.

"O Imperador, com benevolência e dignidade, deixa chegarem-se a ele todos dentre os seus súditos que têm uma reclamação a fazer ou um favor a pedir. É voz corrente que esta prática excelente serve por vezes de freio salutar aos funcionários que se deixam levar a arbitrariedades".[6]

Qualquer brasileiro pode falar com o Imperador e confiar na sua bondade

No Rio Grande do Sul, por ocasião dos contatos com os governantes dos países aliados Argentina e Uruguai, D. Pedro despira-se preliminarmente das exterioridades de sua hierarquia. Não era um rei entre burgueses, mas um chefe de Estado que procura equiparar-se aos outros dois. Na realidade, acentuava com isso a majestade que lhe é natural. **Só os príncipes, educados para o trono, podem ser simples, familiares e agradáveis, sem que os demais ousem romper a zona de respeito de que insensivelmente se cercam**. Silveira da Mota, secretário de Tamandaré, afirmou:

"Confesso que nunca vira, na pessoa de D. Pedro II, tanta força de sedução. Tudo o que havia de simpático e nobre na sua fisionomia apresentava-se naquela época com o aspecto mais favorável. Parecia ser o Monarca da coxilha, idealizado pela gauchada. Ele não teve sequer o seu batismo de fogo, mas a fleuma com que se aproximava ao alcance do fuzil das trincheiras paraguaias foi o bastante para que os circunstantes fizessem uma alta ideia da sua coragem".[127]

Se D. Pedro II tinha um grande, um irremediável defeito, pode dizer-se que esse defeito era a sua bondade.[27] Joaquim Nabuco, o famoso abolicionista, afirmou que durante cinquenta anos o povo encontrou o Imperador sempre de pé, na galeria de São Cristóvão ou no Paço da Cidade, **ouvindo a todos sem enganar a ninguém**: "A sua porta esteve sempre mais franca do que qualquer outra no País. E quando se deixava de tratar com ele, para falar aos poderosos, todos sentiam que **a vaidade da posição começava abaixo do trono**".[52]

Na sua "Fé de Ofício", o próprio Imperador afirmou: "O meu dia era todo ocupado no serviço público, e **jamais deixei de ouvir e falar a quem quer que fosse**".[151]

O conselheiro Nuno de Andrade descreveu uma audiência do Imperador:

"Às cinco horas em ponto desci do tílburi, junto à portinha baixa onde uma sentinela cochilava. Não se pedia licença para entrar. Tomei a escada da direita, e fui ter a um longo salão retangular quase sem móveis, com grandes quadros nas paredes. O Freire, criado da casa, meu conhecido, disse-me:

— O Imperador não tarda.

"Cerca de quinze pessoas esperavam D. Pedro II, e entre elas um preto vestido de brim pardo, sem gravata, com uns grandes sapatos muito bem engraxados. Depreendia-se do lustro do calçado que o preto cuidara de parecer asseado; e, como era idoso, a intenção traduzia certa altivez nativa. Tinha ido a pé e sentia-se cansado, por isso sentara-se no chão da galeria. O Pederneiras, com sua barba branca, chegou-se a mim, indicou o preto e disse filosoficamente:

— Ainda querem mais liberdade nesta terra...

“Instintivamente olhamos para as portas, constantemente abertas a todos os brasileiros.

“O Imperador apareceu no extremo da galeria, e o preto levantou-se. Seria o primeiro a falar ao Soberano, e ninguém se lembrou de lhe disputar a precedência. O Imperador lhe perguntou:

— Então, como está? Que é que temos?

— Estou bom, sim senhor. E vosmecê? Eu venho dizer a vosmecê que fui voluntário na guerra do Paraguai. Na batalha, fiquei com um braço ferido por bala. Curei-me, e continuei até o fim de tudo. Depois voltei e caí no meu ofício de empalhador. Há um ano adoeci do fígado, e o Dr. Miranda, na Santa Casa, me fez uma operação. Nunca mais tive saúde. Agora, não posso mais trabalhar no ofício, e não tenho vintém para comprar farinha. Na secretaria do Império há falta de servente, e eu fui falar com o ministro. Mas o ministro não fala com toda a gente. Estão lá uns mulatinhos pernósticos, que me dizem sempre: Você espere. Eu espero, sim senhor; e depois os mulatinhos me mandam embora, porque o ministro não recebe mais ninguém. Já três vezes isso me aconteceu. Então fiquei zangado e pensei assim: vou falar ao Imperador, que é nosso pai; ele não manda a gente embora. Ora, pois, eu queria que vosmecê me desse um bilhetinho para o ministro...

“O Imperador chamou o general Miranda Reis, que então o acompanhava, e disse-lhe algumas palavras. Voltando ao preto, exprimiu-se assim:

— Vá com Deus. Fico sendo seu procurador, e tratarei do seu negócio.

— Mas eu tinha vontade de mostrar àqueles mulatinhos pacholas...

— Não tem nada que mostrar. Vá para sua casa e espere.

“Alguns dias depois, contou-me o general Miranda Reis que o Imperador mandara alojar o antigo voluntário numa casinha da Quinta, e ordenara ao comendador João Batista que lhe suprisse a mensalidade de 40 mil réis, pedindo desculpas de não poder dar mais. E o João Batista, honrado mineiro prodigiosamente econômico, amofinava-se com as frequentíssimas decisões desta espécie; sustentava, em voz fraca e lacrimosa, que das quatro operações o sábio Imperador só conhecia a de dividir”.[81,112]

O Imperador é feliz quando cada brasileiro está contente

No “Figaro”, Gaston Calmette escrevera que Dom Pedro II se parecia com o escritor Arsène Houssaye, velho conhecido do Soberano. Dias depois, encontrando-se com Houssaye, Dom Pedro conduziu-o para diante de um espelho, risonhamente, e disse:

— Vejamos se de fato nos parecemos!

— Talvez – disse o poeta –, mas numa coisa não nos parecemos: é que eu, de vez em quando, gostaria de ser Dom Pedro II, e vós jamais gostaríeis de ser Arsène Houssaye.

— Quem sabe? Todo homem traz sua coroa de espinhos. Faríamos, contudo, uma troca inútil, pois não usaríamos a coroa do homem feliz.

— E Vossa Majestade já encontrou algum **homem feliz**?

— Sim! **Eu mesmo, quando meu povo está contente!**[48,111]

Quando chegou ao Rio Grande do Sul no dia 16 de julho de 1865, no limiar da guerra do Paraguai, o Imperador publicou uma patriótica proclamação, que termina com estas palavras:

— Riograndenses! Falo-vos como pai que zela a honra da família brasileira. Estou certo de que procedereis como irmãos que se amam ainda mais quando qualquer deles sofre.[2,107]

Dom Pedro se esforçava para obter o bem estar de cada súdito.

O Barão de Teffé narra um exame do qual participou na Academia de Marinha, na presença do Imperador. Era presidente da banca examinadora o Prof. Cristiano Otoni. No tom seco que lhe era peculiar, e que tanto assustava os alunos, chamou o examinando e ordenou:

— Exponha com clareza e precisão a matéria do seu ponto.

O rapaz titubeou, pois não tinha prática de fazer discursos. Gaguejou, empalideceu e guardou silêncio, enquanto organizava mentalmente algumas frases para iniciar a exposição. Otoni se impacientou e intimou:

— Sua Majestade veio aqui para ouvi-lo e julgar do seu aproveitamento. Ou fale ou retire-se.

Nisto o Imperador tranquilizou o rapaz, dizendo:

— Compreendo a sua perturbação, mas acalme o seu espírito, porque aqui não há juízes ferrenhos, e sim amigos dispostos a esperar que lhe volte o sangue frio.

Começou em seguida a conversar calmamente com Otoni. Isto bastou para conquistar o estudante tímido, porém bem preparado, que acabou fazendo brilhante exame e obteve aprovação plena.[25]

Diante de uma escola, numa cidade do interior por onde passava o Imperador, uma menina se preparava para ler um discurso em sua homenagem.

— Nada, nada, minha filha! Eu não gosto de discursos.

Mas logo se arrependeu, porque a criança, contrariada, assumiu um ar de choro.

— Bem, bem! Uma vez que tanto quer falar, venha cá. Venha conversar comigo.

Para encorajá-la, acrescentou:

— Vejo que você é inteligente. Não tenha medo. Mostre-me que você é inteligente, porque eu gosto muito de crianças, tenho netinhos da sua idade.[95,127]

O Imperador tratava com especial atenção todos os servidores da Casa Imperial, inclusive os escravos, quando ainda os tinha; ou ex-escravos que, depois de libertos, continuavam a servi-lo como empregados pagos. Assistia aos casamentos dos seus servidores, quando previamente avisado.

Quando o Santíssimo Sacramento saía da capela da Quinta, para a casa de algum empregado doente, Dom Pedro II acompanhava o padre, de tocha na mão, até o carro que o conduzisse.[52]

Em 1866, durante a guerra do Paraguai, D. Pedro escreveu ao Marquês de Paranaguá: "Lembro-lhe as providências para que não falte de comer e agasalho, assim como roupa, aos que forem designados. Cumpre não demorar essas medidas".

De quem se tratava aí? De filhos de grandes do Império, que seguiam para os campos paludosos do Paraguai? Nada disso! Visava o conforto de simples escravos, que deixavam a Fazenda Imperial de Santa Cruz e partiam para a guerra.[52]

Às quintas-feiras o Imperador costumava jantar com a Princesa Isabel, no Palácio Guanabara, para onde seguia com a Imperatriz às 4 horas da tarde, escoltado pela guarda imperial. Não estava previsto que os cadetes seriam alimentados pela cozinha do palácio, o que lhes causava não poucos transtornos, porém desconhecidos pelo Imperador.

Certo dia, um cadete resolveu arranjar algum alimento. Dirigiu-se aos fundos do Palácio e penetrou na sala de jantar. Pegou uma penca de bananas, e quando ia apanhar também uma garrafa de vinho, deparou com o Imperador. Não se desconcertou. Depôs sobre a mesa o que apanhara, fez continência e disse:

— Vossa Majestade me perdoe. Estava com fome, vi estas belas bananas e não me contive.

— Por que não esperou o jantar, seu cadete? Não demorava.

— Saiba Vossa Majestade que aqui não nos fornecem jantar, e os que não têm dinheiro para comprar alguma coisa passam fome.

O Imperador ficou carrancudo, e nada disse. Pouco depois vinha um bom jantar do Palácio, e daí em diante isto se tornou rotina.[69]

Narrando fatos que comprovavam a brandura de trato do Imperador, um distinto servidor do Paço dizia:

— É coisa admirável! Eu às vezes não posso conter-me diante de faltas cometidas no Paço, mas o Imperador nunca se zanga! A que ponto isto chega, seria necessário ver para crer.[73]

A popularidade do Imperador cantada em versos

Popularidade autêntica é a que se conquista na voz do povo, que não admite imposições. Principalmente na poesia popular, que é a própria alma do povo. Não são muitos os nomes de heróis e bandidos, de intelectuais e políticos, que aparecem na poesia popular do Brasil. Entre esses nomes, teve lugar de destaque o do magnânimo Imperador Dom Pedro II. Logo após o seu nascimento, as mães cantavam em Minas Gerais, ninando as crianças:

Lá vai o sol entrando
Arraiando pelo mundo;
No dia 2 de dezembro
Nasceu Dom Pedro Segundo.

Por ocasião da campanha da maioridade, o povo se manifestou com uma quadra que ficou famosa:

Queremos Pedro Segundo,
Embora não tenha idade.
A Nação dispensa a lei,
E viva a maioridade!

A popularidade de D. Pedro II começou de fato após a maioridade. O povo estava cansado das revoltas e experiências. Ansiava por outra coisa, e pôs no jovem Monarca todas as esperanças:

Suba ao trono o jovem Pedro,
Exulte toda a Nação;
Os heróis, os pais da Pátria,
Aprovaram com união.

Vista a seda, traje a púrpura,
Exulte toda a Nação;
Os heróis, os pais da Pátria,
Aprovaram com união.

Foi abaixo a camarilha,
De geral indignação;
Os heróis, os pais da Pátria,
Aprovaram com união.

De Norte a Sul do País, a musa popular cantava, com variações regionais:

Atirei um limão n’água
De tão alto foi ao fundo;

Os peixinhos responderam:
Viva Dom Pedro Segundo!

No tempo de Canudos, cantava-se:
Saiu D. Pedro Segundo
Para o reino de Lisboa,
Acabou-se a Monarquia,
O Brasil ficou à toa.

Este povo está perdido,
Está sem arrumação,
E o culpado disso tudo
É o chefe da Nação.[155]

II

O EXEMPLO QUE VEM DE CIMA

Nosso Imperador, um modelo para todos os soberanos do mundo

O Visconde se Sinimbu definiu uma das funções importantes da atividade política: "Temos uma missão mais elevada, que é educar a população. Ora, esta **educação não pode ser feita senão pelo exemplo, que é a primeira lição, a primeira base de qualquer educação**. O povo tem os olhos fitos nos seus homens de Estado, e se os vê dúbios, contraditórios, incertos, oscilantes em suas ideias, perde-lhes a fé e a confiança".[117]

Dom Pedro II acreditava na eficiência cívica do bom exemplo, que compete ao monarca esclarecido oferecer aos seus súditos. Confiava no império da justiça, que orienta a atividade da nação para a plena consecução dos seus elevados ideais.[11]

Era um exemplo raro de soberano, do qual não se apontava, com provas convincentes, uma amante ou sequer uma protegida. Vivia, pode-se dizer, exclusivamente para o lar e para o País.[52]

Falando em 1921 a respeito de D. Pedro II, Rui Barbosa afirmou: "As suas virtudes eram muito maiores que os seus defeitos. Dom Pedro era um padrão de moralidade, um farol penetrante que brilhava dos cimos do poder, exercendo com a vigilância de sua luz, quer sobre o Governo, quer sobre a administração, quer sobre o estado geral dos costumes, **uma ação incalculavelmente saneadora**".[55]

Como participante de uma companhia lírica, L.A. Segond esteve no Rio em 1857, e escreveu sobre a Família Imperial: "O que há de notável aqui é **a veneração unânime que o Imperador e a Imperatriz inspiram. Sua vida privada é sem mácula**".[52]

Em julho de 1877 inaugurava-se em Londres a *Caxton Exhibition*, exposição organizada em honra de William Caxton, introdutor da imprensa na Inglaterra. Gladstone, um dos mais célebres estadistas ingleses, fez um discurso no banquete ao qual estavam presentes a Rainha Vitória e o Príncipe de Gales. Nesse discurso, ergueu o brinde protocolar – o chamado brinde da lealdade – à sua soberana e ao futuro rei da Inglaterra. Normalmente, nenhum outro brinde se poderia fazer depois deste. Contudo, Gladstone pediu licença, dizendo estar certo da aprovação não só da Rainha e de seu filho, mas de

todos os presentes, pois desejava saudar o Imperador do Brasil. Dom Pedro fora dos primeiros a visitar a exposição, e mantivera longa palestra com o Primeiro-Ministro. Os jornais, no dia seguinte, assim resumiam as palavras de Gladstone:

"Esse homem – e posso falar com mais liberdade por estar ele ausente – é **um modelo para todos os soberanos do mundo**, pela sua dedicação e esforços em bem cumprir seus altos deveres. É um homem de notável distinção, possuidor de raras qualidades, entre as quais uma perseverança e uma capacidade de trabalho hercúleas. Muitas vezes começa seu dia às quatro horas da manhã, para terminá-lo tarde da noite. Atualmente, essas dezoito ou vinte horas de atividade diária, ele as emprega através do mundo, e em esforços constantes para adquirir conhecimentos que saberá aproveitar no regresso à pátria. E continuará, assim, a promover o bem-estar de seu povo. É o que chamo, senhoras e senhores, um grande, um bom soberano que, pelo seu procedimento no alto cargo que ocupa, é **um exemplo e uma bênção para a sua raça**".[66,98,100,111]

Quando a Família Imperial deixava a terra brasileira, em 17 de novembro de 1889, o mesmo estadista Gladstone pronunciou um discurso no qual disse:

"Todos admitem que o homem excelente e distinto, ora derrubado do trono por essa revolução, não o deve certamente a qualquer falta pessoal. Aqui, nesta independente associação britânica, deixai-me prestar testemunho aos seus méritos. Tive a honra de apreciar algumas de suas qualidades pessoais, das quais ousarei dizer duas coisas: não há na Inglaterra, nem em Manchester, no mais suntuoso palácio do mundo, como na mais humilde choupana, não há homem mais ávido do que foi o ex-imperador do Brasil em adquirir todos os conhecimentos de útil aplicação. **Nenhum monarca foi mais dedicado à felicidade do seu povo**. Seu nome será distinto na História, e ainda que não caiba a mim dar parecer sobre as causas que produziram esta grande mudança em um país importante, estou inteiramente convencido de que entre elas não está a desaprovação do procedimento do Imperador, nem falta de afeição à sua pessoa".[37]

O Imperador cumpre com exatidão os deveres da realeza

A noção do dever é essencial na vida de D. Pedro II. Foi a sua ideia imutável, a de quem cumpre a obrigação e não vê heroísmo nisso. Limitava-se a exigir dos outros igual honestidade. No trono, nos seus horários de rei metódico, no casamento, também foi um cativo de sua missão.[127]

O príncipe Adalberto da Prússia, visitando o Brasil em 1842, impressionou-se com a avidez de D. Pedro II em adquirir toda sorte de conhecimentos. Impressionou-o também o pendor por tudo quanto é grande e nobre, e concluiu: "Que felicidade para este belo

país, a de ser governado por um soberano como este, que tão bem compreende os deveres da realeza e nutre tão ardente desejo de fazer feliz o seu povo".[99,127]

No seu diário, o Imperador se lamentava: "A falta de zelo, a falta de cumprimento do dever, é o nosso primeiro defeito moral. Muitas coisas me desgostam, mas não posso remediá-las, e isso me aflige profundamente. Se, ao menos, eu pudesse fazer constar geralmente como penso! Mas, para quê, se tão poucos acreditariam nos embaraços que encontro para fazer o que julgo acertado? Há muita falta de zelo, e para a maioria o amor à Pátria só é uma palavra. Ver onde está o bem, e não poder concorrer para ele senão lentamente, é um verdadeiro tormento para o soberano que tem consciência".[52]

Muitos dos nossos estadistas do Império, para fugir à responsabilidade dos seus atos, tinham por hábito atribuir a si próprios as medidas que o País aplaudia, e à Coroa os atos que eles mesmos praticavam em prol do filhotismo, quando repudiados pela opinião pública. Por ocasião do chamado Gabinete da Conciliação, presidido pelo Marquês de Paraná a partir de 1853, D. Pedro redigiu algumas instruções sob o título de "ideias gerais", onde declarava de maneira formal e definitiva: "O ministro que se desculpar com o meu nome será demitido".[44,52]

No verão, a Família Imperial subia para Petrópolis. O Imperador desfrutava ali um sossego e uma tranquilidade de espírito que não tinha no Rio. Os ministros folgavam com isso, porque não ficavam sob a sua vigilância diária inexorável. O Barão de Cotegipe, com visível satisfação, escreveu a um amigo: "Sua Majestade foi para Petrópolis, e estamos agora mais aliviados de trabalho".[52]

Alexandre Dumas Filho, diretor da Academia de Letras da França, afirmou que a preocupação exclusiva de D. Pedro II, desde que subiu ao trono, foi o progresso, a liberdade e a felicidade do seu país: "Suas grandes distrações, quando viaja, são os congressos científicos e as sessões acadêmicas. Feliz monarca, feliz nação!"[99,100]

Fagundes Varela, referindo-se a D. Pedro II, escreveu:
Oh! Não consintas que teu povo siga
Louco, sem rumo, desonroso trilho!
Se és grande, ingente, se dominas tudo,
Também da terra do Brasil és filho.
Abre-lhe os olhos, o caminho ensina,
Aonde a glória em seu altar sorri.
Dize que viva, e viverá tranquilo;
Dize que morra, e morrerá por ti!"[4,152]

Mons. Pinto de Campos constata na sua "Biografia de D. Pedro II":

"Para patentear o desenvolvimento que o espírito religioso tem assumido no ânimo do Soberano, diremos que não há solenidade da Igreja em que Sua Majestade não timbre em dar o exemplo de devoção, assistindo com singela compostura a todas as grandes funções religiosas.

"Os dias da Semana Santa são todos passados pela Família Imperial no templo. Ele mesmo lava os pés dos pobres, e o seu Paço torna-se nesses dias morada deles. No dia da Paixão de Jesus Cristo, todos os anos, abundância de mercês e perdões abrem portas de cárceres a desgraçados.

"Em suas viagens, ao chegar a qualquer localidade, a Casa do Senhor é a que primeiro visita, entoando o *Te Deum Laudamus*, escutando a palavra dos oradores sagrados. Nas suas próprias capelas imperiais, mormente nas do Paço da Cidade e de São Cristóvão, todas as festividades do culto são feitas com grande pompa, e não há acontecimento grave de seus parentes em que, nas festas, nas exéquias ou nos ofícios fúnebres, ele não se prostre a implorar sentidamente a Deus".[66,73]

A moralidade, critério importante para as nomeações do Imperador

Monteiro Lobato afirmou: "D. Pedro II tinha o maior escrúpulo na nomeação de um simples juiz que fosse. Sabia que um mau juiz é calamidade vitalícia. A República muito se beneficiou com a projeção, no tempo, do célebre lápis azul do Imperador. Mas o amoralismo que daí para cá presidiu à escolha dos substitutos desses homens, até quando operará os seus tristes resultados?"[106]

O historiador Oliveira Lima confirma: "**O Imperador assumira uma ditadura: a da moralidade**. Suas escolhas procuravam ser justiceiras, e por coisa alguma no mundo as teria degradado. Os senadores vitalícios que D. Pedro II nomeava dentre os eleitos pelo povo, os magistrados que promovia na carreira judiciária, os diplomatas que mandava representarem o País no estrangeiro, tinham todas as probabilidades de ser respeitáveis e honestos. Se vinha a saber a menor coisa em contrário à sua reputação, e a acusação fosse justificada, seus nomes iam para a famosa 'lista negra', rabiscada pelo *lápis fatídico*".[116]

Um ilustre político e reputado historiador, de volta da Europa, trouxe um magnífico piano de cauda, e sua esposa aproveitou para ocultar dentro dele um respeitável contrabando de sedas e outras coisinhas. Na alfândega a muamba foi descoberta, mas logo abafada. Algo chegou ao conhecimento do Imperador, e o nome do político foi anotado pelo *lápis fatídico* no famoso caderno preto.

Algum tempo depois, o político resolveu pleitear uma vaga no Senado, e fez incluir seu nome em primeiro lugar na lista tríplice, e além disso ao lado de dois outros do

partido de oposição. Para ele, portanto, de acordo com as praxes, a escolha era certa. Mas não para o Imperador, que preferiu nomear um dos outros candidatos.[3]

Desempenhou a magistratura em Cametá, durante muitos anos, um certo Dr. Miranda, sobre o qual recaía a acusação de ter cometido incesto com uma filha. O escândalo foi referido por um jornal local, e o nome do personagem anotado pelo *lápis fatídico* do Imperador. Sempre que havia uma vaga de desembargador em qualquer tribunal do País, o ministro da Justiça organizava uma lista tríplice na qual vinha o nome do Dr. Miranda, quase sempre em primeiro lugar. Mas ele nunca conseguiu ser nomeado, morrendo no cargo de Juiz de Direito.[63]

O Governo brasileiro tinha direito ao *placet* na nomeação de padres estrangeiros como párocos e à intervenção nos seminários. Entretanto, D. Pedro II fez sentir que muitas vezes essa intromissão era levada pelo bom senso. Como ocorreu, por exemplo, quando o Arcebispo da Bahia apresentou a lista tríplice de candidatos para a paróquia de São Gonçalo dos Campos. Ele só escolheu o terceiro da lista, pelo fato de o primeiro ser recalcitrante beberrão, e o segundo um impudico que andava por Feira de Santana com uma prostituta na garupa.[82]

Fiscalizar a nomeação e a promoção dos diplomatas era uma das suas maiores preocupações. Conhecia, pode-se dizer, a vida de cada um. Daí, por exemplo, opor-se à nomeação do futuro Barão do Rio Branco para cônsul do Brasil em Liverpool, por se ter amasiado no Rio com uma artista belga do Teatro Alcazar, e já ter dela um filho.

É conhecido o fato de um diplomata nosso que, após uma carreira sem mancha, fora nomeado embaixador em São Petersburgo. Estando na Itália, veio a público haver ele cometido irregularidades no jogo, num clube fechado frequentado pela aristocracia romana. Sabedor do fato, o Imperador foi inexorável. Mandou demiti-lo imediatamente, cassando-lhe ao mesmo tempo o título de Conselheiro.

O resultado desse policiamento do Monarca era um corpo diplomático ao mesmo tempo brilhante e capaz, moldado na melhor escola, onde cada qual se impunha pelo seu valor próprio e suas altas qualidades morais. Não se viam diplomatas sem um mínimo de moralidade, ostentando publicamente suas amantes. Ou embriagados, praticando toda sorte de desatinos. Ou fazendo falcatruas, emitindo cheques sem fundo, fazendo dívidas de jogo, tudo à sombra das imunidades diplomáticas e amparados pelos governos com o silêncio.[52]

No atacado e no varejo, a vigilância do Imperador

Dom Pedro II era atento aos mínimos detalhes do seu ofício, lendo os memoriais, investigando o passado dos candidatos aos cargos públicos, intolerante só para os desconceituados, intratável quando lhe falavam de gente indigna, incapaz de promover um juiz desmoralizado, implacável no julgamento dos desonestos. Metido em tudo, fiscal de todos os ramos do poder, absorvente, meticuloso, prudente, como se na dobra de cada papel houvesse um alçapão, por onde se afundasse o Império. Um terrível funcionário inexorável, vigilante, incansável![127]

Essa vigilância fenomenal e essa solicitude indefectível, com que procurava conhecer até às mais ínfimas particularidades os negócios públicos, eram o amparo dos fracos e a confiança dos desanimados. A sua memória admirável era o mais prodigioso dos dicionários biográficos. E esta ciência não era uma simples curiosidade, uma bisbilhotice banal. Tinha na memória o processo do seu tempo, e folheava-o com o interesse de um juiz muito íntegro. Conhecia muitos dos seus compatriotas melhor do que os próprios vizinhos ou afeiçoados. E quanto essa miraculosa memória não prestou de relevantes serviços à moralidade do governo e à dignidade da Pátria![74,75]

O Imperador não se contentava apenas em ser consciencioso quase ao escrúpulo, no exercício de suas funções, mas era também vigilantíssimo para que os funcionários públicos fossem exímios. A começar por seus ministros, que ele fiscalizava a ponto de um ou outro por vezes se irritar.[18]

Martim Francisco, ministro da Justiça do Gabinete Zacarias, submeteu à apreciação do Imperador um candidato à nomeação para Juiz de Direito. Para melhor conquistar a assinatura imperial, apresentou o candidato como “paupérrimo”. O Monarca observou:

— Não sofre tantas privações. A mulher ganha muito em quitandas.[52,94]

Em 1859, D. Pedro II fez uma viagem às províncias do Norte e Nordeste. Em Salvador, estranhou encontrar no livro da tesouraria o nome de um arrematante de construções provinciais. Sua memória prodigiosa lhe denunciava que aquele era o nome do assassino do juiz municipal de Tucano. Na realidade, como lhe foi explicado, tratava-se de um homônimo. Mas a vigilância era constante.[127]

O Imperador lia diariamente todos os jornais da capital, com a atenção posta em assuntos que pudessem interessar ao Governo. Recebia também um extrato dos principais artigos e notícias dos jornais das províncias, que depois iriam formar dossiês. Recorria a eles sempre que precisava interpelar um ministro a respeito dos assuntos que lhe propunha. Esses recortes constituíam o desespero dos ministros. Os recortes e a memória imperial vigiavam, implacáveis, contra os acobertadores de erros e violências partidárias.

Uma notícia levada ao conhecimento do Imperador, extraída do "Correio de Minas", relatava assassinatos políticos, após os quais havia sido demitido o subdelegado local. Não satisfeito com a insuficiência da punição, o Imperador anotou, para providência do ministro: "E por que não processado?".

Mas o *lápis fatídico* não trabalhava apenas para corrigir a displicência e os erros das autoridades. Também para louvar ou premiar aqueles que o merecessem. Um exemplo é o despacho a propósito do "Jornal do Amazonas", onde anotou: "No lugar marcado, achará os nomes de alguns indivíduos que, depois das necessárias informações, talvez mereçam medalhas concedidas por atos humanitários".[52,57]

Era raro o dia em que o Imperador não saía para visitar hospitais, quartéis, repartições públicas, estabelecimentos de instrução, arsenais, academias. Não eram simples visitas protocolares, mas verdadeiras visitas de inspeção. Logo depois da visita, algum de seus ministros recebia uma observação, sugestão, lembrete, pedido de providência. Depois de visitar o asilo dos Inválidos da Pátria, por exemplo, escreveu ao Marquês de Paranaguá, ministro da Guerra: "A limpeza do asilo e o bom tratamento dos inválidos dá-me muito cuidado. Nomeando-se um diretor militar ativo, e encarregando-se as irmãs de caridade do serviço que não seja de natureza militar, tudo se conseguirá".[52]

Nas decisões do Imperador, a corrupção administrativa não tem vez

Rui Barbosa, um dos articuladores da proclamação da República, que depois repetidamente se confessou decepcionado, declarou: "Bati-me contra a Monarquia sem deixar de ser monarquista. A Monarquia parlamentar, lealmente observada, encerra em si todas as virtudes preconizadas, sem o grande mal da República, o seu mal inevitável. O mal grandíssimo e irremediável das instituições republicanas consiste em **deixar exposto à ilimitada concorrência das ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado** e, desta sorte, o condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade".[145]

O Imperador era de uma intransigência irredutível, sempre que se tratava de isolar a política ou a administração pública de todo interesse que não fosse propriamente o do País. Nisto, o seu espírito de moralidade era insuperável. Pode nem sempre ter evitado que fugissem a uma justa punição políticos menos escrupulosos, mesmo dos mais acatados, ou funcionários prevaricadores. Mas em via de regra, sempre que um fato menos justificável lhe vinha ao conhecimento, ele não hesitava em punir o responsável com os recursos que lhe dava a lei.[52]

Em Capão d'Anta, no Paraná, fora adquirida pelo Ministério da Agricultura uma gleba para a instalação de colonos russo-alemães, vindos do Volga. As terras eram

impróprias para qualquer cultura, e haviam sido vendidas por um potentado político local. De tal qualidade eram as terras, que os próprios colonos as abandonaram em poucos dias, indo mendigar pelas estradas. A notícia chegou à Corte, causando a mais penosa impressão ao Monarca. Em visita ao Paraná, e por desejo expresso de D. Pedro II, toda a comitiva foi com ele ao local. Na presença do próprio vendedor, mandou um soldado revolver a terra com a espada, e disse:

— Isto não dá nem capim. Isto é cascalho, não é terra. No Volga esses pobres homens tinham muito melhores terras. Não precisavam vir para tão longe.

Um dos amigos do vendedor ousou retorquir:

— Foram os próprios colonos que pediram estas terras. Muita gente os aconselhou a que não viessem para cá, mas eles insistiram.

— Quem os aconselhou? Quem?

— Gente do povo.

— O povo não fala alemão nem russo, e conselho não se dá por intérpretes.

De volta à Corte, ainda fez sentir o profundo descontentamento, na medida das suas limitações constitucionais. Como era de praxe, o Ministério levava para a assinatura do Monarca as graças concedidas aos que mais benefícios haviam prestado durante a viagem imperial. Ao ser apresentado um decreto transformando em barão o tal vendedor das terras, D. Pedro decidiu:

— Vamos reformar isto. Não quero dar nenhum título a esse senhor. Prefiro agraciar a mãe dele.

— Já é baronesa.

— Pois faço-a viscondessa. Mande-me o decreto para que eu assine. Faço-o com prazer. Ao filho é que não.[44,66]

Dom Pedro II não apreciava no Barão de Penedo a facilidade com que recebia as comissões de intermediação, sempre que tratava de novos empréstimos. Desinteressado, a ponto de não dar importância a dinheiro, estranhava que outros não agissem da mesma forma. Em 1863, num bilhete para o Marquês de Abrantes, dizia: “Consta-me que o empréstimo contraído em Londres o foi a 85,5%, e não a 88%, porque houve 2,5% de comissão. Espero que o embaixador brasileiro não tenha recebido parte dela, e de nenhum modo posso consentir que ele o faça. Já procedo do mesmo modo há anos”.

Foi esse o motivo da remoção do Barão de Penedo da Inglaterra para a França.[127]

O Imperador serve à Nação desinteressadamente

A dotação do Imperador era de 800 contos de réis anuais. Foi mantida igual durante todo o reinado, apesar de relativamente pequena. Várias vezes o Parlamento propôs aumentá-la, mas sempre encontrou a resistência do Imperador, que declarou:

"Tenho querido que todas as minhas despesas corram por conta da dotação. Desde que ela foi votada, jamais quis nem quero que seja aumentada. Até parei com as obras do Palácio de São Cristóvão. E se tenho gasto com o jardim, tornando-o um dos mais belos do Rio, é porque desejo que aproveite ao público, que precisa desse passatempo saudável.

"Nada devo, e quando contraio uma dívida, cuido logo de pagá-la. A escrituração de todas as despesas de minha Casa pode ser examinada a qualquer hora. Não junto dinheiro, e julgo que o que recebo do Tesouro é para ser gasto com o Imperador. Quarenta anos de um tal procedimento devem ter criado hábitos que não se mudam facilmente".[15,52,57,104]

Esta conduta foi uma constante na vida do Imperador, como o comprova um minucioso estudo de Maurílio Augusto de Almeida sobre a viagem à Paraíba, em 1859:

"Todas as despesas havidas com a viagem à Paraíba e demais províncias correram por conta pessoal de D. Pedro II, como se o Imperador estivesse empreendendo uma excursão turística para regalo íntimo, como se não estivesse no desempenho de missão inerente às suas altas funções. Marcava-lhe o caráter este traço reconhecido até mesmo por seus adversários mais ferrenhos: Sua Majestade nunca se valeu de recursos públicos para custeio de despesas pessoais, limitando-se ao emprego dos estipêndios que lhe coubessem por direito".[96]

Embora tivesse confiança nos seus empregados domésticos, cuidava pessoalmente das contas da sua Casa. Uma vez por semana examinava os balancetes e conferia os documentos de despesas. Uma vez perguntou ao tesoureiro:

— Como vão os negócios da minha Casa?

— Vossa Majestade não sabe multiplicar.

— Isso é verdade. Só sei dividir.[52]

Quando o Imperador chegou da Europa em 1888, o Conselheiro Miranda Rego, que era mordomo interino, apresentou-lhe as contas da gerência de sua Casa:

— Senhor, há um saldo de treze contos de réis a favor da Casa Imperial.

— Dê quanto antes essa quantia aos nossos pobres. Não quero que digam que eu entesouro dinheiro.[62]

Certo dia um funcionário comunicou-lhe que havia dezoito contos de réis de saldo em sua conta particular. Respondeu que não queria economias, e determinou que a soma fosse empregada na construção de uma escola na Fazenda Santa Cruz.[91]

No dia 25 de maio de 1871, D. Pedro II partiu para sua primeira viagem à Europa, deixando como regente a Princesa Isabel. Concedida a licença, começaram na

Assembleia os debates sobre como seria a viagem. Levanta-se o deputado Teixeira Júnior, e propõe:

— Já que nosso bem amado Imperador vai à Europa, ele precisa ir com certa folga financeira, para apresentar-se à altura de um Chefe de Estado do Império do Brasil. Proponho, pois, que se aprove a concessão de uma verba extra de dois mil contos de réis para o Imperador fazer condignamente sua viagem.

Levanta-se outro deputado, Melo de Morais, e diz:

— Dois mil contos de réis? Isso é muito pouco. Vamos votar o dobro, vamos dar quatro mil contos de réis para Sua Majestade poder comodamente ir à Europa.

E assim prosseguiram os debates. Quando soube disso, mandou logo o Imperador um bilhete ao Conselheiro João Alfredo, ministro do Império, nos seguintes termos: "Espero que o Ministério se apresse em fazer desaprovar quanto antes semelhantes favores, que eu e minha filha rejeitamos. Respeito a intenção de todos, mas **respeitem também o desinteresse com que tenho servido à Nação**".

Nas duas viagens que fez mais tarde, revelou a mesma simplicidade e modéstia.[18,26]

Uma hoteleira do Porto apresentou ao embaixador do Brasil uma conta das despesas feitas pelo Imperador, que lá estivera hospedado uns poucos dias. A conta foi considerada exorbitante, e o embaixador negou-se a pagá-la. A hoteleira viajou então para o Rio, e fez publicar uma notícia nos jornais. O Imperador, que ignorava a recusa do embaixador em fazer o pagamento, ficou profundamente contrariado. Mandou chamar a tal senhora, pagando-lhe do próprio bolso não só o montante da conta, como também as suas despesas com a viagem que fizera para cobrá-la.[44]

Se o Governo imperial pode reduzir as despesas, não cria novos impostos

Nos arquivos do Imperador, pode-se constatar a sua constante preocupação com as finanças públicas e com o equilíbrio orçamentário: "**Enquanto não tivermos certeza de extinguir o déficit, não se devem conceder favores pecuniários a novas empresas**. Mesmo às existentes, só excepcionalmente, depois de muito sério exame".

Se ele não se mostrava mais arrojado do que os ministros, é de justiça reconhecer que não lhes ficava também atrás. Muitas vezes se antecipava, vencendo seus preconceitos e prevenções, ou lutando por libertá-los das malhas absorventes da política partidária, que os esterilizavam e os consumiam.[52]

O Visconde de Ouro Preto, na gestão do Ministério da Fazenda em 1879, emitia as seguintes ideias: "Ter em vista principalmente a economia, porque, **enquanto se puder reduzir a despesa, não há direito de criar novos impostos**. Do crédito, somente se

deve usar para despesas produtivas, para as que aumentem e desenvolvam as fontes de receita".[34]

No dia 5 de março de 1879, na sessão da Câmara dos Deputados, o Visconde de Ouro Preto se manifestou favorável à redução do subsídio de deputados e senadores, bem como dos vencimentos de numerosos funcionários públicos, que haviam sido majorados sem razão. Nas reduções projetadas não figuravam as relativas à dotação da Família Imperial, e isso por razões justas que então apresentou. Em despacho imperial, quando o ministro comunicou ao Imperador o plano de redução de subsídios e vencimentos, D. Pedro II disse espontaneamente que de sua parte faria, de bom grado, o sacrifício que lhe coubesse, para melhorar a situação financeira. Não havia o que estranhar nesse ato, porque **o Brasil estava habituado a ver partirem do Trono os nobres exemplos de abnegação e civismo**.[34]

O Governo Provisório, constituído após a proclamação da República, aprovou para as despesas da Família Imperial no exílio uma verba de 5.000 contos de réis, suficiente para comprar, na época, 4,5 toneladas de ouro. Logo que lhe foi possível, o Imperador enviou ao seu procurador no Brasil esta recusa categórica:

"Tendo tido conhecimento, no momento da partida para a Europa, do decreto pelo qual é concedida à Família Imperial, de uma só vez, a quantia de cinco mil contos, mando que declare que não receberei, bem como minha família, senão as dotações e mais vantagens a que temos direito pelas leis, tratados e compromissos existentes. Portanto, se tiver sido recebida aquela quantia, deverá ser restituída sem perda de tempo. Recomendo outrossim que, cingindo-se aos termos desta comunicação, dirija ofício, que fará imediatamente publicar, e do qual me remeterá cópia".[52]

Sobre essa oferta do Governo Provisório, D. Pedro II comentou em Lisboa:

— Não sei com que autoridade esses senhores dispõem dos dinheiros públicos.[136]

III

ACIMA DOS SENTIMENTOS PESSOAIS,

O INTERESSE NACIONAL

Nas decisões imperiais não prevalecem os sentimentos pessoais

Nas "Cartas de Erasmo", publicadas em 1865, o escritor José de Alencar dirige-se ao Imperador nestes termos: "Monarca, eu vos amo e respeito. Sois, nestes tempos calamitosos de indiferentismo e descrença, um entusiasmo e uma fé para o povo. Aproxima-se o cidadão livre e altivo de vosso trono, **porque nunca aí se sentou a tirania**; sua dignidade não se vexa ao inclinar-se para vos beijar a mão, que tem feito tanto bem a inúmeros infelizes e assinado só perdões e indultos, porque em vós acata ele o pai da Nação. Na cúpula social, onde estais colocado, **sois para a sociedade brasileira mais do que um rei, sois um exemplo**. Bem poucos monarcas poderão dizer como D. Pedro II: *Nunca abri o meu coração a um sentimento de ódio, nunca pus o meu poder ao serviço de vinganças*".[152]

Dom Pedro II afirmou:

— Quando tenho de resolver-me, consulto só a minha razão. Não me abala nem a lisonja, por mais insinuante, nem o vitupério, por mais ferino.[22,73] Sou sensível às injustiças e me doem as zombarias. Mas o meu dever não permite que, por injúrias pessoais, prive o País dos serviços de brasileiros distintos.[52,66]

Nem o ódio nem o favoritismo influíam nas ações do Imperador. Ele próprio confirma essa conduta em carta a Alexandre Herculano. Quando quis agraciá-lo com a Ordem da Rosa, o velho escritor, que era também seu amigo, relutou em aceitá-la, e escreveu ao Monarca: "Não tenho ideia de haver feito serviço algum ao Brasil; e as distinções honoríficas, onde e quando não significam o meio de um vil mercadejar de consciências, são haveres que pertencem aos beneméritos da Pátria, haveres depositados nas mãos do soberano, para solver dívidas de gratidão à sociedade". Em seguida, fazendo uma distinção sutil entre o Imperador como homem privado e como soberano, acrescentou: "Receio muito que o coração de Dom Pedro de Alcântara o iludisse, e inconscientemente o levasse a abusar de sua intimidade com o Imperador, em proveito de uma afeição particular".

Com delicadeza de sentimentos e elevação de espírito, respondeu-lhe D. Pedro II: "Logo que recebi sua carta de verdadeiro amigo, mostrei-a ao Imperador. A afeição que ele e eu lhe votamos não podia de nenhuma sorte ressentir-se de sua determinação; porém eu, que conheço quanto os corações como o seu prezam a franqueza, hei de necessariamente discutir as razões apresentadas para não aceitar a alta prova de consideração dada pelo Governo do Brasil ao ilustre literato duma nação tão ligada à minha. **Começo pela defesa do Imperador**, que lhe é muito afeiçoado, mas **sempre procurou evitar a influência de sentimentos pessoais nas ações do Governo de sua Nação**. Propôs ele seu nome para uma condecoração poucas vezes concedida, porque entende que os serviços às letras e às ciências são feitos a todas as nações".[52]

Uma tremenda crise financeira assoberbava o País, em 1858. Apareceram então no "Jornal do Comércio" alguns artigos tratando de economia política, assinados sob o pseudônimo de *Veritas*, nos quais se patenteava a competência do seu autor. O Imperador encarregou o presidente do Conselho de Ministros, Limpo de Abreu, de indagar quem era o autor desses artigos, e convidá-lo a assumir a pasta da Fazenda. Dois dias depois, durante o despacho ministerial, o Imperador perguntou pelo resultado da incumbência, ao que o ministro comentou:

— Se Vossa Majestade soubesse quem é o *Veritas*...

— Basta! Já sei, já sei... Bem vejo que os senhores não me conhecem. Sr. Presidente do Conselho, quando lhe confiei essa delicada missão, eu já sabia que *Veritas* é o pseudônimo do Dr. Francisco de Salles Torres Homem, o Timandro, autor do "Libelo do Povo", livro onde eu, minha mulher e minhas filhas somos cruelmente tratados. Mas **eu não posso colocar os meus sentimentos pessoais acima dos interesses do meu povo**. Atravessamos uma crise econômica e financeira das mais agudas, e esse homem parece dispor dos meios para atenuá-la, senão vencê-la. Vá convidá-lo em meu nome a vir à minha presença.

No dia seguinte, a pasta dos negócios da Fazenda era confiada à competência do violento panfletário. Ao apresentar-se ao Imperador, e tornando-se ministro, teria declarado:

— Senhor, para os grandes crimes, as grandes expiações...

A imprensa da oposição foi implacável com o seu correligionário da véspera, que no entanto resolveu em pouco tempo o complicado problema financeiro. Vendo-o diariamente batido pelos amigos e invejosos, que não lhe perdoaram o fato de ter posto o seu grande talento e aptidões a serviço da Pátria, o Imperador foi de uma generosidade além das próprias ambições do novo estadista: deu-lhe o título de Visconde de Inhomirim, mandou nomeá-lo depois ministro plenipotenciário e enviado extraordinário junto a uma das mais brilhantes cortes europeias, e na primeira oportunidade escolheu-o para o cargo vitalício de senador do Império.[66,95,110,143]

No Império a imprensa é livre

Dom Pedro II sempre fez questão de que a **imprensa** fosse **livre**. Ela devia ser combatida por meio da própria imprensa, e não fazendo-a calar:

— **Os seus abusos, puna-os a lei, a qual não convém que continue ineficaz, como até agora**.[52,57]

Em 1871, antes de viajar para a Europa, D. Pedro II escreveu algumas instruções para sua filha, a Princesa Isabel, que assumiria a Regência durante a sua ausência. Aí se encontram observações sobre a liberdade de imprensa, com o seguinte teor: "Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações da imprensa e de qualquer outro meio de exprimir opiniões, quando não se deem perturbações da tranquilidade pública; pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas, ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes, menos no excesso. Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário".[43,68]

O desvelo do Imperador pela integral observância da liberdade de imprensa, como de algumas outras liberdades que ele desejava assegurar com a mais escrupulosa meticulosidade, valeram-lhe naturalmente aplausos calorosos de personalidades públicas e privadas afeitas aos princípios do liberalismo. Mas causaram também desacordo e até estranheza da parte de outras personalidades, que argumentavam, com base em numerosos exemplos históricos, em favor de uma aplicação comedida dos princípios constitucionais de inspiração liberal.

Curioso é notar que a radicalidade do procedimento liberal de D. Pedro lhe valeu até apodos de baixo nível, partidos dos próprios arraiais do liberalismo, como a alcunha soez de "Pedro Banana".

Foi o Segundo Reinado, da Maioridade à República, o único período da história pátria em que a imprensa exerceu a sua missão sem entraves preparados para lhe cercear ou suprimir legalmente a liberdade.[43] Quem ler as coleções de jornais antigos da Biblioteca Nacional chegará, inevitavelmente, à conclusão de que nunca a imprensa gozou de tanta liberdade como durante o longo reinado de D. Pedro II.[132]

Veio a República, e encerrou-se um período único na história da imprensa brasileira. Foram 49 anos de reinado, em que não houve estado de sítio nem se votou qualquer lei especial contra a liberdade de imprensa. Isso porque Pedro II não o permitiu. Caberia à República o triste fadário de criar peias às liberdades que a Monarquia amparou, protegeu e preservou, dando prova de que isso é possível, e de que, mesmo com

a aparência de um erro, pode uma sociedade organizar-se, viver e engrandecer-se sem o recurso à violência, à tirania ou à ilegalidade.[43]

O jornalista republicano José Veríssimo escreveu no "Jornal do Brasil", em 8 de dezembro de 1891: "Neste País, todos os que têm a honra de empunhar uma pena convencida e honesta, por modesta que seja, reconhecerão que jamais, durante o longo reinado, tiveram que deixá-la cair por falta de liberdade, ou sequer de iludir ou velar o seu pensamento. Todos pensávamos como queríamos, e dizíamos o que pensávamos".[29,30,75,132]

Ferreira de Araújo, redator-chefe da "Gazeta de Notícias", afirmou: "Em nenhum país se poderia achar mais liberdades do que as existentes de fato no Brasil. Tudo é lícito dizer na imprensa, na tribuna, contra a política, contra a Magistratura, contra o Governo, contra o Imperador. Há leis contra o abuso destas liberdades, mas essas leis nunca regularmente se aplicam, e para muitos casos não há leis especiais".[29,132]

Souza Ferreira, redator-chefe do "Jornal do Comércio", propôs: "Aqueles que nos últimos quarenta anos têm vivido na imprensa, não deixarão de pedir que se lhes reserve espaço na lápide comemorativa para que possam gravar esta verdade: **Nunca a livre expansão do pensamento, a liberdade da imprensa, teve mais convencido, mais enérgico, mais constante defensor do que o Imperador do Brasil, D. Pedro II**".[29]

O dia 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II, era comemorado em todo o Brasil com solenidade e entusiasmo. Os jornais dedicavam-lhe amplo espaço, inclusive os pasquins da oposição, que se aproveitavam também dessa ocasião para tentar colocar em ridículo o Monarca. Não era desses o "Jornal do Comércio", que procurava manter-se em alto nível. Em 1868, este jornal recebeu, para publicação naquela data, versos aparentemente inofensivos, enaltecendo o Imperador. E os publicou:

Oh! excelso Monarca, eu vos saúdo,
Bem como vos saúda o mundo inteiro,
O mundo que conhece as vossas glórias.
Brasileiros, erguei-vos, e de um brado
O Monarca saudai, saudai com hinos,
Do dia de dezembro o dois faustoso,
O dia que nos trouxe mil venturas.
Ribomba ao nascer d'alva a artilharia,
E parece dizer, em som festivo:
Império do Brasil, cantai, cantai!
Festival harmonia reine em todos;

As glórias do Monarca, as sãs virtudes
Zelemos, decantando-as sem cessar.
A excelsa Imperatriz, a mãe dos pobres,
Não olvidemos também de festejar
Neste dia imortal que é para ela
O dia venturoso em que nascera
Sempre grande e imortal Pedro II.

Nada de especial teriam os versos, se não formassem uma mensagem insultante as primeiras letras de cada verso, colocadas em ordem: *O bobo do rei faz annos*. Esse acróstico, cuja autoria não se conhece com certeza, mas é atribuída ao republicano Salvador de Mendonça, provocou protestos e discussões acaloradas, tanto nas ruas quanto através da própria imprensa. O "Diário do Rio de Janeiro", por exemplo, escreveu: "Agora mesmo tem o autor dessa poesia degenerada ocasião de comprovar **a extensão do amor e da simpatia que o povo brasileiro vota à Família Imperial**. Ele não ousou nem ousará jamais declarar-se. E coitado dele se o fizesse!"[66,85,132,146]

Se a Monarquia voltar, não lhe faltarão adesões

No Instituto Histórico, lembraram que era urgente nomear a comissão que coligisse os dados para a grande biografia do Imperador, pois brevemente se completariam 50 anos de reinado. Dom Pedro se surpreendeu:

— Biografia?! Não pensem nisso. Aliás, é simplicíssima. No alto de uma folha de papel, escrevam a data do meu nascimento e o dia em que subi ao trono. No fim, a data em que vier a falecer. Deixem todo o intervalo em branco, para o que ditar o futuro. Ele que conte o que fiz, as intenções que sempre me dominaram e as cruéis injustiças que tive de suportar em silêncio, sem poder jamais defender-me.[62,83,95,127]

Após o golpe de 15 de novembro, conversavam em Paris o Imperador e Goffredo d'Escragnolle Taunay, sobre a situação do País. Taunay disse:

— Nesta ocasião, mais do que nunca, seria de incalculável vantagem para todos a presença de Vossa Majestade no Brasil. Com a experiência dos negócios que tem Vossa Majestade, com o seu inesgotável saber, o seu conhecimento profundo dos homens e das coisas da Terra de Santa Cruz, com a sua clara visão das necessidades do País, poderia Vossa Majestade, se lá estivesse, evitar ou ao menos atenuar grandes calamidades.

— Se me chamarem, irei logo, sem a menor hesitação. Creio, de fato, que poderia ser útil. Governar um grande país como o nosso é difícil, muito difícil mesmo.[50]

Em visita a D. Pedro II exilado, o Conde Afonso Celso perguntou:

— Vossa Majestade não desejaria voltar, para restaurar no Brasil o regime da justiça e da liberdade?

— Quanto a voltar, se me chamarem, estou pronto. Seguirei no mesmo instante, e contentíssimo, visto ser útil ainda à nossa terra. Mas se me chamarem espontaneamente, notem. Puseram-me para fora... Tornarei, se se convencerem de que me cumpre voltar. Conspirar, jamais! Não se coaduna com minha índole, meu caráter, meus antecedentes. Seria a negação da minha vida inteira. Nem autorizo ninguém a conspirar em meu nome ou no dos meus. Se desejarem de novo a minha experiência e a minha dedicação à testa da administração, que o digam claramente e sem constrangimento. Obedecerei sem vacilar, à custa embora de árduos sacrifícios. Do contrário, não e não![66,110,136]

Diante do Imperador exilado, alguém se referiu às numerosas adesões que o governo republicano recebia de antigos e zelosos monarquistas; e repetiu, a propósito, a frase de Carlos de Laet: "Estendeu-se sobre o País um enorme emplastro adesivo". Com calma, D. Pedro II observou:

— Isso que ora se dá em nossa Pátria, sempre se deu e se há de dar em todos os séculos e em todas as nações. Que sol nascente deixou jamais de produzir calor e movimento? Deve-se julgar os homens pelo que eles são realmente, e não pelo que desejamos ou sonhamos que sejam. Feliz a consciência onde a recordação de todos os atos de um simples dia, calmo e normal, não projetar alguma sombra de dúvida! O novo regime surgiu revestido de aparato, apoiado na força pública, rico de recursos que lhe deixamos, fértil em esperanças e valiosas promessas. O modo inopinado como a mudança se efetuou feriu as imaginações, atribuindo-lhe foros de maravilhoso. Daí o magnetismo que ele exerce, perfeitamente explicável. Lamentemos apenas a ilusão em que se acham, e meditemos sobre a contingência das situações humanas. Virá em seguida o arrependimento. **Se a Monarquia voltar, de adesões não há de sentir falta**, e igualmente espontâneas, com idêntico entusiasmo e verdade.[52]

IV

SIMPLES, SÁBIO E JUSTO

O IMPERADOR FILÓSOFO

Nosso Imperador gosta de estar bem perto do povo

O Imperador era respeitoso do conforto alheio, preocupado sempre em não incomodar a ninguém. Quando estava em Petrópolis, preferia descer ao Rio uma vez por semana, para despachar com os ministros em São Cristóvão, ao invés de obrigá-los a fazer as quatro ou cinco horas de viagem a Petrópolis.[19,52]

Comparecia com a família aos bailes semanais do Hotel Bragança. Nos últimos anos já não dançava, mas limitava-se a conversar animadamente com todos. A Imperatriz estava geralmente presente, já idosa, baixa, claudicante, nada devendo à formosura, mas seu aspecto traduzia a estirpe real, o selo aristocrático.

Na rua, cruzando com os transeuntes, o Imperador os cumprimentava com um largo gesto, cheio de cortesia. Outras vezes fazia parar um conhecido, político ou diplomata estrangeiro, com quem trocava algumas palavras. Não raro as crianças o rodeavam, fazendo algazarra. E era pitoresca, então, a cena daquele ancião respeitável, simples e desprevenido, cercado por uma meninada buliçosa, à qual distribuía pratinhas "com o seu retrato". Em certas manhãs acompanhavam-no a Imperatriz, a Princesa Isabel, o Conde d'Eu e os pequenos príncipes. Caminhavam então em grupo, pelo meio da rua. Após o jantar, saíam todos a passeio pelas ruas da cidade, num landau puxado por uma bela parelha de cavalos negros, pertencentes ao Conde d'Eu.[52]

Em Saint Etienne, no Loire, o Imperador quis visitar uma famosa indústria local. Saltou um pouco antes do portão, e enquanto caminhava pelo quarteirão, muita gente vinha à porta para vê-lo melhor. Em frente a uma das casas, um garoto de quatro anos se pôs a sorrir quando o viu, e disse:

— Esta é a minha casa. O Senhor não quer entrar?

Encantado com essa ingênua recepção, o Imperador entrou. Depois de ter lançado um olhar pela sala, e satisfeito por ter visto o interior daquela casa operária, deu um tapinha na bochecha do garoto e saiu, deixando-lhe como lembrança uma nota de cem francos.[52]

Dom Pedro II detestava a gravata branca. No baile que lhe foi oferecido na corte de Berlim, contrariando o protocolo, compareceu de gravata preta. Meia hora depois de sua chegada, os demais convidados estavam de gravata preta, adaptando-se ao gosto do Monarca brasileiro.[66]

No Covent Garden, em Londres, onde só se entrava de casaca, D. Pedro II inadvertidamente compareceu de sobrecasaca e cartola. O porteiro, que não sabia de quem se tratava, observou que teria de ser obedecido o regulamento. Habituado aos padrões nacionais, o Barão de Souza Fontes, que o acompanhava, segredou ao porteiro:

— É Sua Majestade, o Imperador do Brasil.

— Pois... o camarote da rainha é lá em cima. Lá poderá entrar de sobrecasaca. Aqui, não.[66]

A simplicidade da Família Imperial, vista por uma educadora alemã

Ina von Binzer, educadora alemã que viveu no Brasil em 1881/82, publicou posteriormente as cartas que então escreveu, relatando as suas impressões sobre o Brasil. Em 1/9/81, comenta sobre o nosso Imperador, que inaugurava um trecho de ferrovia:

"A manhã foi movimentadíssima. Todos os convidados estavam de pé, para ir visitar a cidadezinha de São João d'El Rey, e mesmo o mais pobre dos habitantes mostrava-se orgulhoso e amável, porque se considerava um anfitrião.

"Às sete horas da noite, naturais e estrangeiros acorreram à estação, onde D. Pedro devia chegar. E como o trem atrasara quase três horas, não apareceram policiais nem funcionários da ordem, a fim de impedir que seus caros e leais súditos se comprimissem, dando tempo à multidão para empilhar-se, formando um muro compacto.

"Finalmente chegou o trem. A locomotiva quebrara-se pelo caminho, e enquanto providenciavam uma outra, o Imperador foi obrigado a esperar duas horas na estação de Entre Rios, que ainda estava sendo pintada e atapetada para recebê-lo. Mas, como se podia perceber, nada disso prejudicava seu bom humor. Ouvimos quando ele indagou:

— Arranjaram também um concerto e um baile?

"Cumprimentava sempre com o chapéu e com a mão. A Imperatriz acenava à direita e à esquerda. Atravessaram, seguidos pelo seu pequeno séquito, dirigindo-se com amabilidade aos seus súditos, encaminhando-se para a sala de espera da estação.

"Nosso grupo aproveitou-se dessa curta demora para voltar mais depressa à casa onde se hospedaria o casal imperial. Era uma propriedade particular, emprestada ao hóspede imperial, e pertencia a uma baronesa viúva que vive no Rio.

"De repente, o barulho de um carro, que sacolejava entrondosamente sobre o calçamento. Curiosa, avancei minha cabeça: um senhor alto, imponente, de barba branca, apertava cordialmente a mão do Dr. Rameiro, que se achava perto da porta. Depois, esse

vistoso senhor entrou no corredor e apertou a mão das senhoras, que se inclinaram levemente, e a seguir a dos senhores.

"Atrás do Imperador vinha uma senhora muito pequenina e um pouco disforme, vestida simplesmente de preto, sorrindo com benevolência e dando a mão a beijar. Eram o Imperador e a Imperatriz do Brasil.

"Você não pode fazer ideia do que eu sentia! Era tudo tão horrivelmente simples, e eu imaginara de maneira tão diferente uma recepção aos imperadores, oferecida por esses suntuosos brasileiros! Não havia nada impressionante.

"Dom Pedro oferece o braço à sua esposa, e o casal sobe a escada lentamente. Nós os seguimos. Em cima, a Imperatriz senta-se no sofá da sala de visitas. As senhoras presentes seguem o exemplo dessa única dama da corte, sentando-se à direita e à esquerda, nas filas de cadeiras em ângulo reto. E a pobre Imperatriz, velha e cansada, encontra ainda uma palavra amável para cada uma, enquanto o Imperador, como se fosse um moço, sem o mínimo sinal de fadiga, se reúne aos senhores.

"Imagine, Grete! Ele falou também comigo. Primeiro, assustei-me quando se dirigiu a mim perguntando por meu tio, que se acha em Nova York, mas viveu muito tempo no Brasil, tendo sido muito protegido pelo Imperador. Parece que D. Pedro fala bem o alemão, mas comigo falou em francês.

"O repouso das altas personagens não durou muito. O ministro da Agricultura, Buarque de Macedo, que fazia parte do séquito, já no caminho fora atacado por violento mal estar. À meia-noite informaram ao Imperador que o ministro se aproximava do fim. Imediatamente D. Pedro dirigiu-se para o lugar onde ele se encontrava.

"Durante algum tempo, o doente esteve entre a vida e a morte. Depois, suspirou: —

— Minha pobre família...

E o Imperador tranquilizou-o, com breves palavras sobre o destino deles".[64]

Entre gente famosa, o prestígio do nosso Imperador

Em 1871, quando fez sua primeira viagem à França, D. Pedro II recebeu com viva simpatia o ilustre professor Adolphe Franck, do Instituto de França, autor do Dicionário Filosófico. A partir desse dia, cada vez que assistia às reuniões do Instituto, do qual era membro correspondente, procurava conversar com o filósofo, e não perdia as suas aulas no Colégio de França, mas permanecendo incógnito, como simples discípulo. Numa das aulas, em que tratava do problema da escravidão, e percebendo a presença do Imperador, Franck disse:

— Um grande imperador moderno tomou a peito suprimir, em seu vasto império, a chaga social da escravidão, que desonra a humanidade. Esse imperador filantropo e sábio não é um mito. Existe realmente, está cheio de vida, e percorre todas as capitais da Europa, estudando as instituições e os costumes ocidentais. Podeis, senhores, vê-lo, falar-

lhe e contemplar-lhe a face augusta. Ele está na Europa, na França, entre vós. Ele está ao vosso lado!

Imediatamente todos voltaram-se para o Soberano, e o aplaudiram com entusiasmo. Foi uma cena tocante e admirável.[26,48,66,95,100,111,127]

Em Paris, D. Pedro II foi visitar o Professor Chevreul, seu velho amigo da Academia das Ciências, que carregava o peso de 102 anos de idade. Chamavam-no de "decano dos estudantes franceses". Ao abraçá-lo, disse-lhe o Imperador:

— É a minha velhice que vem saudar vossa juventude de cabelos brancos![52]

Um dos maiores desejos de D. Pedro II era conhecer pessoalmente Victor Hugo, então no esplendor da notoriedade e da glória. Chegando a Paris em 1877, deu instruções à embaixada do Brasil para comunicar ao escritor o desejo que tinha de vê-lo entre seus visitantes do Grande Hotel. A resposta foi:

— Victor Hugo não visita ninguém.[91]

Ao ter notícia da resposta, D. Pedro II sorriu:

— Não faz mal. Eu procurarei conhecê-lo. Ele tem sobre mim o triste privilégio da idade, e também a superioridade do gênio. Eu vou, portanto, fazer-lhe a primeira visita.[61,91,115]

Ao tempo em que D. Pedro II visitou Victor Hugo, havia em Paris uma espécie de carruagem para transporte coletivo urbano, popularmente conhecida como *impériale*. Descrevendo como era o seu dia-a-dia, o poeta disse ao Imperador:

— Depois do almoço, por volta de uma hora da tarde, eu saio, e faço uma coisa que Vossa Majestade não poderia fazer: subo num ônibus.

— Por que não? Essa condução me conviria perfeitamente. Ela não se chama *impériale*?[52,62,66]

Quando se despedia do republicano Victor Hugo, após uma de suas visitas, D. Pedro II ouviu dele estas palavras:

— Felizmente **não temos na Europa um monarca como Vossa Majestade**.

— Por quê?

— **Se houvesse, não existiria um só republicano**...[56,85]

Um Imperador com vasta cultura geral

Frei Antonio da Conceição Gomes de Amorim, beneditino e antigo capelão da Armada, exclamava frequentemente:

— De todos os monarcas do mundo, o nosso é o único sábio!

Com o passar dos anos, crescera nele a já enorme admiração pelo Monarca:

— Saibam vocês que, perto do nosso Imperador, os outros reis do mundo são uns ignorantes, uns analfabetos!

Ia um pouco longe Frei Amorim, mas não há hoje quem, de boa fé, pretenda negar que D. Pedro II foi um dos homens de mais vasta cultura geral, servido por belíssima inteligência e formidável memória, continuamente aprimorada pela obtenção de novos elementos, pois jamais houve ledor insaciável que lhe tenha levado vantagem.[5]

O diplomata e escritor Gobineau foi embaixador francês no Rio de Janeiro, tornando-se grande amigo e confidente de D. Pedro II. Quando ele foi apresentar as credenciais, o Imperador lhe disse:

— Eu não o conheço como diplomata, mas desde muito que leio os seus livros e o conheço como escritor. Vamos nos sentar, assim conversaremos mais à vontade.

Estavam na sala do trono, e o Imperador o levou para um pequeno salão ao lado, sentou-se num sofá, e o diplomata numa poltrona. Por mais de uma hora conversaram sobre os monumentos da idade da pedra, sobre a língua guarani, sobre o período glacial, sobre a pré-história dos países nórdicos. Ao final da entrevista, decidiu:

— Discutiremos tudo isso a fundo. Venha ver-me todas as vezes que quiser. Terei sempre prazer em conversar com o senhor.[52]

Na sua viagem à Europa, em 1871, os eruditos ouviam D. Pedro II estupefatos. Metia-se com sofreguidão pelos segredos da ciência. Desordenadamente, mas com tal sinceridade, que os cientistas custavam a crer naquele caso, de um chefe de nação douto como um catedrático, inteirado dos progressos da fisiologia e rodeado de livros espantosos.[127]

Frederico Nietzsche estava numa pequena estação da Áustria, quando passou o trem no qual devia embarcar, para fazer pequeno percurso. Enganou-se e foi ter a certo vagão de luxo. Verificando o erro, e notando que o carro estava ocupado por alta personalidade com o seu séquito, quis retirar-se, mas teve logo o amável convite do ilustre viajante a que se sentasse. Não tardou que este o interpelasse, e dentro em pouco estavam os dois em animada conversa.

Uma hora mais tarde, o trem chegava à estação do destino de Nietzsche. Absolutamente entusiasmado, só então, ao descer, indagou da identidade do interlocutor. Surpreso, soube que se tratava do Imperador do Brasil. Depois, muito falou acerca do imprevisto encontro, literalmente fascinado pelo espírito do Soberano.[5,46]

Magalhães de Azeredo conta que ouviu no estrangeiro a pergunta:

— Por que destronaram o velho D. Pedro II, um imperador tão bom e tão sábio? Se cá tivéssemos um imperador como ele, nós o faríamos prisioneiro, para que não pudesse ir embora.[56]

Nosso Imperador: um filósofo e um sábio

Visitando o Liceu de Marselha, D. Pedro II foi convidado para assistir a uma aula de grego, onde um aluno o saudou nesta língua. O Imperador levantou-se, comovido, e agradeceu a saudação na própria língua de Homero. Saindo dali, foi ouvir a aula de árabe do professor Reinauld.[127]

Dom Pedro II conhecia a fundo lexicologia e lexicografia dos principais idiomas, além das línguas orientais e dos dialetos do nosso continente.

Em 1879, o cacique e alguns maiorais da tribo dos "coroados" estiveram no Rio a fim de se queixarem ao "Pai Grande", narrando as violências praticadas contra eles por autoridades policiais do interior da província do Paraná. Hospedaram-se no Museu Nacional, no Campo de Santana.

Ninguém entendia o que diziam os silvícolas, embora se tivesse recorrido a vários lexicólogos. O Imperador, assim que tomou conhecimento da situação pelos jornais, foi visitá-los. E com a maior naturalidade conversou com eles no seu dialeto.[46,110]

Certo dia apareceu no Palácio o ministro da Fazenda, solicitando audiência para aprovação de uma nova lei de emissão de papel moeda. O Imperador sugeriu que tratassem do assunto no parque, onde o ministro expôs a sua argumentação. De repente D. Pedro descobriu um livro em cima de um banco, e começou a folheá-lo. Interessou-o de tal modo, que esqueceu tudo o que se passava à sua volta. O ministro, percebendo que o Imperador não mais lhe dava atenção, comentou:

— Majestade, a emissão de mais dinheiro é de suma importância!

— Senhor Ministro, falais de dinheiro? Pois eu deparei com um grande tesouro. Já há muito sonhava com ele, e agora estou satisfeito.

O livro continha textos em hebraico. Investigações posteriores revelaram que pertencia a um judeu sueco, Akerblom, que lá o havia esquecido. Posto em contato com o Imperador, desenrolou-se entre ambos uma prolongada conversação, ao fim da qual o judeu concordou em tornar-se professor de hebraico, mais uma língua que o Imperador aprendeu com facilidade.[84,95]

O grão-rabino Benjamin Mossé publicou uma obra sobre D. Pedro II, e declarou: "Seu amor à literatura hebraica proporcionou-me a extraordinária satisfação de uma longa palestra com Sua Majestade. Tive a felicidade de conversar durante duas horas com

o mais amável e instruído dos monarcas; e, ao nos despedirmos, não pude deixar de lhe dirigir estas palavras, que ele acolheu com benevolência:

— Majestade, sois mais que um Imperador, sois um filósofo e um sábio!"[84]

O Conde de Mota Maia, médico do Imperador, que o acompanhou também no exílio, ouviu dele uma confidência:

— Há muito tenho um belo projeto, e julgo ser agora o momento para realizá-lo.

— Serei indiscreto perguntando que projeto é, meu senhor?

— Estou resolvido a imitar o exemplo de um imperador como eu, Carlos V. Entrarei para um convento, e aí passarei os poucos dias que me restam. Um convento que possua uma boa biblioteca. Que mais me é dado ambicionar?

— Oh! Senhor...

— Só uma circunstância me tolhe. Estou velho, enfermo, habituado aos cuidados de meu médico, que me conhece e no qual tenho confiança. Nos conventos não há médicos...

— Quanto a isso, não, meu senhor. Acompanharei Vossa Majestade seja aonde for.

— Estou certo disso. Mas não tenho o direito de lhe impor tamanho sacrifício. Bastam os que já tem feito.[33,78]

No governo do Imperador, a preocupação pela justiça

Julgando-se prejudicado em um concurso para professor da Faculdade de Direito de Olinda, o Sr. Sá Antunes foi ao Rio e apresentou suas queixas ao Imperador, que prometeu encaminhar o caso ao seu ministro. Como a solução demorasse, teve de comparecer a várias audiências. Afinal, agastado pela demora, desabafou:

— Majestade, perdoe-me. Eu não acredito em seu ministro. Já perdi toda a esperança de obter justiça.

— Como, Sr. Sá Antunes! O senhor, tão moço, já assim descrente?! Não diga isso! Justiça se fará.

Pouco tempo depois o caso se resolvia favoravelmente.[3]

Num concurso para professor de História do Brasil, no Colégio D. Pedro II, dois candidatos se classificaram em igualdade de condições. O ministro do Império decidira a favor do candidato que era natural do seu próprio Estado, e levou o decreto para a assinatura do Imperador, que argumentou:

— Os exames foram considerados iguais, mas o outro candidato, Matoso Maia, esteve na campanha do Paraguai...

— O Dr. Rozendo também esteve.

— Sim, mas como médico civil, em Assunção, no hospital de Marinha. O Matoso Maia esteve na batalha de 24 de maio, como cirurgião-mor de brigada. Além disso, é chefe de numerosa família, e o outro é solteiro.

À vista de tais razões, o ministro resolveu contrariar suas preferências políticas, e efetivou a nomeação do outro candidato.[44,66]

Em audiência, alguém denunciou ao Imperador que um dos seus ministros não atendera a uma justa petição.

— Os meus ministros não fazem injustiça – respondeu prontamente. Depois, mais calmo, acrescentou:

— Eu mesmo vou examinar a questão.

E acabou dando razão ao reclamante, que tão acertadamente confiara na sua equidade.[26]

O oficial de marinha Irineu José da Rocha foi preterido por diversas vezes, na promoção de posto. Indignado com tão repetidas injustiças, foi ter com o Imperador, e narrou-lhe o que ocorria. Concluiu com esta queixa:

— Se Vossa Majestade me fizer a graça de conceder a minha exoneração, no dia seguinte far-me-ei cidadão norte-americano. É demais o que tenho sofrido no meu País!

— Acalme-se, senhor tenente! Vá tranquilo, que o meu Governo lhe fará justiça.

Pouco tempo depois o digno queixoso era promovido.[44]

O Visconde de Ouro Preto publicara a 10 de dezembro um manifesto no jornal "Comércio de Portugal", sobre o levante de 15 de novembro, ao qual se seguira a proclamação da República. O Imperador e ele estavam em Lisboa, exilados. Visitando D. Pedro II, este lhe disse:

— Já li o seu trabalho. Está muito bom, completo e claro. Achei-o excelente, menos num ponto.

— Qual, senhor?

— Não me pareceu muito justo a respeito do Maracaju.

— Eu não lhe fiz a menor acusação.

— Sim, mas quem ler o que o senhor escreveu...

— Perdão, senhor. Só me cumpria expor os fatos como eles se passaram. Pratiquei a mais escrupulosa fidelidade, com toda a calma e sem nenhum ressentimento. Não tenho receio de que me possam contestar com fundamento, porque só narrei o que presenciei, ouvi ou fiz. Cada qual tire daí as ilações que julgar acertadas. Se estas forem desfavoráveis a quem quer que seja, de quem é a culpa?

— Tem razão, mas não creio que houvesse traição da parte do Maracaju.

— Nem eu. Tenho-o por incapaz disso. Considero-o ainda hoje tão leal como no dia em que o apresentei a Vossa Majestade para ministro.

— Está bem. Vou reler o manifesto. Repugna-me acreditar tivesse havido traição da parte de certos personagens, como circunstâncias inexplicáveis autorizariam a desconfiar. Não sei definir... Traição consciente e premeditada, não. Trair parece-me coisa muito difícil, deve exigir extraordinário esforço. E trata-se, ademais, de homens com honrosos precedentes e serviços ao País. O senhor, em todo o caso, exprimiu a verdade. Cumpriu o seu dever.[33]

Sobre a pena de morte, D. Pedro II afirmou:

— Não sou partidário da pena de morte, mas o estado da nossa sociedade ainda não a dispensa, e ela existe na lei. Contudo, usando de uma das atribuições do Poder Moderador, comuto-a sempre que há circunstâncias que o permitam. E para melhor realização deste pensamento, é sempre ouvida a Seção de Justiça do Conselho de Estado sobre os recursos de graça. A ideia da consulta à seção, para esse fim, foi minha.[52]

V

O IMPERADOR NA INTIMIDADE

No recesso do lar, a vida do Imperador

Dom Pedro II era sempre afável. A escritora Adelaide Celliez comenta sobre ele: "Nunca da sua boca se ouviu sair uma frase ofensiva, uma palavra áspera, nada que pudesse ferir um coração ou o amor próprio. Sempre a mesma cordialidade, a mesma polidez, a mesma indulgência, e sempre a mesma vigilância e atividade do chefe de família aplicado à direção do Império constitucional".[1]

As princesas D. Januária e D. Francisca, irmãs de D. Pedro II, gostavam de cozinhar, quando crianças, mas o faziam às escondidas. O irmão estranhava a constante falta de apetite das princesas, e pôs-se a espreitá-las, até descobrir que se alimentavam com os pratos que elas mesmas preparavam. Daí em diante não puderam evitar que o imperial irmão participasse da sua mesa clandestina.[66]

Quando já velho, Frei Pedro de Santa Mariana, preceptor de D. Pedro II na infância e adolescência, soube que o Imperador tinha ido ao teatro sem a Imperatriz, que ficara em Petrópolis. De madrugada, subiu as escadas e foi dizer ao Imperador:

— Venho pedir-vos um favor.

— Qual é?

— Vossa Majestade não vá mais ao teatro sem a Imperatriz. Fica muito feio.

O Imperador atendeu o pedido do seu estimado mestre.[76]

Dom Pedro de Saxe-Coburgo, neto de D. Pedro II, foi a um baile na casa de uma baronesa em Rio Comprido. O Imperador notou que ele saíra em trajes de baile, compreendeu tudo, e à hora de recolher-se, em vez de ir para os seus aposentos, foi deitar-se na cama do neto, onde permaneceu lendo até que ele finalmente chegou. O jovem príncipe entrou muito satisfeito, mas recuou assustado ante a inesperada aparição daquele vulto querido estendido no seu próprio leito, a ler serenamente o Dom Quixote.

— Vovô?!...

— Tranquiliza-te, meu filho, que sou eu. Uma cama de rapaz solteiro não deve ser abandonada durante a noite inteira. Eu a vi muito solitária, e vim fazer-lhe companhia.

Peço-te apenas que não me obrigues a repetir estas noitadas. Os velhos não devem também alterar os seus hábitos, e só tu me obrigarias a fazer isso.[66,110]

A um cientista do Rio da Prata, D. Pedro perguntou em que se ocupara mais recentemente, e este lhe respondeu que redigia uma obra, já em fase adiantada. Manifestou o desejo de lê-la, mas o escritor desculpou-se:

— Senhor, eu não desejaria que alguns capítulos fossem vistos antes de minha morte.

— Podem-se conciliar os desejos de ambos. Confie-me o texto, indicando quais os capítulos que eu não devo ler, e eu verei o resto.

Foram-lhe confiados os originais da forma pedida, e no dia seguinte D. Pedro recomendou ao seu camarista que os lesse em voz alta, saltando os capítulos vedados.[66,73]

Com os homens de Estado, um trato ameno e firme

O general Osório ocupava a pasta da Guerra. Em um dos despachos coletivos, o Imperador, minado pelas moléstias e pela idade, começou a cochilar, e adormeceu na presença dos seus ministros. Estes se entreolharam, numa consulta silenciosa. Que fazer, em tal situação? Irem-se embora? Seria uma desconsideração. Chamá-lo? Seria um desrespeito. Osório teve uma ideia. Desafivelou o cinturão e, como se fosse inadvertidamente, deixou cair a espada ao chão, provocando considerável barulho. Despertando, o Monarca logo se deu conta do que era, e brincou:

— Certamente, Sr. General, a sua espada não caía assim no Paraguai.

— Absolutamente, Majestade. Mesmo porque, no Paraguai, não se dormia![61,66,138]

Dom Pedro II tinha indissimulável aversão à bajulação. Um dos seus camaristas, de índole subserviente, desejava entrar para a política, e apareceu como candidato de um dos partidos a uma cadeira no Senado. Apesar de votado em primeiro lugar, foi preterido na escolha pelo Monarca. Três vezes veio na lista tríplice, e três vezes foi esquecido. Ressentido, o camarista indagou de Sua Majestade a razão de tantas preterições.

— Não tenho queixas contra o senhor. É que são tão importantes os serviços que me presta como servidor da minha Casa, que não quero privar-me deles.[44,46,61]

Andrés Lamas, embaixador do Uruguai no Brasil, possuía belos rosais em Petrópolis. O Imperador ia procurá-lo pela manhã, entre as roseiras, com o pretexto de jardinar. E ambos, com grandes chapéus de palha, removiam a terra enquanto falavam de poesia ou da política do Rio da Prata.[127]

Em 1871, D. Pedro II foi o primeiro governante estrangeiro a visitar Paris depois das atrocidades da comuna, que deixaram a cidade em ruínas. O governo francês se instalara em Versalhes, aonde D. Pedro foi fazer uma visita oficial ao presidente Adolphe Thiers, que conhecia o gosto de D. Pedro pelo estudo da antiguidade. No Petit Trianon, ao cumprimentá-lo, Thiers exclamou:

— Infelizmente, Vossa Majestade tem aqui muitas ruínas para visitar!

— Já visitei todas elas![91]

Durante a sua primeira viagem à Europa, D. Pedro II foi procurado pelo ministro americano Robert Schenck, para pedir-lhe a arbitragem na questão do Alabama, em que funcionaria como alto juiz. O Imperador escusou-se:

— Não, senhor. Aqui eu não sou Imperador, mas um cidadão que viaja.

O diplomata insistiu, mostrando que D. Pedro poderia escrever sobre o assunto para o Brasil. Mas este foi peremptório:

— Aqui eu não escrevo cartas sobre negócios, e não pretendo mudar de hábitos.[95,127]

De pequenos e grandes, as homenagens ao nosso Imperador

Em 1888, quando estava em convalescença no interior da França, o Imperador foi visitar a capela de São Cassiano. Foi recebido pelo ancião Frei Luiz de Gonzaga, guardião da capela. Ao se despedir, disse-lhe o religioso:

— Creio ter tido a honra de falar ao Imperador do Brasil. Será exato?

— Por que me faz a pergunta?

— Porque o Imperador do Brasil é muito conhecido aqui, e me haviam dito que é um homem alto, de barba branca e muito bondoso. Com essas explicações, julgo ser o Imperador que aqui está. Disseram-me também que ele esteve doente, e aqui veio convalescer. Tenho sempre rezado por ele.

— Muito e muito obrigado, frei Gonzaga – respondeu comovido o Imperador.[93]

Para prestar homenagem ao Imperador, que iria visitar a exposição de Florença, o professor De Gubernatis determinou que uma banda de música fosse posta à entrada principal, no dia da visita, com o encargo de saudá-lo com o Hino Imperial Brasileiro. Para que o chefe da banda não se enganasse quanto à pessoa a quem deveria homenagear, descreveu-o como um personagem alto, respeitável, de longas barbas brancas. Aconteceu, no entanto, que o Imperador, para melhor e mais desembaraçadamente apreciar a exposição, chegou antes da hora, entrando por uma porta lateral. E percorreu-a sozinho, a pé, passando facilmente despercebido no meio dos muitos visitantes. Não teve por isso o seu hino. Mais tarde, encontrando-se com De Gubernatis na exposição, perguntou-lhe:

— Explique-me uma coisa, meu caro professor: por que é que de quando em quando ouço tocar lá fora o hino do meu País?

Um pouco confuso, o professor explicou-lhe a projetada homenagem. Mas chegaram vários personagens que correspondiam à descrição, e o chefe da banda, com medo de enganar-se, resolvera receber cada um ao som do hino brasileiro. E assim a única barba branca não homenageada pelo hino foi a do Imperador do Brasil.[52]

Na véspera do dia em que D. Pedro II devia ser recebido no Eliseu, o presidente francês Adolphe Thiers verificou, apreensivo, que não se tinha a menor ideia sobre o hino brasileiro. Chamou às pressas Gobineau, ex-embaixador francês no Brasil.

— O hino brasileiro?! Ora essa! Certamente que há um hino brasileiro. Talvez eu possa reconhecê-lo. Mas lembrar-me, nunca.

Impossível receber o Imperador sem o seu hino. Acompanhado de Madame Thiers, Gobineau se pôs a campo, numa corrida louca através de Paris, mas os comerciantes de música não conheciam o hino. Enfim, em casa de Durand, descobriram umas músicas que vieram lá de longe. Gobineau não sabia ler uma partitura, e correram para a casa de Lady Blunt, que a tocou ao piano. Bravos! Gobineau confirmou que era, sem dúvida, o hino brasileiro, e o levou triunfalmente ao Eliseu. A banda da Guarda Republicana passou a noite a ensaiá-lo, e no dia seguinte a honra da república estava salva.[52]

No exílio, em 1890, alguém disse ao Imperador:

— Acabo de ler nos jornais que Rui Barbosa, num elogio a Deodoro, comparou-o a Washington.

— Verdade? Todos poderiam ter feito semelhante paralelo, menos esse, que sabe tão bem História e conhece as coisas do Brasil.

— E quem mais se assemelha a Washington do que Vossa Majestade?

— Oh! Não, não! Washington é um dos maiores homens da História. Um só ponto nos aproxima um do outro: o amor da pátria. Ele dos seus Estados Unidos, eu do meu Brasil.

— Pois a História colocará as duas figuras no mesmo pedestal, reconhecendo maiores virtudes talvez na brasileira, para orgulho nosso.

— Não diga isso. Arrasta-o o ardor da imaginação.

— A Washington, senhor, faltou a apoteose do infortúnio. Sempre um feliz. Os seus predicados jamais foram submetidos à contraprova dos reveses pessoais. Viveu à luz de benigna sorte. Nunca perdeu filhos queridos. Educado por mãe extremosíssima, mulher superior que o viu ascender à chefia da sua nação e morreu em avançada idade. Extraordinários, na verdade, são os seus serviços, porém mais extraordinário ainda o reconhecimento dos seus concidadãos para com ele. Rico, adorado dos contemporâneos,

Washington não tragou o fel das ingratidões e das injustiças. Não se viu expelido do solo natal pela soldadesca, como um bandido, após cinquenta anos de honesto governo.

O Imperador ouvia pensativo, abanando de leve a cabeça. No fim, com melancolia, murmurou apenas:

— Na verdade, eu não conheci minha mãe. Tinha menos de um ano quando ela expirou...[33,95,152]

Sem a vaidade da posição, gestos simples do Imperador

Dom Pedro II gostava de caminhar pelas ruas do Rio, como simples transeunte. Certo dia ele se encontrou com um negro, que manifestamente não desejava fazer o esforço de ceder passagem. Muito tranquilamente, desceu do passeio e seguiu caminho. O secretário, que o acompanhava, disse:

— Como Vossa Majestade pode se rebaixar assim diante de um negro?

— Aproveito a ocasião para lhe ensinar algo de educação. Se eu não o fizer, quem o fará?[36]

Com frequência o Imperador visitava as oficinas de máquinas e estaleiros do Arsenal de Marinha. Numa dessas visitas, procurou pelo tenente José Carlos de Carvalho, e foi informado de que se encontrava trabalhando nas caldeiras. Lá chegando, estendeu a mão ao tenente, que o cumprimentou, mas logo se desconcertou por ter sujado a mão de D. Pedro, e pediu uma bacia com água e uma toalha. O Imperador disse:

— Não precisa. É a melhor lembrança que posso levar da visita de hoje, onde encontro o tenente Carvalho com a blusa de operário das oficinas deste arsenal.[78]

Descendo a pé uma das alamedas internas da sua Quinta de São Cristóvão, Dom Pedro II viu de longe alguns garotos trepados nos galhos das árvores, para furtarem frutas do pomar imperial. Sem dizer nada, deu meia-volta e tomou outro caminho bem mais longo. O secretário que o acompanhava perguntou:

— Esqueceu alguma coisa, meu senhor?

— Não. Vou dar volta por ali. Se eu prosseguisse por este lado, aqueles meninos ficariam amedrontados, e poderiam jogar-se das árvores e machucar-se. É preferível andarmos um pouco mais.[63]

Nos Estados Unidos, Dom Pedro II foi a sós ao monumento Bunker Hill. Levantando-se cedo, como de costume, chegou às 6 horas, acordou o vigia e pediu permissão para entrar. Demonstrando muito pouco entusiasmo a essa hora da manhã, o vigia cobrou:

— São cinquenta centavos a entrada.

Dom Pedro não tinha dinheiro, que ficava com o mordomo. Mas recorreu a um empréstimo do cocheiro da carruagem que o trouxera, pagou a entrada, inscreveu seu nome no livro de visitantes e entrou.

À tarde do mesmo dia, o historiador Richard Frothingham também compareceu ao monumento, inscrevendo seu nome na mesma página. Olhando para as assinaturas acima da sua, reconheceu a de Dom Pedro e disse:

— Vejo que você teve aqui o Imperador do Brasil.

— Aquele velho que não tinha um níquel?! Não me deixo enganar por um sujeito que não tem dinheiro nem para pagar uma entrada![28,52,95]

Amenidade e cortesia em ditos de ocasião

Visitando o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, em 1888, D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina tiveram uma brilhante recepção. No pátio, as alunas perfiladas e uniformizadas fizeram ao casal imperial as três reverências de estilo, provocando esta exclamação do Imperador:

— Oh! Tal como na Europa. Um imenso trigal balançando suas espigas ao sopro da brisa.[118]

O professor norte-americano David Todd mostrava a D. Pedro II um novo instrumento do observatório, no qual havia um espelho rotativo que dava não sei quantas voltas por minuto. Dom Pedro comentou:

— Quase tantas como numa república sul-americana.[66]

Em visita de D. Pedro II ao escritor Whittier, em Boston, este perguntou o que mais lhe agradara na cidade. Dom Pedro explicou que estava sempre à procura de ideias novas, e acrescentou:

— O senhor sabe, eu sou doutor em doenças do Estado...[95]

Em uma viagem do Imperador a Campos, o abolicionista José do Patrocínio torceu o pé, ao subir para o vagão imperial, e D. Pedro II correu a ele, indagando sobre seu estado. Quando se certificou de que não era grave o acidente, disse-lhe risonho:

— O Sr. Patrocínio parece que não pisou no carro da Monarquia com o pé direito.[44,46,66]

Dom Pedro II, em São Paulo, entrou com sua comitiva numa câmara frigorífica, onde a temperatura era de cinco graus abaixo de zero. O senador Marquês de Paranaguá ficou de fora, aguardando. Ao sair, e notando a posição desse membro do Senado – instituição que o espírito popular denominava “Sibéria” – o Imperador gracejou:

— Oh! Nem me lembrava de que o senhor está à prova de temperatura mais fria...[46,110]

Em Petrópolis, D. Pedro II encontrou-se na rua com o Barão de São Victor, negociante português. Perguntado pela esposa, este lhe afirmou que ela ficara em casa, mas logo depois a viu passar diante deles. E comentou em francês:

— *Souvent femme varie*...

— Onde se escreveu esta frase?

O Barão não sabia, e logo D. Pedro completou:

— Francisco I a escreveu numa janela.[127]

Nos últimos dias da guerra contra Rosas, com suas atrocidades e execuções, D. Pedro II pediu a Andrés Lamas, em Petrópolis, notícias do Rio de Janeiro.

— Morre-se de febre amarela...

— Que quer! Nem todos têm a mesma sorte, de morrer degolados...[127]

Frei Fidelis d'Avola insistiu com D. Pedro II para permitir a reabertura do noviciado no convento de Santo Antonio. Um tanto jocosamente, D. Pedro argumentou:

— Qual! A época dos frades já passou!

— Majestade, não diga assim, porque andam também dizendo por aí que já passou o tempo das cabeças coroadas...[127]

No limiar da guerra, um pouco da vida de caserna

Ao se iniciar a guerra do Paraguai, o Imperador foi a Uruguaiana, a fim de conferenciar com os presidentes dos países aliados. Ao longo das estradas precárias daqueles tempos, em veículos desprovidos de qualquer conforto, a comitiva de D. Pedro II deslocava-se como podia, sujeita a mau tempo e imprevistos. O Conde d'Eu narrou essa viagem em um livro, onde escreveu:

"Certo dia, de chuva torrencial e continuada, a comitiva lutou horas seguidas para poder ir adiante. Opunham-se-lhe todas as dificuldades: os caminhos encharcados, quase intransitáveis; o frio, o vento, o nevoeiro, que mal deixava ver cinco passos adiante; e, sobretudo, aquela maldita chuva, cada vez mais inclemente, cada vez mais copiosa!

"De repente, no mais forte do temporal, a comitiva sentiu que estava desnorteada. Perdera-se naqueles campos sem fim, onde tudo se confundia: solo, horizonte, céu... Na região circunvizinha, nem o menor sinal de vida. Parar? Era impossível! Prosseguir? Mas em que direção? Procurou-se o capitão Morais, a única pessoa que conhecia a região. Mas onde estava o capitão Morais? Tinha ficado para trás, com todas as viaturas.

"O momento era realmente de consternação geral. Pouco depois apareceu um luar de esperança. Descobriu-se à direita, a pequena distância, uma sombra que parecia uma casa. Caminhou-se um pouco mais, e a sombra precisou-se: era de fato uma casa.

"Para lá nos dirigimos, e com indizível alegria nos apeamos e nos abrigamos da água do céu. A casa era habitada por uma viúva e suas três filhas, uma das quais, casada, tinha o marido na guerra. A família possuía apenas duas pobres camas na casa de três cômodos, aos quais era impossível dar-se o nome de quartos. Em um deles estavam pendurados a uma corda, em todo o seu comprimento, pedaços de um boi morto na véspera. Como era o quarto mais espaçoso, nele nos alojamos, à espera de que a chegada dos carros nos permitisse mudar de botas. E cada um se pôs a fazer considerações mais ou menos filosóficas sobre o resultado pouco brilhante da jornada.

"Às quatro horas apareciam os carros tão ardentemente desejados. As pernas iam ter com que se enxugar, mas os estômagos ficavam lograd os: o carro que trazia o jantar quebrara-se, e todos os alimentos se haviam espalhado pelo charco. Tínhamos pois de aceitar com reconhecimento a carne de vaca meio assada, que a dona da casa nos trazia espetada num pau. O general Cabral apoderou-se dela, e distribuía os bocados que ia cortando com uma faca. A operação podia ser suja, mas o sabor era excelente.

"No dia seguinte, a situação não era mais promissora. Passa-se o dia nas carretilhas. Almoça-se churrasco, porque das carretas com a cozinha e os cozinheiros não havia vestígio. Para o jantar, a boa dona da casa encontrou meio de acrescentar ao churrasco uma galinha cozida e uma tigela de pirão – massa de farinha de mandioca, sem sal – que eu acho sem sabor, mas que o Imperador declara deliciosa.

"Enfim, pela madrugada do outro dia, a chuva cessou de cair. Horas depois apareceu o sol, que foi recebido com uma alegria geral e comunicativa. Afinal chegaram as carretas tidas como perdidas, e a comitiva tocou novamente a marchar, para a frente, sempre para a frente".

"Nas proximidades de São Gabriel, a comitiva desviou-se para visitar o campo onde se dera, trinta e três anos antes, a batalha de Ituzaingó. Apenas duas cruzes toscas, de madeira, assinalavam o antigo campo de luta. O general Cabral, que participara da batalha, tomou a iniciativa de explicar ao Imperador o seu desenrolar. Natureza exaltada, pouco simpático aos rio-grandenses, Cabral atribuía todo o insucesso do combate à cavalaria dos gaúchos, que na sua opinião se comportara desordenada e ineficientemente.

"Nessa altura de seu discurso, o Barão de Saicam, ali também presente, saiu em defesa da honra da cavalaria rio-grandense. Para ele, o resultado pouco brilhante da batalha deveu-se à imperícia de Barbacena e do seu estado-maior. Acendeu-se entre os dois uma acalorada controvérsia. A tal ponto se embrulhou, que por fim já nem sequer sabíamos qual fora o ribeiro do campo de batalha, nem de que direção tinham vindo os dois exércitos. O Imperador, paciente, tolerante, sorria calado, um tanto cético, em meio a esse terrível combate verbal".[35,52]

VI

A CARIDADE NO TRONO BRASILEIRO

A Família Imperial utiliza grande parte da dotação para obras de caridade

Os pedidos de esmolas à Família Imperial eram constantes e numerosos. Muitos solicitantes não reapareciam na varanda de São Cristóvão, porque tinham ordem de ir direto à mordomia, onde eram atendidos. Eram os pensionistas do "imperial bolsinho". A Imperatriz tinha a fama de nunca deixar um pedido sem a sua esmola. Deduzidas as despesas da casa, que não eram grandes, todo o resto da dotação se escoava dessa maneira. Quando precisou de dinheiro para socorrer o irmão, a Imperatriz teve de recorrer a um empréstimo.[127]

Na sua meninice, D. Pedro II foi sempre uma criança dócil, pacata, extremosa e de costumes exemplares. Aquelas virtudes de bondade, que foram as virtudes maiores do Monarca, revelou-as desde pequenino. Na sua extrema infância, quando saía a passeio ainda de calças curtas, fazia questão de que lhe dessem muito dinheiro em moedas de prata. Ao voltar, trazia sempre os bolsinhos vazios. Distribuía todo o dinheiro pelas ruas, aos soldados e aos pobres. Nunca lhe sobrava um vintém da mesada de 12 mil réis, que recebia do Tesouro da Casa Imperial.[46,66,73,147]

Quando o Imperador voltou da Europa ao Brasil em 1877, grandes festejos tinham sido planejados para a sua chegada. Mas a satisfação de retornar ao lar foi empanada pelas más notícias do Ceará, onde a fome rugia após prolongada seca. Dom Pedro cancelou as celebrações oficiais, dizendo que os fundos reservados para esse fim deviam ser empregados no trabalho de alívio aos flagelados. Apesar dos grandes gastos que tivera na viagem, destinou parte da sua dotação para a mesma finalidade. Durante uma reunião do Gabinete, o ministro da Fazenda informou:

— Majestade, não temos mais condições de socorrer o Ceará. Não há mais dinheiro no Tesouro.

O Imperador baixou a cabeça durante alguns instantes, e depois disse com firmeza:

— Se não há mais dinheiro, vamos vender as joias da Coroa. Não quero que um só cearense morra de fome por falta de recursos.[28,32,72,83,95]

No verão de 1855, percorreu o mundo uma epidemia de cólera-morbus, irrompendo no Rio com grande virulência. O pânico logo se apoderou das famílias, que fugiram apavoradas para o interior, para as fazendas, para as casas dos amigos, para as cidades mais próximas do Rio. A fim de trazer a calma à capital, o Imperador resolveu conservar-se com a família em São Cristóvão, adiando a sua habitual subida para Petrópolis. Comentando os fatos, afirmou na ocasião o "Jornal do Comércio":

"Os fluminenses viram com bem explicável susto, mas ao mesmo tempo com ufania, o Imperador permanecer impávido e firme, nos dias mais terríveis da epidemia, em São Cristóvão, um dos pontos mais fulminados pela peste. Viram-no conservar-se sempre na sua capital, no meio do teatro da desolação. Mais que tudo isso, viram o Imperador sair do seu palácio e fazer parar o seu carro à porta dos hospitais, e penetrando nesses focos de epidemia, aproximar-se dos leitos dos coléricos, falar a todos eles, robustecer a coragem dos fortes, inspirar valor e ânimo aos fracos e encher de esperanças, de fé e de gratidão os corações dos míseros doentes. A cada grito de alarma, respondia de pronto uma providência diligente e proveitosa".[14]

Com uma atividade desdobrada, mostrou-se incansável nas visitas aos hospitais, na assistência aos coléricos, nas providências de toda sorte que podiam minorar ou fazer cessar os padecimentos dos doentes. De seu bolso particular, deu cerca de quinze contos de réis para a assistência aos necessitados. Acompanhavam-no várias senhoras da corte, que ajudavam a Imperatriz na instalação de hospitais, na confecção de roupas, na distribuição de alimentos e em outras obras de assistência.[52,73]

Reconhecendo os inúmeros benefícios custeados pela Família Imperial, o Governo Provisório decretou após a proclamação da República: "Os necessitados, enfermos, viúvas e órfãos pensionados pelo Imperador deposto continuarão a perceber o mesmo subsídio, enquanto durar a respeito de cada um a indigência, a moléstia, a viuvez ou a menoridade em que se acham".[87]

Se o Imperador pudesse, os voluntários da Pátria não teriam do que se queixar

Ninguém prezou os combatentes da guerra do Paraguai mais do que o Imperador. Não sabia só a história da guerra, conhecia também a biografia do soldado. E o seu grande coração foi sempre tão fiel quanto a sua extraordinária memória. A maior garantia de quem lhe pedia favor ou justiça era a alegação de que fora voluntário. Para estes, estabeleceu certos e determinados empregos. Nestes casos, a melhor carta de recomendação era a fé de ofício; a cicatriz, o mais valioso empenho.[74,75]

Passeando a pé no Largo do Paço, o Imperador encontrou um velho mendigo negro, que lhe estendeu a mão. O homem lamentava-se:

— Quem pede é um servidor da Pátria! Derramei sangue no Paraguai, e o Governo me deixa na miséria.

O preto não conhecia D. Pedro, que se aproximou e perguntou-lhe:

— Você foi voluntário da Pátria?

— Sim, senhor. Podeis comprová-lo por estas feridas. Mas o Governo não se incomoda com isso.

— E você acharia o Imperador capaz de deixar ao desamparo os servidores da Pátria?

— Se o senhor pergunta isso, é porque não conhece o nosso Imperador. Ele é homem de grande coração. Se ele pudesse, todos nós, que estivemos no Paraguai, não teríamos do que nos queixar.

Dom Pedro deixou uma moeda nas mãos do preto e afastou-se. No dia seguinte mandou acomodá-lo em um dos quartos da criadagem do Palácio, onde ele permaneceu até morrer.[63]

Foi na viagem de regresso ao Rio de Janeiro que sucedeu ao filho do capitão Gomes Carneiro o desastre que aproximou do Imperador o futuro general.

A bordo do "Manaus", na ocasião do desembarque diante do Arsenal de Guerra, uma criança corria pelo convés. Era o momento em que, sacudida pela manobra, a corrente do leme trepidava, com um estertor de ferro desembrulhado. Um grito lancinante horrorizou os passageiros. Carneiro precipitou-se em procura do filho de três anos. E o oficial, que não pestanejara no brejal de Estero Bellaco e em outras batalhas na Guerra do Paraguai, cambaleou defronte do seu pequenino Mário, cujas pernas a engrenagem esmagara. Um colega de armas, o capitão Pego Júnior, levantou nos braços o menino arquejante. As pernas, trituradas, pendiam-lhe do corpinho tenro, como dois trapos sangrentos. Carneiro atirou-se a uma lancha com o amigo, para levar à Santa Casa, ali perto, o filho inanimado.

Os cirurgiões mais ilustres se reuniram, deliberaram e executaram a operação. A administração do hospital teve ordem de reservar o melhor aposento e destacar os melhores enfermeiros para o entezinho mortalmente mutilado. Carneiro não indagou da procedência daquela ordem. Ficou à cabeceira de Mário, recolhendo um por um os seus gemidos, na ternura de sua vigília. No dia imediato, a porta se abriu para um homem corpulento e alto, cuja barba de neve dava à face corada e lisa um ar jovial de velhice bondosa. Os olhos de Carneiro reconheceram o visitante e ele se perfilou, fazendo soar os calcanhares.

— Majestade...

O Imperador debruçou-se sobre o menino, passou-lhe pela testa lívida a mão de Habsburgo, afagou-lhe o rosto febril e sussurrou uma frase compassiva. Encarou depois o capitão, e disse-lhe:

— A saúde deste menino me interessa. Quero dar-lhe os aparelhos com que há de andar. Faço questão de custear-lhe todo o tratamento. Não me agradeça... Já sei. O senhor é um soldado de Uruguaiana e de Itororó. Bem... Voltarei para rever o menino.

E baixou os olhos da face pálida do capitão Gomes Carneiro, molhada pelas lágrimas que silenciosamente corriam.[46]

Mesmo com sacrifícios pessoais, a ajuda imperial a quem precisa

Luiz Fignier dirigiu-se a D. Pedro II, pedindo-lhe auxílio para editar um dos seus últimos trabalhos de divulgação. Saindo da audiência, foi o Imperador entender-se com o tesoureiro da Casa Imperial, que lhe informou serem escassos os recursos, tornando impossível atender o pedido.

— Não faz mal. Comprimiremos as nossas despesas. O Fignier, coitado, precisa ser ajudado.

Dom Pedro não sabia negar em tais casos.[3]

No exílio, D. Pedro II teve notícia da morte do escritor Alphonse Karr, seu amigo. Logo depois, o jornal anunciava o leilão de sua biblioteca. Chamou então o seu médico Mota Maia, e perguntou:

— Quanto pode custar essa biblioteca? O Karr não era um erudito, nem um bibliófilo. Deve ser uma biblioteca escolhida e modesta. Quero adquiri-la.

As finanças do Imperador, no momento, estavam precárias, mas Mota Maia não podia assustá-lo, por causa da doença. Foi para Nice, arrematou a biblioteca por 8 mil francos e entregou-a à viúva de Alphonse Karr, pois esta era a intenção evidente de D. Pedro. Em agradecimento, a viúva ofereceu ao seu benfeitor uma bela coleção de obras de Santa Tereza de Jesus, com o que também homenageava a Imperatriz Teresa Cristina, falecida havia pouco.[48,93,127]

Em Cannes, meses após a morte da Imperatriz Teresa Cristina, o ex-Imperador enlutado lia sentado junto a uma larga mesa atulhada de livros e jornais. O Conde de Mota Maia entrou e anunciou:

— Senhor, uma boa notícia do Brasil.

— Boa notícia do Brasil?... Diga depressa.

— Recebi uma ordem, mediante a qual será entregue a Vossa Majestade certa quantia. É a primeira que de lá vem, e chega muito a propósito.

Abrindo uma gaveta, D. Pedro tirou volumoso maço de papéis, contendo pedidos de esmolas, auxílios, subvenções. Ato contínuo, tomando um lápis, pôs-se a despachá-los, destinando 100 francos para uma, 500 francos para outra, e assim por diante.

Quando o Imperador acabou, o Conde empunhou um lápis e somou os números anotados por D. Pedro:

— Cinco mil e trezentos francos.

— Pouca coisa.

— Mas a ordem do Brasil representa apenas quatro mil.

— Devolva-me então os papéis, que retificarei os números.

— Mas Vossa Majestade não se recorda de que estamos quase sem recursos, devendo ao hotel, e constrangidos a fazer economias?

— Já sei, já sei! Mas ignorava que não pudesse atender a alguns pobres que me estendem a mão.

— Não pode, meu Senhor, não pode. Perdoe-me que o declare com franqueza: Vossa Majestade está obrigado a coibir-se nas esmolas. Nossa situação não é favorável, é má. Há de melhorar, acredito. Mas, por ora, cumpre-nos cortar as despesas não imprescindíveis. O dinheiro enviado do Brasil amortizará apenas a conta do hotel.

Dom Pedro levantou-se lentamente e começou a passear pelo aposento. Por fim, soltou um suspiro, sentou-se e retomou o livro:

— Vá, Sr. Mota Maia. Receba o dinheiro e salde as nossas contas. Se sobrar alguma coisa, execute os despachos possíveis... Os mais módicos... Os dos mais necessitados.[78,93,110]

Os benefícios do Imperador não são meros contratos interesseiros

Após o golpe de 15 de novembro, quando a Família Imperial já estava a bordo para a viagem ao exílio, começaram a chegar os jornais do dia. Lendo o nome de um dos revolucionários, que recebera grandes benefícios do Imperador, a Imperatriz desabafou:

— Fulano! Quem diria!

Sereno e imperturbável, o Imperador respondeu:

— Senhora, quando fazemos um benefício contando com a gratidão do beneficiado, o ato perde a sua nota principal, passando a ser um contrato interesseiro.[93]

Viajando pelo interior do País, numa região onde não havia estalagens, o Imperador hospedou-se na casa de um homem bom, muito estimado, mas cujos negócios corriam mal. Era obrigado a pagar uma grande quantia, mas estava completamente impossibilitado. Uma pessoa desconhecida do proprietário deu esta informação ao Imperador. Quando ele partiu, deixou o recibo devidamente quitado e assinado pelo credor, numa gaveta da cômoda do quarto que ocupara. Ao se despedir, avisou:

— O senhor se esqueceu de trancar um papel importante que eu vi na gaveta da mesa do meu quarto. Cuidado para não perdê-lo.[26,73,95]

Publicava-se no Rio de Janeiro uma folha diária intitulada “A República”, no decênio de 1870, sob a direção política de Salvador de Mendonça, ardoroso propagandista contrário à Monarquia. Falecendo a esposa deste, em ocasião de dificuldades materiais daquela empresa jornalística, nenhum dos seus amigos e companheiros de redação podia auxiliá-lo com a quantia necessária para as despesas do enterro. O Imperador ordenou ao seu mordomo que, com o maior sigilo, fizesse imediatamente chegar às mãos do jornalista a quantia de dois contos de réis, para as cerimônias fúnebres.

Por mais persistentes que fossem as indagações do interessado, jamais lhe passou pela cabeça o nome do seu real benfeitor. Tanto assim que ele continuou a atacar o Império e o seu Imperador. Algum tempo depois, quando já ninguém mais se lembrava disso, o beneficiado soube da verdade. Correu à Quinta de São Cristóvão, para agradecer a generosidade do Imperador. Vendo a inutilidade de negar a autoria do benefício, D. Pedro manifestou a sua simpatia, dizendo ao jornalista que poderia contar com o seu auxílio sempre que se visse em dificuldades de ordem material. O jornalista declarou então que fizera o propósito de nunca mais escrever uma linha sobre assuntos políticos, desde o momento em que tomara conhecimento do nome do seu magnânimo protetor.[110]

Um professor acadêmico procurou o Imperador, dizendo-se sob a dolorosa ameaça de penhora, e pediu-lhe 5 contos de réis, a fim de evitar esse vexame. Foi atendido.

No dia seguinte, por ocasião da estreia de uma famosa companhia lírica, foi visto o dito professor, com toda a família, ocupando uma frisa bem em frente ao camarote imperial. Nogueira da Gama, mordomo do Imperador, várias vezes tocou no assunto, e não conseguiu ouvir dele sequer uma queixa.[44,87]

Um repórter que participava de associações abolicionistas pediu ao Imperador uma quantia para libertar escravos. Foi dada a ordem para lhe ser entregue a quantia, sem precisar de recibo, mas a mordomo preferiu documentar-se.

Posteriormente, em uma discussão pela imprensa, o tal repórter declarou nunca ter ido ao Palácio, nem ter precisado do Imperador. No dia seguinte, um jornal publicava uma cópia autêntica do recibo assinado pelo repórter, cedido pelo mordomo da Casa Imperial. Dom Pedro chamou às falas... o mordomo. Pois este havia exigido o recibo, quando lhe recomendara não pedi-lo.

— Mas, meu senhor, eu sabia com quem lidava, e se não exigisse o recibo, todo o mundo acreditaria que esse senhor jamais procurara Vossa Majestade, e jamais recebera coisa alguma.

— Melhor seria. Preferia que não se soubesse. Além do mais, desobedeceste-me. O que faço na minha Casa não é para que o público saiba.[44,66,87]

Em 1891, o Visconde de Taunay publicou no “Jornal do Comércio” um artigo, no qual perguntava:

“De que acusam a Monarquia? Alguma vez ficou ela indiferente, alheia às mínimas dores da Pátria, inerte ante as suas aflições? Alguma vez representou ela a prodigalidade e o gozo, o parasitismo, a locupletação e o luxo, na diminuta dotação que recebia toda a Família Imperial? E que soma fabulosa, inimaginável, seria necessária para pagar e retribuir a paz e a tranquilidade deste imenso Brasil desde 1840, a dignidade do seu nome, a sua honorabilidade no conceito de todas as nações do mundo, o respeito que, sem contestação, merece de todos?”[151]

VII

A ESCRAVIDÃO

EXTINGUINDO UMA HERANÇA INGRATA

Abolir a escravidão, desejo ardente do Imperador

A Princesa Isabel, ao abolir a escravidão, era a intérprete dos sentimentos do seu pai.[110]

O literato e diplomata argentino Hector Varela ouviu do Imperador:

— A escravidão! Acredita o senhor que haja no Brasil algum compatriota que deseje mais ardentemente do que eu a abolição? Nenhum! E os primeiros a saber como eu penso são os que trabalham à frente do belo movimento de emancipação. Alguns me atacam, com marcada injustiça, afirmando que eu retardo **a hora, que no entanto será a mais feliz do meu reinado, em que não haja um só escravo em minha Pátria**, e que o último desses infelizes seja tão livre quanto eu.[52,66,77,95]

A ação do Imperador para promover e preparar a liberdade dos escravos não podia deixar de ser lenta, e só poderia ser eficaz se fosse constante. Ele precisava convencer os homens políticos e atrair o concurso da Nação. Percebe-se hoje que nesse trabalho as interrupções foram apenas aparentes; mas, para chegar aos resultados, ele não quebrou os moldes que a Constituição lhe traçara.[75]

Em 1850, quando se discutia a lei de repressão do tráfico de escravos, e se mostrava ao Imperador os perigos a que a lei exporia o trono, D. Pedro II, então com 25 anos, replicou com energia:

— **Prefiro perder a coroa a tolerar a continuação do tráfico de escravos**.[54,74,75]

Em 1870, durante uma reunião do Imperador com o Conselho de Ministros, o Barão de Cotegipe argumentava:

— A questão da emancipação é semelhante à pedra que rola da montanha. Nós não a devemos precipitar, porque seremos esmagados.

O Imperador replicou:

— Não duvidarei de me expor à queda da pedra, ainda que seja esmagado.[54]

Em viagem à Europa, em 1871, D. Pedro II disse ao Visconde Nogueira da Gama:

— Nunca deixei de ser grato à sua avó pela delicadeza com que, em fevereiro de 1845, hospedou-me em sua fazenda de S. Mateus. Principalmente por ter festejado a minha chegada libertando, nesse mesmo dia, uma família que era sua escrava. Ninguém conhece melhor do que o senhor quais foram sempre os meus sentimentos a respeito da escravidão.[52,153]

Votava-se no Senado a Lei do Ventre Livre, a 28 de setembro de 1871. Nas galerias repletas, apareciam as figuras mais eminentes do mundo diplomático. A discussão do projeto foi brilhante e vigorosa, sob a presidência do Visconde de Abaeté. Quando se verificou, pela votação, a vitória do Visconde do Rio Branco, que defendera a aprovação da lei, o povo que enchia as galerias irrompeu em manifestações ao grande estadista, lançando-lhe sobre a cabeça braçadas e braçadas de flores.

Terminada a sessão, o embaixador dos Estados Unidos, James Rudolph Partridge, desceu ao recinto para felicitar o presidente do Conselho e os senadores que haviam votado o projeto. Colhendo algumas das flores que o povo atirara, declarou:

— **Vou mandar estas flores ao meu país, para mostrar como aqui se fez uma lei que lá custou tanto sangue!**[61,95]

Em Alexandria, no Egito, D. Pedro II soube que em seu vasto Império, a partir de 28 de setembro de 1871, todas as crianças nasceriam livres. O Visconde de Itaúna, camarista de D. Pedro, anotou em uma carta:

— Eu nunca vi o Imperador tão satisfeito.[26]

A ação abolicionista do Imperador: constante e imensa

O Imperador foi o emancipacionista mais pertinaz e mais constante que o Brasil possuiu. Foi abolicionista tanto quanto pode ser um rei compenetrado da sua missão de chefe de Estado, incompatível com a de chefe de partido, por mais simpático que seja o seu programa. Consagrou ao abolicionismo uma atividade de herói, incompatibilizando-se com os políticos, atraindo antipatias, e por fim sacrificando-lhe a coroa.[55,75]

Joaquim Nabuco, após as lutas abolicionistas, avaliou a ação do Imperador no processo de emancipação dos escravos:

"É certo que a ação pessoal do Imperador se exerceu principalmente, desde 1845 até 1850, no sentido da supressão do tráfico, e desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mulher escrava. **A parte que tocou ao Imperador, em tudo o que foi feito em prol da libertação, foi imensa, foi essencial**".[55,66]

Em 1840, o Imperador libertou todos os escravos que herdara. Além disso, tomou emprestada a quantia de sessenta contos de réis, que entregou ao seu mordomo para comprar anonimamente um lote de escravos. Em seguida libertou-os e os empregou no serviço da imperial quinta de Santa Cruz, dando-lhes salário mensal, assistência médica e educação dos filhos.

O Imperador tinha o usufruto de alguns cativos chamados "escravos da coroa", dos quais não podia dispor livremente, por não serem de sua propriedade particular. Porém sempre os considerou como seus protegidos. Eles recebiam salário mensal, e os filhos frequentavam a escola que fundara para os empregados da imperial quinta de São Cristóvão.

Durante a guerra do Paraguai, favoreceu a libertação dos escravos que quisessem tomar armas. Na fazenda de Santa Cruz, encarregou-se da educação dos filhos dos libertos que partiram para a guerra, e libertou às suas custas as mulheres e filhos desses defensores da Pátria.[66,75,110]

Zacarias de Góis e Vasconcelos, presidente do Gabinete em 1864, recebeu de D. Pedro II estas instruções: "A medida que me tem parecido profícua é a liberdade dos filhos dos escravos, que nascerem daqui a um certo número de anos. Tenho refletido sobre o modo de executar a medida, porém é da ordem das que cumpre realizar com firmeza, conforme as circunstâncias o permitirem, remediando os males que ela necessariamente originará".[57]

Em 1886, visitando D. Pedro II a província de São Paulo, e vendo em uma cadeia um escravo, disse-lhe:

— Espere, meu preto, tenha paciência, que eu vou tratar já da sua liberdade.

Voltou-se então para o presidente da Câmara Municipal, que o acompanhava, e acrescentou:

— Faça um requerimento em nome desse infeliz, dizendo que tem a quantia necessária para a sua alforria.

Vendo que o vereador continuava a acompanhá-lo, exclamou:

— Ande, que eu tenho pressa, e não quero sair daqui sem ver isso feito.

E mandou o mordomo remeter ao possuidor daquele escravo a quantia necessária para libertá-lo.[46,110]

Em uma das suas audiências do sábado, em que atendia a toda a gente, recebeu D. Pedro II no Paço da Boa Vista um preto velho, que se queixava dos maus tratos de que era vítima:

— Ah, meu Senhor grande, como é duro ser escravo!

— Tenha paciência, meu filho. Eu também sou escravo das minhas obrigações, e elas são muito pesadas. As tuas desgraças vão diminuir.

E mandou alforriar o preto.[61,152]

Em 1866, em visita à cidade de Lorena, em São Paulo, o Imperador foi convidado a entregar a dois escravos as suas cartas de alforria, e comentou na ocasião:

— **Nada me poderia ser mais agradável, para comemorar a minha visita, do que conceder liberdade a cativos**.

Em Campinas, ao acabar de emancipar um escravo, o Imperador, com surpresa para todos, apertou a mão do negro e encorajou-o com sua palavra amiga.[54]

Visitando a cadeia de Taubaté, viu o Imperador um alçapão, cautelosamente fechado com antecedência, e indagou o que havia lá embaixo. Ao saber que nesse antro se encontravam cinco escravos, por ordem dos respectivos senhores, desceu e ali encontrou uns miseráveis pretos, que eram "atrevidos e incorrigíveis", segundo a explicação do inconsciente carcereiro.

A cadeia era no pavimento térreo do edifício da Câmara Municipal, e o Imperador logo perguntou ao respectivo presidente se achava que as autoridades deviam auxiliar o possuidor de escravos a corrigir fora de casa esses infelizes. E acrescentou:

— Entendo que o senhor de escravos não pode castigá-los fora de sua casa.

O episódio foi divulgado por um jornalista que o acompanhava. Durante todo o resto da viagem, o Imperador alegrou-se por não encontrar mais nenhum negro naquelas condições, provavelmente como resultado da sua intervenção.[110]

Premiando os libertadores de escravos, o Imperador incentiva o processo de abolição

Na cidade de Ponta Grossa, por ocasião de sua viagem ao Paraná, foi D. Pedro II recebido por um cidadão, que o cativou por sua hospedagem fidalga, mas despida das exigências protocolares. Após o almoço, no dia da partida, o anfitrião disse:

— Senhor Imperador, eu podia ter feito mais alguma coisa. Podia ter matado mais uma vitela, mais um peru, mas preferi assinalar por outro modo a vossa passagem por esta terra e a honra de vir a esta vossa casa. Libertei todos os meus escravos, que são mais de setenta, e peço a Vossa Majestade o favor de lhes entregar as cartas de liberdade.

Essa alocução tão simples quanto eloquente emocionou profundamente o Monarca, que agradeceu o gesto de benemerência do digno paranaense. Por ocasião das graças, o Governo levou ao Imperador o decreto fazendo-o oficial da Ordem da Rosa. Ao apresentarem-lhe o decreto, disse o Monarca ao ministro do Império:

— Isto é pouco para esse benemérito. Faça-o barão!

— Mas, Majestade, ele é quase analfabeto!

— Não será o primeiro. E este é muito digno. Mande-me o decreto fazendo-o Barão dos Campos Gerais.[44,46,66]

Quando a Ordem dos Beneditinos, em 1866, proclamou a liberdade dos filhos de seus escravos, o Imperador foi pessoalmente ao Mosteiro de São Bento felicitar o Abade Geral, a quem entregou em mão própria uma condecoração.[66,75,77,91,110,147]

Dom Pedro II tinha uma antipatia visceral contra os que se haviam envolvido no degradante tráfico de negros. A condescendência que sobre isso tiveram alguns políticos, mesmo aqueles tidos então ou posteriormente como abolicionistas, ele nunca a teve. Joaquim Nabuco diz que, se não fosse o Imperador, os piores traficantes de escravos teriam sido feitos condes e marqueses do Império. Pereira Marinho, por exemplo, tornou-se opulento como resultado do tráfico. Depois de deixá-lo, envidou todos os esforços para obter uma condecoração, um título, uma fita. O Imperador nunca transigiu. Afinal Pereira Marinho conseguiu fazer-se conde, mas em Portugal.[52]

Quando foi promulgada a Lei Áurea, Dom Pedro II se encontrava em Milão, gravemente enfermo de uma pleurisia complicada com febre palustre. Os médicos aconselharam a ocultar do paciente as notícias que chegavam do Rio diariamente. A 22 de maio os médicos perderam as esperanças de salvá-lo, e declararam à Imperatriz que chegara o momento de chamar o sacerdote. O Arcebispo de Milão assistiu D. Pedro II, que após a confissão recebeu os últimos sacramentos da Igreja Católica. Muito enfraquecido, ele mal podia falar. A Imperatriz achou conveniente informá-lo da grande notícia recebida no dia 13 de maio, e imediatamente seu olhar se reanimou.

— **Não há então mais escravos no Brasil?**

— Não. Votou-se a lei no dia treze, e a escravidão foi abolida.

— **Rendamos graças a Deus!** Telegrafem imediatamente à Isabel, enviando-lhe a minha bênção com os meus agradecimentos à Nação e às Câmaras.

Depois, voltou-se ligeiramente. Os que o cercavam julgaram que estivesse moribundo. Mas seu patriotismo deu-lhe forças para pronunciar estas tocantes palavras:

— Grande povo! Grande povo!...

E correram lágrimas de seus olhos.

A alegria profunda que sentiu, ao saber que todos os seus súditos seriam livres para o futuro, produziu em todo o seu ser uma comoção eficaz e salutar. Desde então se acentuaram as melhoras. Aos poucos desapareceu o perigo, e ele não tardou a restabelecer-se.[26,74,75,104]

Quando D. Pedro II chegou de sua viagem à Europa, após a Lei Áurea, o Conselheiro João Alfredo, presidente do Gabinete, apresentou-lhe o texto da "Fala do Trono", que o Imperador deveria ler diante das Câmaras. No tópico em que se aludia à lei de 13 de maio, intercalou Sua Majestade, com a própria letra, estas palavras significativas: "...cuja decretação tanto me consolou das saudades da Pátria, minorando os meus sofrimentos físicos".

Assistindo à leitura destas palavras, a Princesa Isabel acolheu-as como o único elemento de tranquilidade que lhe faltava:

— Fico muito contente que a lei de 13 de maio tenha tido esta última sanção.[144]

VIII

EDUCAÇÃO, ARTE, CIÊNCIA, TECNOLOGIA

O IMPÉRIO NAS VIAS DO PROGRESSO

Em torno do Imperador, surge no País uma elite cultural e artística

As conveniências da cultura, das artes e das letras nos governos monárquicos, que se contrapõem ao abastardamento do gosto nos regimes puramente democráticos, constituem um argumento em favor das monarquias e em desabono das repúblicas. Ninguém ignora que, em todos os lugares e sempre, os períodos mais brilhantes do desenvolvimento das letras e das artes conviveram com o maior esplendor dos tronos.[133]

A democracia não é literária, porque é a igualdade. Mas a inteligência, que a democracia pretende nivelar, é indispensavelmente aristocrática. Nada mais aristocrático do que Victor Hugo, o grande poeta da democracia. A literatura ou a arte democrática não existem. Sendo manifestações do que há de melhor e de superior na inteligência humana, são forçosamente aristocráticas. As ciências, as letras e as artes jamais florescerão nos estados sociais onde impera a democracia.[75]

Assis Chateaubriand comentou a respeito de D. Pedro II:

"Mau grado o lamentável espetáculo de incapacidade da vida pública do Brasil, ele criou um ambiente de ordem política que era, em larga medida, uma transposição e uma projeção da sua personalidade vigorosa. **A obra mais interessante do Imperador consistiu na formação das elites no Brasil**. Elites políticas, elites literárias, elites artísticas, ele se preocupava da criação de todas elas, e com uma sabedoria doce, insinuante e sagaz".[20]

Aos 29 anos, acabara por criar no Brasil um verdadeiro mecenato, que atinge todos os ramos da atividade literária, artística e científica. Macedo, Alencar, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, entre outros, se encarregam de elevar o nível intelectual do País, estimulados pela atenção que o Soberano dedicava às coisas literárias. Pintores, músicos e escritores encontram apoio e auxílio que chegam por intermédio de viagens de estudos, encomendas de obras, enfim, por todas as formas de que o Imperador podia dispor. Lendo todos os jornais da Capital e das províncias, tendo à sua disposição funcionários que assinalavam os artigos que podiam interessá-lo – não somente os que se

referiam à política, mas também às artes e às letras – o Imperador deseja ter dinheiro apenas para fundar escolas, para a compra de livros, de objetos de arte, de quadros, ou para financiar aqueles que ele julga dignos de apoio.[91]

O Imperador reunia frequentes vezes, em sessões literárias e científicas, os homens de letras e os sábios brasileiros, para com eles examinar alguma nova produção ou discorrer sobre literatura, ciências e artes. Eram as conferências conhecidas como "palestras imperiais".[26,98]

Na corte de Pedro II, Victor Hugo e Lamartine pareciam reinar. Seus livros, lidos e discutidos pela elite na língua original, haviam sido traduzidos e divulgados amplamente. Uma certa *douceur de vivre*, na expressão de Talleyrand, parece estender-se sobre a sociedade brasileira, marcada pela personalidade do Imperador, cada vez mais integrado aos assuntos intelectuais. De hábitos simples, inimigo da ostentação, utiliza ainda a velha carruagem que pertenceu ao avô, D. João VI, para seus passeios habituais. Rodeia-se de gente erudita, sem distinção de cor ou de fortuna. Auxilia os artistas em suas realizações. Estimula com dinheiro os estudos de Pedro Américo, Gonçalves Dias e Carlos Gomes na Europa.[91]

Ferdinand Wolf avaliou o interesse do Imperador pelas artes:

"Dom Pedro não se contenta em amar e proteger as ciências e as artes, de reunir em sua Corte sábios e artistas, de os favorecer. Não faz das ciências, das letras e das artes um pedestal de sua ambição. Ele as ama por elas mesmas, e conhece muitos dos seus ramos ele próprio".[91] "Foi, talvez, o único que teve essa elevada e desinteressada preocupação pelas artes, letras e ciências".[75]

A instrução pública, um objetivo primordial da Monarquia

Entre as graves preocupações de D. Pedro II, durante quase meio século de reinado, um dos assuntos que sempre mereceram sua particular atenção foi o desenvolvimento da instrução pública, que ele encontrou imperfeita e mal esboçada, quando assumiu em 1840 as rédeas do governo, e que conseguiu melhorar notavelmente, com o auxílio de alguns de seus ministros mais devotados a esta nobre causa.[24,74]

O historiador Max Fleiuss fornece os seguintes dados: "Em 1844 havia no Rio de Janeiro apenas 16 escolas públicas e 34 colégios particulares. Em 1860 as escolas públicas são 3.516, com mais de 115.000 alunos. Em 1889, são 300.000 alunos frequentando 7.500 escolas".[56]

Dom Pedro II tinha tanto interesse pelas escolas e pela educação das crianças, que repetia com frequência:

— **Se eu não fosse imperador, quisera ser mestre-escola**.[46,74,75,104]

Terminada a guerra do Paraguai, quis a gratidão nacional levantar ao Imperador uma estátua equestre, que chegou a ser modelada em gesso. Abriu-se para isso uma grande subscrição. Quando a iniciativa chegou ao conhecimento do Imperador, ele recomendou ao presidente do Conselho de Ministros que só empregassem seus esforços para adquirir o dinheiro necessário à construção de edifícios apropriados ao ensino das escolas primárias, e para o melhoramento material de outros estabelecimentos de instrução pública. Não queria que a sua figura fosse perpetuada em mármore ou bronze, mas em quatro edifícios consagrados à instrução popular. E concluía a carta:

"Todos os ministros passados e os atuais sabem bem o que eu penso sobre a instrução pública. De há muito venho dizendo que se deve cuidar dela muito seriamente, e que nada me seria mais agradável, agora que se fez triunfar a causa da dignidade nacional, do que ver a nova era de paz e de prosperidade começar por um ato de iniciativa do Brasil em proveito da educação do povo".

Foram assim edificadas as escolas do Largo do Machado, da Rua Senador Correia, da Praça XI de Junho e da Rua da Harmonia, no Rio de Janeiro.[14,44,46,61,66,75,77,87,95,104,110,142]

Defendendo-se da acusação que alguns lhe faziam, de ir perturbar o trabalho das escolas com as suas visitas, D. Pedro II afirmou:

"Tenho assistido a exames e concursos, sobretudo para conhecer as habilitações individuais. Tenho assim reconhecido, por mim mesmo, muitas inteligências que têm feito figura depois. Rio Branco, lembro, fez exame em minha presença, na antiga Academia Militar. Se vou aos concursos e outras provas literárias ou científicas, é para poder dar minha opinião sobre as provas, assim como conhecer as habilitações individuais. Quantos ministros tenho eu conhecido desde o colégio? O tempo que nisso gasto é para mim quase que mero cumprimento de dever, tendo eu tantos outros estudos ou leituras que preferiria fazer. Tenho ido a conferências e outros atos, porque **sempre desejei animar as letras e as ciências**".[52,57]

O "*Le Petit Journal*", por ocasião da morte do Imperador, afirmou: "Pode-se dizer que tudo quanto se fez de generoso no Brasil, de 50 anos para cá, foi inspirado por ele".[37]

O Imperador incentiva e fiscaliza pessoalmente a instrução pública

Em 1846, D. Pedro II visitou em São Paulo a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. No salão dos atos, ouviu o discurso do diretor, Avelar Brotero, e poesias

de alguns estudantes. Voltou depois para assistir aos exames, como sempre gostou de fazer. José Antonio Saraiva, futuro conselheiro e um dos estudantes de então, escreveu para a família, a propósito dessa visita do Imperador:

"**É afável com todos, dirige-se a qualquer um**, faz-lhe perguntas e procura informar-se das menores particularidades. Tem andado a pé como simples cidadão, só acompanhado daquelas pessoas que o querem acompanhar sem aparato nenhum, e isto sem a menor quebra de sua dignidade, pois sua circunspecção, suas belas maneiras, fazem com que todos o estimem e respeitem. O entusiasmo tem sido grande, e ele está muito contente. É muito vivo, e segundo dizem todos, tem instrução superior à sua idade".[127,156]

Um mês depois o Imperador voltou, para apreciar a defesa de tese de dois bacharéis, um dos quais foi reprovado. Datam dessa época as primeiras anedotas sobre a sua severidade como fiscal do ensino. Nunca mais uma congregação de academia se deixaria surpreender pela visita imperial. Passaria a ter o cuidado de preparar os estudantes, prevenir imprevistos.

Aos vinte anos, D. Pedro começou um ofício que desempenharia pelo resto da vida: **inspetor geral da educação no Império**. Presidia à mesa de examinadores, e às vezes perguntava também. Embaraçava os alunos e espicaçava os professores, com a sua proverbial memória e a sua erudição. Dizia que o ensino devia elevar-se, e dava o exemplo, fiscalizando-o com uma tenacidade inigualável. Insistia para que moralizassem a instrução. E não confiava nas informações oficiais, mas ajuizava com os próprios olhos.[127]

O Imperador visitava assiduamente o Colégio Pedro II, que tinha em grande estima. Fernando Magalhães narrou a impressão que lhe causavam essas visitas:

"No Colégio, subitamente, a sineta que batia o toque simples do início da aula, ou o dobrado do fim do recreio, entrava a bimbalhar repetidamente, num aviso de festa. Já se sabia: era a visita de Dom Pedro II. Ele a fazia frequentemente, corria todas as aulas, subia ao estrado do professor, sentava-se na cadeira ao lado e entrava a questionar os meninos como um mestre-escola cuidadoso e paciente. Tenho na memória a sua lembrança, tanto me impressionou a beleza singular daquele velho plácido e corpulento, um grande corpo que as pernas já vacilavam em carregar, uns olhos que o tempo se comprazia em azular cada vez mais na suavidade, uma fronte larga e polida, barbas brancas de santo, rosto feliz de abnegado, atitude tranquila de justo, vulto inconfundível de nobre".[52]

Em 1875, Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina visitaram em São Paulo o Seminário Nossa Senhora da Glória, das Irmãs de São José, sendo provincial Madre

Maria Teodora Voiron. Percorreram todas as dependências do educandário, e ao chegar ao dormitório D. Pedro disse aos acompanhantes:

— Essas Irmãs de Caridade são as mesmas em toda a parte. São aqui como no Rio.

— Perdão, Majestade – responde a Madre Superiora –, vosso hospital no Rio é a riqueza. Aqui é a pobreza.

— Tendes o mais belo dos luxos: o asseio – comentou o Imperador.[118]

O diretor da Faculdade de Medicina foi falar ao Imperador sobre o regulamento de ensino. Tal foi a erudição de D. Pedro II, ao discutir os vários assuntos, que o professor comentou depois:

— Ora essa! O Imperador sabe mais Medicina do que eu![127]

Entre poetas e escritores, o Imperador cria e estimula uma elite intelectual

O Imperador costumava reunir os literatos e os professores do Colégio Pedro II, aos sábados, no salão do externato, para se entreterem em animadas palestras literárias, quando eram lidas as produções inéditas de qualquer dos presentes, às vezes dele próprio.

Numa dessas noites, em que o programa tinha sido particularmente cansativo, o Barão Múcio Teixeira, para evitar de cochilar, pegou um lápis e começou a esboçar a caricatura do Monarca, mas de tal modo que ele não pudesse ver de que se tratava. Terminada a leitura, que o Imperador acompanhara atentamente, voltou-se para o caricaturista e pediu:

— Deixe ver se está parecido comigo.

Sem compreender como ele se inteirara dos seus movimentos, apesar de toda a cautela, o Barão passou-lhe o desenho. O Imperador sorriu complacente, mostrou a caricatura ao Reitor, e ela foi passando de mão em mão, entre comentários e risadas. Quando completou o percurso, D. Pedro dobrou-a, meteu-a no bolso e disse:

— Gosto mais dos seus versos do que das suas caricaturas. Mas guardo-a como lembrança.[110]

Castro Alves e Fagundes Varela eram com igual atenção recebidos pelo Monarca, diante de quem iam recitar em primeira mão as suas composições poéticas.[98,99]

Quando Salvador de Mendonça perguntou ao poeta Francisco Otaviano como ia o Imperador, obteve esta resposta:

— Sempre a fazer maus versos e a criticar os bons![46]

Em 1887, o deputado Joaquim Nabuco pediu ao Imperador permissão para publicar uma das peças dele em verso, e ele respondeu:

— Sei muito bem que não sou poeta. Faço versos, de vez em quando, como exercício intelectual, e somente quando não tenho outra coisa a fazer. Isso, porém, não é poesia. Mostro aos amigos íntimos esses trabalhos, mas por nenhum preço eu os queria ver publicados.[26]

Dom Pedro II mostrou um dos seus sonetos a Moniz Barreto. O poeta e repentista, depois de lê-lo, comentou:

— Se eu tivesse perpetrado tal crime, Senhor, suicidar-me-ia.

Inteiramente despreocupado de ser tido como literato, ele retrucou sorridente:

— Ora, Senhor Moniz Barreto. Tu te fizeste réu de sandices muito maiores, e ainda estás vivo![48]

Charles Expilly apresentou-se a D. Pedro II, e lhe ofereceu o seu livro "Mulheres e Costumes do Brasil". O Monarca acolheu-o animadamente, e disse:

— Conheço este nome.

— Talvez seja o de Claude Expilly, comentador de sentenças...

— Não! Não!

— Talvez Vossa Majestade se refira a Alexandre Expilly, deputado pela Bretanha na Convenção de 1789.

— Charles Expilly! Eis o nome que li assinando vários folhetins e jornais parisienses. É o seu, ou de algum dos seus parentes?

— Sou forçado a convir que é bem o meu nome, esse que Vossa Majestade reteve – respondeu Expilly, justamente maravilhado de que um nome tão obscuro na França fosse conhecido do Imperador do Brasil.[46,127]

Em 1869, o Dr. Ramiz Galvão era cirurgião no Hospital Militar, onde atendia alguns doentes vindos do Paraguai. Em visita ao hospital, D. Pedro II perguntou-lhe:

— Que atividades tem exercido?

— Senhor, preparo-me para escrever uma memória sobre o Mosteiro de São Bento, ao qual sou muito grato. Ali encontrei informações preciosas e documentos que contradizem certas afirmações injustas.

— Está bem. Continue. E quando a tiver pronta, apresente-a ao Instituto Histórico.

Concluída a obra, foi entregue ao Instituto, mas um ano depois ainda não havia sido publicada. Encontrando-se casualmente com Ramiz Galvão, o Imperador lhe perguntou:

— E o seu trabalho sobre o Mosteiro de São Bento? Não o levou avante?

— Sim, Senhor. Há longos meses que o entreguei na secretaria do Instituto.

— Como?! Não tenho notícia disso. Vou indagar.

Pouco tempo depois o trabalho era publicado.[23]

Carlos Gomes, Pedro Américo, Vítor Meireles – Os grandes artistas e o bolsinho do Imperador

A despeito de não se incluir entre os soberanos mais aquinhoados pela fortuna, D. Pedro II realizou sacrifícios financeiros por amor à arte e à ciência.[84]

A proteção oficial, ou a que ele diretamente concedia, não se limitava ao período de formação do artista. Nunca perdia de vista o bom artista, amparava-o, dava-lhe empregos, incumbia-o de encomendas e decorações e adquiria-lhe as obras para si ou para a Pinacoteca, por ele fundada e enriquecida.[86]

Da Itália nos vinha o nome glorificado de Carlos Gomes. Graças à pensão que lhe dava pessoalmente o Imperador, conseguira concluir os estudos. Jamais outro compositor brasileiro alcançou o sucesso de "O Guarani", cuja estreia se deu no Teatro Scala de Milão.[52]

Conversando com o Visconde de Taunay, D. Pedro II comentou a ópera "Schiavo", de Carlos Gomes, e acrescentou:

— Estou disposto a custear pessoalmente a montagem da peça.

— Repare, Senhor, que serão necessários 40 contos de réis.

— Não! Com a breca, isso não! Não sou tão rico assim. Em todo caso, fale com os empresários e venha entender-se comigo. Podemos contar com o sucesso da obra.[151]

Carlos Gomes declarou:

— Se não fosse o Imperador, eu não seria Carlos Gomes.[84,86,87,95]

Embora aureolado por um nome glorioso, que honrava o Brasil, Carlos Gomes ficara pobre após o 15 de novembro. Fora mantido pessoalmente por D. Pedro II, e a República se recusou a conceder-lhe uma pensão, por ser amigo da Família Imperial. Apesar disso, quando lhe foi feito o convite para compor o hino da República, não aceitou, como nobre homenagem de gratidão ao seu protetor destronado.[87]

Dois jovens brasileiros fixavam na tela cenas da nossa história ou fatos heroicos dos nossos soldados. Vítor Meireles iria dar-nos sucessivamente, entre outras telas, "Primeira Missa no Brasil", "Combate de Riachuelo" e "Batalha de Guararapes". Pedro Américo nos daria outras grandes telas: "Batalha do Avaí", "Juramento da Princesa Isabel", "Batalha do Campo Grande" e "Grito do Ipiranga". Esta última fora exposta pela primeira vez em Florença, onde o autor terminava seus estudos de pintura por conta do "bolsinho de Sua Majestade".[52]

O Imperador conheceu Pedro Américo no Colégio Pedro II. Enquanto ele visitava uma aula de aritmética, o estudante fez um desenho do Monarca, que lhe foi entregue. Perguntado se gostaria de estudar na Academia Nacional de Belas Artes, Pedro Américo ficou encantado com a oportunidade, e logo começou os estudos custeados pelo Imperador, que posteriormente patrocinou também o prosseguimento dos estudos na Europa.[95]

A arte brasileira, com o desaparecimento do espírito que a nutria, conserva-se numa espécie de recolhimento, talvez à espera de um novo mecenas desvelado e magnânimo.[86]

O Imperador cria hábitos de seriedade nas instituições científicas

Um artista lírico, em visita ao País, escreveu: "**O Imperador anima, com sua presença, todas as instituições que julga úteis para melhorar o País**, e a modesta dotação que lhe é fixada no orçamento é absorvida por obras de caridade. Dom Pedro possui conhecimentos muito amplos. Preside ao Instituto Histórico e Geográfico todas as sextas-feiras, menos por pedantismo do que para estimular os trabalhos relativos ao Brasil".[52]

Com inquebrantável pontualidade, o Imperador presidia a todas as sessões do Instituto Histórico, devotando-lhe o maior carinho. Como acentuou o diplomata e escritor Vicente Quesada, ele assim procedia **para infundir, com o seu alto exemplo, hábitos de seriedade às instituições dessa ordem**.[99]

Em setembro de 1880, reunia-se no Rio o Primeiro Congresso Nacional de Medicina. Terminados os trabalhos, e desanimada de obter dos cofres públicos os necessários recursos para impressão dos anais, a comissão organizadora resolveu apelar para o Imperador, que respondeu:

— Como foi por falta de verba que o Governo mandou sustar a publicação dos trabalhos do congresso, não posso eu, primeiro guarda das leis do País, concorrer para fazerem-se despesas não decretadas. Amigo, porém, da ciência e dos progressos de minha terra, terei muito gosto em tomar a mim essa despesa.

No dia seguinte eram dadas as ordens para a impressão dos trabalhos do congresso.[52]

O Dr. Antonio Ennes de Souza venceu um concurso para a cadeira de Mineralogia da Escola Politécnica, assistido pelo Imperador. Depois de nomeado, subiu ao Palácio da Boa Vista para agradecer, e resolveu esclarecer que tinha ideias republicanas. Ouviu este conselho:

— Senhor Ennes, deixe de política. Dedique-se à ciência. O senhor é moço, e tem um vasto campo diante de si.[3]

Em Washington, D. Pedro II foi visitar o observatório. Dado o seu interesse por questões de Astronomia, examinou tudo cuidadosamente. Achou-o bem montado, mas o regulador elétrico da hora, ao qual correspondiam quatro relógios da cidade, não lhe pareceu tão perfeito quanto o do observatório do Rio de Janeiro. O cosmógrafo estava colocado sem a necessária estabilidade, e também mal colocado o relógio *standard* para observações.

Mostraram-lhe depois o "grande relógio", que registrava observações astronômicas por meio de eletricidade, e fora o primeiro do gênero. Estava parado, e ninguém sabia consertá-lo. O astrônomo Newcomb, que acompanhava o Imperador, ficou assombrado quando viu D. Pedro passar uma mão por baixo do móvel e começar a examinar pacientemente a base que suportava o relógio. Feito isso, demonstrou-se admirado de que estivessem usando um aparelho desnivelado como aquele. Verificou-se depois que esse único defeito era o que impedia o aparelho de funcionar.[52]

O Instituto Pasteur demonstra sua gratidão ao Imperador

Na Academia das Ciências, em Paris, o Imperador foi ouvir de Pasteur a exposição dos resultados das suas experiências. No final da sessão, o grande cientista saudou a presença de D. Pedro, encerrando com as seguintes palavras:

— Nosso augusto colega Dom Pedro de Alcântara, que, como todos sabem, gosta de esconder seu cetro imperial sob as condecorações acadêmicas que recebe do mundo inteiro.[91]

Dom Pedro II foi um dos primeiros grandes admiradores de Pasteur, dos que acreditaram no valor dos seus trabalhos e deram apoio às suas famosas experiências. Várias vezes tentou induzir o grande cientista a vir prosseguir seus estudos no Brasil, não precisamente sobre a raiva ou o cólera, mas sobre um mal que dizimava então entre nós milhares de criaturas por ano: a febre amarela. O Imperador estava persuadido de que, apesar da completa ignorância que se tinha então sobre a origem dessa moléstia, Pasteur podia bem isolar-lhe o bacilo, descobrindo depois uma vacina eficaz. A esse propósito, escreveu a Pasteur:

"Encontrareis aqui culturas feitas com o maior cuidado para o exame dessa questão, e ainda que não pudéssemos vos ser reconhecidos pela descoberta da vacina dessa moléstia, **vossa visita ao meu país será um acontecimento que terá a maior influência sobre o progresso científico do Brasil**. Meus sentimentos por vós e meu amor à ciência vos são bem conhecidos, e desde já me alegro de vos acolher aqui como

mereceis, não fazendo com isso senão acompanhar o sentimento de todo o meu país. Vossos estudos sobre a raiva não seriam abandonados senão por pouco tempo, e o serviço prestado à humanidade, preservando-a da febre amarela, seria pelo menos de idêntico alcance".

Pasteur não pôde atender aos desejos do Imperador, e respondeu-lhe: "Depois de muitas reflexões e hesitações, devo render-me aos conselhos de meus médicos. Tenho a profunda tristeza de não poder aceitar o oferecimento de Vossa Majestade".[52]

Dom Pedro II nunca foi esquecido no Instituto Pasteur. Por volta de 1900, dez jovens médicos brasileiros recém-formados foram designados para seguir os cursos no Instituto. Chegando a Paris, apresentaram-se ao secretário, que lhes informou:

— Muito tarde, senhores. O registro de inscrições já está fechado. Havia apenas cem vagas, e todas já foram preenchidas.

Um dos médicos, Afrânio Peixoto, não desistiu, e resolveu procurar o próprio diretor do Instituto, em nome dos colegas. O Professor Roux recebeu-o sem delongas, e logo perguntou:

— Então o senhor é brasileiro?

— Sim, senhor.

— Bem... deve então reconhecer este personagem – e indicou com a mão um busto de mármore branco.

— É o nosso Imperador, D. Pedro II!

— Sim, senhor. Dom Pedro, Imperador do Brasil. Talvez não saiba que, quando meu mestre Pasteur não tinha ainda conseguido vencer todas as hesitações, todas as dúvidas, foi vosso Imperador, seu amigo, quem lhe trouxe os primeiros cem mil francos necessários à fundação deste Instituto. Como é, então, que nesta casa não haverá sempre lugar para brasileiros? Não quero, naturalmente, prejudicar os estudantes já admitidos, mas este ano, como grande exceção, mandaremos colocar mais um banco na sala do curso, e teremos cento e dez ouvintes, em vez dos cem habituais.[48]

Nosso Imperador, promovendo o desenvolvimento material do País

Sob o ponto de vista do progresso e do desenvolvimento material do País, o Império não foi o atraso e a estagnação de que ainda hoje é acusado pelos que não se querem dar ao trabalho de estudar e conhecer melhor esse período da nossa História. Na verdade o Brasil era, de fato e de direito, a primeira nação da América Latina. Essa hegemonia, ele iria conservar até o último dia da Monarquia.[52]

Foi das mãos de D. Pedro II que o Brasil saiu apto a enfrentar as dificuldades políticas do continente e do século: **pacificado e unificado pelo Imperador, o Brasil se**

impôs ao respeito internacional, disseminou a instrução, consolidou a linha de suas fronteiras, estabilizou a moeda, bateu-se vitoriosamente nas guerras que lhe foram impostas, tratou de igual para igual as maiores potências, não reconheceu hegemonias no hemisfério, construiu a terceira esquadra do mundo. Apoiado em dois grandes partidos nacionais, praticou o parlamentarismo. Criou uma elite intelectual, moral, social e política, foi um fecundíssimo viveiro de valores humanos, aboliu o tráfico e a escravidão, insuflou as nossas maiores riquezas econômicas, aparelhou a indústria, construiu uma enorme rede de comunicações rodoviárias e ferroviárias, ligou-nos à Europa pelo cabo telegráfico, o telefone, a tração a vapor, impulsionou as ciências e as letras, conheceu intimamente aquilo que Cícero preconizava como a suprema ventura dos povos: **o gozo tranquilo da liberdade**.[109]

Em 1874, o irlandês Hamilton Lindsay-Bucknall veio ao Brasil, com a equipe encarregada de instalar o primeiro cabo submarino no País. Posteriormente escreveu um livro narrando a sua viagem, no qual constam as seguintes referências:

"O navio cabográfico Hooper finalmente colocou em terra, sã e salva, a extremidade do primeiro cabo submarino no Brasil. E o bom Imperador Dom Pedro II poderia ser visto nessa ocasião, ajudando nobremente a puxar aquele cabo que em pouco tempo colocaria seu grande Império em comunicação direta com o resto do mundo civilizado. Que esplêndido exemplo nos fora dado pelo grande e sábio Dom Pedro II, Imperador do Brasil, não só se interessando pessoalmente pela instalação do cabo submarino, mas também dando uma mão para puxá-lo para a praia!

"Logo depois da amarração da extremidade do cabo submarino à terra, foram recebidas mensagens congratulatórias transmitidas ao Imperador pelos governadores do Pará, Pernambuco e Bahia. Os telegramas para o Imperador me foram confiados para entrega. Ao chegar ao palácio, fui conduzido sem cerimônia à presença de Sua Majestade Imperial. O Imperador, que estava sentado na varanda apreciando uma xícara de café, em companhia de diversos visitantes, levantou-se para receber-me e apertar-me a mão. O conteúdo dos telegramas pareceu satisfazê-lo muito, e a seu pedido sentei-me ao lado. Fez-me então muitas perguntas sobre o cabo submarino, a respeito do qual parecia estar profundamente interessado. Pela natureza de suas perguntas, e pelo conhecimento de eletricidade que demonstrava, não podia haver dúvida de que não se tratava de um novato naquela ciência. Prontamente verifiquei o acerto dos que o diziam um dos mais inteligentes e altamente dotados dos soberanos reinantes. Permaneci em sua companhia por algum tempo, durante o qual nossa conversa convergiu para diversos tópicos. Senti-me tomado de profundo respeito por aquele sábio homem que rege os destinos de um dos mais admiráveis impérios do mundo".[51]

Estava em andamento a construção da estrada de ferro para a subida da Serra do Mar, e discutia-se qual o sistema a ser adotado. Havia pouca experiência no assunto, e predominava a opinião dos técnicos ingleses, que eram os concessionários. Cristiano Otoni defendia a outra solução. Em reunião do Conselho de Estado, que decidiria o assunto, o Imperador determinou:

— Ouçamos antes o Sr. Otoni.

E assim se evitou o erro da construção pelo sistema inglês.[3]

Em visita à exposição de Filadélfia, em 1876, o Imperador passou pelo stand de Graham Bell, que a duras penas conseguira inventar e expor ali o protótipo do telefone. Pouca atenção atraíra o seu stand. Bertita Harding narra o encontro:

"Ajustando inúmeras bobinas, eletrodos e discos de metal, Bell preparava-se para demonstrar a invenção. Por fim anunciou:

— Dei a isto o nome de telefone.

Estendeu ao Imperador um objeto em forma de taça, pedindo-lhe que o conservasse pegado ao ouvido. Afastou-se depois a razoável distância, e falou diante de outro objeto de forma similar que levava nas mãos, enquanto os espectadores, de pé, observavam-no com mal dissimulada incredulidade. De repente, D. Pedro deu um pulo:

— *My God! It speaks!*

— Sim – respondeu pelo fio a voz de Bell –, isto fala. Não tardará muito para que o telefone seja uma necessidade em todas as casas.

Os olhos de D. Pedro brilhavam de admiração e surpresa:

— Meus parabéns, Sr. Bell! Quando a sua invenção for posta no mercado, o Brasil será o seu primeiro freguês.

E cumpriu a palavra. **Bell recebeu encomendas do Rio muito antes que o telefone fosse comercialmente explorado**. Foi Dom Pedro, graças à sua incansável curiosidade científica, que pôs em relevo e valorizou a descoberta do jovem professor de Boston. O telefone ficou sendo uma das sensações da exposição; e quando se tornou um produto comercial, o Imperador foi dos primeiros a utilizá-lo na prática".[28,52,95]

IX

HONRA E DIGNIDADE

A IMAGEM DO BRASIL

Nosso Imperador é admirado e respeitado no mundo inteiro

O Conde Soderini escreveu: "O Imperador do Brasil era amado em todo o mundo, e era naquele tempo, juntamente com o Papa, **a maior autoridade moral entre os homens de todos os países**".[52]

Dom Pedro II foi objeto da maior veneração do Visconde de Taunay. Com a mais perfeita sinceridade, dizia:

— Valeria a pena ser-se brasileiro, só para se ter como soberano um Pedro II.[150]

Elizalde, ministro de Estrangeiros da Argentina no governo de Mitre, declarava-se disposto a não se separar do Governo Imperial, no qual confiava: "Trata-se de um governo sério, presidido por um soberano de grande merecimento".

Andrés Lamas, ministro de Estrangeiros do Uruguai, dizia: "Deposito uma fé cega, uma confiança sem limites, na inteligência e lealdade desse Soberano".[52]

Numa das mais sombrias fases da tirania de Rosas, conversavam Mitre e Sarmiento. Avassalado pelo desânimo, Mitre desabafou:

— Não há mais uma única esperança.

Sarmiento retrucou:

— Há sim. É o Imperador do Brasil.[4]

Em 1882, agravara-se estranhamente o incidente com a Argentina, em torno da questão das Missões. Vozes surdas, nos dois países, exigiam a guerra. O ex-presidente argentino Nicolao Avellaneda veio em missão diplomática ao Brasil, sendo recebido por D. Pedro II. Ao final da conversa, o diplomata insistiu:

— O necessário é a paz, não a paz desconfiada da Europa, mas sincera.

— Leve ao seu país esta promessa minha. Enquanto eu for vivo, não consentirei na guerra. **Necessitamos salvar meio continente. E salvaremos**.

No dia seguinte a tempestade desvaneceu-se. Bastara o encontro de dois homens.[127]

Em 1877, quando se iniciava a campanha política nacional nos Estados Unidos, o *New York Herald* relembrou a visita do Imperador, e apresentou a seguinte proposta: "Para nossa chapa Centenária, indicamos Dom Pedro II e Charles Francis Adams, para presidente e vice-presidente. Estamos cansados de gente comum, e sentimo-nos dispostos a apoiar gente de estilo".[28,91]

Por ocasião do casamento de uma filha, o banqueiro inglês Rothschild quis dar-lhe um presente de grande valor. O presente escolhido: apólices da dívida do Império brasileiro. Causou estranheza a escolha, e ele respondeu a quem lhe perguntou o motivo:

— **Isto vale mais do que ouro**.[140]

A dignidade e a honra da Nação: Sem honra não quero ser Imperador

Em dezembro de 1862, o plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro começou a praticar uma série de violências, fazendo aprisionar diversos navios mercantes brasileiros. Christie alegava para isso o fútil motivo da prisão em terra de alguns marinheiros ingleses embriagados, e o não acatamento do Governo à sua reclamação relativa a um navio inglês naufragado nas costas do Rio Grande do Sul.

Na baía de Guanabara, os marinheiros das naus britânicas ali fundeadas mostravam a boca dos seus canhões aos passageiros das barcas de Niterói, com gestos insultuosos. O povo, não podendo conter a sua justa indignação, dirigiu-se em massa ao Paço da Cidade, onde o Imperador se achava reunido com o Conselho de Estado. Milhares de vozes pediram que não tardassem as represálias à insolência do embaixador e dos marinheiros ingleses. Chegando a uma das janelas da frente, Dom Pedro garantiu à multidão:

— Calma, calma, senhores! Eu sou primeiro que tudo brasileiro, e como tal, mais do que ninguém, **estou empenhado em manter ilesas a dignidade e a honra da Nação**. E assim como confio no entusiasmo do meu povo, confie o povo em mim e no meu Governo, que vai proceder como as circunstâncias requerem, mas de modo que não seja ultrajado o nome de brasileiros, de que todos nos ufanamos. Onde sucumbirem a honra e a soberania da Nação, eu sucumbirei com elas. Confiem no meu Governo, e fiquem certos de que **sem honra não quero ser Imperador**![16,44,46,66,85,95,110]

O Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra, e a questão foi arbitrada pelo rei da Bélgica, que nos deu plena razão. Foi como vitorioso, e acompanhado de seus aliados argentinos e uruguaios, que o Imperador quis receber o pedido de desculpas da poderosa Grã-Bretanha.[18] Em Uruguaiana, após a rendição das tropas paraguaias sitiadas, o Imperador recebeu as desculpas oficiais da Inglaterra pelas arbitrariedades praticadas por Christie. O Conde d'Eu narrou deste modo a cerimônia:

"Chegou do Sul, por terra, o Sr. Edward Thornton, embaixador britânico em Buenos Aires. Vem encarregado pelo governo da Rainha para exprimir ao Imperador o seu pesar pelas violências que haviam praticado os navios da estação inglesa no Rio de Janeiro, em 1862, e pela ruptura de relações diplomáticas que se lhes seguiu, e que até hoje tem durado. O Imperador marcou a hora de meio-dia para o receber na barraca, com toda a solenidade que as circunstâncias comportam. Foram convidados para assistir à cerimônia os comandantes de todos os corpos.

"Cada um se vestiu o melhor possível para esta solenidade diplomática. Tornou-se a armar a barraca com as velas e bandeiras, e até se descobriu um tapete. Ao lado perfilou-se um batalhão de linha completo. Além dos oficiais convocados, muitos outros vieram, desejosos de assistir a esta satisfação que se daria à honra nacional.

"Tendo-se o Imperador colocado ao fundo da barraca, e a seus lados o ministro e as outras pessoas principais, o general Cabral introduziu o Sr. Thornton, que veio da cidade em carruagem escoltada por um destacamento de cavalaria. Vestia o uniforme diplomático com a comenda da Ordem do Banho. Depois das três reverências do estilo, pronunciou um longo discurso em francês, e em seguida entregou ao Imperador a carta da Rainha Vitória. Respondeu-lhe o Imperador igualmente em francês, e logo em seguida a banda colocada do lado de fora tocou o *God save the Queen*. Bem longe estávamos de supor que ouviríamos essa melodia no fundo da província do Rio Grande do Sul".[35,52]

O Imperador não transige em questão de honra: Não provocamos a guerra, não proporemos a paz

Em luta com os ministros que não queriam deixá-lo partir para o Rio Grande do Sul, no início da guerra do Paraguai, o Imperador cortou a discussão, dizendo:

— Ainda me resta um recurso constitucional: se não parto como Imperador, abdico e vou para o Rio Grande como um voluntário da Pátria.[94,95,127]

Declarada a guerra ao tirano Solano López, do Paraguai, seguiu o Imperador com seus genros, a incitar os seus súditos ao cumprimento do dever, por seu exemplo pessoal. Ao embarcar, disse à multidão que o aplaudia:

— Sou defensor perpétuo do Brasil, e quando os meus concidadãos sacrificam sua vida em holocausto sobre as aras da Pátria, em defesa de uma causa tão santa, não serei eu que os deixe de acompanhar.[110]

Em momento de desânimo do seu Ministério, durante a guerra do Paraguai, o presidente do Conselho de Ministros consultou D. Pedro sobre a conveniência de se chegar a um acordo com o tirano inimigo. O Imperador, sempre delicado e tranquilo,

desta vez perdeu a calma. Ergueu-se indignado, bateu com o punho cerrado na mesa dos despachos, e bradou:

— Nunca! **Nós não provocamos a guerra, não proporemos a paz**! Se o sacrifício é enorme, maior seria a humilhação. Agora, é irmos até o fim. Eu partirei de novo para a guerra, se a minha presença se tornar necessária lá. **Trocarei o trono por uma tenda de campanha. E quero ver se há algum brasileiro que não me acompanhe**![110]

Em seu diário, D. Pedro II anotou: "Fala-se em paz no Rio da Prata. **Eu não negocio com López! É uma questão de honra, e eu não transijo!**"[91]

Exigira a perseguição e rendição de López, como se sua intenção fosse conquistar o Paraguai. Conseguida a vitória, no entanto, mandava voltar os regimentos e apressava a restituição do território aos seus donos, para que a esponja do tempo apagasse a larga mancha de sangue. Era um capítulo encerrado. Nem anexações, nem compensações, nem castigos. Quitavam-se compromissos, com um saldo de idealismo. Salvara-se o prestígio das armas, mas não se agravara o direito das gentes. O Império não esmagava, retraía-se. Fizera a todo custo a guerra, o que era compreensível. Mas resistira às tentações do triunfo, o que foi exemplar.[127]

A nossa vitória sobre os paraguaios, e o cavalheirismo com que tratamos nossos inimigos derrotados, deu-nos um grande prestígio junto aos nossos aliados na guerra, e junto a todas as repúblicas hispano-americanas.[52]

Com relação à acusação que em certa época lhe faziam, de querer sustentar a guerra com o objetivo de ampliar o domínio territorial brasileiro, D. Pedro II registra em seu diário: "Protesto contra qualquer ideia de anexação de território estrangeiro".

Anos mais tarde, quando se ventilava a nossa questão de limites com a Argentina, afirmou que não transigia:

— Ou o território é nosso, e não devemos alienar uma polegada dele, ou pertence ao nosso vizinho, e então é justo não querermos uma polegada do que não nos pertence.[52]

O senso da dignidade nos atos do Imperador

Dom Pedro II não poderia manter-se indiferente às reiteradas provocações do governo uruguaio, que consentia que a nossa bandeira servisse de tapete na porta de entrada dos salões do clube presidido por Leandro Gomez. Mandou Saraiva para Montevidéu, em missão especial, a fim de alcançar uma solução honrosa. O almirante Tamandaré só foi autorizado a usar de represálias depois que fracassaram as tratativas diplomáticas.

Quando foi aprisionado pelo tenente-coronel Oliveira Bello, Leandro Gomez pediu para ser entregue aos seus correligionários, e o seu desejo foi cavalheirescamente

satisfeito. Entretanto, logo que as tropas brasileiras deixaram Paissandu, os seus próprios patrícios exigiram o seu fuzilamento, como reparação à chacina de Quinteros, da qual ele fora o principal instigador. Ao saber daquele ato de covardia, D. Pedro II o condenou formalmente, e exigiu a punição do coronel Goyo Suarez, que se havia comprometido a assegurar a vida do nosso insolente inimigo.[12]

Logo após a vitória sobre o Paraguai, houve manifestações populares e revolta de militares no Rio, visando depor o Ministério constituído por Muritiba. Alguns militares, depois de percorrerem as ruas aclamando o Imperador e a Família Imperial, e exigindo a deposição do Gabinete, estabeleceram-se em frente ao Teatro Lírico, fazendo parar todos os coches da comitiva imperial, à procura do presidente do Conselho. O próprio carro do Imperador foi detido, e uns tenentes tomaram pelo freio os cavalos. D. Pedro II apareceu à portinhola, dominando o círculo ruidoso de manifestantes. Com voz clara e enérgica, mandou que o cocheiro fizesse partir o veículo:

— Não atendo a rogos de oficiais em plena rua!

Os militares se afastaram, e o carro prosseguiu.[127]

Quando era ministro de Estrangeiros o senador Manuel Francisco Correia, D. Pedro II agraciou o grande estadista inglês Disraeli com a dignitária da Ordem da Rosa. Esse parlamentar recusou a graça imperial, por não ser assaz elevada como requeria a sua posição na Inglaterra. Só a Grã-Cruz lhe poderia convir, por ter já muitas de outras nações, e externou em carta ao ministro o motivo da sua recusa.

O ministro viu-se em sérios embaraços para transmitir tão desagradável notícia ao Monarca. Adiou a comunicação por vários despachos, e por fim a fez, certo de que obteria para o lord inglês a Grã-Cruz da Ordem. Iludiu-se. O Imperador franziu a testa, e disse:

— Pois outra não lhe dou![44,46,66]

Depois de ouvir o concerto de um famoso pianista inglês na embaixada brasileira em Londres, por ocasião da viagem de D. Pedro II ao país, o Príncipe de Gales, futuro rei Eduardo VII, manifestou ao embaixador, Barão de Penedo, o desejo de que o pianista fosse condecorado pelo Brasil com a Ordem da Rosa. O Imperador não tolerava nesse pianista a falta de higiene. Ao saber da proposta do Príncipe de Gales, comentou ironicamente:

— Concordo, desde que antes o governo inglês lhe conceda a Ordem do Banho...[66,95]

Na sua primeira viagem à Europa, estava D. Pedro II em Rouen, cidade francesa então ocupada pelas tropas alemãs. Conhecedor da presença do Soberano, o general

Treslov, comandante da guarnição alemã de ocupação, foi cumprimentá-lo, comunicando-lhe que mandaria colocar à porta do hotel uma guarda de honra, e ordenaria que a banda militar alemã desse um concerto em sua homenagem.

Agradecendo a intenção delicada do comandante, D. Pedro recusou a homenagem:

— Se eu estivesse na Alemanha, aceitaria. Estou na França, entretanto, e **não devo permitir que a música dos vencedores venha saudar-me em chão dos vencidos**.

O general prussiano inclinou-se, acatando com admiração e respeito o gesto de delicada sensibilidade. E o povo francês, sabedor da recusa imperial, demonstrou sempre para com Dom Pedro os mais vivos sentimentos de simpatia.[111,127]

Dom Pedro II vencera uma longa e árdua guerra contra o Paraguai, e não tomara ao vencido um palmo do território. Não se conformava também com a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha, e em 1889 revelou: "Ouvi do finado Imperador Guilherme I, que com prazer chamo sempre de compadre, que ele nunca foi partidário da anexação. Não conheci velho mais amável. O gênio bélico era Bismarck. Evitei-o. Admiro o homem, mas não o estimo".[127]

Dom Pedro II, exilado após a proclamação da República, estava visitando Baden-Baden e foi convidado para um famoso concerto em praça pública, no qual se apresentavam os melhores maestros da Alemanha e era assistido por todas as pessoas de importância. Quando a figura imponente do Imperador apareceu, todos se levantaram, como se uma mola os tivesse impelido ao mesmo tempo. O regente da orquestra foi ao seu encontro e fez-lhe entrega do programa. Visivelmente comovido, o Imperador exilado voltou-se para Silveira Martins, ali presente, e disse:

— Isto não é feito a mim, mas ao nosso Brasil.

— Como protesto eloquentíssimo...[128]

Nosso Imperador "*yankee*" – A popularidade de D. Pedro II nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, raros estrangeiros, e certamente nenhum outro chefe de Estado, desfrutou tão grande popularidade como D. Pedro II, nem foi acolhido ali com tão expressivas provas de respeito e amizade. Não somente nos meios oficiais, políticos, intelectuais e outros, como igualmente na massa do povo, nas camadas mais modestas.[52] O entusiasmo pelo Imperador era enorme. Talvez ele tenha sido o visitante estrangeiro mais popular nos Estados Unidos. Qualquer coisa que ele fizesse tinha interesse. As pessoas ficavam fascinadas pelas suas qualidades.[95]

A American Geographical Society organizou uma reunião especial, com a presença de D. Pedro II. Na saudação, Bayard Taylor afirmou: "Nunca esteve entre nós um estrangeiro que, após três meses de permanência, pareça ao povo americano tão pouco

estrangeiro e tão amigo quanto D. Pedro II".[95] O jornal *North American* comentou: "Nenhum governante, de nenhum país, tanto como homem quanto como governante, jamais teve tantos méritos diante dos Estados Unidos quanto D. Pedro II".[95] O Imperador percorreu cerca de 15.000 quilômetros dentro dos Estados Unidos. Os políticos não perderam a oportunidade do exemplo para se fustigarem mutuamente, e um editor afirmou: "Quando ele voltar ao Brasil, estará conhecendo mais os Estados Unidos do que dois terços dos membros do Congresso".[95]

No dia 4 de julho de 1876, festa do centenário da independência americana, D. Pedro II se encontrava nos Estados Unidos, porém em caráter particular, como fazia durante as suas viagens. Estava programado um espetáculo de gala, do qual participariam o presidente Ulysses Grant e toda a representação do mundo oficial. Ao hotel em que estava hospedado como "D. Pedro de Alcântara", foi-lhe enviado um convite para assistir à solenidade no camarote do presidente americano. Ele agradeceu e devolveu, dizendo que não estava ali como Imperador, portanto não podia aceitar, mas iria em caráter particular. E foi. Mas o mestre de cerimônias o conduziu a um camarote "particular", vizinho ao do presidente. Quando D. Pedro apareceu no seu lugar, em companhia da Imperatriz, correu-se a cortina que separava os dois camarotes, e ele se viu ao lado do presidente, no mesmo camarote. Desfraldaram-se nesse momento, unidas, a bandeira americana e a brasileira. Logo depois a banda entoou o hino brasileiro, e uma multidão entusiástica, de pé, saudou com prolongadas palmas e vivas o nosso Imperador.[92]

Em Baltimore, D. Pedro assistiu à ópera *Dama das Camélias* no Teatro Opera Ford. Desde então o camarote que ocupou passou a se chamar "camarote imperial".[28,91,95] Tão grande era a admiração dos americanos, que nas eleições presidenciais de 1877 ele recebeu, só em Filadélfia, mais de 4.000 votos espontâneos.[140]

X

A UNIDADE NACIONAL QUE RESULTOU DO IMPÉRIO

O Imperador-menino, polo da unidade nacional

Auguste Saint-Hilaire escreveu em 1833, quando D. Pedro II tinha apenas 8 anos:

"Quanto ao Brasil, repousam hoje seus destinos sobre a cabeça de um menino; o único, entre os brasileiros, que une o presente ao passado. **É uma criança que une ainda as províncias deste vasto Império, e somente a sua existência opõe uma barreira aos ambiciosos que surgem de todos os lados**, de igual mediocridade e pretensões igualmente gigantescas. Ideias de federalismo foram semeadas entre todas as províncias do Brasil, mas os brasileiros não saberiam estabelecer no seu seio o sistema federal, sem começar por desfazer os fracos laços que os unem ainda".[26,127]

Dom Pedro I escreveu de Portugal ao seu filho e sucessor, felicitando-o pelo aniversário:

"Todos os bons brasileiros que desejam de coração, como eu, ver feliz a Terra da Santa Cruz, não poderão deixar de celebrar este dia, com todo o entusiasmo, como o de maior interesse para o Império brasileiro. **Da tua conservação dependerá a futura felicidade do Brasil**. A ti está reservada a glória de o fazer chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz.

"Eu faria uma grande injustiça aos meus concidadãos, se não estivesse persuadido de que eles se acham penetrados destas verdades e se desvelam por sustentar-te no trono. Estou convencido de que, se não seguirem a Constituição e Pedro II, a mesma sorte da infeliz América espanhola os espera.

"Não posso deixar de te pedir que cuides muito de te instruíres, de te fazeres digno do amor dos teus súditos e da admiração de todos".[10]

O grande orador sacro Mont'Alverne afirmou em um sermão, por ocasião do aniversário de D. Pedro II em 1833, depois que este se recuperara de uma doença grave:

"Vós nos convenceis de que o Brasil está salvo, que o primogênito dos brasileiros está vivo. O que o Brasil possui no seu Imperador não é só uma fiança de paz. **Ele é ainda o símbolo da unidade nacional**, que seria posta em risco por uma adversidade tão deplorável como a sua morte. A perda do Imperador, afrouxando todos os vínculos sociais, abriria uma vasta arena a empreendimentos temerários".[127]

O primeiro Imperador libertara o Brasil e o tornara independente. O seu cetro e o do seu pai tinham impedido que a Nação se fragmentasse em tantas repúblicas quantas as províncias, dispersando a sua energia e valor, estilhaçando o astro em vinte pequenas estrelas. O Brasil salvara as suas formosas províncias de se transformarem em outras tantas repúblicas, e amava os seus soberanos. Sem os Braganças, seria a pulverização da grande América, com suas repúblicas faltas de unidade, até a guerrearem-se.[136]

Haviam caído em pedaços todas as possessões americanas da grande nação espanhola. Cada zona, cada palmo desse território se foi progressivamente destacando, como corpo moribundo invadido pela gangrena, e que vai sucessivamente pagando o seu tributo à dissolução e à morte. Todos esses destroços da nobre Espanha se foram atenuando e nulificando. A forma republicana implantou neles o gérmen da anarquia e a caudilhagem, a desordem e o retrocesso campearam impunes nas plagas outrora regidas pelo leão da Ibéria.

O Brasil, por um contraste esplêndido, estabeleceu um cordão sanitário, único da América, contra as ideias e instituições demagógicas; lançou à terra, desde o dia da sua separação, a semente desta grandeza e prosperidade, que tornará nossos vindouros felizes e poderosos.[73]

O trono brasileiro, pelo próprio fato da sua singularidade na América, repousava sobre uma base precária; e ter-se-ia certamente desmoronado sob o peso do seu novo ocupador, se não fosse este uma criança de cinco para seis anos, e não representasse, portanto, um fardo levíssimo.[116]

Esse infortúnio, pelo qual uma criança que já era órfã de mãe se tornava como que órfã com o pai ainda vivo, despertou em todo o País um movimento de afeição suave pelo Imperador-menino.[127] A compaixão, mola poderosa num povo sentimental, tomou o lugar das amizades e dedicações dinásticas que faltavam, e o receio de ver despedaçar-se a bela unidade nacional, alcançada não sem esforço, agiu como se houvesse um partido organizado e disciplinado para manter as instituições monárquicas, ou uma classe verdadeiramente interessada em defendê-las.[116]

Com a maioridade de D. Pedro II, o prestígio da Monarquia salvou o Brasil

Os nove anos de regência, que vão de 1831 até 1840, constituem a fase mais agitada da nossa existência autônoma. A "experiência republicana" das regências não pudera dar seus frutos, não só pela dispersão das forças nacionais em choque, mas também pelo caráter extraordinariamente singular de Diogo Feijó. Sentia-se a falta de um homem-símbolo, de uma figura central que encarnasse a autoridade suprema e a pusesse

a cavaleiro das revoltas periódicas ou das indisciplinas ousadas. O Imperador, com seus 15 anos, oferecia um polo em redor do qual podiam evoluir as ideias, as aspirações, as forças políticas dispersas até então dentro do País.[27,91]

Em 1839, quando se cogitava da grave questão da antecipação da maioridade, foi dito a D. Pedro II:

— Senhor, acha-se em risco tanto a paz do Império como a causa da Monarquia. Só existe um braço que a ambas possa salvar: é o de Vossa Majestade. Antevemos desde já um porvir de venturas, confiado a tão alta sabedoria.

Dom Pedro então perguntou:

— Será certo que com pouco mais de 14 anos possa haver sabedoria?[22]

Os senadores se reuniram e formularam a D. Pedro a pergunta:

— Quererá Vossa Majestade assumir o Governo em 2 de dezembro, quando completa seus 15 anos, ou quer já?

— Quero já! – foi a sua resposta.[73,104,127]

A campanha pela maioridade de D. Pedro II foi uma revolta do instinto de conservação nacional. Ninguém se preocupou com indagar propriamente dos méritos do régio adolescente. **A confiança geral residia no princípio que ele encarnava, e que era o símbolo da paz e a garantia da segurança da nacionalidade. No dia 23 de julho de 1840, o prestígio da Monarquia salvou o Brasil**. Salvou-o, e é fato que todos se voltaram para o Imperador-menino como se vissem nele o único recurso possível de salvação para o País. Somente um poder superior e inacessível às contingências dos partidos poderia pacificar e tranquilizar os espíritos e robustecer os laços da unidade nacional.[52] Com a sua investidura, conseguiu evitar a perturbação da ordem, se não a dissolução do Império.[101]

Charles Reybaud conta que, em 1850, o Conselheiro Marques Lisboa, embaixador do Brasil em Londres, falava diante do Duque de Wellington sobre a situação do Império do Brasil e a vitalidade de suas instituições, que haviam permitido atravessar, sem confusão, o período tão tempestuoso de uma regência de dez anos. O Duque meditou alguns instantes. Depois, em voz lenta e grave, e como que pesando as palavras, respondeu:

— Podeis orgulhar-vos de vossa Constituição e de vosso país. Não conheço na Europa um único Estado que tivesse resistido a semelhante prova.[26]

Visto no seu conjunto, o reinado de D. Pedro II é uma obra-prima de paciência humana e de dedicação patriótica. Nada era mais fácil do que inutilizar, no dia seguinte à maioridade, a boa vontade e a esperança dos que não viam outro meio de sair da

oligarquia, se não a sua coroação. No entanto, ele teve a habilidade de conseguir, por perto de meio século, a quase unanimidade nacional em apoio do seu trono e de sua pessoa.[75]

Firmeza e clemência do Imperador garantem a paz e o progresso

Não sabemos se D. Pedro II daria o grito do Ipiranga. Mas podemos afirmar que D. Pedro I não atravessaria tão prudentemente os perigos dos primeiros anos do Segundo Reinado, nem resolveria com tamanho acerto os árduos problemas de meio século de administração. A desgraça mais temerosa de todas, naquele tempo, seria desmembrar o Império. E esta possibilidade mais de uma vez se afigurou inevitável.[75] A unidade se fez em volta do Imperador, e nesse sentido as manifestações separatistas deixaram de se produzir.[91]

Começando o seu reinado pela clemência, que por meio século lhe marcou o roteiro na alta administração do Império, concedeu plena anistia a todos os que estivessem presos por crimes políticos. O decreto, de 22 de agosto de 1840, continha também uma proclamação aos revoltosos do Rio Grande do Sul, chamando-os de novo ao grêmio da sociedade brasileira, em termos em que transpareciam a bondade que perdoa e a energia que ameaça: "A natureza deu-me um coração para perdoar-vos; o concurso da Nação inteira ministra-me forças para vos subjugar. Aproveitai-vos, enquanto é tempo, do que o coração vos oferece, e temei de arrostar as forças do Império".[13]

A guerra dos Farrapos, que ensanguentara por dez anos as campinas riograndenses, tivera termo graças à ação enérgica de Caxias, a quem não faltou força para vencer os rebeldes heroicos, nem benevolência para colher as suas propostas de paz. Visitando a província logo depois, com apenas a sua presença D. Pedro II conseguiu conciliá-la e conservá-la lealmente unida por todo o longo período do seu reinado.[137]

A 13 de maio de 1842, em Sorocaba, estourou uma rebelião liderada por Rafael Tobias de Aguiar e pelo Padre Feijó. Em 10 de junho, os Otonis desfecharam um golpe em Barbacena, e a mão firme de Caxias susteve o edifício do Estado. Três anos antes, sem um Imperador, esses golpes seriam uma catástrofe, mas em 1842 não passaram de um sobressalto.[127]

Em 1843, por ocasião das comemorações da Independência, D. Pedro II escreveu um soneto que termina com estes versos:

Juro, nas aras da fidelidade:
De meu pai recebeste a Independência,
Receberás de mim a Liberdade![127]

Em menos de dez anos o País entrou na ordem, e o que eleva extraordinariamente o nome de D. Pedro II, na gratidão nacional, é que conseguiu este enorme resultado sem repressões violentas, sem perseguições cruéis. Vencia as revoluções e perdoava os revoltosos, completando a obra da justiça com a colaboração de sua magnanimidade.[75]

Foi incontestavelmente um estadista. Com a força moral de sua virtude, conseguiu unir durante cinquenta anos, no mesmo pensamento, interesses e homens tão diferentes, ainda apaixonados das lutas em que se haviam batido. O Brasil lhe deve sua unidade política, o seu prestígio no exterior, a rápida civilização do povo, que se exterioriza brilhantemente na capacidade e na moralidade dos seus homens públicos, e principalmente na brandura de nossos costumes. Ao mesmo tempo, os caudilhos de países vizinhos se revezavam no poder, reduzindo em cada assentada o número de cabeças de seus concidadãos.[9]

Relatando suas impressões, após viagem ao Brasil em 1882, o Conde Alexandre Hübner afirma: "O Imperador possui, em alto grau, a arte de manejar os homens. É graças a essa arte que ele alcançou um resultado prodigioso. Cercado de repúblicas onde as revoluções se repetem periodicamente, **o Brasil se beneficia há 32 anos de uma paz interna ininterrupta. Isso deve-se ao Imperador**".[134]

Dom Pedro nos deu meio século de progresso moderado, disciplinado, sadio. Meio século de paz, tranquilidade, ordem. Meio século de legalidade, justiça, moralidade.[7]

O Imperador consolida a nacionalidade brasileira

O maior milagre que já se registrou na crônica dos povos sul-americanos é, sem dúvida, a preservação da unidade política do Brasil. Tantas e tão variadas eram as dissenções que trabalhavam a vida interior do Império, que tudo se poderia prever, menos que a Nação saísse ilesa do choque dos interesses e das ambições dos primeiros dias da independência. Alcançada em definitivo a emancipação sonhada pela alma brasileira, logo entrou o Brasil a pagar o tributo da sua própria felicidade, encontrando dentro de si mesmo maiores inimigos a vencer do que em terras estrangeiras.[27]

Antes de completar dez anos de administração, o Imperador já havia aniquilado o espírito de caudilhismo que reinava em várias províncias brasileiras, desviando do campo da atividade patriótica algumas dezenas de militares e de paisanos, que passaram depois a prestigiar-lhe a autoridade, cheios de entusiasmo pelas suas qualidades de administrador justiceiro e clemente.[11]

O Gabinete da Conciliação, organizado pelo Marquês de Paraná em 1853, assinala na história política do Segundo Reinado uma época cujos frutos permanecerão vivos até o

fim do Império. Acabou com o espírito revolucionário e firmou definitivamente a paz dentro da qual prosperará o País. Preparou um punhado de homens novos para o futuro governo, selecionando os mais capazes, ensinando-lhes a escola da tolerância, do respeito mútuo e do interesse público, que passou a ser a característica do governo. E finalmente criou o ambiente constitucional em que passariam a se revezar, sem se excluírem, os dois grandes partidos da Monarquia.[52]

Cercava o Imperador nessa época, ajudando-o na obra de consolidar a nossa nacionalidade em formação, uma brilhante coleção de homens públicos, sem dúvida a mais completa que já nos foi dado possuir. Nunca se vira, nem se veria depois no Brasil, como nesse período áureo da Monarquia, semelhante galeria de estadistas notáveis pelo talento, pelo senso da medida, pelo amor à causa pública, pelo desinteresse pessoal, pela rigidez de costumes, pela austeridade de suas vidas privadas.[52]

O grande serviço que o Imperador nos prestava não era tanto o de preparar um Brasil de amanhã, mas sobretudo o de consolidar o Brasil do presente, o Brasil do seu tempo, dar-lhe uma estrutura política e social bastante resistente, para que as gerações vindouras pudessem construir o grande edifício que seria o Brasil do futuro, sem receio de vê-lo um dia por terra. Ele era, neste particular, um dos grandes consolidadores dos alicerces da nossa nacionalidade. **Durante cinquenta anos de reinado, fez de sua vida um longo e constante dever cumprido** sem impaciência, sem dilação, sem preguiça. Foi mais administrador do que estadista.[52]

À atuação do Imperador, à sua habilidade política e espírito de longanimidade, atribui Gustavo Aimard a paz profundíssima que o Brasil desfrutava quando o visitou. O Soberano era ao mesmo tempo político e filósofo dotado de enorme benevolência, conhecedor de homens como ninguém, e animado pelo maior patriotismo.[6]

A lógica inflexível do Imperador nos objetivos de longo prazo

A coerência, com a madura reflexão, era uma das virtudes de D. Pedro II. Uma vez adotado um sistema ou aceito um plano, não mudava facilmente.[127] A tradição, a continuidade do governo, está com ele só. Como os gabinetes duram pouco e ele é permanente, só ele é capaz de política que demande tempo. Só ele pode esperar, contemporizar, continuar, adiar, semear para colher mais tarde, em tempo certo.[71]

Durante a guerra do Paraguai os ministérios se sucederam, como também os chefes combatentes. Mudaram a política dos países amigos e as circunstâncias em que a luta se desdobrou. Mas permaneceu ele, seguro dos seus objetivos, sem esmorecer nem precipitar, árbitro das soluções, fiel ao programa. **Se a política exterior do Brasil teve então uma lógica inflexível, foi porque a fez o Imperador**.[127]

No Brasil, ninguém se identificava mais com a campanha do Paraguai do que o Imperador. Ninguém a intensificava com maior interesse e mais acentuado patriotismo. Joaquim Nabuco afirma: "A influência do Imperador foi notável, nessa época. Cedeu para as despesas da guerra a quarta parte da sua verba pessoal. A sua atividade proverbial aumentou ainda mais. A sua solicitude não teve limites. O seu ardor em animar os que partiam dava às suas palavras a emoção da voz da Pátria. **O Imperador arrastava atrás de si todos que o circundavam**".[52,74]

Por vezes, sua insistência era quase uma súplica: "As circunstâncias são muito graves, e todos devem concorrer para o fim patriótico de concluir a guerra, como só posso admitir que ela termine, com honra para o Brasil. Caxias está animado. Porém ele merece, e o bem do Estado exige, que ele receba, como até agora, o maior apoio do Governo".[52,74,75,77,104]

A guerra do Paraguai envelheceu precocemente D. Pedro II. Foram cinco anos que valeram vinte. Nunca, talvez, um rei o foi tão inteiramente como D. Pedro II, entre 1864 e 1870. Havia já construído o seu sistema de governo – a macia direção pessoal do Estado, em harmonia com um gabinete representativo – e imposto aos políticos a sua maneira de agir e de conciliar, de resolver e de negar, de conduzir e de orientar. A luz perene das suas janelas, iluminadas até altas horas, projetava-se sobre os horizontes da nacionalidade. Sabia-se que o Imperador dormia pouco, empenhado em dar à sua terra o completo esforço, para que vencesse a tormenta com dignidade e glória.[127]

Tomemos os Estados Unidos e o Brasil diante do mesmo problema: a abolição da escravatura. Tiveram os Estados Unidos a solução pela violência, pela força, pelo grande fragor da guerra fratricida. Teve o Brasil uma solução que todos vimos, solução que excedeu aos sonhos dos humanitários mais otimistas. Porventura deveremos envergonhar-nos da solução que soubemos e pudemos dar ao problema, lamentar não termos imitado os Estados Unidos também nesse ponto?[41]

Doellinger dizia em 1880: "Se os Estados Unidos, em 1862, tivessem um monarca em vez de um presidente eleito por poucos anos, certamente lhes teria sido possível dirigir o problema da escravidão para uma solução pacífica, evitando uma sangrenta guerra civil cujos efeitos ainda perduram". Os fatos vieram dar-lhe razão, oito anos depois, porque o único país monárquico da América foi também o único que pacificamente extinguiu a escravidão. **O natural instinto de conservação leva as monarquias a procurarem resolver os problemas sociais, enquanto as oligarquias republicanas temem esses problemas e adiam-lhes indefinidamente as soluções**.[41]

O Conde Afonso Celso, em visita ao Imperador exilado em Paris, contou-lhe minuciosamente as notícias da Pátria, algumas das quais desagradaram-no. Um dos presentes perguntou-lhe:

— O espírito patriótico de Vossa Majestade não se confrange com as desgraças que se desencadearam sobre o nosso País?

— Certamente! Sucedem ali fatos que me fazem sofrer muito. Por exemplo, a notícia de que pretendem ceder aos argentinos parte do território das Missões. Isso, nunca! **Nem um palmo do nosso território, nem uma pedra das nossas fortalezas**. Contamos a nosso favor com o direito e a força. Como transigir nessas condições? **Foi o meu empenho sagrado conservar o Brasil unido e íntegro**. Nessa homogeneidade individual reside a nossa grandeza.[66,110]

Não pertencendo a partidos, o Monarca é Imperador de todos os brasileiros

Um dos maiores serviços que o Rei presta ao povo é a garantia da sua total independência em relação aos partidos políticos, e dum modo geral em relação aos interesses particulares das pessoas ou das associações, sejam de que tipo forem: políticas, econômicas, profissionais.[119]

Em 1886, ao visitar as obras do Museu do Ipiranga, em São Paulo, o Imperador mandou a carruagem seguir pelo caminho histórico. Chegando ao local, comentou:

— Esta é a verdadeira arquitetura adequada a um monumento desta ordem.

E perguntou ao Conselheiro Ramalho:

— Ainda vive alguém do tempo da Independência?

— Há em Campinas um velho, chamado João Cintra, que fez parte da comitiva do augusto pai de Vossa Majestade.

Dias depois, quando chegou a Campinas, foi logo indagando onde morava o velho Cintra, cuja casa era fora da cidade. E seguiu para lá, acompanhado apenas de um jornalista e do seu velho negro Rafael. Encontrou João Cintra falando a meia voz, num grupo de velhos. Depois dos cumprimentos, perguntou:

— Que história estava aí contando? Continue, eu também quero ouvir. Quem é velho sempre sabe muitas histórias.

Não sabendo o que dizer, o rude velhinho perguntou a Sua Majestade:

— Por que é que o Senhor não se muda para cá? Será por ser carioca?

— Eu não sei o que é ser carioca, paulista, gaúcho, mineiro ou pernambucano. Só sei que sou brasileiro.[110]

No dia 10 de julho de 1888, os brasileiros residentes em Paris promoveram um banquete para comemorar a abolição da escravidão. Compareceram 169 personalidades

do mundo oficial. Os organizadores desejavam convencer o Imperador, presente então na França, a presidir o banquete. Coerente com a sua situação de Imperador de uma maioria de abolicionistas, mas também da minoria não abolicionista, ele se recusou:

— Desejo continuar **Imperador de todos os brasileiros**, quaisquer que sejam os credos e convicções políticas.[91]

Numa carta dirigida a D. Pedro II, Lamartine escreveu: "Todos os súditos de Vossa Majestade, que vêm do Brasil ou que daí nos escrevem, felicitam-se de viver sob o governo de um príncipe que extinguiu no Novo Mundo, por seu caráter e suas virtudes, a eterna disputa entre as naturezas do governo republicano ou monárquico: a liberdade das repúblicas sem a instabilidade, e a perpetuidade das monarquias sem o despotismo".[26,73]

Tivemos 67 anos de Monarquia que, além de nos trazer a Independência, trouxe a este País crescimento industrial e comercial, estabilidade política e ideológica, liberdade total, honestidade, probidade com as coisas públicas e identidade pátria, além de governos livres e independentes, sistema monetário forte, estruturas institucionais fortes e morais, estrutura partidária de grande potência e uma política exterior digna.[8]

Na "questão religiosa", atuação objetável do Imperador

Dos muitos fatos ocorridos no Segundo Reinado, nenhum houve que, sequer de longe, causasse tanta comoção no extenso Império do Brasil quanto a chamada "questão religiosa", que se desenrolou de março de 1872 a setembro de 1875.

Herdeira e continuadora da Monarquia portuguesa, a Monarquia brasileira conservava o Estado unido à Igreja. A Religião Católica era a única oficialmente reconhecida como verdadeira pelo Império, conforme previa o artigo 5º da Constituição. A prática de cultos não católicos era tolerada, porém só o culto católico podia ser realizado em edifícios com forma externa de templo. Quando o Santíssimo Sacramento passava pelas ruas, a tropa recebia ordem de ajoelhar-se. Os membros do episcopado eram objeto de honras oficiais, como dignitários do Estado.

A estes justos privilégios se contrapunham, infelizmente, graves e injustos cerceamentos da liberdade da Igreja, entre os quais ressaltava o fato de que, segundo o entendimento de canonistas eclesiásticos e civis, as bulas e decretos do Soberano Pontífice, com vigência para o mundo inteiro, não podiam ser aplicadas em território brasileiro sem a aprovação – ou *placet* – do Imperador.

Assim, tendo o Papa Pio IX, então reinante, publicado decreto proibindo aos católicos filiarem-se à maçonaria, o Gabinete de então, presidido pelo Visconde do Rio Branco, grão-mestre da maçonaria brasileira, se declarou contrário à aplicação do

documento pontifício em nosso País. E nisto foi apoiado pelo Imperador, que recusou seu *placet* ao mencionado ato pontifício.

Discordando dos canonistas que sustentavam a legitimidade do *placet* imperial, dois prelados brasileiros – Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, e Dom Antonio de Macedo Costa, Bispo de Belém do Pará – deliberaram aplicar nas respectivas dioceses aquele decreto, afirmando assim a obediência que, como bispos católicos, lhes cabia ter em relação a todos os atos emanados do Vigário de Cristo na Terra. Em consequência determinaram que, sob penas canônicas, saíssem da maçonaria todos os eclesiásticos e leigos católicos a ela filiados.

À vista desse ato, que teve graves desdobramentos, o Governo Imperial decidiu levar presos ao Rio de Janeiro ambos os prelados, a fim de serem julgados. O Supremo Tribunal de Justiça, em maio de 1874, condenou os bispos a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. Fazendo imediatamente uso da sua atribuição constitucional, D. Pedro II comutou a pena em prisão simples.

É difícil avaliar devidamente, em nossos dias, a comoção causada em todo o Brasil pela decisão do Tribunal. De todo o País afluíram católicos inconformados, para visitarem nos respectivos cárceres os valorosos prelados. E de todas as partes convergiam para a mesa de D. Pedro II os pedidos de anistia em favor destes. Figuravam entre as pessoas de maior destaque nesses pedidos muitos membros do episcopado nacional e a Princesa Isabel.

O seguinte episódio, ao mesmo tempo que nos mostra um aspecto gracioso da intimidade entre as pessoas da Família Imperial, deixa reluzir a firme têmpera dessa grande dama católica que foi a Princesa Isabel. Em visita a ela, em julho de 1875, o Imperador e a Imperatriz comunicaram-lhe que pretendiam viajar à Europa, para o tratamento da Imperatriz. A Princesa aproveitou o ensejo, e declarou que só aceitaria a Regência com satisfação se fossem anistiados D. Vital e D. Macedo Costa, então cumprindo pena de prisão. O Imperador não respondeu, mas ela voltou ao assunto com decisão:

— Pois o papai fique certo de que, se até eu assumir a Regência o caso permanecer como está, eu anistiarei os bispos. Será o meu primeiro ato.[60]

Afinal, no dia 3 de setembro de 1875, o novo Gabinete, presidido pelo Duque de Caxias, obteve do Imperador o decreto de anistia dos bispos.

Alguns anos mais tarde, quando visitou o Colégio do Caraça em abril de 1881, D. Pedro II percorreu as aulas do seminário maior. Depois de ouvir os alunos que eram interrogados sobre Teologia Dogmática, Moral, História, quis saber o que se ensinava ali sobre o *placet*. Foi chamado então um seminarista, que expôs a doutrina do Concílio Vaticano sobre o assunto:

— Há dois poderes, o eclesiástico e o civil, e ambos vêm de Deus. O primeiro, imediatamente de Deus. Sobre o segundo, as opiniões divergem se imediatamente ou mediante o povo. O poder eclesiástico é superior ao civil, porque tem objeto mais nobre, espiritual, sobrenatural – o bem das almas – e extensão territorial maior, pois abrange o mundo todo. O poder civil tem por objeto o bem temporal, e se limita a uma nação particular. Estes dois poderes são distintos e livres na sua esfera.

Houve um silêncio, e D. Pedro perguntou:

— E nas questões mistas?

O professor, Pe. Chanavat, tomou a palavra:

— Para estas, a decisão pertence à Igreja.

— Protesto! Como chefe do poder civil e defensor nato da Constituição Brasileira, protesto contra esta doutrina.

Com tato e delicadeza, o Superior, Pe. Clavelin, propôs outro assunto, desfazendo o incidente. Mais tarde, durante o recreio, D. Pedro passou com a comitiva perto do Pe. Chanavat, que se encontrava em uma roda de alunos, e este aproveitou para interpelá-lo:

— Não posso admitir o protesto de Vossa Majestade. É escandaloso um monarca católico protestar contra a doutrina da Igreja diante de um seminário maior.

Mais tarde, D. Pedro comentou com a comitiva:

— O Pe. Chanavat é um sacerdote digno da batina que veste e da cátedra que ocupa. É um homem![83]

O comentário sobre a pessoa do Pe. Chanavat deixa claro o respeito com que D. Pedro considerava os sacerdotes e os católicos que se tinham oposto a ele tão firmemente, em defesa das inalienáveis prerrogativas do Papado. As suas atitudes eram decorrência natural das doutrinas que lhe inculcaram os professores designados pela Regência, durante a menoridade, portanto não se revestiam de um caráter rigoroso e inflexível.

XI

O SISTEMA POLÍTICO DO IMPÉRIO

Monarquia constitucional, o melhor sistema de governo para o Brasil

Dom Pedro II sempre repetiu que a Monarquia constitucional era o melhor sistema de governo para um país nas condições políticas do Brasil. Escrevendo ao Visconde de Sinimbu, afirmou: "Cumpre que se convençam de que o nosso sistema de governo é o mais conveniente ao Estado do Brasil".

Em carta a Alexandre Herculano, sustenta: "Também eu não sou partidário em absoluto de nenhum sistema de governo. Mas creio igualmente que o de nossas nações é o que mais convém às neolatinas, cujos sentimentos ardentes exigem que se infunda o respeito ao princípio desse governo por atos de maior interesse, e mesmo de abnegação".[52]

Dom Luiz de Orleans e Bragança, neto de D. Pedro II e cognominado "Príncipe perfeito", escreveu no livro "Sob o Cruzeiro do Sul":

"O jogo do parlamentarismo, assegurado por dois grandes partidos revezando-se no poder, alcançou sob o governo de meu avô uma perfeição de que, fora da Inglaterra, debalde se buscaria o equivalente. Grandiosa concepção política, habilmente decalcada sobre o modelo das instituições britânicas, das quais assimilou logo a elasticidade e a largueza; sustentada por uma plêiade de homens de Estado eminentes e desinteressados; consubstanciada na pessoa de um soberano cuja vida pública e privada jamais ofereceu margem à crítica. Esta Monarquia, ninguém o contesta, havia dado ao mundo o exemplo raro de um sistema parlamentar muito aproximado do ideal que os seus fundadores haviam entrevisto. Isolada no meio de um continente entregue por todos os lados à anarquia e ao despotismo, logo em seguida à crise da Independência ela soube assegurar a harmonia, tão difícil de alcançar, entre a opinião pública e os seus mandatários".[38,116]

O rei constitucional, de acordo com Gladstone, tem o direito de estudar e discutir a política, a administração, os negócios da competência e responsabilidade dos ministros; e se a estes convence pela razão e experiência, a opinião passa a ser ministerial. O regime mantém-se intacto e puro.[67]

Na Monarquia constitucional, só uma entidade se perpetua através de todas as mutações: é o chefe do Poder Executivo, o depositário do Poder Moderador, a inteligência que conserva todas as tradições. Nunca deixa de intervir competentemente em todos os assuntos, e imprime a possível unidade e coerência aos negócios públicos. É ele o único motor sempre invariável, o único piloto constantemente ao leme.[73]

A Monarquia constitucional contava com um cargo supremo, inamovível, inatingível pela salsugem das vagas partidárias. Esse magistrado inamovível nada tinha que perder ou ganhar no embate das paixões políticas. Todo seu interesse era temperá-las, moderá-las, encaminhá-las ao bom governo. Chamavam a isto tirania! Hoje um presidente da República tem de ser, por força, o produto de uma pugna; se vencedor, naturalmente e até por dever de gratidão, tem de se encostar a determinado grupo. Seu governo será de partido, infalivelmente. No dia imediato ao de uma eleição, divide-se a nação em vencedores e vencidos. Chama-se a isto democracia![30]

Na República, se há um Senado de representação igual, para servir de laço federativo, o presidente da República pertence a um Estado, e não há quem ignore as consequências desta situação. Os governos republicanos, em regra, procuram orientar a sua política em benefício do Estado natal, ou do que lhes oferece maior interesse eleitoral. Trata-se de um fato notório, cuja demonstração é ociosa.

Ora, o Imperador, não pertencendo a nenhuma província, encarnaria com exatidão e força a ideia de "governo da União", isto é, o governo de todo o conjunto, e não de uma das partes. Tanto que, como assinala Heitor Lyra, os gabinetes sempre foram "gabinetes imperiais", "governos imperiais", sem qualquer sombra ou mostra de linha regionalista ou de predomínio dos "grandes Estados", sem estas contradições tão flagrantes e tão comuns entre a ideia federal e as práticas republicanas.

Apesar de ser desigual a representação das províncias no Senado, por força das condições do sistema, tínhamos governos carentes de quaisquer influências regionalistas. Governos realmente "federais", e não o governo da Federação por um Estado, como tem sido a prática usual na República.[68]

O Conselho de Estado foi uma grande concepção política, que mesmo a Inglaterra nos podia invejar. Era ouvido sobre todas as grandes questões, e era o conservador das tradições políticas do Império. Os partidos contrários eram chamados a colaborar no bom governo do País, onde a oposição tinha que revelar seus planos, suas alternativas, seu modo diverso de encarar as grandes questões, cuja solução pertencia ao Ministério. Essa admirável criação do espírito brasileiro completava outra, não menos admirável, que era o Poder Moderador. Sempre que era preciso consultar o Conselho sobre um grave interesse público, ele reunia em torno do Imperador as sumidades políticas de um e outro lado e toda a sua consumada experiência. Desse modo a oposição era, até certo ponto,

partícipe da direção do País, fiscal dos seus interesses, depositária dos segredos de Estado.[71]

Sob o olhar vigilante do Imperador, o Ministério coeso e competente

Dom Pedro II era um homem ameno e polido, de maneiras discretas e brandas, sem a veemência, os impulsos, os desabrimentos do pai. Mas sabia, sob o veludo das suas maneiras, mostrar firmeza, independência e resolução diante dos seus auxiliares de governo. Não era um rei molengão, e menos ainda um rei preguiçoso. Atento, meticuloso, exigente, cioso da exatidão e da regularidade, os seus ministros agiam com a certeza de que tinham sempre sobre eles, minuciosamente policial e inquiridor, aquele olhar vigilante, a cuja visão abrangente, de acuidade quase microscópica, não escapava nada. Ninguém desempenhou mais a sério a sua função constitucional. Comentando acusações que lhe fizera Tito Franco em um livro, o Imperador anotou:

"Pois eu não hei de dizer o que penso? Os ministros que não discutam comigo senão até o ponto que quiserem; e se minhas reflexões versam sobre pontos muito secundários, que importância têm neste caso as divergências entre ministros? Haja da parte dos ministros a mesma sinceridade com que eu procedo, e nenhum mal provirá de tais discussões".[117]

O desejo do Imperador era que o presidente do Conselho exprimisse cada vez mais o pensamento coletivo do Ministério, fosse o fiel reflexo do Gabinete; por assim dizer, o espelho onde ele pudesse ver a orientação exata de seus colaboradores de governo, para poder melhor julgar e nortear-se.

As reuniões do Ministério se faziam aos sábados sob a presidência do Monarca, que conversava antes, a sós, com o presidente do Conselho; o qual, por sua vez, já debatera os assuntos com os colegas de ministério. No despacho coletivo todos poderiam falar, e sobre todos os assuntos. Eram debates livres do Gabinete, diante do Imperador com o seu "lápis fatídico" à mão. O resultado dessas "sabatinas" foi a competência quase universal dos estadistas do Império, que podiam ocupar indiferentemente qualquer das pastas do Ministério.[68]

Joaquim Nabuco afirma: "O regime é verdadeiramente parlamentar. Não há em São Cristóvão um gabinete oculto, mudas ministeriais prontas para os dias de crise; a política faz-se nas Câmaras, na imprensa, nos comícios e diretórios eleitorais, perante o País. Em toda essa vida e movimento de opinião, que luta e vence pela palavra, pela pena, pelo conselho, ele não aparece, seu papel é outro. **Sua influência é incontestável, enorme; mas para que o seja, o seu segredo é apagá-la o mais possível**, não violar a esfera da responsabilidade ministerial".[109]

Escrevendo sobre o modo como D. Pedro II governava, diz o Conselheiro João Alfredo: "Dom Pedro II acompanhava os negócios públicos com persistente esforço. Ouvi de um juiz muito competente, com referência a um deputado nomeado para a pasta dos Estrangeiros, que 'a muito se arriscava esse moço, porque **o Imperador conhecia a fundo os assuntos da política exterior**, e o novo ministro podia sair-se mal da primeira prova'. A capacidade do Soberano, a sua dedicação ao serviço público, eram geralmente celebradas no centro conservador. O seu trabalho perseverante, maior que o do mais laborioso ministro, as impertinências e minúcias do seu lápis fatídico, a atenção por toda a parte e a tudo, constituíam a sua patriótica cooperação para o bom governo, para uma política sã e moral, para uma administração operosa e digna".[67]

Havia talvez, da parte dos ministros, certo temor de contrariar o Monarca. Mas outras vezes, nessas recriminações, o que se adivinha é o desapontamento de quem não conseguiu fazer passar, por debaixo da capa respeitável do interesse público, algum contrabandozinho partidário.[117]

Em suas relações com o Ministério, em discussões muitas vezes calorosas, era ele quem cedia, salvo caso grave de razão de Estado, que determinasse mudança de gabinete ou de situação política. E cedia francamente, de bom ânimo, sem melindres de amor próprio:

— Bem... Dei o meu parecer, a responsabilidade é dos senhores. Façam o que entendam.[67]

O Conselheiro Saraiva afirmou:

— Se os partidos se coligarem num alto intuito, não há perigo de que a Coroa ultrapasse os limites da Constituição, pois é sabido que **o Imperador, por seus hábitos, não coage nem quer coagir ninguém**.[144]

Como juiz e árbitro das opiniões, o Soberano exerce o Poder Moderador

A expressão "poder pessoal do Imperador" foi muito usada na fraseologia política do Brasil durante o longo reinado de D. Pedro II. Entretanto ele se defendeu de haver exorbitado das suas atribuições constitucionais, que o revestiam da dignidade de "Poder Moderador" ou árbitro, mas não o deveriam reduzir a um títere mecânico, joguete de todos os ambiciosos.

O poder pessoal do Imperador consistia em mudar os governos e as situações sem outro critério que o seu. Era um arbítrio que tinha o objetivo impessoal de manter na governança as diferentes competências, separadas umas das outras pelas arregimentações partidárias, e de permitir que cada uma delas pudesse gozar por sua vez das honras, vantagens e responsabilidades da direção política. Fazia ofício de balança para o

equilíbrio dessas forças e procurava tê-las satisfeitas, vigiando-se mutuamente e competindo no serviço da Pátria.[116]

Legalmente, normalmente, o Imperador era forçado a intervir nas questões de todos os dias e nas dificuldades supervenientes. Como resultado, era inevitável decidir e tomar posição nos conflitos de interesses, quer partidários, quer de ordem outra, e sobre ele recaíam objurgatórias e maldições dos grupos políticos que se vira obrigado a contrariar.

Como tal fato ocorria principalmente por ocasião da mudança de gabinetes, ou na substituição rotativa dos partidos no poder, o que se visse apeado do Governo acusava e cobria de críticas o supremo detentor do Poder Moderador, enquanto o que era elevado à governança considerava perfeitamente natural, e nenhum favor, achar-se à frente dos negócios políticos. Após certo tempo do rotativismo, todos os grupos haviam sucessivamente sido governo e oposição. Nesta última situação, nunca o haviam poupado, multiplicando provocações, críticas mais ou menos injustas e acusações. Assim, a opinião dominante na vida pública do País se achava eivada de suspeitas, quando não de hostilidade, contra o Supremo Magistrado da Nação.

Nunca se defendeu ele próprio. Em sua consciência de homem de bem, estava seguro de pairar acima de tais misérias. Muito atento em não ferir o sentimento público, usava de sua grande influência para guiar o País e seus representantes rumo às soluções que achava mais adequadas ao bem comum. Nunca permitiu o menor ataque à dignidade do Brasil. Nunca teve favoritos, nem tolerou aduladores. Ouvia e respeitava todas as opiniões. Delas fazia seu proveito e aceitava conselhos, quando lhes reconhecia valor. Sua vida, tanto a pública como a privada, foi imaculada.[121] Ao contrário do que se blaterava, o esforço imperial quanto aos partidos procurou sempre exercer-se no rumo da opinião nacional e do interesse público.[122]

O Conselheiro João Alfredo, que durante algum tempo foi apontado como um dos acusadores do "poder pessoal" do Imperador, declarou no fim da vida:

"Sempre afirmei o contrário, tanto em particular como em público. Sua Majestade apenas fazia, e com suma delicadeza, o exame acurado dos assuntos submetidos a despacho imperial. Atrevi-me a interrogar Jequitinhonha sobre isso, e ele respondeu:

— Poder pessoal! Ando à caça desse lobisomem. Estou de arcabuz escorvado, e se o encontro, não tenho dúvida: pontaria firme, tiro certeiro. Quebro-lhe o fadário".[67,127]

O conde austríaco Alexandre Hübner comentou com o Imperador, em visita que lhe fez em 1882:

— Vossa Majestade é e se chama Imperador constitucional, e se restringe conscienciosamente aos limites da Constituição. No entanto, Vossa Majestade reina e governa.

— Não, não! Vossa Excelência se engana. Eu deixo andar a máquina. Ela está bem montada, e nela tenho confiança. Somente quando as rodas começam a ranger e ameaçam parar, ponho um pouco de graxa.[134]

Dom Pedro II anotou em seu diário: "Querem, por força, que eu julgue ser o que não sou. Acusam-me de governo pessoal. Daqui a pouco, talvez me acusem de não intervir bastante no Governo".[91] Alguns anos depois, com efeito, na sessão de 17 de maio de 1889, o deputado João Penido dizia:

— Sua Majestade, que exerceu o poder pessoal em toda a sua plenitude, está hoje em dia colocado em polo diametralmente oposto. Hoje Sua Majestade reina, mas não governa nem administra como fazia antes. Administram por ele, governam por ele. Pela enfermidade que o persegue, a ação dele limita-se a perguntar aos ministros: "Que papéis temos para assinar?". E assina-os sem discutir, sem dar mesmo a sua opinião.[117]

O Imperador não pertence a nenhum partido político

O modo de D. Pedro II encarar a atuação dos partidos foi por ele mesmo definido: "**Não sou de nenhum dos partidos, para que todos apoiem nossas instituições**. Apenas os modero, como permitem as circunstâncias, julgando-os até indispensáveis para o regular andamento do sistema constitucional quando, como verdadeiros partidos e não facções, respeitem o que é justo".

Presidindo à rotação dos partidos, desempenhava um papel essencialmente civilizador. Era graças a esse freio que a paixão partidária não chegava nunca, ou chegava raramente, a cometer os excessos que teriam necessariamente que explodir num meio de escassa cultura, como era o nosso. Por outro lado, ele continha também os partidos nos seus limites objetivos; quer dizer, naqueles a que honestamente lhes era lícito aspirar, dentro de um exato regime representativo.[52]

Frequentes vezes dissentia dos seus ministros; não pertencendo aos partidos, compreendia com maior isenção os interesses nacionais. Não raro ele desgostava os políticos para, na maioria dos casos, favorecer a opinião nacional.[13,101]

O Imperador está em esfera superior à das facções, é estranho aos combates e aos combatentes. Em tais lutas ele nunca é vencedor ou vencido, nem podem seus atos ser eivados de parcialidade. O sol é comum a todos, e não tem particularidade com este ou com aquele.[73]

A sua orientação política procurava ser imparcial, pois há nas suas decisões tal intento. São reiteradas as suas confissões de que **não pertencia a nenhum partido**. Quando foi acusado de atender mais o partido conservador, por dele nada recear, D. Pedro respondeu:

— É muito injusta esta acusação. Eu não tenho medo de nenhum partido, e ajo conforme e só conforme o que julgo exigir o bem do País. Que medo poderia eu ter? De que me tirassem o governo? Muitos reis melhores do que eu o têm perdido, e eu não lhe acho senão o peso duma cruz, que carrego por dever. Tenho ambição de servir a meu País, mas quem sabe se não o serviria melhor noutra posição? Em todo o caso, **jamais deixarei de cumprir meus deveres de cidadão brasileiro**.[82]

Diz o Visconde de Taunay: "Estudem-se bem as indicações da Coroa nesse longo reinado de cinquenta anos, e nelas se achará impresso o cunho da honestidade de intenções e da pausada ponderação com que em tão momentoso assunto continuamente procedeu Dom Pedro II. Buscava conciliar as conveniências partidárias dos gabinetes ministeriais com sua opinião de estadista e o conhecimento exato que tinha dos homens públicos; e jamais abriu mão completamente da interferência que a lei orgânica da Nação lhe outorgava sem limitação alguma".[52]

O diplomata e escritor Gobineau ouviu de D. Pedro II esta confidência: "A política, tal como é geralmente praticada, desagrada-me muito, sobretudo quando penso na ciência e nas belas artes. Mas os sacrifícios me encorajam, e os meus amigos não precisam preocupar-se com os meus desabafos".[127]

Em 1882, quando caiu o gabinete do Conselheiro Saraiva, o Imperador recorreu ao oposicionista Martinho Campos para organizar o novo Gabinete. O escolhido quis recusar, e mostrou ao Monarca quanto lhe faltava para ocupar uma posição a que nunca aspirara, e tão contrária à sua índole. Dom Pedro insistiu, dizendo que não prescindia de seus serviços. Lembrou-lhe que tinha deveres públicos a cumprir, e fez-lhe ver que não poderia faltar a eles. Discursando depois na Câmara, na apresentação do novo Gabinete, Martinho Campos explicou o seu entendimento com o Imperador:

— Vossas Excelências compreendem as dificuldades em que me achei... Tendo passado a minha vida inteira na oposição, mais acostumado a embaraçar os governos do que em tornar-me governo, devo declarar que deste ofício de oposicionista já eu sabia um pouco; mas quanto ao ofício de governo, não tinha nenhuma experiência e prática.[54]

O jornalista José Veríssimo comentou: "Somente ele, talvez, cuidou de outra coisa que não fosse a eleição, o orçamento, as garantias de juros às estradas de ferro, nomeações de funcionários e quejandos assuntos".[52,75]

No seu diário, o Imperador anotou: "Não tenho tido nem tenho protegidos, caprichando mesmo em evitar qualquer acusação a tal respeito. Dizem que, por esse escrúpulo, não poderei criar amigos. Melhor, pois não os terei falsos quando os haja conseguido. Os meus amigos sempre se queixaram de que não tinham a minha proteção".

Não era diferente a atitude que mantinham a Imperatriz e a Princesa Isabel. Esse modo de proceder da Família Imperial dava-lhe, naturalmente, um grande prestígio moral, inatacável sob todos os aspectos, e ia refletir nas várias camadas da Nação, servindo de exemplo a toda essa sociedade brasileira em formação. **A moral privada da Família Imperial deu força para criar um ambiente que purifica todo o Reinado**.[52]

O Imperador garante e respeita a liberdade política

Sob o regime monárquico, havia no Brasil muito mais liberdade e muito maior tolerância política do que hoje, sob a forma republicana de governo. Éramos, na realidade, uma democracia. As eleições, tanto quanto o permitiam as nossas condições, eram revestidas de seriedade. Todos os partidos políticos faziam-se representar no Parlamento e revezavam-se constantemente no poder.[55]

Dom Pedro II propôs uma reforma eleitoral, que ampliava o direito de voto, mas ela acabou encalhando na resistência insuperável das facções políticas. Só vinte anos mais tarde a eleição direta, primeira linha daquele programa, seria triunfante iniciativa do partido liberal. Tanto insistiu D. Pedro em que os ministros não divulgassem o seu nome associado à ideia da reforma, que estes acabaram por só lhe atribuir o que perturbava a inteligente atividade do Governo, ocultando a inspiração superior e confidencial que os orientava.[127]

Respondendo a Saraiva, o Imperador afirmou:

— O senhor sabe, melhor que ninguém, que **eu nunca fui embaraço à vontade da Nação**, expressamente manifestada.

— Sei que o patriotismo de Vossa Majestade é tal que atende somente ao interesse da Nação, sem consultar a qualquer outra consideração.

— Agradeço a todos que pensam assim, porque me fazem justiça.[127]

Joaquim Nabuco escreveu: "Trata-se de um homem cuja voz, durante cinquenta anos, foi sempre, em Conselho de Ministros, a expressão da tolerância, da imparcialidade, do bem público, contra as exigências implacáveis e as necessidades às vezes imorais da política. Se chefes de partido disseram que com ele não se podia ser ministro duas vezes, foi porque **ele os impediu de esmagar o adversário prostrado**".[55]

Durante algum tempo houve no Rio de Janeiro desordens provocadas por políticos, que se utilizavam de marginais e capoeiras. Um dos grandes empresários da desordem organizada era o politiqueiro Duque Estrada. Com ambições de chefe eleitor, arrebanhou

maltas de desordeiros depois da guerra do Paraguai, colocando-os a serviço de suas ambições. Conseguiu notáveis resultados, pelo terror que infundia.

Mas a certa altura os adversários resolveram empregar contra ele o mesmo recurso. A poder de rasteiras, cocadas, rabos-de-arraia e navalhadas, derrotaram-no fragorosamente. Indignado, Duque Estrada foi queixar-se ao Imperador, que se limitou a lembrar-lhe o preceito:

— Não faças a outrem o que não queres que te façam.

E em seguida voltou-lhe as costas.[65]

No relacionamento com os ministros, a habilidade política do Imperador

A propósito do relacionamento do Imperador com os seus ministros, é interessante o depoimento de Martim Francisco: "Imagine-se de quanto tino deu provas Dom Pedro II, para lidar com 164 ministros, para entender-se com tantas índoles diferentes, com tantas ilustrações e meias-ilustrações, sem padecer um gesto de desrespeito, uma réplica sequer dissonante da vivacidade tolerável entre pessoas de educação. Poucos ex-ministros deixaram de ser seus amigos. Nenhum lhe ficou inimigo ostensivo".[52] Alguns exemplos mostram bem essa habilidade de D. Pedro II.

Em 1875, o Imperador pretendia incumbir o Duque de Caxias de organizar o ministério que substituiria o de Rio Branco. Caxias estava decidido a não aceitar a indicação, mas D. Pedro II encontrou um artifício inteiramente original para convencê-lo. É o próprio Caxias que narra o episódio, em carta à filha:

"Quando me meti na sege para ir a São Cristóvão, a chamado do Imperador, ia firme em não aceitar. Mas ele, assim que me viu, me abraçou, e me disse que não me largava sem que eu lhe dissesse que aceitava o cargo de ministro. Ponderei-lhe as minhas circunstâncias, a minha idade e incapacidade, mas a nada cedeu. Para me poder livrar dele, era preciso empurrá-lo, e isso eu não devia fazer. Abaixei a cabeça, e disse que ele fizesse o que quisesse, pois eu tinha consciência de que ele se havia de arrepender; pois eu não seria ministro por muito tempo, e morreria de trabalho e desgostos. Mas a nada atendeu. Recomendou-me então que eu só fizesse o que pudesse, mas que não o abandonasse, porque ele então também nos abandonaria e se iria embora.

"Que fazer, minha querida Anicota, se não resignar-me a morrer no meu posto? Tenho já arriscado a minha vida tantas vezes por ele, que mais uma, na idade em que estou, pouco seria. Aqui estou, pois, desempenhando a função de velho perseguido, pois os velhacos e tratantes não me deixam respirar".[18,40,52]

Ao ser constituído o Gabinete presidido pelo Senador Dantas, que deveria estudar a abolição completa da escravatura, o Imperador discutiu com ele as condições em que o apoiaria. Em certa altura, advertiu-o:

— Pois bem, Sr. Dantas, mas quando o senhor quiser correr, eu o puxo pela aba da casaca.[61,144]

Durante o período mais crítico da guerra do Paraguai, o Imperador escreveu um bilhete ao ministro da Marinha, que era então Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto. Lembrava a remessa de uns objetos que Tamandaré, chefe da esquadra, reclamava insistentemente do Sul. Respondeu-lhe o ministro: "Senhor, os objetos pedidos pelo almirante seguiram ontem. Fique Vossa Majestade tranquilo, certo da minha vigilância no pronto cumprimento de todos os meus deveres, mesmo quando não mos lembram".

A resposta era uma evidente impertinência. Qualquer outro menos ponderado não deixaria de chamá-lo às falas, ainda mais que se tratava de um rapazola de 30 anos, novato na alta administração do Império. O Imperador, porém, replicou quase se desculpando, em resposta redigida imediatamente, às 2 horas da madrugada: "Sr. Celso, sei que a sua vigilância patriótica é tão grande quanto a minha. Mas, nesta quadra de dificuldades e preocupações, **devemos todos, mais do que nunca, ajudar-nos uns aos outros**".[18,52,127]

Depois de uma entrevista que tivera com José de Lima, irmão de Caxias, o Imperador escreveu ao Visconde do Rio Branco: "Disse a José de Lima que escrevesse ao irmão, afirmando que sua presença no Paraguai era indispensável, pelos motivos que tenho exposto. Disse-lhe também que eu estava inclinado a julgar a guerra finda, mas que era necessária a direção de Caxias, para que López fosse coagido a deixar o Paraguai, se não pudesse ser preso, e isto quanto antes. **Diga a Caxias que não lhe dou direito para adoecer**, nem para deixar de ter fé na sua estrela, que brilha cada vez mais".[52]

Havia no Rio um pasquim chamado "O Corsário", redigido em linguagem baixíssima, que atirava lama sobre a reputação das pessoas, de preferência as mais dignas. Em um dos artigos, ocupou-se de enlamear a Princesa Isabel. Magoado com a calúnia, o Imperador chamou a atenção do presidente do Conselho de Ministros, pedindo-lhe que pusesse fim a tais infâmias. Este alegou um dos artigos da Constituição, e não tomou nenhuma providência.

Dias depois o pasquim voltou suas baterias para os lados do presidente do Conselho. Tomado agora de zelo, este lembrou ao Imperador a necessidade de uma medida drástica, que pusesse fim a tal selvageria. E recebeu o troco:

— É justo o que o senhor lembra. Mas o artigo número tal da Constituição o impede...[3]

Ante a magnanimidade do Imperador, os melindres de José de Alencar

De há muito se levantavam queixas contra o comandante da Guarda Nacional, que era então o general Manoel Antonio da Fonseca Costa, Marquês da Gávea. Se essas queixas eram ou não bem fundadas, ignoramos. Quer por esse motivo, quer porque o ministro da Justiça José de Alencar tivesse contas a ajustar com ele, já entrara para o Ministério com o plano de demitir aquele comandante superior.

Em reunião ministerial, fundamentou e apresentou o decreto de demissão. O íntegro chefe do Gabinete, Visconde de Itaboraí, ponderou-lhe que as queixas que se levantavam não davam para tanto, fazendo ver ao colega que o Imperador era amigo de Fonseca Costa, e que não assinaria assim tão facilmente a sua demissão. José de Alencar insistiu, e o Gabinete concordou afinal.

Na ocasião do despacho, chegada a vez do Ministério da Justiça, o Imperador leu o decreto da demissão; mas, em vez de assiná-lo, limitou-se a monossilabar – "bem..." – e a pô-lo por baixo de todos os papéis. Depois de rubricar um certo número de decretos, fechando a pasta, acrescentou:

— O resto fica para depois.

Notou Alencar que os colegas sorriam, com particular ênfase o Barão de Cotegipe, e suspeitou que o procedimento do Monarca lhe fosse antagônico. Efetivamente, era essa a forma imperial de rejeitar o decreto que não lhe agradava. Segunda vez voltou Alencar com o mesmo decreto de demissão, e segunda vez tornou o Imperador à costumeira manobra, acrescentando:

— Veremos isto outra vez.

Não era preciso mais, a um ministro como José de Alencar, para tomar um partido decisivo. Na reunião ministerial seguinte, declarou terminantemente que deixaria a pasta se ela não voltasse do próximo despacho com o malfadado decreto assinado pelo Imperador. No esperado despacho, quando a mão imperial se preparava para remover o conhecido decreto para o último lugar, o ministro da Justiça impediu o movimento e apresentou outro papel, dizendo um tanto bruscamente:

— Se Vossa Majestade não quer assinar esse, assine este.

Era o de sua exoneração. Dom Pedro fez algumas observações no sentido de não assinar nenhum dos dois decretos, mas diante da insistência do ministro, cedeu, assinando afinal o da demissão do comandante da Guarda Nacional.[67]

A nomeação dos senadores foi sempre, para o Imperador, um ato ou uma decisão em que só via o interesse da Pátria e o decoro do Senado. Eram por ele escolhidos nas listas tríplices dos mais votados, que os presidentes do Conselho lhe apresentavam. Nunca se poderá dizer que, ao nomear um senador, ele não tenha agido de boa fé e

procurado o bem da Nação, pondo de parte as suas simpatias pessoais pelo escolhido. Colheu com isso não poucos dissabores, deixando de escolher certos eleitos que entendiam ser merecedores do cargo. Foi o caso, entre outros, de José de Alencar. Mas agiu sempre de acordo com a sua consciência, e correspondendo aos interesses do País.[52]

Dom Pedro II foi contrário, desde o princípio, à candidatura de José de Alencar, então ministro da Justiça, à cadeira de senador pelo Ceará, para o que apresentou razões ponderáveis. Apesar disso, Alencar se candidatou. No dia em que foi comunicar a sua decisão, o Monarca objetou-lhe:

— No seu caso, não me apresentaria agora. O senhor é muito moço.

— Pela mesma razão, então, Vossa Majestade deveria ter devolvido o ato que o declarou maior antes da idade legal. Entretanto, até hoje ninguém deu mais lustre ao Governo do que Vossa Majestade.

— Bem sabe que obedeci a uma razão de Estado.

— É também uma razão de Estado para um político não desamparar o seu direito.

— Faça como entender. Dei a minha opinião...

— Que vale uma sentença...

Melindrado, José de Alencar declarou verdadeira guerra ao Imperador, passando a atacá-lo em irados artigos de jornal. O que tinha sido, para o Imperador, uma questão de princípio, um incidente de moral política, de defesa do regime, Alencar transformou, com sua oposição sistemática à Coroa e seus ataques ao Monarca, numa questão pessoal, num suposto caso de perseguição contra ele, dando margem a que se arquitetassem sobre o assunto toda sorte de fantasias, não sendo das mais ridículas uma imaginária inveja do Imperador em relação à glória literária de Alencar.[52,57,61,127,152]

Muito tempo depois de morto José de Alencar, D. Pedro II confidenciou:

— Tive sempre José de Alencar no alto apreço que de todos mereceu, pelos talentos e aptidões. Embora lamentando as circunstâncias que o tornaram tão hostil a mim, não me arrependo da resolução que julguei dever tomar.[152]

XII

ALGUNS PERSONAGENS DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Seriedade e honradez nos homens do Império

Na atualidade, há um consenso geral em torno de se evitar reconhecimento de mérito a tudo o que for expressão de elite. No entanto, é mais do que certo que país algum pode aspirar a crescer sem o concurso dos melhores, sem o aproveitamento de seus maiores talentos e capacidades. O rol dos talentos era tão grande, no Império, que tornava-se difícil apontar os que sobressaíam. Foi o que Machado de Assis imortalizou em "O Velho Senado". Por isso mesmo o País havia assumido uma posição que em muitos aspectos causava inveja no exterior. Éramos uma ilha de paz e progresso na América do Sul.[123]

Em uma visita de D. Pedro II a Victor Hugo, este lhe perguntou se não tinha receio de deixar o seu Império por tanto tempo, ao que o Imperador respondeu:

— Não. Os negócios públicos fazem-se perfeitamente na minha ausência. Há na minha terra muitas pessoas que valem tanto ou mais do que eu. Além disso, aqui não perco o meu tempo. Reino sobre um povo jovem, e é para esclarecê-lo, torná-lo melhor, fazê-lo marchar para a frente, que uso dos meus direitos, ou do poder que me coube pelos acasos da fortuna e do nascimento.[46,62,66,110]

Escrevendo sobre os ministros de Estado do Segundo Reinado, o Conde Afonso Celso acentuou: "Nenhum ascendeu ao Governo por mero favoritismo ou por capricho, nenhum comprometeu a dignidade governamental, nenhum foi vergonhosamente esmagado, nenhum se portou de maneira ignóbil nem deixou nome odioso na tradição popular. Nunca, um só que fosse, se aproveitou de suas funções para locupletar-se. Todos se exoneravam endividados ou menos ricos. Era um sacrifício ser ministro".[56]

Joaquim Manuel de Macedo, o célebre romancista autor de "A Moreninha", era deputado e professor das princesas, filhas de D. Pedro II. O Conselheiro Francisco José Furtado, organizador do Gabinete de agosto de 1864, o convidou para a pasta de Estrangeiros. Recusado o convite, o Imperador mandou chamá-lo à sua presença, e indagou o motivo da recusa, tendo em vista que ele possuía tantas qualidades para ser um bom ministro. E a resposta:

— Admita-se que eu tenha as qualidades que Vossa Majestade me atribui. Mas eu não sou rico, e a riqueza é um requisito indispensável a um ministro que queira ser independente. E não quero sair do Ministério endividado ou ladrão![61]

O Governo republicano, com o intuito de minorar o infortúnio de alguns senadores do Império, ofereceu-lhes uma pensão. A isto reagiu o Visconde de Sinimbu com a seguinte carta:

"Na solidão onde vim recolher-me e provisoriamente resido, retirado da vida pública após o cruciante golpe e a suprema desgraça com que aprouve a Deus ferir-me, enviuvando-me no próprio dia da abolição da Monarquia, chegou-me a notícia do decreto do Governo Provisório, concedendo-me a pensão mensal de 500 mil réis. Como resolução que me prescreve a consciência, me dita a dignidade e me impõe a honra, rejeito a graça; e, salva a intenção, repilo-a como afronta e como ultraje à minha obscura pessoa e à minha pobreza honrada".[54]

Alguns exemplos de desinteresse nos ministros do Império

Os ministros da regência de D. Pedro I reduziram seus ordenados à metade do que eram no tempo de D. João VI. Ficaram em quatro contos e oitocentos mil réis anuais, pagos mensalmente.

José Bonifácio recebeu certa vez o seu salário de quatrocentos mil réis, meteu as notas no fundo do chapéu, e no teatro lhe roubaram o chapéu e o conteúdo. No dia seguinte, achou-se sem ter com que mandar comprar o jantar. Não possuía nem um vintém mais, e seu sobrinho Belchior Fernandes Pinheiro pagou as despesas do dia.

Em reunião do Conselho, José Bonifácio referiu esta ocorrência e a extrema necessidade a que ela o reduziu e à sua família. O Imperador entendeu que o ministro, visto a penúria em que se achava, devia ser indenizado, pagando-se a ele outro mês de ordenado, e neste sentido deu ali suas ordens a Martim Francisco, irmão de José Bonifácio e ministro da Fazenda.

Martim Francisco não obedeceu. Argumentou com o Imperador que não havia lei que pusesse a cargo do Estado os descuidos dos empregados públicos; que o ano tinha doze meses para todos, e não treze para os protegidos; e, finalmente, pedia a Sua Majestade que retirasse a ordem, por ser inexequível, e porque ele, Martim Francisco, repartiria com o irmão o seu próprio ordenado, e viveriam ambos com mais parcimônia aquele mês. Isto seria melhor do que dar ao País o funesto exemplo de se pagar ao ministro duas vezes o ordenado de um só mês.[2,46,113]

José Bernardino de Almeida Sodré era ministro da Fazenda, em 1828. Seu colega da pasta da Guerra lhe oficiou, pedindo o pagamento das despesas de transporte, e outras,

de alguns operários que o Imperador mandara engajar na Alemanha. Recusado esse pagamento, mandou D. Pedro I chamar o ministro, interpelando-o. Sodré respondeu:

— Senhor, no orçamento que vigora, não tenho verba que autorize essa despesa. Portanto ela é ilegal, e não a posso pagar.

— Mandei engajar esses homens, e quero que as despesas sejam pagas.

— E serão pagas, Senhor, já que Vossa Majestade o quer.

Dias depois, indagado pelo Monarca sobre o cumprimento da sua ordem, o ministro informou:

— Em face da lei, o Tesouro Nacional não podia pagar a esses engajados. A ordem de Vossa Majestade tinha, porém, de ser cumprida.

— E então?

— Paguei-os do meu bolso particular.[61]

Falando com o Visconde Nogueira da Gama sobre Frei Pedro de Santa Mariana, seu desinteressado professor, D. Pedro II comentava:

— Sabe quanto ele tem sido caluniado...

— Até alcunhado de Frei Malagrida!

— Pois bem. Assevero-lhe que nunca me pediu coisa alguma, sabendo que eu nada lhe negaria do que de mim dependesse.[127]

Pequenos fatos marcantes da vida de Caxias

O major Miguel de Frias, derrotado a 3 de abril de 1832 pelo major Luiz Alves de Lima e Silva, pôs-se em fuga e tentou escapar. Indo ao seu encalço, Lima e Silva foi informado sobre a casa em que o chefe revoltoso se havia asilado. Aproximou-se, e o dono da casa lhe franqueou a residência, que o futuro Caxias percorreu. Ao fim de um corredor havia uma porta fechada a chave. Caxias a abriu, e no centro do quarto, de pé, o major Frias o esperava. Os dois se olharam, mudos. Ao fim de um instante Caxias se retirou, dizendo ao dono da casa:

— Desculpe-me. Não há ninguém...

No dia seguinte Miguel de Frias fugia, asilando-se nos Estados Unidos.[61]

Caxias comprara em 1850 uma fazenda na província do Rio de Janeiro. Ao tomar posse, encontrou 60 escravos além do número ajustado. Sem demora, comunicou o fato ao vendedor, que respondeu:

— São escravos da Nação. Continue a desfrutar os seus serviços.

Caxias reuniu os negros e, sem a menor hesitação, lhes deu liberdade incondicional.[149]

Durante a guerra do Paraguai, num dia chuvoso, Caxias estava molhado, a cavalo, debaixo de uma árvore. A cada instante a região era varada por balas de artilharia. Chegou-se a ele um ordenança de cavalaria, trazendo com cuidado uma xícara de café:

— O Sr. Bonifácio de Abreu manda isto a V. Exa. Recomendou-me que não deixasse cair uma só gota no chão.

Olhou-o o marechal calmamente, e disse:

— Eu não quero. Beba-a você, camarada.

Voltando depois para o seu estado-maior, observou:

— Quando os meus soldados estão morrendo na chuva, nesta saraivada de balas, não posso dar-me nenhuma regalia, por pequena que seja.[149]

O Duque de Caxias era ministro da Guerra quando o Imperador foi visitar, em sua companhia, um dos quartéis da capital. Percorreu o edifício todo, indo até a cozinha, onde se servia na ocasião o rancho dos soldados.

— Dê-me uma destas marmitas – disse o Soberano.

Foi atendido, tomou todo o conteúdo, e declarou que, mesmo no Paço, jamais tomara sopa tão saborosa. Disciplinado e disciplinador, Caxias não gostou da singeleza do Monarca. Ao portão do quartel, disse-lhe:

— Desculpai a minha franqueza. Por esse processo, Vossa Majestade não se populariza, mas se vulgariza.[27,61]

O Imperador admirou em Florença o quadro "Batalha do Avaí", de Pedro Américo. Quando a obra chegou ao Brasil em 1877, foi vê-la novamente acompanhado de Caxias, então presidente do Conselho de Ministros. Os elogios eram unânimes, mas Caxias, que fora o comandante da batalha e era a figura dominante na tela, conservava-se mudo. Discretamente, o Imperador perguntou-lhe:

— Que diz, Sr. Caxias?

— Desejava saber onde o pintor me viu de farda desabotoada. Nem no meu quarto![39,52]

General Osório, o arrojado comandante de homens livres

O Visconde de Taunay foi levar ao general Osório, durante a guerra do Paraguai, uma carta do Conde d'Eu, e o encontrou a ler, sozinho, deitado numa rede. Ao vê-lo, Osório disse:

— Olha! Tu, que és bacharel, deves entender disto. Toma lá este livro e traduze-me este diabo de inglês, que está duro de roer.

Havia no início do livro alguns termos técnicos que colocaram o improvisado tradutor em apuros, levando-o a muitas hesitações.

— Está bem! Vai bem! – repetia-lhe o general, rindo-se.

Algum tempo depois Osório caiu no sono, e Taunay se retirou de mansinho. No dia seguinte, o general interpelou o tradutor:

— Então, seu safadinho! Foste saindo à francesa, hein?!

— Mas V. Exa. estava dormindo profundamente!

— É verdade! E que sono delicioso! Cheio dos sonhos os mais agradáveis. Sonhei que estava traduzindo corrente e perfeitamente aquele inglês todo, incomparavelmente melhor do que tu, que és bacharel formado.[5]

Em conselho de guerra, discutia-se como tomar certa posição ocupada pelas forças de Solano López. Queria o Conde d'Eu contorná-la, opinando o general Osório por um ataque de frente. Dizia o Conde:

— Mas isto, Sr. Osório, é o que se chama atacar o touro pelos chifres.

— Qual touro, alteza! Nem meio touro! Já foi touro, mas hoje não passa de vaca velha![5]

Durante a guerra do Paraguai, o general Osório procurou o chefe do corpo de engenheiros, que nada resolvia sem consultar o seu carregamento de livros, e avisou-o:

— Coronel, é preciso atravessar amanhã este rio, com todo o exército.

— Impossível, general.

— Não sei se é impossível, mas sei que é preciso.

— Mas, general, não me é possível dar-lhe os meios para isso.

— O senhor coronel vai ver se passamos ou não.

Osório mandou chamar um major de transportes, homem de espírito prático, que fazia verdadeiros milagres. Disse-lhe o que queria e como queria, e no dia seguinte todo o exército atravessou o rio, inclusive o chefe do corpo de engenheiros, com todo o seu carregamento de livros.[138]

Aos companheiros de armas que o censuravam pela afoiteza com que enfrentava perigosos combates e situações difíceis, Osório respondia:

— Eu preciso provar aos meus comandados que o seu general é capaz de ir aonde os manda.[138]

Grande parte dos soldados que combateram no Paraguai eram negros escravos. Na noite de 15 de abril de 1866, pouco antes de começar a travessia do Rio Paraná, o general Osório, fazendo-se acompanhar de cavaleiros riograndenses conduzindo archotes, passou em revista o seu exército, e disse:

— Soldados, é fácil a missão de comandar homens livres. Basta mostrar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está aí em frente!

Aquela bem escolhida e feliz expressão “homens livres” teve sobre a tropa o efeito de uma eletrização inesperada e irresistível. Os homens, sem distinção de cores ou de raças, abraçaram-se a rir e a chorar, e logo prorromperam em estrondosas aclamações ao seu general. A consequência foi o patriótico decreto de 6 de novembro, que deu liberdade gratuita aos escravos designados para o serviço militar.[138]

Hombridade e coerência em políticos do Império

O general Osório, durante a guerra do Paraguai, foi procurado por um negociante que queria vender cavalos ao Exército, na maioria imprestáveis. Queria uma carta do general, recomendando-o à Comissão. Osório respondeu:

— Homem, você é entendido na matéria, e não desconhece as exigências do Governo. Se os seus cavalos são bons, para que quer recomendações?

— Para evitar injustiças.

— Pois, então, escreva você mesmo o que vou ditar. E ditou:

“Ilustríssimos senhores: O portador vai conduzindo uma cavalhada, que pretende vender ao Estado mediante o prévio exame da Comissão, de que V. Sas. são digníssimos membros. A primeira condição para a boa cavalaria é a velocidade, e esta depende da excelência dos cavalos. Portanto, seria escusado lembrar duas coisas: primeira, que devem ser refugados os animais imprestáveis que o portador apresentar; segunda, que V. Sas. devem ser rigorosos no cumprimento das ordens do Governo. Esta carta só tem por fim pedir que V. Sas. despachem com brevidade o portador”.

— Não, general. Esta carta não me serve.

— Pois dê-ma – disse Osório, tomando-a de cima da mesa e rasgando-a –. Que queria de mim? Uma indignidade? Que ideia faz o senhor da honra alheia? Se não a tem, respeite a dos outros.[81]

Em junho de 1889, ao apresentar-se o novo ministério na Câmara dos Deputados, o deputado Padre João Manuel declarou-se republicano, e concluiu o seu discurso bradando: “Viva a República!”

Levantando-se, o Visconde de Ouro Preto retrucou energicamente:

— Viva a República, não! Não e não! Pois é sob a Monarquia que temos obtido a liberdade que os outros países nos invejam, e podemos mantê-la em amplitude suficiente para satisfazer as aspirações do povo mais brioso. Viva a Monarquia! É a forma de governo que a imensa maioria da Nação abraça, e a única que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza.[136]

Preso na noite de 15 para 16 de novembro, o Visconde de Ouro Preto foi conduzido ao quartel do 1º Regimento, onde adormeceu. Alta noite, entrou no compartimento o tenente Menna Barreto, que lhe gritou:

— Acorde e prepare-se, que mais tarde tem de ser fuzilado.

Ouro Preto se pôs de pé e replicou:

— Só se acorda um homem para o fuzilar, e não para o avisar de que vai ser fuzilado. O senhor verá que, para saber morrer, não é preciso vestir farda![61]

Exilado em Lisboa, o Visconde de Ouro Preto participava de uma roda de várias pessoas, em visita a um comerciante rico. Um dos visitantes, que fizera fortuna no Brasil e voltara para Portugal, resolveu interpelar o Visconde, em tom de agrado:

— Hein, Sr. Visconde! O povo daqui tem mais fibra que o de lá. Não presenciaria bestificado a queda do regime, conforme a expressão de um ministro da República. Nem deixaria, sem reação, ser expelido um soberano como D. Pedro II, e uma sumidade como V. Exa.

Com veemência, o Visconde respondeu:

— O senhor não tem competência para julgar a gente da minha terra. É tão digna, altiva e capaz de bravura quanto a portuguesa. Pelo menos, lá não há quem deixe o Brasil para vir ganhar dinheiro em Portugal, e depois regresse ao Brasil a falar mal dos portugueses.

Depois destas palavras, houve um longo silêncio. Então o Visconde ergueu-se, acrescentando:

— Já que ninguém mais protesta contra a injustiça feita a meu País, retiro-me como um novo protesto.[34,136]

Amenidades entre políticos do Império

Em um folhetim de 1855, dizia José de Alencar:

"No salão recebem-se todas as visitas de cerimônia ou de intimidade; dão-se bailes, reuniões dançantes e concertos. Conversa-se ao som da música, conferencia-se a dois no meio de muita gente, de maneira que nem se fala em segredo, nem em público.

"Se a palestra vai bem, procura-se alguma *chaise-longue* num canto de sala, e a pretexto de tomar sorvete ou gelados, faz-se uma transação, efetua-se um tratado de aliança. Se a conversa toma mau caminho, aí aparece uma quadrilha que se tem de dançar, uma senhora a que se devem fazer as honras, um terceiro que chega a propósito, e acaba-se a conferência. Livra-se assim o ministro do dilema em que se achava, do comprometimento de responder sim ou não".

O Barão de Cotegipe definia pitorescamente a atividade social e política dos salões: Não se faz política sem bolinhos.[157]

O Marquês de Abrantes nunca se convencera da surdez do Marquês de Olinda, seu amigo. Era uma surdez política, que melhorava ou piorava de acordo com a vontade do doente. Certo dia Abrantes resolveu pôr à prova o assunto. Enquanto jogavam cartas, disse em voz baixa, quase inaudível:

— Veja lá como joga, velho besta!

— Que diz?

— Digo que o senhor joga admiravelmente...

Terminada e ganha a partida, Olinda perguntou:

— Então, seu Abrantes, o velho besta jogou bem?

Dando uma gargalhada, Abrantes respondeu:

— Ah! seu Olinda, eu sempre desconfiei que o senhor só era surdo quando lhe convinha. E acertei![90]

Francisco Acaiaba Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, foi senador pela Bahia depois de ter sido o seu nome levado à Coroa três vezes. O implacável "lápis fatídico" do Imperador tinha sobre ele anotações não muito favoráveis, e a indicação só foi conseguida pela insistência do Marquês de Paraná, presidente do Conselho de Ministros.

Montezuma morava em uma casa magnífica com grande chácara, no Rio Comprido, e o Imperador uma vez lhe disse:

— Sr. Visconde, tenho ouvido falar muito de sua residência. Dizem que é uma bela vivenda.

— Vá Vossa Majestade almoçar lá, e poderá ver que, se não é digna de receber Vossa Majestade, é entretanto confortável para um homem como eu.

O Imperador aceitou o convite, e no dia marcado foi almoçar em casa do Visconde. Durante a refeição, perguntou a Montezuma:

— O Sr. é fatalista?

— Sem dúvida. E tenho motivos para o ser.

— Posso saber quais são?

— Olhe, Senhor. A primeira vez que meu nome veio a Vossa Majestade na lista para ser senador, ao voltar do sertão da Bahia o cavalo em que eu montava tropeçou e eu caí: Vossa Majestade não me escolheu. Da segunda vez deu-se o mesmo fato, e Vossa Majestade novamente não escolheu o meu nome. Pela terceira vez deram-se as mesmas ocorrências, e então Vossa Majestade me escolheu.

— Mas não vejo onde está a fatalidade.

— É que Vossa Majestade havia de me escolher, querendo ou não.[58,66]

Em fins de 1877, o Duque de Caxias presidia o Ministério e ficou muito doente. Para certificar-se do estado de saúde do velho servidor, o Imperador foi visitá-lo na

Fazenda de Santa Mônica, e verificou que ele não podia continuar incumbido de tarefa tão árdua. Para substituí-lo, foi indicado o Visconde de Sinimbu.

Combinado com o Imperador o programa do Gabinete, nos termos acerca dos quais estavam de acordo, Sinimbu tratou de formar a sua lista de ministros. A entrada de Silveira Martins no Ministério era não só o reconhecimento dos seus grandes serviços na oposição, mas também a satisfação de uma espécie de compromisso. O notável tribuno era assíduo frequentador da casa de Sinimbu, onde por vezes repetia que este devia organizar o próximo gabinete liberal. Mas ouvia sempre a resposta:

— Qual! O senhor não pense nisto, pois bem deve saber que será o Nabuco.

Silveira Martins insistia. Um dia Sinimbu o atalhou:

— Pois bem, se eu organizar o Ministério, o senhor será o ministro da Fazenda.

O novo presidente do Conselho não quis que sua palavra voltasse atrás, e Silveira Martins foi para o Ministério.[144]

XIII

IMPERATRIZ TERESA CRISTINA

MÃE DOS BRASILEIROS

Com a Imperatriz Teresa Cristina, a caridade sentou-se no trono brasileiro

Nos 46 anos que viveu entre nós, realizou Dona Teresa Cristina, a terceira Imperatriz, o perfeito protótipo de virtudes cristãs, pelo que lhe coube esse título de "mãe dos brasileiros", no consenso unânime dos corações.[102]

Durante a viagem que nos trouxe a Imperatriz Teresa Cristina, adoeceu um oficial de um dos navios brasileiros. Ela exigiu então que lhe informassem minuciosamente sobre a marcha da moléstia. E quando soube que o estado do distinto oficial era cada vez pior, mandou que parassem os navios. Em alto mar, deixando a capitânia, foi para bordo do navio onde estava o doente, a fim de ministrar-lhe seus cuidados. Ficou junto à cabeceira do oficial até que ele expirasse. Desde esse instante, verificaram os membros da comitiva imperial quão grande era o coração da nova Imperatriz.[1]

A 3 de setembro de 1843, chegava ao Rio a esquadra que nos trouxe de Nápoles a Imperatriz Teresa Cristina, e no dia seguinte ela desembarcava com o Imperador, que havia ido recebê-la no navio.[26]

As qualidades excelsas de Dona Teresa Cristina sintetizam-se no cognome que lhe ficou, de mãe dos brasileiros, e resume-se na frase com que Benjamin Mossé encerra a notícia da sua chegada aqui**: Desde esse dia a caridade se assenta no trono do Brasil**.[13,26]

Referindo-se a D. Pedro II e Dona Teresa Cristina, Machado de Assis conclui uma poesia com estes versos:

Bem-vindo! – diz-te o povo, e a frase poderosa
É como que fervente e tríplice ovação.
Ouve-a **tu, que possuis um anjo por esposa**,
Por mãe a liberdade, e um povo por irmão![101]

Para que a auréola de sua esposa não fosse trocada pela coroa de espinhos, Dom Pedro II aconselhou-a, com prudência e sabedoria, a limitar-se à sua dupla missão de

esposa e mãe, e que nunca atendesse a pedidos de favores de quem quer que fosse, pois para cada pretendente servido haveria dúzias e centenas de pretensões malogradas.

A Imperatriz assim fez. Sempre que se atreviam a importuná-la com pedidos, dizia:

— Isso é lá com o Imperador.[110]

Dona Teresa Cristina rapidamente se adaptou ao novo ambiente. Seu completo alheiamento em relação à política, sua generosidade para com os necessitados, seu sorriso terno e o trato sempre amável ganharam a admiração do povo. Ela se tornou a "mãe dos brasileiros", e a mulher mais popular e mais respeitada em todo o Império.[95]

A visita de D. Pedro II a Jerusalém, em 1876, foi um dos marcantes acontecimentos locais da época. Para só citar um exemplo, basta dizer que a Imperatriz Teresa Cristina, conforme sublinham as crônicas, foi a primeira imperatriz, depois de Santa Helena, mãe do Imperador Constantino, que pisou naquelas terras tão caras aos cristãos.[52]

Durante a estada de D. Pedro II em Paris, Dona Teresa Cristina dava recepções no salão do Grande Hotel. Enquanto ela recebia as senhoras, o Imperador ficava quase sempre num salão vizinho, com algumas personalidades das ciências e das letras, que Gobineau lhe apresentava. Se alguém perguntava pelo Imperador, ela respondia:

— Está com os doutores.

O Príncipe de Joinville, casado com Da. Francisca, irmã do Imperador, brincava com a esposa:

— Diga-me uma coisa, Chica: se você me tivesse perdido, iria procurar-me entre os doutores?

— Eu te procuraria por toda a parte – respondia a Princesa, sorrindo.[52]

Da Imperatriz Teresa Cristina, nada há de mal a dizer

Ao tempo da proclamação da República, muito se havia zombado do Império, escarnecido o seu pessoal, envilecido o seu princípio essencial, infamado o Imperador nas pessoas dos seus antepassados. Não era possível fazê-lo nas pessoas da sua esposa e das suas filhas, cuja compostura e virtudes exigiam uma veneração à qual só um louco se poderia esquivar.[116]

Dona Teresa Cristina era respeitada por todos os partidos e pelos jornais de todos os matizes. Era extremamente caridosa. Quando teve de partir para o exílio, ficou desolada por não mais poder socorrer grande número de famílias desprotegidas da sorte, que tinham sempre dela o apoio moral e financeiro. Que iria acontecer a essa pobre

gente? O Governo Provisório comprometeu-se a não abandonar os pobres mantidos pela bolsa particular do casal imperial.[1]

No angustioso momento da partida para o exílio, a Imperatriz chorava convulsamente. O Barão de Jaceguai a aconselhou:

— Resignação, minha senhora.

— Tenho-a, e muito. Mas a resignação não impede as lágrimas. E como deixar de vertê-las, ao sair desta minha terra que nunca mais hei de ver?[66,149]

No dia 28 de dezembro de 1889, quarenta dias após o banimento da Família Imperial da nossa Pátria, morreu em um hotel de Lisboa a Imperatriz Teresa Cristina.[33] Nos seus últimos instantes de vida, confidenciou à Baronesa de Japurá:

— Maria Isabel, eu não morro de doença. Morro de dor e de desgosto.[60,152]

O historiador Max Fleiuss afirma: "Costuma-se dizer que o dia 15 de novembro foi uma revolução incruenta, feita com flores. Houve, porém, pelo menos uma vítima: a Imperatriz".[1]

Os jornais europeus comentaram a morte da Imperatriz. *Le Figaro* escreveu em 29 de dezembro de 1889: "A Europa saudará respeitosamente esta Imperatriz morta sem trono, e dir-se-á, falando-se dela: sua morte é o único desgosto que ela causou a seu marido durante quarenta e seis anos de casamento".

No mesmo dia o jornal *Le Gaulois* afirmou: "Era uma mulher virtuosa e boa, da qual a História fala pouco, porque nada há de mal a dizer-se".[1]

XIV

PRINCESA ISABEL, A REDENTORA

Nobreza de alma e simplicidade na vida da Princesa Isabel

A Princesa Isabel, menina ainda, saiu a passeio com D. Pedro II. Todos se curvavam diante da carruagem em que estavam, e a princesinha perguntou:

— Papai, toda essa gente constitui o povo?

— Sim, uma parte do povo.

— E algum dia esse povo me pertencerá?

— Não, minha filha. **Você é que pertencerá ao povo**.[46]

Quando crianças, brincavam a Princesa Isabel e Amanda Paranaguá, futura Baronesa de Loreto. Com uma machadinha de brinquedo em punho, a Princesa empenhava-se em decepar um pequeno tronco de árvore. Num gesto de afetuosidade, Amanda veio por detrás, para abraçá-la. No instante em que ia abraçá-la, Isabel levantou a machadinha, atingindo o olho da amiga. Não foi um ferimento grave, mas gerou uma indelével cicatriz, e acabou reforçando um elo de amizade que as uniu por toda a vida. Tinham tão grande afeição e dedicação mútuas, que a Baronesa decidiu acompanhar a Princesa Isabel no exílio.[60]

O embaixador argentino Vicente Quesada descreveu o ambiente que cercava a Família Imperial do Brasil: "A Princesa herdeira era de trato simples, amável e bondosa, como também era seriamente lhano e sem altivez o Conde d'Eu. Mais de uma vez me receberam rodeados de seus filhos pequeninos".[35]

No dia 24 de novembro de 1868, a Princesa Isabel e o Conde d'Eu visitaram a cidade mineira de Baependi, hospedando-se no palacete do comendador José Pedro Américo de Matos, pessoa muito rica e muito benquista na cidade. No entanto, por ser mulato, procurava não frequentar as festas sociais, para evitar constrangimento a certas damas da sociedade, especialmente nos bailes. Notara mesmo certa resistência, quando se tratava de dançar com algumas delas.

Como anfitrião do casal imperial, era-lhe impossível deixar de comparecer ao grande baile de homenagem, que a cidade ofereceu. Mas enquanto todos se divertiam com a primeira dança, uma quadrilha, o comendador permaneceu alheio, olimpicamente

indiferente e distraindo-se em contemplar, ora os dançarinos, ora a multidão que se comprimia na rua.

À Princesa Isabel não passaram despercebidas a situação e a atitude do comendador. Quando a orquestra iniciou a primeira valsa, o Conde d'Eu tomou a Princesa pela mão e levou-a ostensivamente pelo meio do salão, até em frente do seu anfitrião, e ofereceu-lha como par. A Princesa sorria, fitando-o. E o sorriso era de tal modo um convite irrecusável, que ele logo se refez da surpresa, iniciando com ela aquela primeira valsa. Tal foi a estupefação, que durante alguns instantes o par dançou sozinho.

Depois dessa bela atitude do casal imperial, todas as atenções se voltaram para o comendador. A uma dama das mais elegantes, que insinuara sentir imenso prazer em tê-lo como par, respondeu:

— Não, minha senhora, muito obrigado. Queira desculpar-me, mas quem dançou com a Princesa não pode mais dançar com outra mulher.[139]

Esse gesto de nobreza repetiu-se no Palácio São Cristóvão, com o famoso engenheiro negro André Rebouças. O historiador Luís da Câmara Cascudo comenta: "A gratidão do Dr. Rebouças ficou brilhantemente provada a 16 de novembro de 1889, quando voluntariamente se exilou, embarcando junto com a Família Imperial".[3,89]

Sayão Lobato, ministro da Justiça em 1871, solicitou a assinatura da Princesa Isabel para uma sentença de morte contra um escravo que matara o senhor. Para movê-la a assinar, estudou um discurso para a sessão do despacho, no qual incluiu o episódio de Da. Maria I, "a louca", que se vira em igual situação. A mãe do condenado lhe implorara a vida do réu, mas ela dissera:

— A minha bondade e o meu coração de mulher perdoariam. Mas a minha cabeça de rainha manda condená-lo.

Com essa narrativa o ministro julgou ter vencido a obstinação da Princesa. Mas ela sorriu, e muito simples, muito ligeira, exclamou:

— Mas, Sr. Sayão, minha tataravó era maluca!...

E não assinou.[46]

A atuação da Princesa Isabel na causa abolicionista

Os brasileiros, na sua quase totalidade, imaginam que a Princesa Isabel apenas assinou a Lei Áurea, e que ela só teria consentido em assiná-la. Esse é o mérito único que lhe atribuem. Entretanto, não foi só isso o que ela fez. Podemos afirmar hoje que, se não fosse o seu empenho em levar avante essa questão, não teríamos chegado, da maneira pacífica como chegamos, ao termo de tão formosa campanha. Incentivando os defensores da Lei do Ventre Livre, no que seguiu as pegadas do Visconde do Rio Branco, colocara a paz doméstica, a satisfação íntima dos lares, à altura das mais legítimas aspirações

humanas. Preparara o ambiente para a Lei dos Sexagenários. E terminou apressando a libertação total dos cativos, embora sabendo que daria seu próprio trono ao assumir sua maravilhosa atitude.

Discutia-se nas Câmaras a Lei do Ventre Livre, com discursos empenhados do Visconde do Rio Branco e de outros abolicionistas. Cinco meses duraram as discussões, com momentos de desânimo e de entusiasmo. A Princesa Isabel se empenhava com os ministros, para que apoiassem a aprovação da lei. O próprio Rio Branco, sempre que conferenciava com a Princesa, parecia voltar a plenário mais disposto, mais animado, mais fortalecido para continuar a batalha. Numa dessas vezes, quando ele se achava especialmente receoso, a Redentora fez o que pôde para animá-lo. Logo após a entrevista, encaminhou-se para o seu oratório, ajoelhou-se e implorou insistentemente a proteção divina para os que trabalhavam pela aprovação da lei.

Após a votação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, o povo em massa esperou o Visconde do Rio Branco. Quando ele apareceu à porta do Senado, recebeu a manifestação mais ruidosa e comovente que já se fez a um homem público no Brasil. A Princesa Isabel foi-lhe ao encontro, com a fisionomia radiante, e cumprimentou-o efusivamente:

— Bravos, Visconde! A sua vitória foi o mais belo exemplo em que os nossos homens de Estado se devem mirar.

— Perdão, Princesa! Se venci, é porque tinha apoio em Vossa Alteza e nos meus luminosos pares legislativos. Logo, o mérito é menos meu do que da ilustre e humanitária Regente e dos insignes representantes do País.

— Que diz, agora, da situação dos nossos irmãos cativos?

— Praticamente, o cativeiro não mais existe no Brasil. A religiosidade da combativa Regente já o aboliu convenientemente.[60]

A Princesa Isabel insistia com o Barão de Cotegipe para que o Ministério assumisse uma posição mais decidida na questão da abolição, sem o que sua força moral cada vez mais se perdia. Cotegipe aconselhou-a a manter-se neutra "como a Rainha Vitória", numa disputa que dividia tão profundamente os partidos. Ela retorquiu:

— Mas eu tenho o direito de manifestar-me, e a Rainha Vitória é justamente acusada por sua neutralidade, prejudicial aos interesses da Inglaterra.[52]

Em março de 1888, a propósito da prisão de um oficial do Exército pela polícia, a Princesa Isabel tomou uma posição francamente contrária à do presidente do Conselho, que em consequência propôs a demissão do Gabinete, logo aceita pela Regente. Ao se demitir, Cotegipe perguntou:

— A quem Vossa Alteza quer que eu chame para organizar o novo Gabinete?

— O Sr. João Alfredo – respondeu sem hesitação.

Mais tarde ela revelou:

— Conhecendo as ideias do Sr. João Alfredo, estava convencida de que seria bom o que ele fizesse. Ele assumiu a presidência do Gabinete com a promessa de tentar qualquer coisa pela sorte dos escravos.[52]

De fato, dois meses depois apresentou um projeto de abolição total, que afinal resultou na Lei Áurea.

Entusiasmada pela veneração com que a saudavam os abolicionistas jubilosos, após a assinatura da Lei Áurea, a Princesa Isabel se encontrou com o Barão de Cotegipe. Ele fora o chefe do gabinete de 1886-1888, e nessas funções lhe observara os riscos que corria a sorte do Império com a providência radical pleiteada pelos abolicionistas. Como se tivesse esquecido essa advertência, ela comentou:

— Então, Sr. Cotegipe! A abolição se fez com flores e festas. Ganhei ou não a partida?

O Barão, cujas previsões políticas o haviam apeado do poder, mas que continuara a opor-se de corpo e alma à extinção do cativeiro, pelo colapso econômico que disso sobreviria, fitou-a e respondeu:

— É verdade. Vossa Alteza ganhou a partida, mas perdeu o trono.

Pouco tempo depois foi proclamada a República, e a Princesa Isabel foi ferida pelo destronamento. Ao passar pela sala do Paço onde assinara a Lei Áurea, bateu com energia na mesa em que a subscrevera, e disse:

— Se tudo o que está acontecendo provém do decreto que assinei, não me arrependo um só momento. Ainda hoje o assinaria![46,80,85,146]

No exílio, a Princesa Isabel manteve inalteráveis seu amor e sua dedicação ao Brasil

Depois de proclamada a República, os revoltosos queriam a todo custo ver-se livres da Família Imperial, para que o golpe pudesse caminhar sem tropeços. O Governo provisório decidiu então oferecer a vultosa quantia de 5.000 contos de réis para suas despesas na Europa. O Coronel Mallet compareceu à presença do Conde d'Eu e da Princesa Isabel, transmitindo-lhes a notícia:

— Agora, ao subir, fui informado de que a esta hora está sendo lavrado o decreto que concede a Sua Majestade, o Imperador, 5.000 contos de réis para as suas despesas.

— Nós não fazemos questão de dinheiro – disse a Princesa –. O que me custa é deixar a Pátria, onde fui criada e tenho as minhas afeições. É isto o que mais lamento perder. Não o trono nem ambições, que não tenho.[144]

Em 13 de julho de 1901, quando Santos Dumont contornou a torre Eiffel com o seu balão, a Princesa Isabel o convidou a ir à sua casa, para narrar-lhe a aventura. O próprio Santos Dumont conta o episódio:

"Quando acabei a minha história, a Princesa me disse:

— Suas evoluções aéreas fazem-me recordar o voo dos nossos grandes pássaros do Brasil. Oxalá possa o senhor tirar do seu aparelho o partido que aqueles tiram das próprias asas, e triunfar, para glória da nossa querida Pátria!"

Alguns dias depois, a Princesa mandava-lhe esta carta: "Envio-lhe uma medalha de São Bento, que protege contra acidentes. Aceite e use-a na corrente do seu relógio, na sua carteira ou no pescoço. Ofereço-lha pensando na sua boa mãe, e pedindo a Deus que o socorra sempre e o ajude a trabalhar para a glória da nossa Pátria".[60]

Ao saber que o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt não queria aceitar a cadeira de deputado que lhe coubera numa das eleições, por ser visceralmente monarquista e não querer, portanto, ocupar posto algum de saliência no Brasil sob outra forma de governo, a Princesa Isabel escreveu à irmã do eleito: "Diga ao seu irmão que ele deve aceitar a cadeira de deputado e propugnar pela grandeza moral, econômica e intelectual de nossa Pátria. Não aceitando, ele estará procedendo de maneira contrária aos interesses da coletividade. De homens como ele é que o Brasil precisa para ascender mais, para fortalecer-se mais. Faça-lhe, pois, sentir que reprovo sua recusa".[60]

A sensibilidade e o patriotismo da Princesa Isabel se revelam num documento íntimo, onde escreveu: "A ideia de deixar os amigos, o País, tanta coisa que amo e que me lembra mil felicidades que gozei, faz-me romper em soluços. Nem por um momento desejei menor felicidade para minha Pátria. Mas o golpe foi duro".

De tal modo ela possuiu este sentimento de identidade com o seu povo, que vive na tradição popular e passou a figurar no folclore da abolição da escravatura. Algumas quadrinhas cantadas pelas crianças brasileiras confirmam esse sentimento popular:

Princesa Dona Isabel,
Mamãe disse que a Senhora
Perdeu seu trono na terra,
Mas tem um mais lindo agora.

No céu está esse trono
Que agora a Senhora tem,
Que além de ser mais bonito
Ninguém lho tira, ninguém".[18,79]

XV

CONDE D'EU

ELE CONQUISTOU O TÍTULO DE BRASILEIRO

Cumprimento do dever e amor à justiça, qualidades do Conde d'Eu

Nas três vezes em que a Princesa Isabel assumiu a Regência do Império, a atitude que manteve o Conde d'Eu foi a mais correta. Nunca nenhum político que foi ministro nesses períodos disse o contrário. Um constituinte republicano afirmou: "O que era possível fazer para conquistar o título de brasileiro, ele o fez: regulamentos, projetos de lei para melhor organização do Exército e aperfeiçoamento do seu material de guerra; escolas, bibliotecas, colônias orfanológicas para a infância desamparada; tudo enfim quanto podia falar à gratidão das massas mais desprotegidas da sorte ou às diversas classes da sociedade, ele planejou ou executou na maior parte".

Em suas "Memórias", Taunay enumera as qualidades do Conde d'Eu: "Gosto pelo trabalho, amor sincero ao estudo, consciência no saber, espírito inimigo da futilidade e cheio de modéstia. Muita ordem na vida econômica, aborrecimento à intriga e aos mexericos. Desconfiança de si mesmo, desejo de servir bem e cumprir o dever. Absoluta simplicidade nos modos. Amigo da justiça nos conceitos, pouco propenso a ouvir e aceitar bajulações. Esposo exemplar, de fidelidade intangível, escrupulosíssima. Excelente pai de família, impossível melhor, exagerado até no amor aos filhos e nos cuidados de que os rodeia incessantemente. Crença viva na Religião. Discrição no falar, nenhum arrebatamento, paciente e nobremente resignado".[52]

Durante a campanha do Paraguai, contrariando as suas preferências pessoais, as circunstâncias militares e políticas não lhe permitiram combater o inimigo do Brasil desde o início das hostilidades. Mas foi cheia de heroísmo e dignidade a sua ação de comandante-chefe na última fase da guerra, quando já escasseavam os nossos melhores generais, doentes ou cansados. Nunca se soube que ela se tivesse exercido em desabono das tradições do exército brasileiro.[52]

Desejava ardentemente o Conde d'Eu participar da guerra no Paraguai, desde o início, mas encontrava invencível resistência em D. Pedro II, como também nos ministros. Contudo ele insistia. Tendo ido jantar com o Imperador, encontrou-se com o

Marquês de Caxias, que acabava de ser promovido a Marechal do Exército e nomeado comandante geral das tropas brasileiras. Num dos corredores do Palácio, não se conteve e indagou sem rodeios:

— Marechal, o senhor consentiria em que eu fosse servir no Paraguai sob suas ordens?

— Oh, senhor! Isso é muita honra para mim. Eu é que desejava ir sob as ordens de Vossa Alteza. Mas... isso depende do Governo.

Só bem mais tarde, quando Caxias retornou do campo de batalha, pôde o Conde d'Eu combater, agora como comandante geral, com a idade de 27 anos.[60]

O general Osório, Marquês de Herval, em saudação ao Conde d'Eu durante banquete em sua homenagem, a 25 de maio de 1877, afirmou:

— Brindo ao Sr. Conde d'Eu, meu companheiro de armas, que sempre prodigalizou-me as maiores provas de consideração. Brindo-o pelo seu valor, pela sua coragem e pela justiça com que administrou o Exército. Brindo-o porque no Paraguai deu sempre provas de amar o Brasil e devotar-se de alma ao seu serviço, como os brasileiros que lá serviam.[35]

A caminho do campo de batalha, as preocupações humanitárias do Conde d'Eu

Um interessante exemplo da preocupação humanitária do Conde d'Eu se encontra no seu diário da viagem a Uruguaiana, em 1865, quando se iniciava a guerra do Paraguai:

"Os corpos do exército de Flores e do general argentino Paunero bateram e aniquilaram hoje (17/8/65), nas alturas de Uruguaiana, os paraguaios da margem direita, em número de 4.000. Segundo estas notícias, que ainda não são oficiais, só teriam escapado 300, dos quais 50 ficaram prisioneiros dos aliados.

"A vitória das forças aliadas está, pois, fora de toda a dúvida. Para saber pormenores positivos, será necessário aguardar o relatório oficial de Flores. Parece incrível, à primeira vista, que um corpo de 4.000 homens tenha quase totalmente perecido, e no curto espaço de hora e meia. Querem alguns, sem esperar explicação, enxergar nisto crime dos generais orientais, que nem sempre se têm distinguido por sua generosidade para com os vencidos. Quanto a mim, até mais amplas informações, prefiro ter melhor opinião dos nossos aliados e explicar esse morticínio pela coragem cega, ou antes, fanatismo, que por ora têm mostrado nos combates os soldados paraguaios, o que torna muito difícil conservar-lhes a vida".

Uma semana depois, relata: "Recebemos o relatório oficial da batalha e as quatro bandeiras paraguaias, que no dia 17 caíram nas mãos dos aliados. Por fim, e é o mais importante, a carta vem pôr termo à cruel dúvida em que ainda nos encontrávamos a respeito da sorte dos inimigos vencidos. Não são só 50, como se dizia, os prisioneiros que

se encontram em poder dos aliados, porém 1.200. Tanto melhor para a humanidade e para a honra dos exércitos aliados".[35]

O Conde d'Eu anotou no diário o seguinte episódio da sua viagem a Uruguaiana:

O jantar do Sr. Eufrásio fez-se esperar, mas resgatou a demora com o esplendor: grande mesa luxuosamente posta, cozinha francesa delicada e abundante. Não tardei a descobrir que as pessoas da estimável família Eufrásio eram grandes viajantes. Aos meus primeiros cumprimentos a propósito da sua casa, a senhora Eufrásia respondeu-me com modéstia:

— Mas para quem tem andado pela Europa, tudo isto é muito feio.

Não entendi que nisto houvesse segunda intenção. Porém, ao ver que esta palavra Europa lhe voltava frequentemente aos lábios, ousei perguntar-lhe:

— A senhora esteve na Europa?

— Sim, senhor! Dois meses em Paris, e mês e meio em Londres.

Estava dado o primeiro passo. Nunca mais se esgotou a conversação.[35]

Ainda algumas anotações do diário do Conde d'Eu:

"Pelo fato de se ter deixado aprisionar, um soldado paraguaio que interrogávamos sabia muito bem que, para o seu governo, ele se tornara um grande criminoso. Quando o Imperador lhe perguntou se desejava regressar ao seu país, tornou-se logo sombria a fisionomia ordinariamente risonha, e ele respondeu, com voz apavorada, que se o queriam mandar para lá, era melhor morto do que vivo, pois tinha a certeza de que lhe fariam sofrer algum cruel suplício.

"Inspiram-me profunda simpatia os homens do Norte, esses homens de pequena estatura, trigueiros, muitos deles mestiços, que deixaram as suas residências tropicais para virem, a 800 ou a 1.000 léguas de distância, defender a Pátria comum num clima para eles inóspito. Amando muito o Brasil, agrada-me também muitíssimo o Brasil tropical, a sua perpétua primavera, as suas imensas florestas e as suas esplêndidas montanhas revestidas de eterna verdura.

"O que é digno de admiração é a paciência do Imperador, que para ao pé de cada um daqueles 89 doentes, a perguntar ele próprio de que se queixa, de que província é e, sempre que o seu rosto mostra excessiva mocidade, que idade tem. Infelizmente, mais de um revela ter menos que a idade legal de 18 anos".[35]

Conde d'Eu, o único que pode dar esperanças e animar a todos

Com a entrada do exército brasileiro em Assunção e a fuga de Solano López, Caxias dava por concluída a guerra do Paraguai. Adoentado, e a conselho médico, retornara ao Rio de Janeiro, deixando o exército acéfalo. Porém o Imperador só

concordaria em dar por encerrada a guerra após a rendição incondicional do ditador ou a sua morte em batalha, ou ainda a sua fuga do Paraguai. Depois de maduras reflexões, Dom Pedro decidira enviar o Conde d'Eu, marechal do Exército, para comandar as tropas. Mas não adiantou a ninguém a sua decisão. Em reunião do Conselho de Ministros, a mesma ideia ocorreu simultaneamente a mais de um.

O Barão de Cotegipe afirmou, em carta ao Visconde do Rio Branco: "O Conde d'Eu é o único que, por sua posição, pode conter uma espécie de debandada, dar esperanças a uns e animar a todos".

Em resposta, comentou o Visconde do Rio Branco: "Não me surpreendeu a ideia que aí tiveram quanto ao comando em chefe. Passou-me ela pela mente, tanto pela necessidade quanto pela insistência do indicado. Não vejo hoje nenhum inconveniente".

Em carta ao general Dumas, seu antigo preceptor, o Conde d'Eu comenta: "Esta expulsão de López da região do Prata não é somente uma questão de honra nacional para o Brasil, mas é também uma questão de vida ou morte para a organização pacífica das repúblicas nossas aliadas. Para elas, ainda mais do que para nós, a existência de López será sempre uma espada de Dâmocles".

Como se sabe, o comando da última fase da guerra foi conduzido magistralmente, culminando com a morte em batalha do ditador paraguaio. Ao voltar para o Rio desacompanhado de regimentos, música e bandeiras, a população acolheu o Conde d'Eu com estupenda manifestação. Nenhum outro general fora ainda recebido assim, após lutar no Paraguai, o que deu origem a melindres injustificáveis.[127]

Logo que um governo provisório se instalou em Assunção, após a vitória do Brasil e seus aliados na guerra do Paraguai, o Conde d'Eu dirigiu a esse governo uma carta pedindo a emancipação dos escravos ainda existentes naquele país:

"Em vários pontos do território desta República, que percorri à frente das forças brasileiras em operações contra o ditador López, tive ocasião de encontrar indivíduos que se diziam escravos, e muitos deles se dirigiram a mim, pedindo que lhes concedesse a liberdade. Teriam assim motivo para se associar à alegria que experimenta a nação paraguaia, ao se ver livre do governo que a oprimia. Conceder-lhes o que pediam seria para mim uma agradável ocasião de satisfazer meus sentimentos, se tivesse poder para fazê-lo.

"Estando agora constituído o governo provisório de que estais encarregados, é a ele que compete decidir sobre todas as questões que interessam à administração civil do país. O melhor que posso fazer é dirigir-me a vós, como o faço, para chamar a atenção sobre a sorte desses infortunados, no momento da emancipação de todo o Paraguai.

"Se lhes concederdes a liberdade pedida, rompereis solenemente com uma instituição que infelizmente foi legada a diversos povos da livre América. Tomando esta resolução, que pouco influirá sobre a produção e os recursos materiais deste país, tereis

inaugurado dignamente um governo destinado a reparar todos os males causados por uma longa tirania, e a dirigir a nação paraguaia para esta civilização que felicita os outros povos".

Em consequência do pedido, o governo provisório do Paraguai decretou, a 2 de outubro de 1869, a abolição total e imediata da escravidão.[26,89]

Como um Príncipe comanda a guerra

O testemunho dos companheiros de armas do Conde d'Eu basta para demonstrar que não se pode escrever a história da guerra do Paraguai sem lembrar devidamente o seu nome, honrando-o.[75]

João da Fonseca Varela, veterano da guerra do Paraguai, contou que corria nos acampamentos a lenda de que o Conde d'Eu dormia com um olho fechado e o outro aberto; e quase sempre vestido. Havia ordem para qualquer pessoa procurá-lo, e instituíra as audiências públicas semanais. Nunca um soldado deixou de ser recebido por ele.[89]

Durante a guerra do Paraguai, quando a fome e as doenças desgastavam o ânimo dos soldados brasileiros, um oficial se queixou da situação ao Conde d'Eu. O Príncipe o chamou a participar da sua mesa, e disse-lhe:

— Veja como eu passo. Tenhamos paciência e coragem, salvemos a nossa honra e a do nosso País, indo adiante.[87]

Relata o Visconde de Taunay, testemunha ocular:

"Nos incessantes reconhecimentos, às vezes seguidos um dia após outro, mostrou o Príncipe grande habilidade estratégica, paciência de experimentado capitão, indiscutível coragem e notável sangue-frio. Uma vez, diante da picada de Ascurra, cuja artilharia enfrentávamos, convidou alguns oficiais para nos aproximarmos o mais que fosse possível. Observei então:

— Pelo menos, convém pormos as capas dos bonés, para ocultarmos as nossas divisas de oficiais, já que nos vamos expor tanto.

O Príncipe concordou:

— Com efeito. É precaução bem lembrada.

Tão perto chegamos, que distingui perfeitamente as feições e barbas dos artilheiros inimigos. Desta forma o comandante em chefe patenteou bem claramente ao seu exército que sabia também ser valente, e não tinha medo da morte".[89]

Quando o exército comandado pelo Conde d'Eu atravessava um riacho, sob a fuzilaria dos adversários, o general Menna Barreto correu ao seu encontro e lhe disse:

— Não há necessidade de se expor tanto. A batalha está ganha. Se precisássemos de um grande exemplo por parte do Príncipe e general em chefe, eu não impediria Vossa Alteza de o dar, a bem da vitória de nossas armas.[89]

No entusiasmo do combate, o Conde d'Eu galopava, acompanhado do seu estado-maior, avançando sempre, até ficar ao alcance da fuzilaria inimiga, sem sequer cogitar do perigo que a sua pessoa corria. O capitão Francisco Joaquim de Almeida Castro o alcançou, e com grande esforço conteve o cavalo do Príncipe. Enraivecido, este ordenou:

— Está preso, capitão!

— Quero ser preso, senhor, mas também quero salvar a vossa vida![87,89]

O marechal Deodoro costumava declarar:

— Não gosto do Conde d'Eu, solenemente antipatizo com ele. Mas a verdade me obriga a dizer: foi um dos mais ilustres generais sob os quais servi.[152]

Exílio do Conde d'Eu e suas lembranças do Brasil

Seria necessário encher grossos volumes, para relatar tudo quanto se propalava no sentido de indispor o príncipe consorte com a opinião pública.[44]

No dia 17 de novembro de 1889, a bordo do navio que levaria a Família Imperial para o exílio, o Conde d'Eu escreveu a seguinte carta:

"A todos os amigos que nessa terra me favoreceram com sua sincera e por mim tão apreciada afeição; aos companheiros que, há longos anos já, partilharam comigo as agruras da vida de campanha, prestando-me inestimável auxílio em prol da honra e segurança da Pátria brasileira; a todos que, na vida militar ou na civil, até há pouco se dignaram comigo colaborar; a todos aqueles a quem, em quase todas as províncias do Brasil, devo finezas sem número e generosa hospitalidade; e a todos os brasileiros em geral, um saudosíssimo adeus e a mais cordial gratidão.

"**Não guardo rancor a ninguém; e não me acusa a consciência de ter cientemente a ninguém feito mal. Sempre procurei servir lealmente ao Brasil na medida de minhas forças**. Desculpo as acusações menos justas e juízos infundados, de que por vezes fui alvo.

"A todos ofereço minha boa vontade, em qualquer ponto a que o destino me leve. Com a mais profunda saudade e intenso pesar afasto-me deste País, ao qual devi, no lar doméstico ou nos trabalhos públicos, tantos dias felizes e momentos de imorredoura lembrança. Nestes sentimentos acompanham-me minha muito amada esposa e nossos ternos filhinhos que, debulhados em lágrimas, conosco empreendem hoje a viagem do

exílio. Praza a Deus que, mesmo de longe, ainda possa eu ser em alguma coisa útil aos brasileiros e ao Brasil”.[35,89]

Em 1921, quando visitou o Brasil pouco antes de sua morte, o Conde d’Eu foi recepcionado e acompanhado pelo historiador Max Fleiuss, que deixou narrados alguns episódios ocorridos na ocasião:

No Palace Hotel, onde se achava hospedado, assisti a várias cenas que confirmavam a sua estupenda memória. Certa manhã foi visitá-lo um cavalheiro da família Miranda Montenegro. Ao entrar, fez uma reverência. O Conde encarou-o, e de pronto chamou-o pelo nome de batismo. Disse-nos havê-lo conhecido menino, na fazenda de seus genitores, contando pitorescamente vários incidentes, um dos quais foi a passagem numa pequena ponte carcomida, do que resultou um banho nada confortável.

Outra visita foi a de um ancião de grandes barbas brancas, calças da mesma cor e um fraque antigo. Ao vê-lo, o Conde abraçou-o com enternecimento, e pondo-lhe a mão na cabeça, exclamou:

— Cá está ela!

Era uma depressão produzida por bala, na batalha de Campo Grande. O velho chorou de prazer.

O Conde d’Eu insistiu em visitar o Palácio Guanabara, que fora a residência oficial da Princesa Isabel e dele. Ao se aproximar, comentou:

— Como está mudado!

Descendo do automóvel, ficou diante do portão, silencioso, estático, os olhos molhados, rolando saudosamente à direita e à esquerda, como numa evocação. Depois voltou-se, estendeu seu olhar por toda a Rua Paissandu, e caminhou para as três palmeiras do começo da rua:

— Está aqui! São estas! São estas! Estas três foram plantadas por Isabel. E aquelas outras foram plantadas por mim.

Pediu-me que o levasse à Igreja da Glória.

Ao chegarmos ao pátio do templo tradicional, a igreja estava de portas fechadas. Um homem varria a escadaria exterior. Saltei do automóvel e pedi permissão para entrarmos.

— Agora não é possível, patrão.

Insisti, alegando que estava ali o Conde d’Eu. Ao ouvir o nome de Sua Alteza, o varredor arregalou os olhos, e a vassoura caiu-lhe das mãos. O homem sumiu-se, e minutos depois a porta da igreja abria-se. Entramos. O templo estava vazio, mudo, mergulhado numa penumbra que era escuridão para os nossos olhos acostumados à claridade exterior. O Conde encaminhou-se para o altar-mor, e ali ficou, num esforço de

pupilas, a olhar a imagem. Subitamente, para nossa surpresa, a igreja iluminou-se. É que o varredor correra a avisar o sacristão, e a surpresa da luz fora um gesto gentil do sacristão, para com o marido da Redentora".[35]

XVI

SAUDADES DA PÁTRIA

A FAMÍLIA IMPERIAL NO EXÍLIO

A Família Imperial a caminho do exílio

Martim Francisco de Andrada, quando D. Pedro II ainda era criança, vaticinou:

— Há de ser um digno e útil cidadão. Quando, porém, o Brasil não precisar mais dele, levá-lo-á ao embarcadouro e o despedirá. Os bons hão de chorá-lo, e os maus hão de insultá-lo.[127]

Nos momentos angustiosos da partida para o exílio, D. Pedro II proferiu as seguintes palavras:

— Pois se tudo está perdido, haja calma. Eu não tenho medo do infortúnio![46,151]

Na sua viagem para o exílio, ao passar diante da última terra brasileira que veriam, os membros da Família Imperial decidiram enviar um pombo com uma mensagem, assinada por todos. Um criado escolheu um dos pombos mais vigorosos, que lhe pareceu capaz de transpor a distância que os separava da costa. Dom Luiz de Orleans e Bragança, que tinha então 11 anos de idade, relatou depois, no livro "Sob o Cruzeiro do Sul", as suas lembranças do episódio:

"Um pouco além de Cabo Frio – lembro-me como se fosse hoje – meu avô, querendo dar ao Brasil uma prova do seu inalterável amor, fez-nos soltar um pombo, em cujas asas ele próprio havia amarrado uma última mensagem. À vista da terra ainda próxima, a ave largou o voo; mas um longo cativeiro lhe havia sem dúvida alquebrado as forças. Depois de haver lutado alguns momentos contra o vento, esmoreceu e vimo-lo cair nas ondas. O bilhete dizia: **Saudades da Pátria**".[38,144]

No dia 2 de dezembro de 1889, o aniversário do Imperador foi comemorado a bordo do navio "Alagoas", em que viajava para o exílio após a proclamação da República. Ao jantar, a mesa foi ornamentada com flores, gentileza do Comandante Pessoa, que bebeu pela saúde do Imperador. Este respondeu, brindando "à prosperidade do Brasil". Do seu lugar, a Princesa Isabel levantava também a taça, brindando "ao papai". Ele replicou:

— Menina! Ouça o meu brinde: À prosperidade do Brasil![52]

Já na Europa, D. Pedro II teve conhecimento da resolução do Governo Provisório de banir definitivamente a Família Imperial do território brasileiro. Perguntado se não pensava em lançar um manifesto, ele afirmou:

— O meu manifesto será a minha vida.[52]

Ao repórter do "Tempo", em Lisboa, repetiu:

— Manifesto? Sou eu, enquanto viver. É a minha pessoa. Sou eu próprio.[136]

Ao chegar a Portugal, como exilado, Dom Pedro II ouviu de um jornalista:

— Vossa Majestade aqui não é um proscrito. Todos vos estimamos e respeitamos.[136]

O Conde Afonso Celso narra a visita de condolências que ele e seu pai, o Visconde de Ouro Preto, fizeram a D. Pedro II por ocasião da morte da Imperatriz:

"Era modestíssimo o seu quarto. A um canto, cama desfeita. Em frente, um lavatório comum. No centro, larga mesa coberta de livros e papéis. Um sofá e algumas cadeiras completavam a mobília. Tudo frio, desolado e nu.

"Os joelhos envoltos num cobertor ordinário, trajando velho sobretudo, D. Pedro II lia, sentado à mesa, um grande livro, apoiando a cabeça na mão. Ao nos avistar, acenou para que nos aproximássemos. Meu pai curvou-se para beijar-lhe a mão. O Imperador lançou-lhe os braços aos ombros e estreitou-o demoradamente contra o peito. Depois, ordenou que nos sentássemos perto dele. Notei-lhe a funda lividez.

"Houve alguns minutos de doloroso silêncio. Sua Majestade o quebrou, apontando para o livro aberto e dizendo com voz cava:

— Eis o que me consola.

— Vossa Majestade é um espírito superior. Achará em si mesmo a força necessária.

"Dom Pedro não respondeu. Depois de novo silêncio, mostrou-nos o título da obra que estava lendo, uma edição recente da "Divina Comédia". Então, com estranha vivacidade, pôs-se a falar de literatura, a propósito do livro de Dante Alighieri. Mudando de assunto, discorreu sobre várias matérias, enumerando as curiosidades do Porto, indicando-nos o que, de preferência, deveríamos visitar. Não aludiu uma única vez à Imperatriz. Só ao cabo de meia hora, quando nos retirávamos, observou baixinho:

— A câmara mortuária é aqui ao lado. Amanhã, às 8 horas, há missa de corpo presente.

"Saímos. No corredor, verifiquei que o meu chapéu havia caído à entrada do aposento imperial. Voltei para apanhá-lo. Pela porta entreaberta, presenciei cena

tocantíssima: ocultando o rosto com as mãos magras e pálidas, o Imperador chorava. Por entre os dedos escorriam-lhe as lágrimas, que caíam sobre as estrofes de Dante".[33]

Falta-me o sol do Brasil

Em janeiro de 1891 o Conde Afonso Celso visitou o Imperador em Cannes, antes de iniciar uma viagem a vários países. Dom Pedro o estimulou, dizendo:

— As viagens completam a educação, dilatando a inteligência, apurando as faculdades estéticas e afetivas, enriquecendo a observação e a experiência. E você vai verificar quão adiantado está em muitas coisas o nosso Brasil.

Depois, mudando de assunto, perguntou se havia recebido notícias do Brasil, vindas com o último navio que chegara.

— Sim, meu senhor.

— Então, conte-me as novidades todas.

O Imperador ouviu em silêncio tudo o que ele sabia. Em seguida, com um suspiro, comentou:

— Pois é singular. Não me chegou nenhuma notícia e nenhuma carta. É singular que ninguém mais se lembre de mim, para me dirigir duas linhas. Esqueceram-me mais depressa do que eu esperava.

— Não, meu senhor. O nome de Vossa Majestade jamais será olvidado no Brasil. Crescem a cada dia o respeito e o amor públicos por Vossa Majestade.

— Mas então isso se dá de modo muito platônico e muito abstrato. Por que não me escrevem? Há pessoas cujas cartas me dariam tanto prazer...

— Talvez porque corre, e com fundamento, que o Governo ditatorial viola o sigilo da correspondência. Naturalmente as pessoas receiam comprometer-se, incorrer em punições.

— Qual! Há assuntos que não comprometem a ninguém. Nem acredito que o Governo levasse a mal que meus amigos indagassem, por exemplo, da minha saúde, e me enviassem notícias da própria. Não! É singular, é muito singular.[33,66]

O Imperador exilado foi visitar seu velho amigo escritor Camilo Castelo Branco, que ficara cego.

— Console-se, meu Camilo. Há de voltar a ter vista.

— Meu senhor, a cegueira é a antecâmara da minha sepultura.

— Perdi o trono, Camilo, e estou exilado. Não voltar à Pátria é viver penando.

— Resigne-se Vossa Majestade. Tem luz nos seus olhos.

— Sim, meu Camilo, mas falta-me o sol de lá.[52,136]

O embaixador do Brasil em Lisboa, Barão de Aguiar Andrade, aproximou-se do Imperador, para depor em suas mãos o cargo que dele recebera. Era uma delicada atenção, na hora da desgraça. Os olhos de D. Pedro fixaram-se nos do Barão, como a pesquisarem a sinceridade das suas palavras. Depois, na sua voz serena, o Monarca pediu ao representante do Brasil que se conservasse no seu posto, prosseguindo a sua carreira e servindo a Pátria.[136]

Em Paris, após a proclamação da República, durante uma recepção na casa do Conde de Nioac, veio à baila o assunto da restauração do trono brasileiro. Dom Pedro II interpelou o Conselheiro Ferreira Viana:

— Você acredita nisso?

— Sim, acredito. E tanto que, desde já, peço a Vossa Majestade que se comprometa a fazer-me uma graça nesse dia.

— Comprometo-me. Mas qual é a graça?

— O decreto do meu banimento, para não assistir a novo adesismo.[54]

Certo pachá, literato muçulmano, anunciara uma conferência no Colégio Rudy, sobre literaturas orientais. Nos bilhetes de ingresso, mencionava-se que o ato seria honrado com o comparecimento de Sua Majestade D. Pedro de Alcântara, então exilado em Paris. Com efeito, à hora marcada apareceu o Imperador, trazendo ao lado Daubrée e Levasseur, membros do Instituto de França. Houve na assembleia, já numerosa, um movimento de curiosidade e respeito. Duas meninas ofertaram-lhe um buquê com fitas verdes e amarelas. Encontrando-se com o Conde Afonso Celso, o Imperador o preveniu:

— Prepare-se para uma conferência maçante. Conheço esse pachá, e já o ouvi. Muito boa vontade, excelentes intenções, e mais nada. Vim, porque ele me convidou com empenho, e seria ofensa recusar. Como vê, não estou ainda totalmente liberto dos antigos percalços.

Durante cerca de duas horas o muçulmano, com crueldade inaudita, martirizou a paciência dos cristãos ali reunidos. Péssima pronúncia do francês, dicção incômoda, ideias corriqueiras e ênfase insuportável. À saída, o soberano cochichou ao ouvido do Conde:

— Não lhe disse?! Confesse que sentiu saudades das conferências da Glória![33]

Funerais de Imperador na França republicana

Em 1891, num modesto quarto de um hotel de Paris, foi morar o ex-Imperador Pedro II. Levava consigo, num pequeno travesseiro, um punhado de terra do Brasil. Dizia que ao morrer queria que sua cabeça repousasse sobre ele. Quando sentiu que ia morrer,

pediu o travesseiro, e com ele exalou o último suspiro, dizendo antes estas palavras, que foram o seu último pensamento:

— Nunca me esqueci do Brasil. Morro pensando nele. Que Deus o proteja![21,46]

O jornal "*Le Jour*", por ocasião da morte de D. Pedro II, fez um elogio fúnebre em primeira página, insistindo na ideia de que era o momento de a França corresponder ao apoio que o Imperador lhe havia dado, pois fora ele "o primeiro soberano que, após nossos desastres de 1871, ousou nos visitar. Nossa derrota não o afastou de nós. A França lhe saberá ser agradecida".

Sadi Carnot, presidente francês, decidiu prestar a D. Pedro II as honras de Chefe-de-Estado. A importância das exéquias públicas do Imperador deposto, decidida pelo governo francês, e as homenagens póstumas de que foi alvo, causaram a maior irritação no embaixador brasileiro, que representou ao *Quai d'Orsay* os protestos do governo republicano.[52]

Enviados de todas as nações compareceram à fúnebre cerimônia. Na igreja da Madeleine, entre os membros do corpo diplomático, só se notou um lugar vazio – o do representante do nosso País. O Brasil oficial negou-se a tomar parte na maior glorificação do nome brasileiro![62]

No dia 9 de dezembro de 1891, muito cedo, apesar da chuva incessante e do vento frio, uma verdadeira multidão começou a ocupar a Praça da Madeleine e a invadir as ruas e avenidas adjacentes. Antes do meio-dia a multidão já se tornara tão compacta, que os correspondentes do "*Daily Telegraph*" e do "*Daily Mail*" escreveram: "Havia tanta gente nos funerais do Imperador quanto nos de Victor Hugo".[48,91]

Calcula-se em 200.000 as pessoas que assistiram à passagem do cortejo fúnebre.[62]

Joaquim Nabuco, correspondente do "Jornal do Brasil", escreveu por ocasião das exéquias suntuosas de D. Pedro II em Paris:

"Mais do que isso, infinitamente, D. Pedro II preferia ser enterrado entre nós, e por certo que o tocante simbolismo de fazerem o seu corpo descansar no ataúde sobre uma camada de terra do Brasil interpreta o seu mais ardente desejo. Ao brilhante cortejo de Paris ele teria preferido o modesto acompanhamento dos mais obscuros de seus patrícios, e daria bem a presença de um dos primeiros exércitos do mundo em troca de alguns soldados e marinheiros que lhe recordassem as gloriosas campanhas nas quais o seu coração se enchera de todas as emoções nacionais.

"Mas foi a sua sorte morrer longe da Pátria. É uma consolação, para todos os brasileiros que veneram o seu nome, ver que ele, na sua posição de banido, recebeu da gloriosa nação francesa as supremas honras que ela pôde tributar. No dia de hoje o coração brasileiro pulsa no peito da França".[48,62,70,75]

XVII

DOM JOÃO VI

BOM ADMINISTRADOR E GRANDE AMIGO DO BRASIL

Dom João VI construiu no Brasil um monumento administrativo

Foi moda, durante muito tempo, difamar D. Pedro I e zombar o mais possível do bom Rei D. João VI, a quem o Brasil deve sua organização autônoma, suas melhores fundações de cultura e até seus devaneios de grandeza.[116]

Dom João VI tem sido, até hoje, muito mal julgado no Brasil. É uma pena. Comparadas as suas virtudes com os seus defeitos, aquelas sobrepujam a estes vantajosamente. Ele foi o monarca português que olhou o nosso País com maiores simpatias, e que melhores benefícios lhe prestou. Não foi o que se pode chamar um grande soberano, de quem seja lícito referir brilhantes proezas militares ou golpes audaciosos de administração. O que ele fez, o que conseguiu, não foi pouco. Conseguiu-o pelo exercício combinado de dois predicados que denotam superioridade: um de caráter, a bondade; o outro de inteligência, o senso prático ou de governo. Foi brando e sagaz, insinuante e precavido, afável e pertinaz. O Dom João VI medíocre, incapaz de qualquer ação governativa, aparvalhado, ridículo, dominado sempre pela vontade alheia, é uma lenda que foi introduzida no espírito do povo, e que provavelmente ainda há de durar por muito tempo, mas que o estudo calmo e consciencioso de nossa História demonstra não ser absolutamente verdade.

Durante o primeiro período do reinado de D. João, entre nós, o Conde de Linhares dirigiu os negócios do Estado e as coisas da administração, com autonomia quase absoluta. Ora, o Conde de Linhares era um dos estadistas portugueses mais afeiçoados ao Brasil. Dom João o sabia, e por isso mesmo o escolheu; como escolheu depois o Conde da Barra; como escolheu mais tarde Tomás Antonio, o homem que tinha a coragem de dizer: “O Brasil é independente, e nenhuma nação da Europa o pode atacar com vantagem”.[55]

O governo de D. João VI fez raiar para a América portuguesa uma nova era. Abriram-se os nossos portos ao comércio das nações estrangeiras. Instituíram-se os serviços de higiene. Estabeleceram-se o ensino médico, o curso de agricultura, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o curso de cirurgia. Criaram-se o Supremo Conselho

Militar de Justiça, a Intendência Geral de Polícia, o Arquivo Militar do Brasil, a Mesa do Desembargador do Paço, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, o Museu Real, a Academia das Artes, a Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, a Biblioteca Pública. Decretou-se a liberdade de manufaturas e indústrias em todo o território nacional. Concedeu-se aos nossos habitantes o privilégio de não serem executados na propriedade dos seus engenhos, fábricas e lavouras, e sim em uma parte dos rendimentos. Isentaram-se de direitos os livros impressos e as matérias primas que servissem de base a quaisquer indústrias manufatureiras. Instalou-se o correio entre as nossas várias províncias. Criou-se o Banco do Brasil. Promoveu o Governo a publicação do primeiro jornal que aqui se editou, a "Gazeta do Rio de Janeiro". Elevou-se o Brasil à categoria de Reino.

Dom João VI foi mal compreendido e ridicularizado, mas foi ele quem erigiu em nossa Pátria esse colossal monumento administrativo.[55]

O bom Rei D. João VI na intimidade

O famoso pintor Debret conta que no dia do casamento da Princesa Leopoldina com o então Príncipe D. Pedro I, ao conduzi-la para o quarto nupcial, disse-lhe D. João VI:

— Penso que este quarto, embora mobiliado simplesmente, ser-vos-á agradável.

De fato assim o foi. O primeiro objeto com que a Princesa deparou foi um busto do Imperador da Áustria, seu pai, que D. João tivera a lembrança de fazer vir de Viena. Ante a emoção que dominou Dona Leopoldina, o Príncipe Regente tomou-lhe as mãos, e com os olhos enternecidos prosseguiu:

— Como sois instruída, não posso pretender oferecer-vos qualquer obra desconhecida, mas estou certo de que achareis prazer em percorrer este volume que vos ofereço.

A Princesa, já comovida, abriu o livro e viu que continha uma coleção de retratos de todos os membros de sua família, que D. João mandara buscar na capital austríaca. Chorando, Da. Leopoldina beijou agradecida a mão do sogro, feliz em ver a alegria daquela que vinha unir-se aos destinos do Brasil.[1,31]

Passando um dia pela Rua dos Ourives, D. João VI ouviu gritos lancinantes que partiam de uma loja. Fez parar a carruagem e chamou dois negros que trabalhavam, ordenando-lhes que chamassem o dono da casa. Momentos depois este vinha ao encontro de Sua Majestade, quebrado em dois, numa eloquente atitude de submissão.

— De onde vêm esses gritos? – perguntou D. João.

— É uma de minhas escravas, a quem estou fazendo chicotear.

— Que fez ela?

— Ela me roubou açúcar.
— Quantas chicotadas ela deve receber?
— Cento e cinquenta.
— Quantas já recebeu?
— Oitenta e duas.
— Eu te peço o perdão pelo resto.
— Obedecerei a Vossa Majestade.
— Eu te agradeço – disse D. João, fazendo um gesto ao cocheiro para que pusesse a carruagem em movimento.

Não estava ainda o Rei longe, quando novamente ouviu os gritos da preta. Fez voltar o carro, chamou o impiedoso senhor e, como punição, libertou a escrava.[1]

Dom Francisco de Almeida, Conde de Galveias, foi uma das figuras mais simpáticas da corte. Era desleixado, e raramente se barbeava. Num dia de festa, quando se apresentou perante D. João VI com a barba crescida, este lhe disse:
— Mas D. Francisco, nem hoje, dia de meus anos, fizeste a barba?
— Por que Vossa Majestade não fez anos anteontem, que foi o dia em que me barbeei?[1,80]

Quando a segurança do trono estava em jogo, D. João VI se transfigurava. São elucidativas a este respeito as declarações do Visconde do Rio Seco. Chamando-o às pressas, no momento do embarque da Corte para o Brasil, D. João mandou que se retirassem todas as pessoas do gabinete; e depois de fechadas as portas, disse:
— Mandei-te chamar para prevenir que não cumpras ordem de pessoa alguma, ainda que fale em meu nome. Ordem minha, só de viva voz.

Os cofres das preciosidades que trouxe vieram na própria nau de Sua Majestade, trazendo ele mesmo todas as suas chaves.[65]

XVIII

DOM PEDRO I

LIBERTADOR DA NAÇÃO

A personalidade de D. Pedro I nas vias da Independência

Quando chegou a Dom Pedro I o decreto das Cortes portuguesas, ordenando-lhe o imediato regresso à pátria, a conspiração pela independência já estava feita. O resultado, logo o tivemos a 9 de janeiro de 1822:

— Se é para bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico.

Estava começada a luta. Daí por diante o Príncipe foi de uma vigilância, de uma atividade, de uma decisão que nada conseguia abater. Ele tinha a atração dos perigos. Resolvido a adotar a causa brasileira, perdeu todas as vacilações que antes o prendiam nos seus movimentos. Seguiu o seu caminho resolutamente, impavidamente, até o desfecho de 7 de setembro.[55]

A atitude das Cortes de Lisboa em relação ao Brasil havia congregado os patriotas, deliberados a emancipar a antiga colônia com ou sem o auxílio do Príncipe Regente. As combinações para isso marchavam céleres, multiplicando-se os emissários especiais entre São Paulo e Rio, estabelecendo ligações para o grande movimento libertador.

Incumbido pelos patriotas do Rio de ir a São Paulo com uma mensagem verbal aos conspiradores, o capitão Pedro Dias Pais Leme, que foi mais tarde Marquês de Quixeramobim, entendeu que era seu dever, como amigo do Príncipe, passar na Quinta da Boa Vista e narrar-lhe o que se tramava.

Dom Pedro ouviu com calma a narrativa, e ao fim, em vez de agradecer-lhe ou dar-lhe qualquer ordem, pôs-se a falar de viagens e caçadas. A certa altura, chegando à janela, começou a olhar o horizonte, no rumo do Sul. E apontando-o a Pais Leme, disse:

— Que belo dia para se viajar!

O oficial compreendeu tudo. Comovido, beijou a mão do Príncipe, desceu rapidamente as escadas, montou a cavalo e partiu a galope.[61]

Dentre as influências que recebeu D. Pedro I, conduzindo-o a proclamar a Independência, destaca-se a da Imperatriz. A convivência diária com D. Leopoldina ampliava muito o horizonte de D. Pedro I, que escutava atento, com interesse, o que ela

contava de sua terra natal, da corte vienense, de Napoleão, da política e história europeias, dos monarcas no Velho Mundo, etc. A cultura de Dona Leopoldina impressionava D. Pedro. Era o meio que lhe garantira, após conquistar a confiança do marido, uma ascendência crescente sobre o seu irrequieto espírito. Para o bem da verdade histórica, convém frisar que D. Pedro, apesar da pouca instrução, não ficava alheio aos assuntos científicos e intelectuais.[31]

Dom Pedro I e o senso da oportunidade na política

O Brasil havia vencido a guerra da Independência, mas faltava Portugal reconhecê-la oficialmente. Travou-se então uma batalha diplomática, na qual a Inglaterra, maior potência de então, entrava como fiel da balança, e também impondo seus interesses. Para reconhecer a independência, a Inglaterra exigia que o Brasil lhe pagasse 1,4 milhão de libras esterlinas devidas por Portugal, e mais 600 mil libras de indenização a Portugal, além de um contrato comercial vantajoso. Dom Pedro I reuniu o Conselho de Ministros, presidido pelo Visconde de Barbacena, e transmitiu a proposta. O ministro da Guerra objetou:

— Mas é um recuo, Majestade! Depois da luta, depois de vencidos todos os estorvos, e já senhores do País, vamos nós agora voltar para trás? Vamos pagar, em dinheiro, o que já conquistamos com sangue? Por quê? Não há motivo que justifique.

— Neste caso, Senhor Ministro, a Inglaterra intervém a favor de Portugal.

— E que mal há nisto, Majestade? Se a Inglaterra intervier, nós enfrentaremos a Inglaterra. Nós nos bateremos até a última gota de sangue.

— Mas enfrentar com o quê, Senhor Ministro? Nós não temos nada. Enfrentar com o quê?

— Enfrentar de qualquer jeito, Majestade.

Dom Pedro ficou furioso. Viu nitidamente que o espírito brasileiro não admitia acordos. Se entre os próprios ministros havia aquela absurda atitude patrioteira, que barulhada não haviam de fomentar os deputados? À vista disso, D. Pedro resolveu o caso temerariamente. Assinou dois tratados. Um ostensivo, público, pelo qual D. João VI reconhecia simplesmente a independência do Brasil. Mas assinou também outro, secreto, pelo qual o Brasil se obrigava a pagar 2 milhões de libras e a fazer com a Inglaterra novo tratado de comércio.

Dom Pedro cumpriu a palavra. Pagou a dívida e assinou o tratado. O seu ato se ressente de uma ilegalidade clamorosa. Mas essa ilegalidade foi a mais abençoada das que praticou, pois permitiu-lhe alicerçar a sua grande obra. Evitou a guerra, serenou as agitações patrióticas, não se derramou mais uma gota de sangue. E criou afinal um império. O Brasil, como por encanto, apareceu como nação livre aos olhos do mundo, e isto se deveu à ousadia e temeridade do Imperador.[125]

O major Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, ofereceu a D. Pedro I, dias antes da abdicação deste em 7 de abril de 1831, os planos da reação contra as agitações que se avolumavam. O Imperador os recusou nos seguintes termos:

— O expediente proposto é digno do major Lima e Silva, mas não o aceito, porque não quero que por minha causa se derrame uma só gota de sangue brasileiro. Portanto, siga o major a sorte de seus camaradas reunidos no Campo de Santana.[10]

No momento supremo da abdicação, quando era intimado a demitir o Ministério, D. Pedro I respondeu:

— Diga ao povo que recebi a representação. O Ministério passado não merece a minha confiança, e do atual farei o que entender. Sou constitucional, e caminho com a Constituição. Admitir o mesmo Ministério, de forma alguma. Isto seria contra a Constituição e contra a minha honra. Prefiro abdicar.

Foram os nossos dirigentes, depois de 15 de novembro de 1889, que implantaram o desrespeito à Constituição; e a infringiram tanto, que acabaram reduzindo-a a um maço de papéis esfarrapados. Nenhum dos nossos presidentes da República teve o espírito constitucional de D. Pedro I ou de D. Pedro II, e foram eles que deram ao povo o exemplo de violar a Magna Carta do País.[54]

Em 1831, se D. Pedro I desembainhasse sua invencível espada, bastaria uma só palavra, um só aceno seu, e ondas de sangue tingiriam nossas praças, as fúrias de uma indômita guerra civil invadiriam o Império inteiro, talvez por longos anos. A sua abdicação espontânea teve ainda a vantagem de arrancar o Brasil ao estigma de revolucionário. Foi a coroa devolvida na ordem da sucessão, segundo o direito fundamental, e por ato legal e voluntário do Imperador. Não houve combate, nem sangue, nem resistência.

Testemunha ocular dos fatos afirma que durante os dias em que D. Pedro I esteve a bordo da nau inglesa, recebeu valiosíssimos oferecimentos de algumas das mais leais espadas. Agradecendo, pediu a todos que as reservassem para defesa do trono de seu filho, acrescentando:

— Desde que livremente abdiquei, o desembainhar a minha espada já não seria ato de rei, mas de rebelde.[73]

O reinado de D. Pedro I figura, sem dúvida, como uma grande página da história nacional. A opinião de Armitage é expressiva: “Apesar de todos os erros do Imperador, durante os dez anos de sua administração o Brasil fez certamente mais progressos em inteligência do que nos três séculos decorridos do seu descobrimento à proclamação da Constituição Portuguesa de 1820”.[55]

As fortunas não se originavam de favores recebidos da Coroa. Eram a consequência do esforço hercúleo, do trabalho, do cultivo do solo, da conquista das florestas e das terras do interior. E por isso a sociedade, no tempo de D. Pedro I, foi honesta, sem venalidade.[1]

Cenas da vida de D. Pedro I em família

Naquela noite de 2 de dezembro de 1825, todo o Palácio de São Cristóvão estava ansioso e em grande expectativa. A Imperatriz Leopoldina ia dar à luz, e todos desejavam um príncipe, que seria o herdeiro da coroa. O Dr. Guimarães Peixoto saiu um pouco, para tranquilizar a todos, e anunciou a D. Pedro:

— Tudo normal. Pode Vossa Majestade sossegar. Não há incidente nem complicação. Mais um pouquinho de paciência, e terá logo um novo príncipe nos braços.

— O seu palpite, doutor?

— Para mim, desta vez, é homem. Para mim, não resta dúvida. É príncipe.

— Príncipe?! Pois se for homem, meu caro doutor, pode pedir o que quiser, e lhe será concedido.

— Tenho a palavra de Vossa Majestade?

E voltou para os aposentos de Dona Leopoldina. Algum tempo depois, saiu o médico com brados de júbilo:

— É príncipe, Majestade! É príncipe!

Havia nascido D. Pedro II. O Dr. Guimarães Peixoto tinha a promessa de Dom Pedro I e podia pedir o que quisesse, mas foi muito modesto. Solicitou uma simples comenda para um filho. Fiel à palavra, o Imperador criou esse comendador de seis anos de idade.[125]

Chegando de uma viagem ao exterior, o Visconde de Barbacena foi ao Palácio de São Cristóvão visitar o Imperador. E um dos primeiros cuidados deste, com a amizade que votava ao discreto titular, foi mostrar-lhe o Príncipe Imperial, que seria Pedro II, e tinha apenas dois anos de idade:

— Este será bem educado, hás de ver. Eu e o mano Miguel havemos de ser os últimos malcriados da família.[61]

Dom Pedro I recebeu de Minas um belo cavalo, e resolveu dá-lo ao pai. Dom João VI havia sido prevenido pela maledicência dos adversários do Príncipe, apontando o cavalo como velhaco, e que o derrubaria na primeira ocasião. Quando o príncipe foi entregar o presente, ele disse:

— Sim, Pedro. Já sei tudo. Queres dar-me um cavalo velhaco, que me derrube. Monta-o tu.

Dom Pedro ofendeu-se. Montando o cavalo, gritou que ninguém mais o montaria, e saiu num galope furioso, até arrebentá-lo.[31]

Depois da abdicação, e já a bordo da nau Warspite, que o levaria para a Europa, D. Pedro I escreveu ao seu filho D. Pedro II, que tinha apenas 6 anos: "Muito estimarei que esta o ache com saúde, e adiantado nos estudos. Sim, meu amado filho, isso é muito necessário, para que você possa fazer a felicidade do Brasil. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e minha Pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem da sua educação, e conte que o mundo o há de admirar, e que eu me hei de encher de ufania por ter um filho digno da Pátria".[1]

Impetuoso e de bom coração, um Príncipe de medida incomum

Deveria partir para o Sul um corpo de caçadores alemães, a fim de reforçar o exército brasileiro que lá batalhava sob as ordens do Marquês de Barbacena. Dom Pedro I ordenara que o Tesouro efetuasse o pagamento dos soldos atrasados dos mercenários. À última hora, estando já o batalhão embarcado, o oficial encarregado de recolher a quantia do Tesouro o avisou de que os funcionários não queriam fazer o tal pagamento. Ele se encolerizou e dirigiu-se para o Tesouro, empunhando grossa chibata. Momentos depois fazia entrada impressionante na sala onde se achavam os funcionários responsáveis pelo não cumprimento da ordem imperial. Sobre esses, que se encolhiam temerosos, despejou uma avalanche de censuras, seguida de golpes de chicote.[1]

Dom Pedro I passeava pelos arrabaldes do Rio, seguido por grande escolta, quando o cavalo que montava perdeu uma das ferraduras. Procurou o ferrador mais próximo e confiou-lhe o trabalho. Logo que este começara o serviço, sentiu-se rudemente empurrado pelo Imperador, que lhe disse numa voz irritada:

— Sai daí, porcalhão, que não sabes o teu ofício.

E ele mesmo, o Imperador, em pouco tempo ferrou o animal.[1]

Resolvida a morte de João Guilherme Ratcliff, por sua participação na Confederação do Equador, o presidente do tribunal que o julgou levou a D. Pedro I a sentença de morte, para assinatura. Era um documento longo, minucioso e violento, tratando a vítima com insolência e desprezo. Devolveu o papel para o alterarem, e rugiu:

— Não assino! Morra o homem, que é quanto basta, mas não o insultem numa sentença![61]

Passeando a cavalo, em companhia da Imperatriz, D. Pedro I deparou com três homens, um dos quais estava no chão, sem sentidos. Eram marinheiros americanos, cujo

navio estava ancorado no Rio. Um deles fora atirado ao chão pelo cavalo, e os outros dois não sabiam o que fazer. O Imperador se aproximou, prestando ao ferido os cuidados necessários. Quando o viu voltar a si, deu providências para que fosse internado num hospital, para tratamento mais adequado.[1]

Fernando de Almeida, empresário teatral, havia mandado vir da Europa uma companhia dramática, que chegou ao Rio em 1829, no dia exato em que faleceu o empresário. Abandonada a companhia, os artistas lastimavam-se por toda parte, como um rebanho que tivesse perdido o pastor. Um desses atores se queixava, quando ouviu de repente:

— E não estou eu aqui?

Era D. Pedro I. Nesse mesmo dia, nomeou uma comissão para dirigir oficialmente a companhia.[61]

Quando soube da decisão de D. Pedro I de terminar a aventura com a Marquesa de Santos, o Marquês de Queluz foi um dos primeiros a patentear a sua alegria, dizendo ao Imperador:

— Caístes como homem, mas vos erguestes como herói, e a admiração da Europa será a vossa recompensa.[1]

A bordo do navio Warspite, após a abdicação, D. Pedro I teve notícia das aclamações que o seu filho recebera no dia 9 de abril, nas ruas do Rio de Janeiro. E suspirou então:

— Há pouco, iguais vivas retumbaram em honra minha. Possa a fortuna ser mais fiel a meu filho.[10,73]

Evaristo da Veiga, ao receber a notícia da morte de D. Pedro I, a quem ele tanto combatera, escreveu num julgamento que se antecipava ao da posteridade:

"O ex-Imperador do Brasil não foi um príncipe de ordinária medida, e a Providência o tornou um instrumento poderoso de libertação, quer no Brasil, quer em Portugal. Se existimos como corpo de Nação livre, se a nossa terra não foi retalhada em pequenas repúblicas inimigas, onde só dominasse a anarquia e o espírito militar, devemo-lo muito à resolução que tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independência".

Não foi um príncipe de ordinária medida, mas uma prodigiosa natureza humana, um ser de escândalo e contradição, cuja vida, tão breve, se marcou de rasgos generosos que lhe redimem erros e pecados.[68,120]

Ao tomar conhecimento da morte de D. Pedro I, em 1834, José Bonifácio exclamou: D. Pedro não morreu. Só morrem os homens vulgares, e não os heróis![127]

XIX

IMPERATRIZ LEOPOLDINA

O BRASIL INDEPENDENTE LHE DEVE GRATIDÃO ETERNA

Participação decisiva da Imperatriz Leopoldina na nossa Independência

A atitude de Dona Leopoldina, defendendo os interesses brasileiros, acha-se eloquentemente estampada na carta que escreveu a D. Pedro I, por ocasião da Independência do Brasil: "É preciso que volte com a maior brevidade. Esteja persuadido de que não é só o amor que me faz desejar mais que nunca sua pronta presença, mas sim as circunstâncias em que se acha o amado Brasil. Só a sua presença, muita energia e rigor podem salvá-lo da ruína".[1]

Os historiadores reconhecem a grande participação que teve Dona Leopoldina nos acontecimentos que prepararam a Independência. São expressivos os textos de algumas das cartas que ela escreveu nos dias ansiosos que precederam o 7 de setembro de 1822:

"Fiquei admiradíssima quando vi de repente aparecer meu esposo, ontem à noite. Ele está mais bem disposto para os brasileiros do que eu esperava, mas é necessário que algumas pessoas influam mais, pois não está tão positivamente decidido como eu desejaria.

"Dizem que as tropas portuguesas o obrigarão a partir. Tudo então estaria perdido, e torna-se necessário impedi-lo. Os ministros vão ser substituídos por filhos do País, que sejam capazes. Muito me tem custado alcançar tudo isso. Só desejaria insuflar uma decisão mais firme".[53]

Vasconcelos Drummond, amigo dos Andradas e participante direto dos acontecimentos, afirma: "Fui testemunha ocular, e posso asseverar aos contemporâneos que **a Princesa Leopoldina cooperou vivamente, dentro e fora do País, para a Independência do Brasil. Debaixo desse ponto de vista, o Brasil deve à sua memória gratidão eterna**".[31,53]

Mulher superior ao seu tempo, Dona Leopoldina trouxera para o Brasil missões científicas, prestigiara a vinda de sábios, tais como Emanuel Pohl; e von Martius, que pode ser considerado como o primeiro estrangeiro a revelar à Europa o Brasil.[91]

Dom Pedro I lançara, na colina do Ipiranga, o grito famoso que fez independente o Brasil. Dias depois, nos salões repletos do Paço, reclamava que lhe trouxessem fitas verdes, pois queria que todos usassem o laço das cores representativas do Brasil livre. Vendo que ainda faltavam alguns distintivos, voltou-se alegremente para Dona Leopoldina e perguntou:

— Não haverá mais fitas verdes no palácio?

Sorrindo, ela respondeu que não; mas, ainda assim, dirigiu-se aos seus aposentos, para mais uma busca. Abriu e remexeu quantas gavetas encontrou, mas nada de fitas verdes. Já desanimava, e dispunha-se a voltar ao salão com as mãos vazias, quando seus olhos caíram sobre o leito, cujas fronhas ostentavam, a correr pelos ilhoses do bordado, fitas da cor procurada. Não se deteve a pensar. Arrancou-as todas e voltou ao salão, ruborizada e feliz, para distribuir os distintivos. Em seu entusiasmo, exclamou:

— Não havia mais fitas verdes, mas arranquei as dos travesseiros de minha cama!

Imediatamente, sentindo o silêncio que se fizera, corou. Viu que ninguém se sentia digno da honra de tais distintivos. No meio daquela indecisão, o primeiro a dar um passo para a frente foi Antonio de Menezes Vasconcelos Drummond. Dona Leopoldina estendeu para ele a mão, que segurava um laço verde. E sobre aquela mão e aquele laço se inclinou a cabeça do patriota, que beijou os dedos de Leopoldina, exclamando:

— Obrigado, Majestade!

Era a primeira vez que se dava a Dona Leopoldina esse título.[31,111]

A Imperatriz Leopoldina, modelo de vida familiar e cristã

Francisco I, pai da Imperatriz Leopoldina, fez chegar a D. Pedro I, por intermédio da embaixada austríaca, estas recomendações: “Recomendo-vos que peçais ao meu genro que faça respeitar a Religião e promover os bons costumes. Se tomar estes conselhos, não é necessário preocupar-se com constituições. Esta é a melhor constituição, a constituição prática. As outras são teorias impraticáveis e quiméricas”.[31]

Narra Vasconcelos Drummond que, já em 1824, a tropa pretendia forçar a abdicação de D. Pedro I, e só a veneração que tinham à Imperatriz Leopoldina pôde demovê-los do seu intento. Foi então que lhe ofereceram secretamente a coroa, ao que ela respondeu:

— Sou cristã, e dedico-me inteiramente ao meu marido, aos meus filhos. Antes de consentir num semelhante ato, eu me retirarei para a Áustria.[31]

Dom Pedro I fez Dona Domitila Marquesa de Santos e Primeira Dama da Imperatriz. Numa recepção de gala, ante a corte estupefata, Dona Leopoldina soube tratá-la com amabilidade. Quando lhe apresentaram a pequenina Duquesa de Goiás, fruto da

leviandade do marido, a Imperatriz, com um sorriso triste, passando lentamente a mão sobre a cabecinha loura da criança, e com os olhos ligeiramente umedecidos, disse:

— Tu não tens culpa, minha filha![1,21]

Jacques Arago era bom jogador de bilhar, e D. Pedro I desafiou-o. Receosa de que a irascibilidade do marido pudesse dar motivo a cenas desagradáveis, Dona Leopoldina aproximou-se de Arago e solicitou-lhe em voz baixa:

— Deixe-o ganhar algumas partidas. Meu marido é bastante colérico.

No entanto, o francês resolveu ganhar, deixando que D. Pedro perdesse com brilho. Mas ele não se conformou, e daí surgiu uma das muitas cenas de ira da vida do Imperador.[31]

A primeira tentativa de uma colonização não portuguesa, baseada na pequena propriedade, foi formada em Nova Friburgo, em 1819, com suíços de língua francesa e alemã, e reforçada posteriormente por alemães. Fracassou em consequência de o terreno ser pouco favorável, da falta de habilitação dos imigrantes para a agricultura, e de boas comunicações com a capital. Muitos colonos transferiram-se para o Rio, fomentando o artesanato local, ou alistaram-se nos corpos estrangeiros, enquanto as mulheres trabalhavam como enfermeiras ou empregadas. Muitas famílias chegaram ao extremo da miséria, tanto que as crianças saíam a pedir esmolas pelas ruas. Dona Leopoldina esvaziou várias vezes seus cofres pessoais para socorrer as viúvas e os órfãos. Era este um dos motivos pelos quais ela se viu moralmente obrigada a contrair dívidas secretamente, para poder socorrer os necessitados.[31]

A Imperatriz Leopoldina não se interessava por roupas caras e enfeites, mas era uma inveterada gastadora, pois seu bom coração a levava muitas vezes a distribuir esmolas da sua própria dotação a todos os que sofriam e vinham apelar para a sua magnanimidade. Com isso ela gastava mais do que podia. Quando morreu, em 1826, verificou-se que tinha algumas dívidas, decorrentes de suas obras de caridade. A Assembléia Legislativa sentiu-se honrada em mandar efetuar o pagamento desses débitos deixados pela Imperatriz.[1]

XX

DONA AMÉLIA DE LEUCHTENBERG

NOSSA SEGUNDA IMPERATRIZ

Firmeza de atitudes da jovem Imperatriz Dona Amélia

No Palácio de São Cristóvão, depois da bênção de núpcias de D. Pedro I com Dona Amélia de Leuchtenberg, o Imperador lhe apresentou os seus filhos. Com afetuosidades de comover, Dona Amélia cobriu de abraços carinhosos, maternalmente, as princesinhas e o príncipe herdeiro.

Dom Pedro lembrou-se de sua filha adulterina, e pediu à Marquesa de Itaguaí:

— Minha boa Francisca, vá buscar a duquesinha de Goiás.

Aquela ordem foi um choque, e Dona Amélia estremeceu. Secou-lhe bruscamente o sorriso nos lábios. Com voz firme, fitando o Imperador nos olhos, disse:

— Majestade! Poupe-me a dor dessa apresentação. Eu quero ser mãe dos filhos de Dona Leopoldina. Mas unicamente dos filhos de Dona Leopoldina. Eu não quero conhecer – nem sequer conhecer! – a filha bastarda da Marquesa de Santos. Peço a Vossa Majestade, portanto, que faça retirar imediatamente essa menina do Paço. É o primeiro pedido, senhor D. Pedro, que a Imperatriz faz ao Imperador.

Sem esperar resposta, incisiva e decidida, ordenou:

— Marquesa, vá avisar às açafatas que a Duquesa de Goiás deve sair já deste Paço. Que preparem as malas.

Atônita, Dona Francisca não sabia o que fazer. Olhou para D. Pedro, suplicando uma decisão, e D. Pedro balbuciou apenas:

— Cumpra as ordens da Imperatriz, Marquesa.[125]

Francisco Gomes da Silva, conhecido como “Chalaça”, era um indivíduo de péssimos costumes, e exerceu funesta influência sobre o Imperador D. Pedro I. Durante algum tempo, seu poder no Paço era quase absoluto. Era necessário removê-lo, mas ninguém se sentia com ascendência para pedir isso ao Imperador.

O Marquês de Barbacena, chamado ao Paço, ouviu de D. Pedro:

— Meu Barbacena, o Chalaça, como Vossa Excelência sabe, tem trabalhado com afinco nos meus negócios particulares. É de uma dedicação rara. Eu preciso, portanto, dar uma prova de amizade a ele. Vossa Excelência conhece a paixão que ele tem por

dignidades. Vamos, por conseguinte, satisfazer-lhe a vaidade. Mande lavrar um decreto concedendo-lhe o título de marquês.

— Marquês?! O Chalaça?!

— Sim, meu Barbacena. E por que não?

— Perdão, Majestade, mas é necessário ponderar um pouco. Esse decreto é uma temeridade. É um ato comprometedor. Fazer do nosso vulgaríssimo Chalaça um marquês, é graça verdadeiramente escandalosa. Vossa Majestade vai irritar o País com tão acintosa mercê. Como Primeiro Ministro, não referendo esse decreto.

— Não referenda?

— Não! Não referendo. E digo mais. Se Vossa Majestade quiser conservar-me no Ministério, há de fazer a mim esta mercê, que reputo essencial à moralidade e ao prestígio do Trono: despedir o Chalaça. Mandar o Chalaça embora do Brasil.

Nisto, abre-se a porta e entra no salão Dona Amélia. Logo D. Pedro lhe comunica, risonho:

— Sabe? Aqui o Barbacena está me pedindo uma graça incrível.

— Uma graça? Então é necessário concedê-la já. Não se pode negar coisa alguma ao nosso Barbacena.

— Mas é preciso ver o que pede o Barbacena...

— Que há de ser, meu Deus?!

— Um disparate! A saída do Chalaça do Brasil.

Dona Amélia toma então ares sérios. Pensativa e grave, diz:

— O nosso Marquês tem razão. Esse homem precisa sair do Império.

— Que diz a minha Imperatriz?

— Digo que o Chalaça precisa sair daqui. Vossa Majestade perdoe, mas eu digo mais: esse tipo é abominável. Eu o detesto, e detesto-o porque ele desmoraliza o Paço. Porque prejudica o Império. Porque impopulariza o regime. Porque compromete Vossa Majestade.

A Imperatriz e o Primeiro Ministro foram implacáveis. Ao final, cedendo às evidências, D. Pedro decidiu conceder ao Chalaça uma missão diplomática em Nápoles.[125]

Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I e Imperatriz do Brasil, amou os filhos de Dona Leopoldina de toda a alma, como o prometera, com desvelos de mãe. No dia da abdicação de D. Pedro I, ela escreveu uma carta ao pequenino D. Pedro II, então com seis anos: “Não me pertences senão pelo amor que dediquei ao teu augusto pai. Mas quero-te como se fosses o sangue do meu sangue. Um dever sagrado me obriga a acompanhar o ex-Imperador, no seu exílio, através os mares, em terras estranhas. Adeus, pois, para sempre!”

Dirigindo-se às mães brasileiras, fez então uma súplica comovente: “Mães brasileiras, vós que sois meigas e carinhosas para com vossos filhinhos, supri minhas vezes: adotai o órfão coroado, dai-lhe, todas vós, um lugar na vossa família e no vosso coração. Entregando-o a vós, sinto minhas lágrimas correrem com menor amargura”.[13,21,55,87,127]

XXI

A REPÚBLICA NASCEU COM DISPNÉIA

O Partido Republicano era uma insignificante minoria

Dom Luiz de Orleans e Bragança escreveu: "A Monarquia brasileira, no momento da catástrofe, contava um número ínfimo de adversários declarados. Ao contrário, os seus partidários e admiradores constituíam a quase totalidade da população".[38,116]

Por mais que alguns republicanos queiram agora provar que a Monarquia caía de podre, que a República era um anseio popular, e que o movimento pela sua proclamação estava organizado até os ínfimos detalhes, os fatos foram bem diferentes. O Imperador e a Princesa Isabel eram respeitados e admirados pela gente humilde, que no ano anterior deixou de ser escrava. O Partido Republicano conseguiu eleger apenas dois deputados nas eleições de agosto. Nas ruas, as simpatias que conseguia angariar eram episódicas e pouco eficazes.[145]

Cada intelectual, cada grupo, cada partido possuía uma razão própria, um descontentamento particular contra o Governo, simbolizado às vezes pelos ministros, às vezes pela Princesa Isabel, às vezes pelo Conde d'Eu, e frequentemente pelo próprio Imperador.[91]

O ideal republicano não era o ideal das figuras mais representativas daquela época. O grosso das classes conservadoras, céticas ou descrentes em relação à Monarquia, tinha em certa suspeição o sistema republicano. Onde esta encontrava os seus adeptos mais fervorosos era na classe dos estudantes, entre os bacharéis novatos ou entre os "cadetes filósofos" da Escola Militar.[117] Benjamim Constant possuía um campo de ação circunscrito entre a jovem oficialidade, mas o grande público ignorava-o completamente.[91]

Era nessas classes de letrados inexperientes, cheios de entusiasmo juvenil, mas sem grandes responsabilidades sociais, e muito menos políticas, que o Partido Republicano recrutava a quase totalidade dos seus adeptos. Os próprios elementos da grande aristocracia rural, embora desgostosos com a Monarquia, não se tinham bandeado inteiramente para a República: revelavam certa recalcitrância em fazê-lo. Os republicanos eram, por isso, já nas proximidades de 15 de novembro, principalmente gente de cidades e vilas, e não gente do campo. É o que se depreende do testemunho insuspeito do deputado Sebastião Mascarenhas. Contestando que a expansão da ideia republicana fosse

devida aos despeitos provocados pela Abolição, dizia ele, na sessão de 11 de setembro de 1888: “Sr. Presidente, o entusiasmo com que as ideias republicanas são abraçadas em Minas não provém do despeito por causa da abolição, como entendem alguns nobres deputados e o Governo. Para provar isso, basta dizer que a maior parte dos republicanos é residente nas cidades e vilas”.[117]

A história do deputado republicano Antonio Romualdo Monteiro Manso é um bom exemplo. Eleito para ocupar a vaga deixada pelo Barão de Leopoldina, que se tornara senador, ele seria o único deputado republicano daquela legislatura, porque os três anteriores não haviam conseguido reeleger-se. No dia 6 de setembro de 1888, apresentou-se na Câmara um tipo caricato para assumir a sua cadeira. Convidado a prestar o juramento, Manso declarou:

— Não posso prestar juramento, porque é contra as minhas convicções.

Exatamente 10 palavras. E o presidente da Câmara declarou:

— Então o nobre deputado se retirará e a Câmara decidirá.

E a Câmara deliberou suprimir a obrigatoriedade do juramento, para os que alegassem convicções pessoais. Durante os 5 dias que duraram as discussões, a imprensa transformou o deputado em celebridade nacional. Convidado a assumir a sua cadeira, Manso confirmou sua declaração anterior:

— Mantenho a minha declaração de que não posso prestar juramento, por ser de encontro às minhas crenças políticas e religiosas.

Exatamente 20 palavras. Estas, mais as 10 anteriores, foram os únicos discursos que ele pronunciou, durante todo o período do seu mandato. Mas a imprensa lhe abria todas as portas: “Honramo-nos hoje dando na primeira página o retrato do ilustre democrata Dr. Monteiro Manso. Deputado republicano da importante e altiva província de Minas, ele tem sabido corresponder aos desejos de seu partido”.

Na Câmara, dado o seu mutismo e incompetência, foi interpelado:

— Ainda Sua Excelência não se dignou dizer-nos em nome de que princípio foi enviado ao seio da representação nacional. Ainda não se dignou dizer-nos se é, como muitos outros que nós conhecemos, um republicano monarquista, ou um monarquista republicano.[55,132]

Uma revolta militar que não era contra o Imperador

O marechal Deodoro escreveu duas cartas ao seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, da Escola Militar, em 1887 e 1888, nas quais afirma:

“República? Seria coisa impossível, verdadeira desgraça. **República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa**”.[60,127,141]

Pouco depois, o mesmo homem proclamou a República...

No dia 4 de novembro, graças a um pedido de seu sobrinho, tenente Clodoaldo da Fonseca, Deodoro recebeu em sua casa um grupo de oficiais. O marechal, que padecia de dispneia (falta de ar) devido à sua arteriosclerose, os atendeu na cama. Os militares lhe disseram que o Visconde de Ouro Preto pretendia reorganizar a Guarda Nacional – um corpo militar formado e armado por homens ricos no interior do País – e fortalecer a Polícia no Rio, para contrapô-las ao Exército. Deodoro comentou:

— Só mesmo mudando a forma de governo.

Os jovens oficiais ficaram surpresos com o comentário do marechal, e o capitão Antonio Menna Barreto arriscou uma pergunta:

— Podemos agir afoitamente no sentido de congraçarmos mais elementos?

Deodoro respondeu como quem dá uma bênção:

— Podem.[145]

É hoje assente entre os historiadores que o marechal Deodoro aceitou a deposição do Imperador somente na tarde do dia 15 de novembro, e o fez a contragosto, instado pelos líderes republicanos. Quanto a seu irmão Hermes, que comandava as tropas na Bahia, relutou muito em aceitar a mudança de regime, só a reconhecendo a 18 de novembro, após a partida da Família Imperial para o exílio.[17]

Se entre os "casacas" se falava de República, entre os militares a conversa dominante era a de derrubar o Ministério de Ouro Preto, e não a Monarquia. Na reunião no Clube Militar, na noite do dia 9, na mesma hora em que a Monarquia se deliciava no baile da Ilha Fiscal, em nenhum momento se colocou a necessidade de proclamar a República. Até Benjamim Constant não usou a palavra República.[145]

A intenção de Deodoro, ao pôr-se à frente das tropas amotinadas na manhã do 15 de novembro, não era derrubar a Monarquia, era tão-somente derrubar o Ministério chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, contra o qual o Exército alegava sérios agravos. Tanto que, ao penetrar no Quartel General em que estava instalado o Governo, não bradou o "viva a República" da legenda, mas sim "viva Sua Majestade, o Imperador".

É o que relata Pedro Calmon: "O grito não foi de viva à República; nem podia ter sido. Deodoro não se pusera à frente da tropa para fazer a República. Tomara-lhe a chefia em plena marcha, para derrubar o Ministério e impor as decisões da revolução em nome do Exército e da Armada. Ao subir as escadas que conduziam ao andar superior – onde o esperava o Gabinete vencido – Deodoro, de quepe na mão, gritou 'viva Sua Majestade, o Imperador'. É o que nos contam José Bevilacqua, Cândido Rondon e o embaixador do Chile na sua correspondência".

O mesmo afirma a Princesa Isabel, nas singelas e despretensiosas notas autobiográficas que intitulou "Alegrias e tristezas", e foram publicadas na íntegra pela

“Tribuna Imperial”, de Petrópolis: “O marechal Deodoro da Fonseca, descontente com o Ministério, nada mais desejava além de derrubá-lo. No dia da sublevação, entrou com suas tropas no Quartel General dando vivas ao Imperador”.[17]

Ao entrar na sala do Quartel General, Deodoro cumprimentou primeiro seu primo Visconde de Maracaju, ministro da Guerra. Em meio ao maior silêncio, o marechal fez um discurso intempestivo, dirigindo-se a Ouro Preto:

— Vossa Excelência e seus colegas estão demitidos, por haver perseguido o Exército. Os senhores não têm nem nunca tiveram patriotismo. Patriotismo tem tido o Exército, e disso deu provas exuberantes durante a campanha do Paraguai.

O marechal lembrou ainda os três dias e noites que passou no meio de um lodaçal, durante a guerra. Impassível, o Visconde de Ouro Preto ouviu tudo sem interromper. Depois, disse a Deodoro:

— A vida política, senhor general, tem também os seus dissabores. E a prova disso tenho neste momento, em que sou obrigado a ouvi-lo.

O marechal demitiu o Ministério e afirmou que Ouro Preto e Cândido de Oliveira, ministro da Justiça, ficariam presos até serem deportados para a Europa. E concluiu:

— Quanto ao Imperador, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos.

Disse também que encaminharia uma lista de nomes do novo Ministério a D. Pedro II. De República, nada falou.[145]

Uma geringonça aos solavancos, proclamando a República

O embaixador da França relatou ao seu país, na ocasião da proclamação da República: “Dois mil homens, comandados por um soldado revoltado, bastaram para fazer uma revolução que não estava preparada, ao menos para já. Informações particulares permitem afirmar que os próprios vencedores não previam, no começo do movimento, as condições radicais que ele devia ter”.[52]

Quanto à organização das forças que derrubaram de supetão a Monarquia, elas lembravam mais uma geringonça andando aos solavancos do que um trem bem azeitado. O dia 15 foi repleto de lances de confusão, de líderes que deram shows de hesitação (a começar por Deodoro), de liderados que acreditaram em boatos e saíram de quartéis pensando que estavam apenas derrubando o Ministério.[145]

Benjamim Constant estivera com Deodoro, no dia 14 de novembro, e estava desolado. Ao descer do bonde no Largo de São Francisco, encontrou por acaso Aristides

Lobo e Francisco Glicério, e lhes deu péssimas notícias sobre o estado de saúde do marechal.

— Creio que ele não amanhece, e se ele morrer a revolução está gorada. Os senhores, civis, podem salvar-se; mas nós, militares, arrostaremos as consequências das nossas responsabilidades.[145]

Na tarde do dia 15, ao perambular pela cidade e constatar que pouquíssimas pessoas falavam de República, Constant percebeu o quanto a situação era esdrúxula. Encontrando o jornalista republicano Aníbal Falcão com um grupo de amigos, na Rua do Ouvidor, disse-lhes:

— Agitem o povo, que a República não está proclamada.

Aníbal Falcão redigiu uma confusa moção, dizendo que "o povo, reunido em massa, fez proclamar o governo republicano". E conseguiu colher cerca de 100 assinaturas do "povo em massa".[145]

A dificuldade realmente intransponível era fazer Deodoro aceitar um ministério presidido por Silveira Martins, que fora indicado ao Imperador pelo Visconde de Ouro Preto. Eram inimigos desde o tempo em que o marechal serviu no Rio Grande do Sul, quando disputou com Silveira Martins as graças da Baronesa do Triunfo. Deodoro teria se resolvido a aceitar a instauração do regime republicano somente ao saber, através de Benjamim Constant, já de noite, que o Imperador havia nomeado Silveira Martins para a chefia do Ministério. Também se tentou que Deodoro fosse ter um encontro pessoal com D. Pedro II, mas o marechal recusou-se com estas palavras:

— Se eu for, o velho chora, eu choro também, e está tudo perdido.[145]

A Princesa Isabel confirma: "A ideia de chamar para formar ministério a Silveira Martins, seu inimigo mortal (uma vez que Ouro Preto estava preso, e, solto sob palavra, pediu demissão), facilitou o trabalho dos republicanos que o cercavam, os quais aproveitaram-se do descontentamento da situação e conduziram-no à República".[17]

O marechal Deodoro jamais contestou que, até às vésperas de 15 de novembro, tivesse servido devotadamente ao Imperador. A sua adesão às ideias de Benjamim Constant ocorrera, talvez, de 10 a 12 daquele mês. Quando Deodoro já era presidente, recebeu no Itamarati um cavalheiro que alegava ser republicano de longa data, batendo-se pela República desde 1875. E retrucou:

— Pois eu, meu caro senhor, não dato de tão longe. Sou republicano de 15 de novembro; e o meu irmão Hermes, de 17![61]

Deodoro era presidente da República, quando o convidaram para visitar o ateliê de Rodolfo Bernardelli, no qual estava quase concluído o quadro representando a

proclamação da República. Na tela, a sua figura aparece montando um bonito cavalo. Ele se voltou para os que o acompanhavam, e comentou:

— Vejam os senhores... Quem lucrou, no meio de tudo aquilo, foi o cavalo![61]

A multidão não participou, nem aplaudiu a República

Raramente uma revolução havia sido tão minoritária. Partindo do centro para a periferia, que republicanismo poderia existir no vasto Império brasileiro?[91] A sintomática ausência de apoio popular ao golpe de 15 de novembro foi ressaltada por diversas testemunhas.

Arthur Azevedo, que viu o cortejo militar do dia 15 de novembro, afirma: "Os cariocas olhavam uns para os outros pasmados, interrogando-se com os olhos, sem dizer palavra. Na Rua 1º de Março a passeata desfilou em silêncio, com Deodoro tentando manter-se ereto na sela e apresentando sintomas de recrudescimento de sua doença cardíaca".[145]

O Conde de Weisersheimb, embaixador da Áustria no Rio, comunicou a Viena, em despacho feito cinco dias após a proclamação da República: "**A grande massa da população** – tudo quanto não pertencia ao Partido Republicano, relativamente fraco, ou à gente ávida de novidades – **ficou completamente indiferente a essa comédia**, encenada por uma minoria decidida".[52]

O Visconde de Pelotas constatou a mesma indiferença: "A Nação foi estranha a esse acontecimento, que aceitou como fato consumado. A sua indiferença foi injustificável, como ainda agora está sendo diante de novas ocorrências, e as consequências deste erro não se farão esperar muito".[54]

O conspirador Aristides Lobo registrou na imprensa paulista: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada".[17,130]

Capistrano de Abreu, que não era político, relatou ao Barão do Rio Branco como assistira aos acontecimentos. Vindo do Campo de Santana, ficara "impressionado depois de ter visto uma revolução. Só há uma palavra que reproduz o que vi: empulhamento. Levantou-se uma brigada, chegaram os batalhões um a um, sem coesão, sem atração, sem revolução, e foram-se encostando um ao outro, como peixe na salga. Quando não havia mais batalhão ausente ou duvidoso, proclamou-se a República, sem que ninguém reagisse, sem que ninguém protestasse".[91]

Segundo Joaquim Nabuco, a proclamação da República exerceu, sobre a população atônita, um efeito similar ao do tiro de Caramuru entre os assombrados indígenas.[17]

Entre os próprios conspiradores, a figura digna e honrada do Imperador era um empecilho aos seus projetos. Em uma das reuniões preparatórias do movimento

republicano, a 6 de novembro, em casa de Benjamim Constant, assentavam-se planos quando Benjamim indagou:

— E que faremos do "nosso Imperador"?

Um silêncio profundo foi a resposta. A figura bondosa e justa do Monarca infundia respeito a todos aqueles conspiradores, impedindo uma resolução. Quebrou o silêncio o tenente Manuel Inácio:

— Exila-se!

— E se resistir?

— Fuzila-se! – declarou o tenente.

Todos se levantaram, numa reprovação. Refletindo a repugnância de todos, Benjamim exclamou:

— Oh! O senhor é sanguinário! Pelo contrário, devemos cercá-lo de todas as garantias e considerações, porque é um nosso patrício, e muito digno.[61]

Tanto Benjamim Constant como Deodoro deviam grandes favores pessoais ao Imperador. Ordenado o embarque da Família Imperial, procuravam atordoar-se com as responsabilidades que acabavam de assumir, esquecendo assim a ingratidão praticada. Pela manhã do dia 17, estava Benjamim no seu gabinete no Ministério da Guerra, quando lhe foram comunicar que o Monarca já se achava a bordo. Ele se deteve um instante e comentou:

— Está cumprido o mais doloroso dos nossos deveres.[61]

Interrogado por um jornalista em Lisboa, sobre o embarque apressado que a Família Imperial foi obrigada a fazer, o Conde d'Eu afirmou:

— Disseram que não nos queriam expor ao furor popular. Porém, o que há de exato é que os revoltosos estavam convencidos de que o povo aclamaria o Imperador, se porventura o visse na rua.[136]

O Congresso da República, inaugurado como enterro de primeira classe

Magoaram profundamente o Imperador as atitudes de alguns revolucionários, por ocasião da proclamação da República. No seu exílio em Paris, ele se lamentou em presença do Conde Afonso Celso:

— A História me fará justiça, eis a minha fé consoladora. Atribuíram-me frases que não proferi, atos que não pratiquei. Aceitei os acontecimentos, sereno e resignado. Uma coisa única me incomodou deveras: o aparato da força desenrolada em torno do Paço da Cidade. Soldados a pé e a cavalo, guardando todas as portas, apontando para mim e para a minha família armas ameaçadoras, como se fôssemos réus e capazes de nos evadirmos. Não bastava, para segurança deles, a minha palavra? Havia um oficial de

cavalaria que observava da praça todos os meus movimentos, acompanhando-me como uma sombra, se eu passava de uma sala para outra. Senti ímpetos de sair à rua para lhe dizer: "O sr. não me conhece, certamente. Não sou homem que fuja, ou me oculte. Não se moleste por minha causa. Fique tranquilo, que me encontrará sempre no lugar que me compete".[110]

Um artigo atribuído a Oliveira Martins, e transcrito no "*Journal des Débats*", coloca nos seguintes termos a questão da dotação de cinco mil contos de réis, recusada pelo Imperador, mas noticiada por Rui Barbosa como tendo sido aceita: "Enquanto o velho Soberano se achava entre o Brasil e a Europa, isolado no mar, sob a placidez estrelada da noite do Atlântico, a sua consciência de homem justo não lhe exprobrou decerto essa falta de caráter com que o Sr. Rui Barbosa o maculava pelo telégrafo. Depois disso o Imperador chegou a Lisboa, e o mundo soube que uma das suas primeiras palavras foi a denúncia do crime de uma falsidade".[91]

Dom Pedro II tinha grande prestígio nos Estados Unidos. O seu amor à liberdade, a sua atividade, a singeleza da sua pessoa, impressionaram sempre os americanos. Os discursos pronunciados no Senado americano, quando se discutiu o reconhecimento da República brasileira, consistiram quase que exclusivamente, não no elogio dos vencedores, mas na exaltação das virtudes do grande vencido. O governo americano foi o último, de todos os governos do novo continente, que reconheceu a República no Brasil; e certamente se inspirou, para essa demora, na frieza, na quase hostilidade com que a imprensa recebeu a revolução. O correspondente do Brasil em Nova York rememorava estes fatos, insistindo na pouca simpatia que os americanos manifestavam pela nova ordem de coisas no Brasil.[41]

O presidente dos Estados Unidos, Harrison, declarou que a impressão deixada pelo Imperador durante sua viagem àquele país, em 1876, fora de tal maneira favorável no espírito do povo americano, que ele não estava disposto a reconhecer o novo Governo antes de aguardar alguma manifestação da opinião pública brasileira.[91]

No seu primeiro dia de existência, a 15 de novembro de 1890, teve o Congresso intuição inteira e exata da vida que o esperava, do seu destino, do seu papel, do seu futuro. Atopetada a sala de gente, repletos o recinto e as galerias, tudo permaneceu impassível, gélido, imóvel, sem um grito, sem um viva, sem um movimento espontâneo, sem uma aclamação, sem um frêmito, enquanto o secretário, a custo e a poder de copos d'água, lia e lia a interminável mensagem presidencial que falava em nome da Providência e da espada!

Terminada a melopeia, cada qual foi se esgueirando muito caladamente, tomando o seu chapeuzinho de adesista ou de histórico, com uma convicção bem arraigada:

— Aqui não está o povo! Procurem-no em qualquer outra parte. Nesta sala, não!

Um dos corifeus do novo regime disse:

— É impossível assistir-se a cerimônia mais lúgubre. Parecia um enterro de primeira classe![150]

A República logo mostrou as suas garras

Rui Barbosa foi um dos articuladores da proclamação da República, mas dela logo se desiludiu. Em um discurso no Senado, em 17/12/1914, ele critica a República e exalta o Imperador D. Pedro II. O texto é bastante conhecido, mas poucos sabem o contexto em que se insere, porque a citação é sempre apresentada isolada:

"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto".

Até aqui, o texto conhecido. Mas ele prossegue com este, velhacamente ocultado:

"... Essa foi a obra da República nos últimos anos. No outro regime, o homem que tinha certa nódoa em sua vida era um homem perdido para todo o sempre – as carreiras políticas lhe estavam fechadas. Havia uma sentinela vigilante, de cuja severidade todos se temiam e que, acesa no alto, guardava a redondeza, como um farol que não se apaga, em proveito da honra, da justiça e da moralidade".[154]

Já nos primeiros anos da República, o marechal Deodoro estava tão cansado diante da impossibilidade de vencer a desordem, que disse:

— Vou mandar chamar o dono da casa.

E mandou um emissário ao Imperador exilado, que respondeu:

— Se me chamarem, voltarei. Conspirar, nunca![141]

O sociólogo Gustave Le Bon traçou de nossa terra este quadro vergonhoso: "Um só país, o Brasil, tinha escapado a essa profunda decadência dos povos sul-americanos, em virtude de um regime monárquico que colocava o governo ao abrigo das competições. Depois o país ficou entregue a uma completa anarquia, e em poucos anos a gente incumbida do poder dilapidou de tal maneira o Tesouro, que os impostos foram aumentados em proporção desmedida".[56]

Com a proclamação da República, foram rapidamente implantados em nossa terra a carestia de vida, a dívida pública interna e externa multiplicadas, o déficit assoberbado em todos os orçamentos, o desequilíbrio econômico e financeiro, os compromissos aterradores do erário, o descrédito da Nação, juntando-se a todos esses males o domínio nefando das paixões políticas, a ambição das altas posições, a mania das dissipações, o

culto à politicagem, à burla eleitoral, e o modo elétrico de enriquecer uns tantos nababos, ontem sem eira nem beira, apenas com o recurso da esperteza![44]

Não se precisa mais do que folhear as páginas de nossa História para ver como, no tempo do Império, era bem mais adiantada que nos dias de hoje a mentalidade dos nossos políticos e dos nossos dirigentes. Essa República, como ela aí está, é uma traição que se fez ao País. Proclamaram a República em nome da liberdade, e em nome da República suprime-se a liberdade. Substitui-se uma dinastia honesta por vinte e duas oligarquias ferozes e vorazes que, na União e nos Estados, sorvem-nos gota a gota todas as nossas energias.[55]

A República custou caro ao Brasil: as flutuações do câmbio, cuja taxa era de 28 em 1889, baixou até 6; o aumento enorme da dívida pública, ocasionado pela megalomania implantada em todos os departamentos da administração; a multiplicação dos cargos públicos e das sinecuras – tudo isto trouxe como consequência o agravamento incessante dos impostos.[38]

A proclamação da República implantou na realidade uma ditadura

Os políticos e jornalistas acusavam Dom Pedro II de abusar do seu "poder pessoal". Quando se discutiu na presença dele a possibilidade da proclamação da República, ele comentou:

— Então vocês verão o que é poder pessoal...[127]

De fato, vinte e quatro anos após a proclamação da República, o senador Muniz Freire analisava o novo regime:

"O País anda entregue às tenazes de um sistema que não é mais do que o poder pessoal universalmente organizado. Poder pessoal praticamente irresponsável do Presidente da República. Poder pessoal dos indivíduos, famílias ou facções que se assenhorearam dos Estados. Pior, muito mais direto, muito mais ofensivo, muito mais em contato com a carne do que o outro. Poder pessoal dos chefes políticos. O Império desmoronou-se, o poder pessoal do Monarca foi destruído, e no seu lugar surgiu essa vegetação daninha de poderes pessoais muito mais intoleráveis.

"O objetivo do poder pessoal que hoje domina em toda a parte é de garantir aos seus detentores, suas famílias, seus parentes e sequazes o emprego que fornece o ganha-pão, ou a posição que dá o prestígio à sombra do qual aumentam os bens e se fazem as fortunas. Honradamente, quando se é honrado, e por todos os meios, mesmo os mais cínicos e criminosos, quando não se possui escrúpulo, nem probidade, nem decoro. O Brasil político pode ser considerado um agregado de ventres".[116]

O Visconde de Pelotas, escrevendo em 1890 ao Visconde de Ouro Preto sobre a proclamação da República, declara: "O pronunciamento da guarnição do Rio, que deu como resultado a proclamação da República, surpreendeu-me mais do que a V. Exa., que dele teve aviso horas antes. Não julgava possível a República enquanto vivesse o Imperador, e daí a minha surpresa. Se de mim tivesse dependido a sua permanência como Chefe da Nação, afirmo-lhe que não teria sido deposto. **A República teve contra si haver sido feita por um pronunciamento militar, representado pela quinta parte do Exército**".[54]

Os revolucionários foram uns 300 militares do Exército e da Armada. Com 14 milhões de habitantes, o Brasil tinha um Exército composto de 13 mil homens, entre oficiais e praças. O golpe que derrubou a Monarquia foi tramado e executado por militares, que só na última hora convidaram os civis a entrar na conjura. As tropas com as quais contavam os rebelados não passavam de 500 homens. A superioridade numérica da ordem era esmagadora.

Um republicano e conspirador, Aristides Lobo, deixou registrado sobre o 15 de novembro, em artigo para a imprensa paulista: "Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula".

No fim da tarde, o desencantado redator ocupou o Ministério do Interior do Governo Provisório, caminho que o levaria a perceber, pouco depois, que aquela não era a república dos seus sonhos.[17,130]

Benjamim Constant era um dos "bacharéis de farda", militar "dublê" de filósofo positivista. Não cuidava e possivelmente pouco entendia das coisas de sua profissão. Chegara ao posto de tenente-coronel comandando uma escola de cegos, o que há de menos militar neste mundo. Fora daí, não desenvolvia outra atividade que não fosse ensinar matemática na Escola Militar e propagar doutrinas positivistas pelos cafés da Rua do Ouvidor. Republicano por sectarismo filosófico, ele era a alma do pequeno grupo de conspiradores que fazia pressão sobre a vontade amolecida de Deodoro.[52]

Quando foi a Versalhes, para se despedir de D. Pedro II, o Conde Afonso Celso mencionou o nome de Benjamim Constant:

— Talvez Vossa Majestade ignore que ele faleceu doido. É o que afirmam testemunhas fidedignas.

— Já me tinham contado. Pobre homem! Conheci-o muito e o apreciava. Acredito que nos últimos tempos houvesse sofrido perturbações das faculdades mentais. Dessa maneira posso explicar o seu procedimento para comigo, de quem se mostrava tão afeiçoado. Não creio que a ambição o tivesse arrastado. Sua posição sob o Império era

mais invejável do que a de um funcionário do governo militar. Era querido e respeitado de todos. Deve ter padecido extraordinariamente, se conservou a posse da razão. Sensível como era, a consciência da responsabilidade no descalabro nacional o deve ter torturado. Caso tenha agido com sinceridade e discernimento, a perda das ilusões, tão rápida e completa, certamente lhe infligiu punição atroz.[33]

Apesar da propaganda republicana, dorme um monarquista em cada brasileiro

Instalados no poder sem apoio da opinião pública, os republicanos logo sentiram necessidade de adotar medidas ditatoriais para silenciar a oposição monarquista, e assegurar desse modo a própria permanência no governo.[18]

Nos cem anos durante os quais vigorou a proibição de sequer falar-se em Monarquia, o País foi submetido a um programa induzindo-o a esquecê-la. Diretrizes governamentais de todos os tipos, explícitas ou dissimuladas, foram adotadas nesse sentido. Na iconografia oficial da Independência, substituíram Pedro I por José Bonifácio, mas a figura do Patriarca não calou fundo, além de se saber que ele era um defensor da Monarquia. O papel de Tiradentes foi enfatizado e realçado a um grau pouco compatível com a realidade histórica. Tudo isso para esconder ou minimizar o papel de um monarca, Dom Pedro I, no processo da Independência.

Desde os primeiros dias da República, os autores de livros didáticos para os cursos primário e secundário, segundo critério de orientação e exigências do Ministério da Educação, passaram a só estampar o retrato de Pedro II com as longas barbas brancas e o aspecto cansado dos seus últimos anos de vida, para associar à Monarquia a imagem de velhice, decrepitude e coisa antiga. Esses mesmos livros tratavam, e ainda hoje tratam, de evidenciar as glórias da proclamação da República, o heroísmo de Deodoro e o idealismo dos seus companheiros, como se tivessem participado de uma feroz batalha em prol da liberdade.[18,124]

Monteiro Lobato compara o procedimento das pessoas no tempo do Império com o que passou a vigorar na República:

"**Dom Pedro II agia pela presença**. O fato de existir no ápice da sociedade um símbolo vivo e ativo da honestidade, do equilíbrio, da moderação, da honra e do dever, bastava para inocular no País em formação o vírus das melhores virtudes cívicas.

"O juiz era honesto, se não por injunções da própria consciência, pela presença da honestidade no trono. O político visava o bem comum, se não pelo determinismo de virtudes pessoais, pela influência catalítica da virtude imperial. As minorias respiravam, a oposição possibilitava-se: o chefe permanente das oposições estava no trono. A justiça era um fato: havia no trono um juiz supremo e incorruptível. O peculatário, o defraudador, o político negocista, o juiz venal, o soldado covarde, o funcionário relapso –

o mau cidadão, enfim – muitas vezes passava a vida inteira sem incidir num só deslize. A natureza o propelia ao crime, ao abuso, à extorsão, à violência, à iniquidade, mas sofreava as rédeas aos maus instintos a simples presença da equidade e da justiça no trono.

"Foi preciso que viesse a República, e que se alijasse do trono a força catalítica, para patentear-se bem claro o curioso fenômeno. O mesmo juiz, o mesmo político, o mesmo soldado, o mesmo funcionário, até 15 de novembro honesto, bem intencionado, bravo e cumpridor dos deveres, percebendo ordem de soltura na ausência do imperial freio, desenfrearam a alcateia dos maus instintos mantidos de quarentena.

"Daí o contraste, dia a dia mais frisante, entre a vida nacional sob Pedro II e a vida nacional sob quaisquer das boas intenções quadrienais que se revezam na curul republicana.

"**Pedro II era a luz do baile**: muita harmonia, respeito às damas, polidez de maneiras, jóias de arte sobre os consolos, dando o conjunto uma impressão genérica de apuradíssima cultura social.

"**Extinguiu-se a luz**: as senhoras sentem-se logo apalpadas, trocam-se tabefes, ouvem-se palavreados de botequim, desaparecem as jóias".[105]

Alguns anos após a proclamação da República, um agricultor idoso de Bagé, no Rio Grande do Sul, perguntou a um viajante ao qual dera pousada:

— E como vai a política? O Imperador já está bom?

— O Imperador?! Mas ele já morreu, e desde 1889 estamos com a República proclamada!

— Mesmo?! Coitado do Imperador! Era tão bom! Por que fizeram essa injustiça?

O viajante procurou justificar o ato de Deodoro, mas o velho não se conformava:

— Coitado do Imperador! Era um santo!

Novas explicações sobre o que era a República e o que significava. Mas o velho campeiro estava longe do mundo e indiferente a tudo, pela distância e isolamento em que se encontrava, e não podia conceber o fato consumado. Finalmente desabafou:

— Coitado do Imperador! É por isso que tudo vai tão mal... [155]

XXII

AÍ VEM O IMPERADOR!

Por ocasião do centenário do nascimento de D. Pedro II, em 2 de dezembro de 1925, a imprensa comemorou com reportagens, artigos e estudos históricos sobre o nosso grande Imperador. Finalizamos esta coletânea com o artigo publicado então pelo famoso jornalista e polemista Carlos de Laet na "Revista da Semana" de 28/11/1925.

Nos tempos que correm, ninguém pode imaginar, de longe sequer, o mágico efeito que durante largos anos produziam no povo brasileiro estas palavras, muito embora frequentemente repetidas:

— Aí vem o Imperador!

Não sei se pela extensa duração da autoridade longamente exercida por esse homem, ou talvez pelo conjunto de raras qualidades físicas e morais que nele se realizaram, certo é que enorme foi o seu influxo sobre a mentalidade popular. Festa a que não comparecesse o Imperador, considerava-se de segunda ordem; e sua presença, que aliás ele não regateava, era sempre um incentivo para maior frequência em qualquer solenidade.

Singelo em seus modos e declarado inimigo de toda pragmática fútil e ociosa, o Imperador dominava as reuniões em que aparecia, e naturalmente se constituía o centro de todas as atenções.

Raro era o dia em que não o viam aplicado a visitas demoradas e profícuas às oficinas dos arsenais e das indústrias particulares, aos colégios e sociedades científicas, aos quartéis, às fortalezas, aos navios, às obras públicas em construção – a toda parte, enfim, onde houvesse que examinar, fiscalizar e animar qualquer dos ramos da atividade nacional.

Entre as minhas recordações da meninice estão as repetidas aparições do Imperador no Colégio Pedro II. Todos nos alvoroçávamos e, entre desejosos e timoratos, aguardávamos que pela nossa aula entrasse aquele vulto que, com sua elevada estatura, formosa barba semi-alvejante e gesto de autoridade soberana, nos incutia indefinível sentimento de atração e respeito.

Invariavelmente determinava o augusto visitante fossem chamados o melhor e o pior estudante da turma. Felicitava o primeiro, quando este de ordinário se saía bem; e ao outro incumbia-se ele próprio de interrogar, insinuando-lhe as respostas e fazendo-lhe acreditar que o pobre vadio sabia alguma coisa.

Em suas relações com os mestres do Colégio, que eram então meus professores, notava eu o caprichoso apuro com que o Imperador falava em francês com o Sr. Halbout, em inglês com o Dr. Mota, em italiano com o Dr. De Simoni, em alemão com os Drs. Schiefler, Goldschmidt e Tautphoeus.

O homem que falava todas as línguas, argüía alunos em todas as matérias, e diante do qual se curvavam todas as autoridades escolares, assumia a nossos olhos as proporções grandiosas de um ente sobrenatural.

No Exército e na Armada, onde só muito mais tarde começou a grassar o mal positivista, a dedicação ao Chefe do Estado não padecia contraste sério. À bandeira e ao hino nacional unia-se a personalidade do Imperador, fornecendo a trindade representativa da Pátria. Foi ao grito de "viva o Imperador!" que os batalhões brasileiros compraram com seu sangue as grandes vitórias que de Rosas libertaram a Argentina, e de López o Paraguai.

Na Europa, entre os cientistas do Instituto de França; no Egito, perlustrando antigos monumentos e aconselhando a formação dos museus que depois se desenvolveram; nos Estados Unidos, assombrando por sua vasta cultura intelectual e lhaneza de trato os compatriotas de Washington – em toda parte por onde passava, ia deixando o Imperador o traço nítido e imorredouro da sua poderosa individualidade.

Quando, cansada de pensar e de trabalhar pelo Brasil, desfaleceu encanecida aquela nobre cabeça, e em nome da liberdade se entendeu que, ao longo patriarcado liberal que foi o Segundo Império, urgia sucederem as autocracias quadrienais que constituem os governos no regime presidencial, nem mesmo assim jamais esmoreceram o respeito e veneração para com a pessoa do Imperador.

A revolução, que se lhe apresentou para intimar-lhe saísse do País, não o fez de espada nua e atitude ameaçadora, mas de cabeça descoberta e falando em nome da pacificação nacional. Era preciso exilá-lo, e não o fizeram à luz do sol, como quem executa uma sentença, e sim nas trevas da noite, como quem aproveita desoras para encobrir um crime.

No dia 15 de novembro, quando ainda o povo brasileiro ignorava o que da sua soberania tinham feito as classes armadas, vi passar em rápido trânsito, na Rua do Passeio, a carruagem que ao Paço da Cidade transportava o Imperador e a Imperatriz. Ela, visivelmente impressionada, a olhar por uma das portinholas do carro. Ele, sereno como sempre, fitando os transeuntes e a força militar ali estacionada para se opor à passagem dos revoltosos da Escola Militar. Tirei respeitosamente o chapéu, e respondeu-me o Soberano com amistoso aceno de mão. Foi a última vez que vi o Imperador.

Depois ele nos voltou em 1922, trazido ao Brasil pelo ato cavalheiresco do Sr. Epitácio Pessoa. Tiraram-no de bordo, lentamente o fizeram descer ao troar dos canhões e entre descargas de fuzilaria, até que finalmente aqueles restos tocassem o chão sagrado da Pátria. Estava morto o Imperador, mas ainda sua grande figura, trinta e três anos

depois da catástrofe, dominava senhorilmente a imaginação popular. Parecia que o ambiente ainda se eletrizava com a aproximação desses despojos, envolvidos na saudade, mas sobre os quais pairava a indestrutível auréola de meio século de glória.

Agora ele vai de novo atravessar a cidade e volver a Petrópolis, terra onde muito viveu e que muito amou. Mortos estão quase todos os que o depuseram; mortos igualmente muitos dos que com ele colaboraram no serviço da Pátria. Pouco Importa! Há um sopro de verdade que perpassa as gerações, e que se chama tradição. Esta ainda fala ao coração popular:

— **Aí vem o Imperador!**

BIBLIOGRAFIA

1 - A. C. D'ARAÚJO GUIMARÃES - *A Corte no Brasil* - Globo, Porto Alegre, 1936, 246 p.
2 - A. CÂNDIDO RODRIGUES - *O maior dos brasileiros* - RIHGB, vol. 152, 1925
3 - A. GOMES DO CARMO - *O Imperador - Fatos, reminiscências e anedotas* - Jornal do Comércio, RJ, 21/7/1935
4 - AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY - *D. Pedro II e a guerra do Paraguai* - RIHGB, vol. 152, 1925
5 - AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY - *No Brasil Imperial* - Imprensa Nacional, RJ, 1922
6 - AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY - *No Rio de Janeiro de Dom Pedro II* - Agir, RJ, 1947, 274 p.
7 - AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY - *Pedro II - Os grandes fatos de seu reinado* - Correio Paulistano, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
8 - ALAN ASSUMPÇÃO MORGAN - *República ou Monarquia* - O Estado de S. Paulo, 1/4/87
9 - ALBERTO DE FARIA - *D. Pedro II, em nossa vida econômica* - RIHGB, vol. 152, 1925
10 - ALBERTO RANGEL - *A Educação do Príncipe* - Agir, RJ, 1945, 296 p.
11 - ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA - *D. Pedro II, defensor da unidade nacional* - Jornal do Comércio, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
12 - ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA - *D. Pedro II, homem de bem* - Correio da Manhã, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
13 - ALFREDO NASCIMENTO - *Magni Nominis Umbra* - Jornal do Comércio, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
14 - ALFREDO NASCIMENTO - *O patriotismo do Imperador* - RIHGB, vol. 152, 1925
15 - AMÉRICO JACOBINA LABOMBE - *Dom Pedro II e a Cultura* - Arq. Nacional, RJ, 1977, 478 p.
16 - ANFRÍSIO FIALHO - *Don Pedro II, Empereur du Brésil* - Weissenbruch, Bruxelas, 1876, 100 p.
17 - ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS - *A Legitimidade Monárquica no Brasil* - Artpress, SP, 1988, 250 p.
18 - ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS - *Ser ou Não Ser Monarquista, Eis a Questão!* - Artpress, SP, 1990, 160 p.
19 - ARROJADO LISBOA - *O Imperador em Petrópolis* - RIHGB, vol. 152, 1925
20 - ASSIS CHATEAUBRIAND - *Um professor de elites* - RIHGB, vol. 152, 1925
21 - ASSIS CINTRA - *Histórias Que Não Vêm na História* - Ed. Nacional, SP, 1928, 254 p.
22 - AURÉLIO LOPES - *D. Pedro II e os Seus Livros* - Jornal do Comércio, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
23 - B. F. RAMIZ GALVÃO - *Gratas Reminiscências* - Jornal do Brasil, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
24 - B. F. RAMIZ GALVÃO - *O Imperador e a instrução pública* - RIHGB, vol. 152, 1925
25 - BARÃO DE TEFFÉ - *Reminiscências de D. Pedro II* - Revista da Semana, RJ, 28/11/1925
26 - BENJAMIN MOSSÉ - *Vida de Dom Pedro II* - Cultura Brasileira, SP, 1889, 322 p.
27 - BERILO NEVES - *A missão do Império* - Jornal do Comércio, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
28 - BERTITA HARDING - *O Trono do Amazonas* - José Olympio, RJ, 1944, 324 p.
29 - CARLOS DE LAET - *O Imperador e a imprensa* - RIHGB, vol. 152, 1925
30 - CARLOS DE LAET - *Obras Seletas* - Agir, RJ, 1983, 3 vol.
31 - CARLOS H. OBERACKER JR. - *A Imperatriz Leopoldina* - Cons. Fed. de Cultura, RJ, 1973, 494 p.
32 - COMISSÃO EXECUTIVA - *O Imperador e os Cearenses* - A. C. Mendes, Fortaleza, 1914, 106 p.
33 - CONDE AFONSO CELSO - *O Imperador no Exílio* - Francisco Alves, RJ, 1893, 210 p.
34 - CONDE AFONSO CELSO - *O Visconde de Ouro Preto* - Globo, Porto Alegre, 1935, 438 p.
35 - CONDE D'EU - *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul* - EDUSP/Itatiaia, SP, 1981, 186 p.
36 - CONDESSA RENÉ DE NICOLAY - *Le Temps de Ma Mère, Souvenirs* - Mandelieu, 1988, 268 p.
37 - CORREIO DA MANHÃ - *A República, partida para o exílio e morte* - 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
38 - DOM LUIZ DE ORLEANS E BRAGANÇA - *Sob o Cruzeiro do Sul* - Lith. Montreux, Montreux, 1913, 460 p.
39 - E. VILHENA DE MORAIS - *Novos Aspectos da Figura de Caxias* - Leuzinger, RJ, 1937, 308 p.
40 - E. VILHENA DE MORAIS - *O Gabinete Caxias e a Anistia aos Bispos na 'Questão Religiosa'* - F. Briguiet, RJ, 1930, 160 p.
41 - EDUARDO PRADO - *A Ilusão Americana* - Brasiliense, SP, 1957, 194 p.
42 - ELIAS LIPINIER - *As Aventuras Intelectuais de D. Pedro II* - D.O. Leitura, SP, Maio de 1990
43 - ELMANO CARDIM - *A imprensa no reinado de Pedro II* - Digesto Econômico, SP, Ano XXVI, Nº 213, p. 64
44 - ERNESTO MATTOSO - *Cousas do Meu Tempo* - Gounouilhou, Bordeaux, 1916, 338 p.
45 - ESCRAGNOLLE DÓRIA - *Reminiscências do Palácio de São Cristóvão* - RIHGB, vol. 152, 1925
46 - FOLCO MASUCCI - *Anedotas Históricas Brasileiras* - Edanee, SP, 1947, 268 p.
47 - GASTÃO DA CUNHA FERREIRA - *Portugal em Baixo ou em Cima?* - Biblioteca do Pensamento Político, Lisboa, 1988, 314 p.

48 - GEORGES RAEDERS - *Pedro II e os Sábios Franceses* - Atlântica, RJ, 1944, 236 p.
49 - GILBERTO FREYRE - *D. Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos* - Anuário do Museu Imperial, vol. XXI a XXXI, Petrópolis, 1960-70
50 - GOFFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY - *A morte do Imperador* - RIHGB, vol. 152, 1925
51 - HAMILTON LINDSAY-BUCKNALL - *Um Jovem Irlandês no Brasil em 1874* - Hachette, RJ, 1976, 120 p.
52 - HEITOR LYRA - *História de Dom Pedro II* - EDUSP/Itatiaia, SP, 1977, 3 vol.
53 - HEITOR MONIZ - *Episódios Históricos do Brasil* - A Noite, RJ, 1942, 184 p.
54 - HEITOR MONIZ - *No Tempo da Monarquia* - Ed. Nacional, SP, 1929, 244 p.
55 - HEITOR MONIZ - *O Brasil de Ontem* - Leite Ribeiro, RJ, 1928, 280 p.
56 - HEITOR MONIZ - *O Segundo Reinado* - Leite Ribeiro, RJ, 1928, 258 p.
57 - HÉLIO VIANNA - *D. Pedro I e D. Pedro II* - Ed. Nacional, SP, 1966, 328 p.
58 - HÉLIO VIANNA - *Vultos do Império* - Ed. Nacional, SP, 1968, 250 p.
59 - HENRIQUE BARRILARO RUAS - *A Liberdade e o Rei* - Biblioteca do Pensamento Político, Lisboa, 1971, 338 p.
60 - HERMES VIEIRA - *A Princesa Isabel no Cenário Abolicionista do Brasil* - São Paulo Editora, SP, 1941, 420 p.
61 - HUMBERTO DE CAMPOS - *O Brasil Anedótico* - W.M. Jackson, RJ, 1951, 326 p.
62 - I.H.G.B. - *Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à Memória de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II* - Cia. Tipogr. do Brasil, RJ, 1894
63 - IGNÁCIO MOURA E JUSTINO BARROSO - *Um Grande Brasileiro* - Pap. Americana, Belém, 1925, 172 p.
64 - INA VON BINZER - *Os Meus Romanos* - Paz e Terra, RJ, 1980, 136 p.
65 - J. F. DE ALMEIDA PRADO - *Tomas Ender* - Ed. Nacional, SP, 1955, 384 p.
66 - J. M. M. F. - *D. Pedro II* - Jornal do Comércio, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
67 - JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA - *Minha Meninice & Outros Ensaios* - Massangana, Recife, 1988, 100 p.
68 - JOÃO CAMILLO DE OLIVEIRA TORRES - *A Democracia Coroada* - José Olympio, RJ, 1957, 590 p.
69 - JOÃO DO RÊGO BARROS - *Reminiscências de há 50 anos, de um cadete do 1º Regimento de Cavalaria* - RIHGB, vol. 152, 1925
70 - JOAQUIM NABUCO - *O Brasil e o Imperador* - Jornal do Brasil, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
71 - JOAQUIM NABUCO - *Um Estadista do Império* - Ipê, SP, 1949, 4 vol.
72 - JOAQUIM PIMENTA - *D. Pedro II, o magnânimo* - Correio da Manhã, RJ, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
73 - JOAQUIM PINTO DE CAMPOS, MONS. - *Biografia do Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil* - Pereira da Silva, Porto, 1871, 96 p.
74 - JORNAL DO BRASIL - *O centenário de Pedro II* - 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
75 - JORNAL DO BRASIL - *D. Pedro II* - RJ, 1892, 159 p.
76 - JORNAL DO COMÉRCIO - *Centenário de D. Pedro II* - RJ, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
77 - JORNAL DO COMÉRCIO - *Traços biográficos de D. Pedro II* - RJ, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
78 - JOSÉ CARLOS DE CARVALHO - *À memória do Imperador D. Pedro II* - Jornal do Comércio, RJ, 1925, 142 p.
79 - JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES - *Atas do Conselho de Estado - vol. X* - Senado Federal, Brasília, 1973
80 - JOSÉ M. PINHEIRO JÚNIOR - *As Mil e Uma Anedotas* - Alves, RJ, 202 p.
81 - JOSÉ MARQUES DA CRUZ - *Seleta* - Melhoramentos, SP, 1957, 170 p.
82 - JOSÉ ROBERTO DO AMARAL - *O Imperador e o Cotidiano* - Revista Estudos Históricos, nº 1, junho/1963, Marília, SP
83 - JOSÉ TOBIAS ZICO, C.M., Pe. - *Caraça - Peregrinação, Cultura e Turismo* - Ed. São Vicente, BH, 1982, 204 p.
84 - KURT LOEWENSTAMM - *O Hebraísta no Trono do Brasil* - Biblos, RJ, 1891, 47 p.
85 - LAFAYETTE SILVA - *Vida, educação, governo e morte de Pedro II* - Correio da Manhã, RJ, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
86 - LAUDELINO FREIRE - *Desvelado e magnânimo* - RIHGB, vol. 152, 1925
87 - LEONCIO DO AMARAL GURGEL - *O Neto de Marco Aurélio* - Fagundes, SP, 1937, 266 p.
88 - LUIZ VIANA FILHO - *A Vida de Rui Barbosa* - Ed. Nacional, SP, 1960, 454 p.
89 - LUÍS DA CÂMARA CASCUDO - *O Conde d'Eu* - Ed. Nacional, SP, 1933, 166 p.
90 - LUÍS DA CÂMARA CASCUDO - *O Marquês de Olinda* - Ed. Nacional, SP, 1938, 350 p.
91 - LÍDIA BESOUCHET - *Exílio e Morte do Imperador* - Nova Fronteira, RJ, 1975, 466 p.
92 - MANFREDO LEITE - *Saudades* - O Livro, SP, 1922, 62 p.
93 - MANUEL AUGUSTO DA MOTA MAIA - *O Conde de Mota Maia, Médico e Amigo Dedicado de D. Pedro II* - Francisco Alves, RJ, 1937, 448 p.
94 - MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA - *Pedro II - Partidos - Ministros* - RIHGB, vol. 152, 1925
95 - MARY WILHELMINE WILLIAMS - *Dom Pedro the Magnanimous* - Univ. North Carolina, Chapel Hill, 1937, 414 p.

96 - MAURÍLIO AUGUSTO DE ALMEIDA - *Presença de D. Pedro II na Paraíba* - João Pessoa, 1982, 140 p.
97 - MAX FLEIUSS - *A Imperatriz D. Teresa Cristina* - Imprensa Nacional, 1922.
98 - MAX FLEIUSS - *D. Pedro II e as letras pátrias* - Correio da Manhã, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
99 - MAX FLEIUSS - *Dom Pedro Segundo* - Imprensa Nacional, RJ, 1940, 196 p.
100 - MAX FLEIUSS - *O Imperador julgado pelos intelectuais* - O Imparcial, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
101 - MAX FLEIUSS - *Páginas Brasileiras* - Impr. Nacional, RJ, 1919, 456 p.
102 - MAX FLEIUSS - *Páginas de História* - Impr. Nacional, RJ, 1930, 650 p.
103 - MESQUITA PIMENTEL - *D. Pedro II: Seu Caráter, Seu Governo, Sua Influência sobre a Política e os Costumes de Seu Tempo* - Petrópolis, 1925, 124 p.
104 - MIGUEL MILANO - *Heróis Brasileiros* - Globo, Porto Alegre, 1943, 194 p.
105 - MONTEIRO LOBATO - *D. Pedro II* - Revista Brasil, RJ, nº 36, dezembro de 1918
106 - MONTEIRO LOBATO - *Mr. Slang e o Brasil* - Brasiliense, SP, 1946, 340 p.
107 - MOREIRA GUIMARÃES - *O Imperador e o Exército* - RIHGB, vol. 152, 1925
108 - MOZART MONTEIRO - *O casamento do Imperador* - RIHGB, vol. 152, 1925
109 - MURILO CABRAL SILVA - *D. Pedro II e a literatura nacional* - Anuário do Museu Imperial, vol. XXI a XXXI, 1960-70, Petrópolis
110 - MÚCIO TEIXEIRA - *O Imperador Visto de Perto* - Leite Ribeiro, RJ, 1917, 273 p.
111 - NAIR LACERDA - *Grandes Anedotas da História* - Cultrix, SP, 1977, 302 p.
112 - NUNO FERREIRA DE ANDRADE, CONS. - *Contos e Crônicas* - Bevilacqua, RJ, 1907, 301 p.
113 - O ESTADO DE S. PAULO - *A mordomia que não foi* - 21/10/90
114 - O IMPARCIAL - *O Feriado Nacional* - 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
115 - OLIVEIRA LIMA - *O Imperador e os sábios* - RIHGB, vol. 152, 1925
116 - OLIVEIRA LIMA - *O Império Brasileiro* - EDUSP/Itatiaia, SP, 1989, 182 p.
117 - OLIVEIRA VIANNA - *O Ocaso do Império* - Melhoramentos, SP, 1933, 212 p.
118 - OLÍVIA SEBASTIANA DA SILVA - *Uma Alma de Fé* - Ed. Ave Maria, SP, 1985, 290 p.
119 - OTO DE HABSBURGO - *Portugal e África no Mundo de Hoje* - Biblioteca do Pensamento Político, Lisboa, 1974, 176 p.
120 - OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUZA - *A Vida de D. Pedro I* - EDUSP/Itatiaia, SP, 1988, 3 vol.
121 - PANDIÁ CALÓGERAS - *Formação Histórica do Brasil* - Ed. Nacional, SP, 1938, 448 p.
122 - PANDIÁ CALÓGERAS - *O poder pessoal e o lápis fatídico* - RIHGB, vol. 152, 1925
123 - PAULO NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA - *Democracia e Realidade Brasileira* - Alfa-Ômega, SP, 1989
124 - PAULO NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA - *Terceiro Reinado?* - D.O. Leitura, SP, Janeiro de 1990
125 - PAULO SETÚBAL - *As Maluquices do Imperador* - Ed. Nacional, SP, 1927, 318 p.
126 - PEDRO CALMON - *O Rei Cavaleiro* - Saraiva, 1948, 255 p.
127 - PEDRO CALMON - *O Rei Filósofo* - Ed. Nacional, SP, 1939, 484 p.
128 - PIRES BRANDÃO - *O Imperador em Baden-Baden e a visita de Silveira Martins* - Correio da Manhã, RJ, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
129 - PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA - *No centenário da Princesa Isabel* - O Legionário, SP, 28/7/46
130 - RAIMUNDO FAORO - *A ilusão faz cem anos* - Isto é-Senhor, 15/11/89
131 - RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR - *D. Pedro II na França* - Manchete, RJ, 1/5/76
132 - RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR - *O Império em Chinelos* - Civilização Brasileira, RJ, 1957, 314 p.
133 - RAMALHO ORTIGÃO - *As Farpas - O País e a Sociedade Portuguesa* - Livraria Clássica Edit., Lisboa, 1944, 310 p.
134 - ROBERTO MENDES GONÇALVES - *O Barão Hubner na Corte de São Cristóvão* - MEC, RJ, 1955, 34 p.
135 - ROBERTO MENDES GONÇALVES - *Um Diplomata Austríaco na Corte de São Cristóvão* - Cons. Fed. de Cultura, RJ, 1970, 174 p.
136 - ROCHA MARTINS - *O Imperador do Brasil D. Pedro II* - AOV, Porto, 1949, 248 p.
137 - RODOLFO GARCIA - *Viagens de D. Pedro II* - RIHGB, vol. 152, 1925
138 - RODRIGO OTÁVIO FILHO - *Figuras do Império e da República* - Zélio Valverde, RJ, 1944, 184 p.
139 - RUBEN ALMEIDA - *Um gesto formoso* - Vida Doméstica, julho/1935
140 - SEBASTIÃO PAGANO - *Eduardo Prado e Sua Época* - O Cetro, SP, 1960, 286 p.
141 - SEBASTIÃO PAGANO - *Meditações à Margem do Manifesto Republicano de 1870* - Palestra no Instituto Genealógico Brasileiro, em 9/1/1971
142 - TEODORO SAMPAIO - *A cultura intelectual do Imperador* - RIHGB, vol. 152, 1925
143 - TOBIAS MONTEIRO - *A tolerância do Imperador* - O Jornal, RJ, 5/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925
144 - TOBIAS MONTEIRO - *Pesquisas e Depoimentos para a História* - EDUSP/Itatiaia, SP, 1982, 176 p.

145 - VEJA - *Edição especial do centenário da República* - 20/11/89
146 - VICENTE VEGA - *Diccionario Ilustrado de Anécdotas* - Gustavo Gili, Barcelona, 1965, 904 p.
147 - VIRIATO CORREIA - *Baú Velho* - Ed. Nacional, SP, 1927, 288 p.
148 - VIRIATO CORREIA - *O Brasil dos Meus Avós* - Ed. Nacional, SP, 1927, 263 p.
149 - VISCONDE DE TAUNAY - *Homens e Cousas do Império* - Melhoramentos, SP, 1924, 168 p.
150 - VISCONDE DE TAUNAY - *O Grande Imperador* - Melhoramentos, SP, 1932, 128 p.
151 - VISCONDE DE TAUNAY - *Pedro II* - Ed. Nacional, SP, 1933, 244 p.
152 - VISCONDE DE TAUNAY - *Reminiscências* - Melhoramentos, SP, 1923, 218 p.
153 - VISCONDE NOGUEIRA DA GAMA - *Minhas Memórias* - RJ, 1893, 193 p.
154 - WALLACE DE OLIVEIRA GUIRELLI - *Brasil poderá voltar a ser Monarquia em 1993* - Campinas D Fato, 1989
155 - WALTER SPALDING - *Dom Pedro Segundo e a poesia popular* - Anuário do Museu Imperial, vol. XV, Petrópolis, 1954
156 - WANDERLEY PINHO - *Política e Políticos no Império* - Impr. Nacional, 1930, 176 p.
157 - WANDERLEY PINHO - *Salões e Damas do Segundo Reinado* - Martins, SP, 1942, 314 p.

CRONOLOGIA DO IMPÉRIO BRASILEIRO

1797 - 22 de janeiro - Nascimento de Dª Leopoldina
1798 - 12 de outubro - Nascimento de D. Pedro I
1808 - 7 de março - Chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro
1815 - 16 de dezembro - O Brasil é elevado a Reino Unido
1817 - 13 de maio - Casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina
1821 - 25 de abril - Partida de D. João VI para Portugal
1822 - 9 de janeiro - Dia do 'Fico'
7 de setembro - Grito do Ipiranga
1824 - 24 de julho - Confederação do Equador
1825 - 15 de novembro - Reconhecimento oficial da Independência
2 de dezembro - Nascimento de D. Pedro II
1826 - 10 de março - Morte de D. João VI
11 de dezembro - Morte de D. Leopoldina
1829 - 2 de agosto - Casamento de D. Pedro I com D. Amélia
1831 - 7 de abril - Abdicação de D. Pedro I
1834 - 24 de setembro - Morte de D. Pedro I em Lisboa
1840 - 23 de julho - Proclamação da maioridade do Imperador
1841 - 18 de julho - Sagração e coroação de D. Pedro II
1843 - 3 de setembro - Chegada da Imperatriz Teresa Cristina ao Rio
1846 - 29 de julho - Nascimento da Princesa Isabel
1847 - 20 de julho - Criação da Presidência do Conselho de Ministros
1850 - 4 de setembro - Lei contra o tráfico de negros
1851 - 14 de dezembro - Início da guerra contra Rosas
1852 - 5 de fevereiro - Derrota de Rosas em Monte Caseros
1856 - 6 de setembro - Gabinete da conciliação
1862 - 30 de dezembro - Início da Questão Christie
1863 - 5 de julho - Ruptura de relações com a Inglaterra
1864 - 15 de outubro - Casamento da Princesa Isabel com o Conde d'Eu
27 de dezembro - Invasão de Mato Grosso por Solano López
1865 - 1º de maio - Tratado da Tríplice Aliança
23 de setembro - Reatamento de relações com a Inglaterra
1866 - 23 de abril - Invasão do Paraguai pelas forças aliadas
1868 - 13 de janeiro - Caxias assume o comando do Exército
1869 - 16 de abril - O Conde d'Eu assume o comando do Exército
1870 - 1º de março - Morte de Solano López e fim da guerra do Paraguai
1871 - 25 de maio - Partida do Imperador para a Europa

28 de setembro - Lei do Ventre Livre
1872 - 3 de março - Início da `questão religiosa'
30 de março - Chegada do Imperador ao Rio
1873 - 27 de janeiro - Morte de D. Amélia em Portugal
1875 - 17 de setembro - Anistia de D. Vital e D. Macedo Costa
1876 - 26 de março - Partida do Imperador para os EUA e Europa
1877 - 26 de setembro - Chegada do Imperador ao Rio
1885 - 28 de setembro - Lei de libertação dos sexagenários
1887 - 30 de junho - Partida do Imperador para a Europa
1888 - 13 de maio - Lei Áurea
22 de agosto - Chegada do Imperador ao Brasil
1889 - 15 de novembro - Proclamação da República
17 de novembro - Partida da Família Imperial para o exílio
7 de dezembro - Chegada da Família Imperial a Lisboa
28 de dezembro - Morte da Imperatriz Teresa Cristina
1891 - 5 de dezembro - Morte do Imperador D. Pedro II
1921 - 14 de novembro - Morte da Princesa Isabel
1922 - 28 de agosto - Morte do Conde d'Eu

ÍNDICE

Ao leitor

1 – A minha família brasileira – Ouvindo a todos sem enganar a ninguém
• A Família Imperial, modelo e apoio das famílias brasileiras
• O Imperador, um pai respeitado e amado, que conhece todos os seus filhos brasileiros
• O Palácio do Imperador está aberto a todos
• Qualquer brasileiro pode falar com o Imperador e confiar na sua bondade
• O Imperador é feliz quando cada brasileiro está contente
• A popularidade do Imperador cantada em versos

2 – O Exemplo que vem de cima
• Nosso Imperador, um modelo para todos os soberanos do mundo
• O Imperador cumpre com exatidão os deveres da realeza
• A moralidade, critério importante para as nomeações do Imperador
• No atacado e no varejo, a vigilância do Imperador
• Nas decisões do Imperador a corrupção administrativa não tem vez
• O Imperador serve à Nação desinteressadamente
• Se o Governo imperial pode reduzir as despesas, não cria novos impostos

3 – Acima dos sentimentos pessoais, o interesse nacional
• Nas decisões imperiais não prevalecem os sentimentos pessoais
• No Império a imprensa é livre
• Se a Monarquia voltar, não lhe faltarão adesões

4 – Simples, sábio e justo – O Imperador filósofo
• O nosso Imperador gosta de estar bem perto do povo
• A simplicidade da Família Imperial, vista por uma educadora alemã
• Entre gente famosa, o prestígio do nosso Imperador
• Um imperador com vasta cultura geral
• Nosso Imperador: um filósofo e um sábio
• No governo do Imperador, a preocupação pela justiça

5 – O Imperador na intimidade
• No recesso do lar, a vida do Imperador
• Com os homens de Estado, um trato ameno e firme
• De pequenos e grandes, as homenagens ao nosso Imperador

• Sem a vaidade da posição, gestos simples do Imperador
• Amenidade e cortesia em ditos de ocasião
• No limiar da guerra, um pouco da vida de caserna

6 – A caridade no trono brasileiro
• A Família Imperial utiliza grande parte da dotação para obras de caridade
• Se o Imperador pudesse, os voluntários da Pátria não teriam do que se queixar
• Mesmo com sacrifícios pessoais, a ajuda imperial a quem precisa
• Os benefícios do Imperador não são meros contratos interesseiros

7 – A escravidão – Extinguindo uma herança ingrata
• Abolição da escravidão, desejo ardente do Imperador
• A ação abolicionista do Imperador: constante e imensa
• Premiando os libertadores de escravos, o Imperador incentiva o processo de abolição

8 – Educação, arte, ciência, tecnologia – O Império nas vias do progresso
• Em torno do Imperador, surge no País uma elite cultural e artística
• A instrução pública, um objetivo primordial da Monarquia
• O Imperador incentiva e fiscaliza pessoalmente a instrução pública
• Entre poetas e escritores, o Imperador cria e estimula uma elite intelectual
• Carlos Gomes, Pedro Américo, Vítor Meireles – Os grandes artistas e o bolsinho do Imperador
• O Imperador cria hábitos de seriedade nas instituições científicas
• O Instituto Pasteur demonstra sua gratidão ao Imperador
• Nosso Imperador, promovendo o desenvolvimento material do País

9 – Honra e Dignidade – A imagem do Brasil
• Nosso Imperador é admirado e respeitado no mundo inteiro
• A dignidade e a honra da Nação: Sem honra não quero ser Imperador
• O Imperador não transige em questão de honra: Não provocamos a guerra, não proporemos a paz
• O senso da dignidade nos atos do Imperador
• Nosso Imperador 'yankee': A popularidade de D. Pedro II nos Estados Unidos

10 – A unidade nacional que resultou do Império
• O Imperador-menino, pólo da unidade nacional
• Com a maioridade de D. Pedro II, o prestígio da Monarquia salvou o Brasil
• Firmeza e clemência do Imperador garantem a paz e o progresso
• O Imperador consolida a nacionalidade brasileira

• A lógica inflexível do Imperador nos objetivos de longo prazo
• Não pertencendo a partidos, o Monarca é Imperador de todos os brasileiros
• Na "questão religiosa", atuação objetável do Imperador

11 – O sistema político do Império
• Monarquia constitucional, o melhor sistema de governo para o Brasil
• Sob o olhar vigilante do Imperador, o Ministério coeso e competente
• Como juiz e árbitro das opiniões, o Soberano exerce o Poder Moderador
• O Imperador não pertence a nenhum partido político
• O Imperador garante e respeita a liberdade política
• No relacionamento com os ministros, a habilidade política do Imperador
• Ante a magnanimidade do Imperador, os melindres de José de Alencar

12 – Alguns personagens do Império brasileiro
• Seriedade e honradez nos homens do Império
• Alguns exemplos de desinteresse nos ministros do Império
• Pequenos fatos marcantes da vida de Caxias
• General Osório, o arrojado comandante de homens livres
• Hombridade e coerência em políticos do Império
• Amenidades entre políticos do Império

13 – Imperatriz Teresa Cristina, mãe dos brasileiros
• Com a Imperatriz Teresa Cristina, a caridade sentou-se no trono brasileiro
• Da Imperatriz Teresa Cristina, nada há de mal a dizer

14 – Princesa Isabel, a Redentora
• Nobreza de alma e simplicidade na vida da Princesa Isabel
• A atuação da Princesa Isabel na causa abolicionista
• No exílio, a Princesa Isabel manteve inalteráveis seu amor e sua dedicação ao Brasil

15 – Conde d'Eu – Ele conquistou o título de brasileiro
• Cumprimento do dever e amor à justiça, qualidades do Conde d'Eu
• A caminho do campo de batalha, as preocupações humanitárias do Conde d'Eu
• Conde d'Eu, o único que pode dar esperanças e animar a todos
• Como um Príncipe comanda a guerra
• Exílio do Conde d'Eu e suas lembranças do Brasil

16 – Saudades da Pátria – A Família Imperial no exílio
• A Família Imperial a caminho do exílio

• Falta-me o sol do Brasil
• Funerais de Imperador na França republicana

17 – D. João VI, bom administrador e grande amigo do Brasil
• D. João VI construiu no Brasil um monumento administrativo
• O bom Rei D. João VI na intimidade

18 – Dom Pedro I, libertador da Nação
• A personalidade de D. Pedro I nas vias da Independência
• D. Pedro I e o senso da oportunidade na política
• Cenas da vida de D. Pedro I em família
• Impetuoso e de bom coração, um Príncipe de medida incomum

19 – Imperatriz Leopoldina – O Brasil Independente lhe deve gratidão eterna
• Participação decisiva da Imperatriz Leopoldina na nossa Independência
• A Imperatriz Leopoldina, modelo de vida familiar e cristã

20 – D. Amélia de Leuchtenberg, nossa segunda Imperatriz
• Firmeza de atitudes da jovem Imperatriz D. Amélia

21 – A República nasceu com dispnéia
• O Partido Republicano era uma insignificante minoria
• Uma revolta militar que não era contra o Imperador
• Uma geringonça aos solavancos, proclamando a República
• A multidão não participou, nem aplaudiu a República
• O Congresso da República, inaugurado como enterro de primeira classe
• A República logo mostrou as suas garras
• A proclamação da República implantou na realidade uma ditadura
• Apesar da propaganda republicana, dorme um monarquista em cada brasileiro

22 – AÍ VEM O IMPERADOR!

CRONOLOGIA DO IMPÉRIO BRASILEIRO

BIBLIOGRAFIA

No centenário da morte de Dom Pedro II

D. Luis de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil, diante do retrato de D. Pedro II

No dia 5 de dezembro de 1891, num modesto hotel de Paris, falecia exilado e empobrecido meu trisavô, o Imperador D. Pedro II, que dirigira durante 49 anos os destinos deste amado Brasil. Em carta à Princesa Isabel, minha bisavó, o Conde Afonso Celso declarou na ocasião: *A história de D. Pedro II, ainda é cedo para tentar escrevê-la. Daqui a cem anos, assumirá proporções lendárias.*

Cem anos já se passaram, e os contrastes entre o Brasil atual e o Brasil-Império só têm crescido. No tempo do Império havia estabilidade política, administrativa e econômica; havia honestidade e seriedade em todos os órgãos da administração pública e em todas as camadas da população; havia credibilidade do País no exterior; havia dignidade, havia segurança, havia fartura, havia harmonia.

Os bons historiadores são unânimes em atribuir grande parte dessa invejável situação à existência entre nós de um monarca como D. Pedro II.

Este livro realça certos aspectos da personalidade e da atuação do nosso Imperador, reconhecendo o papel relevante que ele desempenhou na consolidação da nacionalidade. A abundância de testemunhos nesse sentido é impressionante. Neste ano em que se comemora o centenário da sua morte, nada melhor, como homenagem, do que torná-lo mais conhecido de todos os brasileiros. Tal é o objetivo de *Revivendo o Brasil-Império.*

Preferiu o autor, meu dileto amigo, velar-se sob sugestivo pseudônimo, extraído do extenso nome de batismo de D. Pedro II. Presta homenagem ao Imperador, ocultando-se ele próprio. Nem por isso se reduz o valor do seu dedicado e importante trabalho de pesquisa e concatenação, que vem preencher lamentável lacuna bibliográfica, e põe ao alcance de todos o conhecimento de belos episódios da nossa história.

Revivendo... Ao ler esta coletânea de relatos vivos e cativantes, o leitor será conduzido a outro tempo, outra mentalidade, outro Brasil. Sentirá saudades. Pensará, por certo, em *fazer reviver* aquele Brasil que era tão melhor...

Como Chefe da Casa Imperial do Brasil, regozijo-me com a publicação desta obra, e a recomendo vivamente a todos os que se interessam pelo progresso verdadeiro e harmônico do nosso querido País.